

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS
Linha de pesquisa: História: discurso, imaginário e cotidiano

***O Imaginário dos Militares
na Guerrilha do Araguaia
(1972-1974)***

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cléria Botelho da Costa
Aluno: Carlos Hugo Studart Corrêa

Brasília – 2005

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS
Linha de pesquisa: História: discurso, imaginário e cotidiano

***O Imaginário dos Militares
na Guerrilha do Araguaia
(1972-1974)***

Dissertação de mestrado
apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de
mestre em História ao
Departamento de Pós-Graduação
da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cléria Botelho da Costa
Aluno: Carlos Hugo Studart Corrêa

Brasília
Abril de 2005

Sumário

Agradecimentos	IV
Resumo/Abstract	VI
Introdução	08
Capítulo I – Inventariando o Corpus e a Produção Historiográfica	16
1.1 - O Despertar Pessoal	16
1.2 - A Construção do Dossiê	19
1.3 - O Segredo: Uma Exceção do Estado	28
1.4 - <i>Corpus</i> Diversificados	38
Capítulo II – Identificando o Imaginário dos Atores do Araguaia	46
2.1 - A Borboleta e a Pistola	46
2.2 - O Perfume do Real	49
2.3 - Matar ou Morrer: a Dignidade dos Guerrilheiros	58
2.4 - Cumprindo à Risca a Política do Estado	70
2.5 - O Imaginário e a Longa Noite Hobbesiana	77
2.6 - O Sonho: a República Popular do Brasil	87
2.7 - Imaginários Cruzados	92
Capítulo III – Desvelando a Guerra Aberta	100
3.1 - Um Imaginário Plural	100
3.2 - O Brasil Pré Araguaia	108
3.3 - E os Militares Descobriram	113
3.4 - Os Primeiros Embates	125
3.5 - O Grande Combate	149
Capítulo IV – Mostrando a Guerra “Invisível”	163
4.1 – Os Estabelecidos e os Outsiders	163
4.2 - No Baú do Bandeira	165
4.3 - Operação Sucuri	176
4.4 - O Outro como Referência	193
4.5 - A Era dos Extremos	203
4.6 - A Reinvenção do Fraticídio	210
Conclusão	217
Bibliografia	219

A meu pai, **Jonas Alves Corrêa**, que desde sempre vem confiando nos meus ideais de vida e casando apostas altas nos meus projetos;

A **Adriana Arantes Corrêa**, companheira amorosa, tão solidária naqueles momentos em que os obstáculos parecem ser maiores do que as forças conhecidas.

Com a minha gratidão:

À Professora **Cléria Botelho da Costa**, orientadora tão presente, que me introduziu na fascinante realidade do imaginário;

À Professora **Diva do Couto Muniz**, que me apresentou os melhores intérpretes da história social brasileira;

Ao Professor **Fernando Bastos**, meu iniciador nos temas helênicos, um eterno mestre nas leituras dos clássicos;

Ao Professor **José Geraldo de Sousa Jr.**, mestre dos Direitos Humanos, que acompanha esta pesquisa desde sua concepção;

Ao jornalista **Luís Mir**, um amigo a quem vejo como parâmetro de historiador a seguir;

À Professora **Sandra Nui Asano**, pela dedicação e cumplicidade para que este trabalho chegasse ao fim.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia, no período compreendido entre 1972 e 1974. O conflito se deu no contexto internacional da guerra fria, quando o País vivia sob regime militar autocrático instaurado em 1964, e um grupo de militantes do Partido Comunista do Brasil tentou implantar uma revolução armada no campo, na região do rio Araguaia. Descoberto pelas Forças Armadas, o episódio resultou na morte de 85 guerrilheiros e camponeses.

O trabalho procurou dar visibilidade ao imaginário dos militares, às práticas, valores e criações, notadamente às novas estratégias de poder e às recriações das táticas do combate. Para tanto, foram utilizadas fontes escritas e orais. Destaque-se um longo trabalho de pesquisa realizado por militares que participaram dos combates, o *Dossiê Araguaia*, documento inédito, no qual eles narram os acontecimentos da guerrilha sob o ponto de vista das Forças Armadas, dentre outros, bem como foi complementada com narrativas orais dos militares. Para tecer o contra-imaginário, foi utilizado o diário redigido pelo comandante das Forças Guerrilheiras, Maurício Grabois, igualmente inédito.

A pesquisa constatou que as Forças Armadas utilizaram, em muitos momentos, práticas de exceção, como execução de prisioneiros e outras violações dos Direitos Humanos. Os militares estavam imbuídos de um imaginário movido pelo anticomunismo, traço característico da época, e dos novos significados do conceito de segurança nacional e razões de estado.

Para tecer uma análise sobre o objeto de estudo, o diálogo teórico foi com autores da Nova História, em especial os conceitos do imaginário do filósofo Cornelius Castoriadis. Também deu-se ênfase aos estudos de Hannah Arendt acerca das instituições públicas dos regimes totalitários, notadamente o conceito de heteronomia, posteriormente introduzido por Castoriadis nos estudos do imaginário.

PALAVRAS-CHAVE: Guerrilha do Araguaia, Militares, Forças Armadas, Exército, imaginário, valores, heteronomia, revolução, luta armada, guerrilha rural, razões de estado.

ABSTRACT

The main purpose of this dissertation is to analyze the imaginary of the military personnel during the Araguaia Guerrilla, from 1972 to 1974. The conflict took place during the cold war, when the country was ruled by an autocratic military regime, which took power through a coup in 1964. The Araguaia movement was organized by PC do B (Communist Party of Brazil) along the borders of Tocantins, Pará, and Maranhão. The guerrilla members opposed the military regime and wanted to establish an independent state in the region. However, when they were discovered by the Armed Forces, the movement was crushed. This episode caused the death of eighty-five people, among members of the guerrilla movement and peasants.

This work attempts to put the imaginary of the military personnel, as well as their practices, values and creations, especially the new strategies of power and the recreations of combat tactics, on the spotlight. In order to do so, written and oral sources were used. The *Araguaia Dossier*, an unpublished document, deserves special attention, since it's the result of long research carried out by the military personnel who were involved in the combats. The *Araguaia Dossier* reports the guerrilla facts from the Armed Forces' point of view, having also collected a series of personal accounts of the military personnel. On the other side of the spectrum, there's the counter-imaginary. The development of which was based on a diary, also unpublished, written by the commanding officer of the Guerrilla Forces, Maurício Grabois.

This research has come to the conclusion that the Armed Forces variously used notorious practices, such as torturing and executing prisoners, as well as countless sorts of Human Rights' violations. The military were instilled with an anticommunism-driven imaginary, a common then, and with new concepts of national security and reasons of state.

So as to weave an analysis about the object of study, a theoretical dialog was carried out with authors of New History, especially the philosopher's Cornelius Castoriadis concepts of the imaginary. Attention was also paid to Hannah Arendt's studies on the public institutions of totalitarian regimes, notably the concepts of heteronomy, which were later introduced by Castoriadis in his studies of the imaginary.

KEYWORDS: Araguaia Guerilla, Army, Armed Forces, the military, imaginary, values, heteronomy, revolution, armed conflict, rural guerrilla, reasons of state.

INTRODUÇÃO

Este trabalho examina fatos históricos ocultados pelas pretensas razões de Estado, por meio de mentiras deliberadas, de violações de normas jurídicas, morais e políticas. Foi nos tempos do Estado autocrático implantado no Brasil a partir de 1964, que ocorreu uma insurreição armada no coração das selvas amazônicas, episódio da nossa história que ficou conhecido como a Guerrilha do Araguaia. Especificamente, tem o propósito de trazer à luz elementos que possam vislumbrar o imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia. A preocupação é analisar o significado dos conflitos do Araguaia sob a ótica dos militares brasileiros, assim como interpretar seus sistemas de representações à luz de um quadro teórico e dos valores da época. Trata-se de algo em si difícil, visto que a maior parte dos episódios do conflito, notadamente aqueles protagonizados pelas Forças Armadas, permanece sob o império do mistério.

Mas, afinal, o que foi a tão decantada Guerrilha do Araguaia? A Guerrilha do Araguaia foi, em suma, um levante armado de inspiração marxista que pretendia desencadear uma "guerra" popular revolucionária no Brasil, partindo do campo para a conquista das cidades. O movimento foi promovido pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) na região do rio Araguaia, na confluência entre quatro Estados - sul do Pará, sul do Maranhão, nordeste do Mato Grosso e norte de Goiás (hoje Tocantins) -, ao longo do rio Araguaia, região conhecida pelo nome de Bico do Papagaio. Os conflitos ocorreram em um polígono de aproximadamente 6.500 quilômetros quadrados entre o Pará e o Tocantins, área um pouco maior do que o Distrito Federal, onde habitavam cerca de 20 mil pessoas.

O movimento teve início em 1966, quando os primeiros guerrilheiros começaram a chegar à região, mas os conflitos só ocorreriam a partir de março de 1972, quando os guerrilheiros foram descobertos pelo Exército. Os combates perduraram por três anos. Em fins 1974, quando já não encontravam qualquer guerrilheiro vivo na região, os militares deram o movimento como completamente extirpado. A Guerrilha do Araguaia foi uma das insurreições armadas mais representativas da luta revolucionária brasileira. Foi maior

conflito interno desde a Guerra de Canudos, e onde ocorreu a maior mobilização de contingentes desde a participação da Força Expedicionária na Segunda Guerra Mundial¹. De acordo com o PC do B, teriam tombado 75 pessoas, sendo 58 guerrilheiros e 17 camponeses².

Quando a guerrilha teve início, o país se encontrava em pleno regime militar, sob o tacape do Ato Institucional nº 5, o AI-5, instrumento legal que dava poderes de exceção ao Executivo e retirava garantias constitucionais – como o *habeas corpus* – dos que fossem acusados de crimes contra a segurança nacional, como era o caso dos guerrilheiros do Araguaia. Tratava-se, portanto de uma ditadura militar, enfim, um criptogoverno que agia nas sombras dos serviços secretos, segundo a conceituação de Bobbio³, um regime no qual os segredos de Estado eram a regra, não a exceção.

No absoluto controle da situação interna, dois criptogovernos⁴ decidiram tentar ocultar os fatos da história. Quando a guerrilha terminou, cadáveres foram escondidos e arquivos foram cremados para que não sobrasse nenhuma prova material do que havia ocorrido no coração das selvas amazônicas. O Exército não revelou como venceu, nem como a guerrilha foi derrotada. A partir de 1979, quando João Figueiredo, o último presidente militar, permitiu que começassem a ser publicadas as primeiras reportagens sobre o Araguaia, as Forças Armadas continuaram no silêncio. E no silêncio permaneceram também em 1996, quando o tema voltou à imprensa e às editoras. No ano de 2004, foi particularmente rico o debate sobre a abertura (ou não) dos arquivos secretos do regime militar, especialmente aqueles sobre o Araguaia⁵.

¹ O Brasil enviou cerca de 5 mil homens para a Itália, entre 1944 e 1945. No Araguaia, as Forças Armadas mobilizaram cerca de 4 mil diferentes homens ao longo das três campanhas, uma centena na primeira, 3.200 na segunda e 750 na terceira.

² Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. *Dos Filhos Deste Solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo e Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. págs. 170-171.

³ De acordo com Norberto Bobbio, o criptogoverno seria um “conjunto de ações realizadas por forças políticas eversivas que agem na sombra em articulação com os serviços secretos”. In: Norberto Bobbio. *O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 2ª ed, pág. 103.

⁴ A guerrilha foi descoberta em 1972, durante o governo de Emílio Médici (1969-1974), e só terminou em 1974, já sob o mandato de Ernesto Geisel (1974-1979).

⁵ Uma polêmica inédita sobre a abertura dos arquivos militares teve início em outubro de 2004, envolvendo governo federal, Forças Armadas, Congresso Nacional, sociedade civil e imprensa. Depois de dois meses de debates públicos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou o decreto 4.553/02,

Os militares que combateram os guerrilheiros no Araguaia, como mostro nessa pesquisa, cometeram violações a princípios - hoje hegemônicos e quase universais - como os Direitos Humanos e as Convenções de Genebra⁶. Deixaram que prevalecessem práticas de exceção, desvios de seus próprios valores éticos e um radicalismo violento, conforme será narrado ao longo deste trabalho. O ponto central da polêmica diz respeito ao destino dos mortos e desaparecidos. Onde estão os cadáveres, afinal? Há um clamor social, no tempo presente, sobre essa questão. As famílias dos guerrilheiros exigem seus mortos. Querem enterrá-los com dignidade, em cemitérios públicos. Desejam seguir seus próprios credos, seus ritos fúnebres, cantar um réquiem, declamar um poema, ajoelhar em oração, jorrar lágrimas, acalentar suas memórias, desejam enfim prestar honras a seus guerreiros.

Desde Kant, Madison e dos Iluministas, de um modo geral os pensadores da liberdade⁷ vêm pregando a visibilidade do Estado, a transparência do poder e o acesso às informações sobre os atos do governo como valores essenciais para a consolidação das instituições democráticas⁸.

No debate brasileiro, coube a Afonso Arinos de Mello Franco lembrar que não se pode separar o reconhecimento dos direitos individuais da verdadeira democracia⁹. Segundo o autor, a idéia democrática não pode ser

assinado por seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, que aumentava de 30 para 50 anos o prazo de sigilo de documentos ultra-secretos. O novo decreto, nº 5.301, de 09 dez. 04, restaurou os prazos de liberação anteriores. O governo também editou uma Medida Provisória (MP 228, de 09 dez. 04) criando a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, para analisar documentos sigilosos. In: Célia M. Leite Costa. "Memória Proibida". Rio de Janeiro, Revista Nossa História, Ano 2, nº 16, fev 2005, págs. 70-75; e Lúcio Vaz. "Governo quer afastar juiz de processo". Brasília, jornal Correio Braziliense, Brasília, 03 fev. 2005, pág 07.

⁶ A primeira Convenção de Genebra, de 12 ago. 1949, trata entre outros assuntos, da proteção aos civis aos prisioneiros em tempos de guerra. O Brasil sempre esteve entre os primeiros signatários de todas as convenções. Mas na época dos conflitos, a Convenção de Genebra só amparava as guerras regulares travadas entre exércitos legais de nações oponentes. In: *Legislação sobre Direitos Humanos*. Compilação organizada para a LTr Editora por HB Textos. São Paulo: LTr, 1999.

⁷ Tomo aqui emprestado o título da obra de Mariano Grondona. *Os Pensadores da Liberdade – De John Locke a Robert Nozick*. São Paulo: Mandarim; Brasília: Instituto Tancredo Neves, 2000.

⁸ Explica Bobbio: "Mais do que qualquer outro, quem contribuiu para esclarecer o nexó entre a opinião pública e o caráter público do poder foi Kant, que pode com justiça ser considerado como o ponto de partida de todo o discurso sobre a necessidade da visibilidade do poder, uma necessidade que para Kant não é apenas política mas moral". *Op. Cit.*, págs. 80-90.

⁹ Afonso Arinos de Mello Franco. *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1958, vol. 1, pág. 188.

desvinculada das nossas origens cristãs – nem da nossa raiz cultural helênica, acrescento - e dos princípios que o cristianismo legou à cultura política humana. Para Arinos, existe “o valor transcendente da criatura, a limitação do poder pelo Direito e a limitação do poder pela justiça”. Ele acrescenta: “sem respeito à pessoa humana não há justiça e sem justiça não há direito”¹⁰.

Especialistas dos direitos humanos, como Piovesan¹¹, lembram ainda que há três princípios constitucionais que merecem destaque: o da dignidade da pessoa humana, o da liberdade e o da igualdade. O princípio da dignidade humana pode ser concebido como estruturante dos demais, pois para Piovesan, “o valor da dignidade humana impõe-se como núcleo básico e informador do ordenamento jurídico”¹². Também, o princípio da igualdade implica interpretação de que o ser humano, vindo a falecer, tem direito de ser inumado dignamente. Não se pode deixar de ter em mente que uma sociedade para a qual a morte já não tem mais sentido, é também uma sociedade, como dizia Weber, que perdeu o sentido da vida¹³.

Juridicamente, o direito à informação - e, por conseguinte, o direito ao acesso aos arquivos públicos - aparece pela primeira vez na Constituição sueca de 1766, a mesma que instituiu o ouvidor do povo, o *ombudsman*, antes mesmo da abertura dos arquivos reais no contexto da Revolução Francesa¹⁴. Após a Segunda Guerra, o direito à informação acabou sendo integrado ao bloco dos direitos fundamentais e às liberdades públicas. O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos refere-se explicitamente ao direito de investigar e receber informações, incluindo o direito de pesquisa histórica¹⁵.

¹⁰ *Idem, Ibidem.*

¹¹ Flávia Piovesan. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

¹² *Idem, Ibidem*, pág. 339.

¹³ APUD José de Sousa Martins (Org.). *A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983, pág. 09.

¹⁴ Célia M. Leite Costa. “Memória Proibida”. Rio de Janeiro, *Revista Nossa História*, Ano 2, nº 16, fev 2005, pág. 71.

¹⁵ *Idem, Ibidem*, pág. 73.

A legislação brasileira sobre o tema está em consonância com os princípios dos direitos fundamentais¹⁶, mas a grande dificuldade é partir para o campo da prática quando entram em jogo os interesses do Estado, em especial se os atos das autoridades públicas foram efetivados por governos autocráticos, como foi o caso dos combates aos guerrilheiros do Araguaia. Há documentos sobre aqueles acontecimentos. Ao longo da minha pesquisa, realizei entrevistas orais com militares que combateram no Araguaia e tive acessos a quatro dezenas de documentos militares sigilosos sobre o episódio, ainda que nenhum que sinalizasse para a localização dos corpos dos desaparecidos. Acredito que existam outros documentos nos arquivos secretos das Forças Armadas que, talvez, possam ajudar a elucidar onde estão, afinal, os corpos dos mortos e desaparecidos.

Dentre as dificuldades vivenciadas nessa pesquisa, assinalo que muitos militares não queriam que eu revelasse que houve de fato execuções de prisioneiros. Não queriam nem mesmo que eu citasse, ainda que *en passant*, o codinome de um dos companheiros de farda. Outros reclamavam da publicação de documentos secretos. Imediatamente, começaram a romper relações comigo. Pelo menos oito dos narradores desta pesquisa deixaram de me atender. Vale ressaltar que outro grupo de militares, minoritário, continuou me ajudando na pesquisa, mas com muitas ressalvas e restrições.

Os militares brasileiros têm os seus próprios valores e um código de conduta singular, visto cada época ter seus imaginários e uma produção histórica ímpar. Trabalho com a hipótese de que as práticas repressivas dos militares durante a Guerrilha do Araguaia estavam cravadas no histórico social, ou seja, no período de extremismos, resultante da guerra fria internacional e da repressão política interna instaurada. Desta forma, o diálogo teórico que me pareceu mais adequado foi com os autores da chamada “nova história”. Diante disso, optei pelo diálogo mais profundo com os estudos sobre o imaginário do

¹⁶ A Constituição de 1988 garante o acesso às informações e estabelece o instituto do *Habeas Data* (artigos 5 e 216). A Lei de Arquivos, nº 8.159, de 08 jan. 1991, regula o assunto. É complementada pelos decretos nº 2.134/97, nº 2.910/98, nº 4.553/02, nº 5301/04, e a MP 228/04. Disponível em: Legislação Arquivística Brasileira: www.arquivonacional.gov.br/conarq, acesso em: 09 fev. 2005.

filósofo Cornelius Castoriadis, e de seus conceitos sobre instituições, autonomia e alienação.

Também utilizarei os estudos de Hannah Arendt a respeito das instituições públicas dos regimes totalitários. É de Arendt o conceito inédito da heteronomia, fenômeno presente nos regimes totalitários e que, de acordo com a pensadora, dariam aos seus agentes o sentimento de embriaguez, por servir a forças superiores, o que os tornaria instrumentos dóceis e irresponsáveis¹⁷. Mais tarde, o conceito da heteronomia teve uma releitura detalhada por parte de Castoriadis dentro dos estudos do imaginário, com o qual trabalhei.

Na construção desta pesquisa, utilizei *corpus* escritos e orais. O principal *corpus* de informação utilizada foi o *Dossiê Araguaia*, documento elaborado por militares, entre 1998 e 2001, cuja trajetória será abordada em detalhes adiante. Também utilizei documentos oficiais das Forças Armadas sobre a Guerrilha do Araguaia. Tive, assim, acesso a mapas, relatórios de ações, ordens de batalha e análises afins. A pesquisa foi complementada com outras fontes escritas de conhecimento público, como publicações em periódicos de livros e artigos de autoria de militares.

Entre 2001 e 2005, recolhi narrativas orais complementares com militares que serviram no Araguaia. Vale atentar que 27 militares colaboraram de alguma forma com a pesquisa. Cinco deles aceitaram prestar depoimentos gravados, sob a condição de que suas identidades não fossem reveladas enquanto estivessem vivos¹⁸. A condição exigida, ao ser respeitada, implicou no fato de que, quando forem citados, o serão por meio de codinomes. Outros nove narraram suas experiências. Outros 13 ajudaram nas pesquisas; esclarecendo dúvidas, fornecendo documentos ou buscando informações.

A utilização de uma bibliografia complementar sobre a Guerrilha do Araguaia e sobre os militares também se fez necessária para um levantamento mais completo e detalhado dos acontecimentos. Para a análise e interpretação

¹⁷ Hanna Arendt. *Eichmann em Jerusalém - um relato sobre a banalidade do mal*. Brasília, São Paulo: Editora UnB, Companhia das Letras, 2000.

das informações colhidas, utilizei bibliografia especializada sobre a Nova História e o imaginário para entender como os militares brasileiros viam a guerrilha e atuaram sobre ela, assim como teóricos que analisaram o regime militar de 1964. Desta forma, no intuito de elucidar os sentidos do imaginário dos militares, no diálogo com as teorias que me permitiram melhor percebê-lo e analisá-lo, optei pela seguinte sistematização dos capítulos na dissertação:

O Capítulo 1, *Inventariando o Corpus e a Produção Historiográfica*, trata do meu interesse pessoal sobre o tema. Mostra, também, como os militares construíram um dossiê que aborda a atuação das Forças Armadas no combate à guerrilha, batizado de *Dossiê Araguaia*, assim como apresenta a relevância desse documento para a produção historiográfica sobre o Araguaia. Além disso, há um inventário da historiografia sobre a guerrilha.

No Capítulo 2, *Identificando o Imaginário dos Atores do Araguaia*, desenvolvo reflexões acerca da teoria do imaginário, contemplando, prioritariamente, as análises de Castoriadis. Tais análises me permitiram perceber as representações e as auto-representações que permearam o imaginário dos militares e que orientaram suas ações no episódio. Mostra, ainda, a construção do imaginário dos militares e, por fim, do imaginário dos guerrilheiros, no sentido de entender como, em muitos momentos, tais imaginários se reapropriaram de semelhantes símbolos.

No Capítulo 3, *Desvelando a Guerra Aberta*, busco apresentar o imaginário dos militares na época dos primeiros conflitos no Araguaia, quando instituíram a Comunidade de Informações e criaram novas estratégias de luta para reprimir a guerrilha. Nesse capítulo, faço uma reconstrução do período em que as tropas regulares estiveram à frente das operações. Esse período, entre fevereiro e outubro de 1972, compreende a descoberta da guerrilha, a Primeira e a Segunda Campanha. Apresento também o imaginário plural dos militares e a disputa de grupos nas Forças Armadas pela hegemonia das operações.

¹⁸ Até a presente data, um único militar, dentre os 27, concordou em colocar seu nome na pesquisa.

No Capítulo 4, *Mostrando a Guerra Invisível*, trato do período entre outubro de 1972 e setembro de 1973, que ficou conhecido como “Período de Trégua”, no qual os soldados regulares se retiram da região. Trato das operações de inteligência dos militares para mapear o cotidiano dos guerrilheiros e da recriação de novas estratégias de combate não-regular para enfrentar os opositores na chamada “guerra de *partisans*”. Apresento, também, as ações dos militares e dos guerrilheiros para cooptar a população local e manter o controle sobre a região para aquela que seria a derradeira campanha.

Oxalá eu consiga - como de certa feita escreveu Castoriadis, em sua obra *Diante da Guerra* - que “a discussão da correlação de forças, das capacidades, das estratégias e da situação dos dois campos seja realizada numa ótica tão realista e pragmática quanto possível”¹⁹. Espero, igualmente, contribuir para o debate sobre o direito que a sociedade tem de conhecer sua própria história e o da necessidade de valorização da memória como parte da dinâmica da democracia.

¹⁹ Cornelius Castoriadis. *Diante da Guerra*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pág. 10.

CAPÍTULO 1

INVENTARIANDO O CORPUS E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

*"A história das coisas feitas
só sobrevive se for narrada,
se o que é dito, for bem"*
Hannah Arendt

1.1 - O DESPERTAR PESSOAL

Ao versar sobre o conceito de História, Benjamin explicou ser impossível conhecer todo o passado, em sua plenitude, da maneira exata que os fatos se deram em seu tempo. Para o pensador, articular o passado historicamente não significa conhecê-lo como ele de fato foi, mas "significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo"¹.

Há muito que os fatos que ocorreram na Guerrilha do Araguaia me despertam inquietações. Há 13 anos que acalento o projeto de conhecer esse pedaço da nossa história em sua plenitude, embora agora eu tenha consciência de que não conhecerei a maneira exata como aqueles fatos se deram. Reconheço essa impossibilidade, exposta com extrema clareza por Benjamin, mas ousarei reconstruir lembranças de outrora ainda próximas do presente. Benjamin também alerta que essas lembranças podem ser rememoradas tanto sob a ótica dos vencidos quanto dos vencedores - e o perigo se impõe ao reconstruí-las somente sob a visão da história oficial. Nesse sentido, esta pesquisa tenta ir além dos poucos documentos oficiais públicos. Ela escava fatos ainda não conhecidos publicamente.

Na manhã de 20 de janeiro de 1992, quando o governo de São Paulo deu início à cerimônia de abertura para o público dos arquivos do extinto

¹ Walter Benjamin. "Sobre o conceito da história". In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, pág. 224.

Departamento de Ordem Política e Social, criados pela ditadura do Estado Novo, o DOPS², um adolescente imberbe chamava-me a atenção. Postava-se em um canto do enorme salão empoeirado de um depósito do Arquivo do Estado, sozinho, visivelmente deslocado entre uma centena de autoridades públicas e militantes políticos, quase todos com mais de 50 anos. Eu participava daquela cerimônia na condição de jornalista, trabalhando para o jornal Folha de São Paulo. Mas o adolescente era um corpo estranho naquele ambiente pesado. Muito nervoso, andava de um lado para outro, ameaçava abordar o governador, recuava, tentava de novo. Aproximei-me para tentar entender por que aquele garoto estava ali.

Seu nome é João Carlos de Almeida Grabois, o Joca, e tinha acabado de fazer 18 anos, como me contou. Revelar a sua identidade facilitou a reconstrução da sua história familiar. Ele é neto de Maurício Grabois, codinome “Velho Mário”, comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras do Araguaia, movimento de luta armada desencadeado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) no coração das selvas amazônicas, entre 1966 e 1974. Velho Mário levou o filho André Grabois para a aventura na mata. André tombou em combate, aos 26 anos³. Jamais viu seu filho. Quando se descobriu, em agosto de 1972, que sua companheira estava grávida - a guerrilheira Criméia Alice Schmidt de Almeida⁴ - os comandantes da guerrilha a enviaram de volta a São Paulo. Foi presa pelos militares quatro meses depois. A criança nasceu em uma prisão do Pelotão de Investigações Criminais do Exército, em Brasília, em fevereiro de 1973. Foi entregue a seguir aos tios-avós maternos, em Belo Horizonte. Joca Grabois cresceu em São Paulo, com a mãe, mantendo contato

² Os DOPS, criados pela ditadura de Getúlio Vargas vinculados aos governos dos Estados, foram amplamente utilizados durante o regime militar para a repressão política. Em fins de 1982, o governador José Maria Marin, que completou o mandato de Paulo Maluf no governo do Estado de São Paulo (1979-1982), enviou os arquivos para a Polícia Federal antes da posse do governador eleito Franco Montoro (1983-1986). O DOPS paulista foi extinto durante o governo de Orestes Quércia (1987-1991) e, em 1992, os arquivos foram devolvidos para o Arquivo do Estado, já na gestão do governador Luiz Antônio Fleury Filho (1991-1995), que tomou a decisão de tornar públicos esses documentos.

³ André Grabois, codinome “Zé Carlos”, era o comandante do Destacamento A da guerrilha. Nascido em 03 de julho de 1947, André cursou a Academia Militar de Pequim (China); chegou ao Araguaia em 1968. Tanto o PC do B quanto os militares registram sua morte em 13 outubro de 1973, em combate, junto com outros quatro guerrilheiros. In: *O Destino dos Guerrilheiros* (em anexo); e site www.desaparecidospoliticos.com.br, acesso em: 20 ago. 2002.

⁴ Criméia Alice Schmidt de Almeida, codinome “Alice”. Na presente data, ela é membro da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo, que pertence ao Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado de São Paulo. Também edita o site www.desaparecidospoliticos.com.br.

com a família paterna, emocionando-se com as histórias que lhe contavam a respeito do pai-herói, como o relato de Ângelo Arroyo, no qual André foi descrito como um “homem capaz e um dos mais puros revolucionários”, além de um “excelente comandante”, cujo “primeiro erro que, no entanto cometeu, foi-lhe fatal”⁵. Diziam, os que conheceram André, que a cada dia Joca ficava mais parecido com o pai.

Joca jamais vira a imagem do pai adulto, só fotografias de André quando criança ou adolescente. Quase todas as fotografias foram destruídas por ordem do partido, quando ele caiu na clandestinidade, ainda em 1964. Desde a primeira infância, Joca vinha procurando alguma imagem paterna. Procurou junto a familiares. Conversou pessoalmente com os dirigentes do Partido Comunista do Brasil, o PC do B, do qual seu pai André era militante e seu avô, Maurício Grabois, havia ajudado a fundar. Foi até o líder João Amazonas⁶. Tudo em vão. Os arquivos do DOPS eram uma esperança. Sensibilizado com a história, conduzi Joca sem demora ao governador Luiz Antônio Fleury Filho. Juntos, governador e adolescente procuraram num armário de ferro a gaveta “G” de Grabois. Nada, nenhuma fotografia. Tentaram na gaveta “A” de André e de Araguaia. Nada. Joca chorou ali mesmo. Batizado de João Carlos em homenagem ao guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho⁷, mas chamado de Joca em homenagem ao guerrilheiro Líbero Giancarlo Castiglia⁸, codinome Joca, o jovem Grabois então passou a procurar por pistas sobre o local onde o corpo de André se encontra enterrado. Nada. Publiquei sua história em reportagem na primeira página da Folha de S.Paulo⁹.

⁵Wladimir Pomar. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Ed. Brasil Debates. Brasil Estudos, nº 2, 1980, pág. 311.

⁶Presidente do PC do B desde a fundação, em 1962, até sua morte, em 27 de maio de 2002.

⁷ João Carlos Haas Sobrinho, codinome Juca, médico gaúcho, um dos melhores amigos de Criméia Almeida. Morreu em combate com o Exército a 30 de setembro de 1972, aos 31 anos. Seu corpo até hoje encontra-se desaparecido. In: Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. *Dos Filhos Deste Solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo e Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, pág. 178.

⁸ Italiano, Líbero Giancarlo Castiglia era o único estrangeiro na guerrilha. Desapareceu em 25 de dezembro de 1973. In: *Idem, Ibidem*, pág. 185.

⁹ Hugo Studart. “Garoto procura foto do pai no arquivo do DOPS: Joca quer conhecer rosto adulto de André Grabois”. *Folha de S.Paulo*, 21 jan. 1992, p.1 et p. 1-4.

Anos depois, em dezembro de 1997, quando pesquisava informações sobre um assunto correlato - as circunstâncias que levaram ao cerco e à morte da guerrilheira Iara Lavelberg¹⁰-, me encontrei em Brasília com um militar, coronel na reserva¹¹; antigo membro dos órgãos de informações e repressão que havia participado do episódio da Guerrilha do Araguaia. Conteí-lhe a história de Joca Grabois e lhe pedi que procurasse nas repartições militares alguma fotografia do pai-guerrilheiro. O militar buscou nos arquivos em Brasília, aos quais tinha acesso. Mobilizou outros militares no Rio de Janeiro e São Paulo e, dias depois, respondeu que, infelizmente, nada encontrara. Procuraram inclusive nas fotografias de passeatas estudantis. Existira, sim, uma fotografia de André morto, mas teria sido destruída em fins de 1974, junto com outros documentos da guerrilha. Havia ainda uma chance, informou o militar: a Polícia Federal, responsável pela emissão de passaportes. Afinal, André partira do Brasil em 1964 para treinamento na Academia Militar de Pequim, China. A última tentativa foi igualmente em vão. O jovem André provavelmente havia saído do Brasil com passaporte falso. Saíra, descobri mais tarde, com o nome falso de José Vieira Júnior: Por esse caminho tortuoso, despertei interesse sobre o Araguaia. Novos encontros foram marcados para que o militar contasse o que sabia sobre a guerrilha:

1. 2 - A CONSTRUÇÃO DO DOSSIÊ ARAGUAIA

Na conversa com esse militar sobre a Guerrilha do Araguaia, a idéia inicial era fazer um trabalho jornalístico sobre o tema, mostrando os discursos¹² das Forças Armadas sobre os acontecimentos. Nas semanas subsequentes, o militar apresentou outros colegas de corporação que também haviam estado no Araguaia. Colhi alguns depoimentos orais, relatos sobre fatos isolados. O mais importante, contudo, foi dar início ao conhecimento mútuo, ganhar sua

¹⁰ A pesquisa resultou em reportagem publicada pela revista *Manchete*. Hugo Studart. "Paixão na Guerrilha: Militar de alta patente divulga cartas que revelam o quanto o capitão da guerrilha amava sua musa". *Manchete*. Rio de Janeiro, Revista nº 2388, 17 de janeiro de 1998, págs. 22 e 23.

¹¹ O militar prefere manter seu nome em sigilo.

¹² Aqui utilizo o conceito de discurso de Michel Foucault, para quem "O discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto de desejo; e visto que [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar". In: Michel Foucault. *A ordem do discurso*. 6ª ed., São Paulo: Ed. Loyola, 1996, pág. 10. O termo utilizado no meio jornalístico é "versão".

confiança para convencê-los a revelar os segredos que guardavam sobre esse período da história brasileira e a importância de enfrentar esse momento, esse passado, essa história.

Havia uma dificuldade extra: a busca de documentos. Quase três décadas depois do início dos conflitos no Araguaia, os protagonistas com poder de decisão ou estavam mortos, ou na reserva, portanto sem acesso aos arquivos dos quartéis. Seria preciso, então, contar com a ajuda dos comandantes ainda na ativa. Ajuda, essa, informal, extra-oficial, posto que a subtração de documentos das repartições públicas, notadamente de documentos secretos, fere o Regulamento Disciplinar das Forças Armadas, ponto relevante para um militar. Ainda que subtrair documentos seja crime também previsto no Código Penal, para eles a lei dos civis é secundária. O que vale é o Regulamento Disciplinar.

Mesmo acessando os arquivos, seriam pequenas as chances de encontrar algum que revelasse a história detalhada, alertaram os militares. Os principais documentos teriam sido quase todos queimados em fins de 1974, assim que se concluiu que a guerrilha já havia sido destruída. Mas haviam, ainda, muitos documentos dispersos sobre a Guerrilha do Araguaia ou nos próprios arquivos militares - cópias indexadas em outras gavetas ou pastas, como PC do B -, ou dispersos em processos arquivados na Justiça Militar. A maior parte, contudo, estava guardada nos arquivos pessoais dos oficiais de Inteligência que atuaram no Araguaia, ainda que não fosse uma prática comum levarem documentos classificados para casa. Contudo, muitos militares levaram papéis para casa, como recordação das ações no Araguaia. Seria preciso encontrar o paradeiro de cada um. As principais fontes, entretanto, foram as memórias dos que estiveram no front, os depoimentos orais, suas narrativas, enfim, os

“documentos vivos, que denunciam costumes, mentalidades, diferenças sociais e poderes de uma

época; oferecem informações históricas, sociológicas e antropológicas”¹³

Em meados de 1998, havia militares dispostos a relatar a “versão” das Forças Armadas sobre a Guerrilha do Araguaia. Uma parte deles estava disposta a pesquisar – seis no início, depois quatro. Outros pretendiam somente prestar depoimentos ou informações. Dois desses militares, ex-integrantes dos órgãos de Inteligência e repressão durante o regime militar, acabaram tomando a frente dos trabalhos, sempre com a minha participação. Ao longo de quatro anos, a equipe de pesquisa recebeu apoio de 27 militares em postos e graduações diferentes, de soldado a general, da ativa ou na reserva, incluindo oficiais-generais da ativa. Agiram das mais diversas formas.

Alguns copiaram documentos – ou simplesmente entregaram os originais que haviam guardado, como favor pessoal entre amigos. Outros prestaram depoimentos, longos ou curtos, gravados ou anotados, ativando suas memórias, recordando acontecimentos, conferindo informações. Foram esclarecidas dúvidas e comparadas versões conflitantes. Os pesquisadores militares também enfrentaram dificuldades. Um brigadeiro, chefe do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica na ocasião, soube que a pesquisa estava sendo feita e proibiu expressamente seus subordinados de prestarem qualquer ajuda. A ordem foi obedecida. Os autores do *Dossiê* acabaram tendo acesso aos documentos desejados, por outros meios e sem dificuldades maiores. Veteranos do ofício, eles conhecem os caminhos subterrâneos dos centros de inteligência militar. E sabiam que esses documentos desejados ainda estavam em outros arquivos oficiais.

Cabe aqui esclarecer que a maior parte dos documentos encontrados não passava de fragmentos da história. Sozinhos, não tinham sentido. Examinados por um leigo, pouco ou nada esclareciam. Havia, por exemplo, dezenas de folhas soltas, com carimbos de “confidencial” ou “secreto”, mas descoladas das páginas iniciais ou finais, sem datas, sem títulos, sem contexto.

¹³ Cléria Botelho da Costa. “Memórias compartilhadas: os contadores de histórias” In: Cléria Botelho da Costa e Nancy Alessio Magalhães (orgs.) *Contar História, fazer História – História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001, pág. 77.

Em muitos casos, não dava sequer para saber sobre qual assunto tratavam. Foram raros os documentos operacionais encontrados, aqueles que relatavam os combates. Com esses, seria possível rastrear os locais onde cada guerrilheiro teria sido enterrado. Como arqueólogos diante de fragmentos de ossos ou peças de argila, os militares utilizaram esses documentos muito mais para orientar suas memórias e, depois, narrar aquilo que seus imaginários acreditavam ter sido a Guerrilha do Araguaia. Explica Olgária Matos,

“a possibilidade de contar e ouvir ‘estórias’ é tecida pelo próprio esquecimento, esquecimento que permite narrar uma mesma história, sempre a mesma e sempre outra, pelas lacunas abertas pela nossa própria indeterminação, indeterminação pela qual se exerce a ação de tempos heterogêneos e que configuram nossa identidade”¹⁴.

Na seqüência, cruzaram seus próprios dados com as informações já divulgadas pelo PC do B. No primeiro ano, fiquei responsável pela pesquisa de documentos públicos, como livros, reportagens e depoimentos. A cada documento novo que eu entregava aos militares, mais detalhes vinham às suas memórias¹⁵. Com o tempo, fui participando das narrativas dos militares, até que pude conversar pessoalmente com 12 daqueles militares que ajudaram desde o primeiro momento. Acabei depositário de boa parte dos documentos originais que sobraram do episódio, como mapas e relatórios secretos das operações de infiltração e espionagem. Também foram procuradas fotografias de André Grabois.

Entre março de 2000 e maio de 2001, os dois militares que tomaram a frente dos trabalhos de pesquisa produziram um relatório pormenorizado, sistematizando as informações recolhidas. Não participei da redação nem fiz qualquer interferência no conteúdo. Tomei conhecimento do texto só depois de pronto. Contudo, ajudei os militares na pesquisa de novos documentos ou

¹⁴ Olgária Matos. *A narrativa: Metáfora e liberdade*. In: Cléria Botêlho da Costa e Nancy Alessio Margães, *op. cit.*, pág. 22.

¹⁵ A metodologia de trabalho foi a mesma utilizada antes, com grande sucesso, pelo editor José Mário Pereira, da Topbooks, para ajudar o falecido senador Roberto Campos a escrever sua autobiografia, *A Lanterna na Popa*. Primeiro, Pereira pesquisava informações sobre determinados fatos ou períodos históricos para despertar a memória de Roberto Campos. Numa segunda etapa, Campos redigia seu próprio discurso sobre os acontecimentos. Essa metodologia se mostrou extremamente eficiente na pesquisa sobre a Guerrilha do Araguaia.

dados que me foram solicitados. A primeira versão do texto tinha 387 páginas e tornava públicos documentos sobre o Araguaia que haviam sido apreendidos pelos órgãos de repressão. Alguns deles ainda inéditos, como o *Diário do Velho Mário*, de autoria do comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras, Maurício Grabois, codinome Mário – ou Velho Mário, como era tratado pelos próprios companheiros. Outros documentos já divulgados, que serviram como objeto de análise e referência.

Os militares envolvidos na pesquisa começaram, então, a lapidação desse grande relatório, ou seja, o processo de confirmar informações, corrigir dados, retirar os excessos e as informações repetidas. Segundo os autores do *Dossiê*, tratou-se de processo necessário no sentido de tornar o texto mais “enxuto”, mais claro. Eles também “lapidaram” trechos ou informações que poderiam provocar polêmicas entre os próprios militares. Assim, mesmo com todo o trabalho de pesquisa e análise empreendido pelos militares, como membros das Forças Armadas, como homens de Estado que foram, enfim, eles avaliaram ter razões para o cuidado de conjurar certos perigos nas informações a que tiveram acesso. Foucault, em suas análises sobre os procedimentos de exclusão, prefere utilizar o termo “interdição” no lugar de “lapidação”, visto que

...em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”¹⁶

De sua terceira e última versão, já “lapidada”, foram excluídos os apêndices com os documentos. A redação do trabalho terminou em junho de 2001. Seus autores batizaram-no de *Suplantando a Guerrilha*. Avalio que se trata de um livro quase acabado, um amplo estudo que analisa sob a ótica dos militares a história da luta armada no Brasil, tanto a urbana quanto a rural. Esse trabalho também apresenta os fundamentos doutrinários das guerras insurrecionais, onde entram as rebeliões, guerras civis, revoluções e as guerras

¹⁶ Michel Foucault. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996, pág. 10.

de *partisans*, nome universal das guerras de guerrilha¹⁷. Seus organizadores pretendiam registrar a história da luta armada no Brasil para que servisse de fonte de consulta nos estabelecimentos militares, principalmente nas academias militares.

Os conflitos do Araguaia são parte desse trabalho maior - *Suplantando a Guerrilha*. Contudo, é a parte que os autores trataram com maior ênfase. Essa parte específica sobre o Araguaia tem, na versão final, 174 páginas. Decidi batizá-la, sob a concordância dos autores, de *Dossiê Araguaia*. Trata-se, avalio, do único relato detalhado até hoje produzido sobre as ações, estratégias, objetivos e versões dos militares brasileiros durante o conflito do Araguaia, revelador de seu cotidiano e do imaginário social que orientou aquelas ações, formas de pensar, sentir e inferir sentido às suas experiências.

Os pesquisadores do *Dossiê Araguaia* preferiram manter suas verdadeiras identidades ocultas até o falecimento de todos da equipe. Tal decisão, justificaram eles, foi tomada para proteger seus familiares. Um dos militares que mais ajudaram, por exemplo, tem um filho que, na presente data, trabalha na Presidência da República, justamente no Gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esses militares serão doravante tratados, de comum acordo, pelas identidades “frias” que adotaram no Araguaia.

A coordenação geral da pesquisa coube a um coronel, na reserva, doravante tratado pela identidade George Costa, o “Dr. George”¹⁸, codinome

¹⁷ Os *partisans* surgiram quando Aníbal, o grande general de Cartago, tentou conquistar Roma. Os romanos então criaram uma nova tática militar de fustigamento, evitando o confronto direto. Venceram. O termo “guerrilha” surgiria na Espanha no início do Século 18, durante as guerras napoleônicas. Na América Latina, a nomenclatura adotada foi “guerrilha”. In: Gabriel Gabriel. *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*. Trad. Major Rubens Mário Jobim. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira e Biblioteca do Exército Editora, 1963, pág. 43.

¹⁸ O principal colaborador, que também prefere ter sua identidade preservada, é um especialista em história militar, que usa a identidade fictícia de Carlos Ilich Azambuja, codinome professor Azambuja. Trabalhou nos serviços de inteligência militar desde os primórdios do regime de 1964. Especializou-se em analisar a luta armada no Brasil e as organizações marxistas, notadamente o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual chegou a se filiar para acompanhar as atividades internas da organização. Nunca esteve no Araguaia, mas criou a fama no imaginário dos próprios militares de ter organizado o melhor arquivo existente sobre a luta armada e o PC do B. Na pesquisa sobre a Guerrilha do Araguaia, coube a ele pesquisar e redigir os capítulos doutrinários e históricos que constam no *Dossiê*. Também coordenou o levantamento dos mortos e desaparecidos, procurando nomes e datas de cada morte. Ele foi

que de fato utilizava durante da Guerrilha do Araguaia, quando era um ativo oficial da inteligência militar. Entrou para a área de informações em 1966, quando começou a servir em diferentes órgãos de inteligência que foram sendo montados pelo regime militar. Era especializado na área de “operações especiais”¹⁹. A partir de 1969, organizou redes urbanas de informantes, treinou civis e militares nos métodos de espionagem²⁰. Participou de ações de repressão, principalmente no paralelo acima do Distrito Federal. Entrevistou mais de uma centena de presos políticos, segundo sua própria contabilidade²¹. Seu nome verdadeiro não se encontra na relação de torturadores denunciados no livro *Brasil: Nunca Mais*²². Nem seu codinome. Seu trabalho principal na repressão era o planejamento e levantamento de organizações guerrilheiras, tanto urbanas quanto rurais. Especializou-se em infiltrar agentes nos grupos de esquerda, tanto os brasileiros como, também, no Cone Sul²³.

No Araguaia, Dr. George acompanhou de perto a mobilização militar desde o seu início, em 1972. Na ocasião, tinha a patente de tenente-coronel. Coordenou durante todas as campanhas equipes de inteligência militar, que apoiavam as tropas de combate. Foi um dos oficiais mais graduados que atuaram durante a fase invisível da guerrilha, a partir de 1973, quando tropas especiais desceram na selva com a ordem expressa de erradicar por completo os guerrilheiros. Em junho de 2001, toda a documentação primária referente à

peça essencial na pesquisa. Coube ao Dr. George, por sua vez, pesquisar e redigir os capítulos operacionais, ou seja, relatar as operações de contra-guerrilha desencadeadas pelos militares.

¹⁹ No jargão militar, “operação especial” é aquela no qual o militar é treinado para agir segundo técnicas não convencionais utilizadas na guerra regular. Entre os grupos mais conhecidos de tropas especiais estão os Comandos Britânicos, os Boínas-Verdes e os Rangers, dos Estados Unidos. No Brasil, destacam-se os Boínas-Pretas (pára-quedistas) e os comandos de guerra na selva. Esses dois grupos formaram o grosso das tropas especiais que participaram da Terceira Campanha no Araguaia, como veremos adiante.

²⁰ O termo “espionagem” é utilizado no jargão militar para trabalhos de inteligência em outros países. No caso da repressão durante o regime militar brasileiro, incluindo a Guerrilha do Araguaia, o termo exato é “contra-subversão”. Utilizamos “espionagem” para facilitar a leitura.

²¹ Descobri mais tarde nas narrativas orais de outros militares, que Dr. George cumpria o papel de aparecer para conversar os presos na condição de “bom amigo” e “confidente”, depois dos interrogatórios (com tortura física ou psicológica) conduzidos por outros militares que faziam o papel de “inimigo”. Ao indagar sobre esses relatos com o próprio Dr. George, ele não só confirmou. Como também explicou que esse método seria uma das formas mais eficientes de recrutar militantes “desiludidos” com a luta armada, transformando-os em informantes das Forças Armadas.

²² Obra organizada após a Anistia, em 1979, pela Arquidiocese de São Paulo. Contém relatos sobre tortura e maus tratos sofridos por militantes marxistas durante o Regime Militar. Mitra Arquidiocesana de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Tomos I a VI. Petrópolis: Vozes, 1985-1988.

²³ Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile. Nos anos 90, apareceram documentos mostrando que os regimes militares do Cone Sul colaboraram entre si na repressão aos grupos de esquerda armada, a chamada Operação Condor.

pesquisa dos militares me foi entregue para análise e posterior publicação. O *Dossiê Araguaia* é a peça mais importante, resultado do esforço de sistematização das informações pelos próprios militares. Há também mapas, relatórios descrevendo os períodos das ações das patrulhas e relatos de agentes infiltrados na guerrilha. Todo esse material foi classificado como “Secreto” ou “Confidencial”.

Curioso descobrir que um dos traços do imaginário dos militares é uma enorme resistência para gravar depoimentos, mas costumam fazer longos relatos de suas experiências por cartas ou por e-mails. Ainda há cartas, bilhetes, manifestos e outros documentos apreendidos dos guerrilheiros. O principal é o chamado *Diário do Velho Mário*, tal como já dito, que acabou se tornando um documento essencial utilizado pelos militares para a produção do *Dossiê Araguaia*. Serviu de contraponto na reconstituição de fatos, pessoas, datas e locais.

De posse de vasta documentação, me restava decidir o que fazer com o material. A primeira idéia era publicá-lo como livro. O *Dossiê* seria utilizado como ponto de partida. Avaliei que havia a necessidade de pesquisas complementares para esclarecer muitas omissões e lapsos por parte dos militares na redação do *Dossiê*. Algumas, porque não foram consideradas relevantes. Outras eram omissões propositais, resultado do que eles avaliaram ser assuntos sigilosos, que por Razões de Estado assim deveriam permanecer.

Enquanto realizava essa nova rodada de pesquisas sobre o tema, ingressei no Mestrado em História da Universidade de Brasília. Foi então acertado com os autores do *Dossiê Araguaia* que o mesmo seria utilizado como uma das fontes principais da minha pesquisa. Para realizar o trabalho proposto para a universidade - analisar as práticas dos militares na Guerrilha do Araguaia - seria necessário pesquisar muito mais. Principalmente um detalhamento maior sobre o cotidiano dos pelotões e o imaginário dos militares - o que pensavam sobre os guerrilheiros, o que temiam, suas emoções, valores, ideais, imagens, significações que conferiram às suas ações.

Nesse contexto, o *Dossiê Araguaia* é um documento de relevância para a historiografia brasileira. O documento marca a primeira vez que informações sobre o *modus operandi* da inteligência militar brasileira vêm a público de forma sistemática. Ele é extremamente rico em informações sobre a participação efetiva de militares nas três campanhas do episódio, em especial na terceira, quando teriam sido utilizados oficiais e praças de tropas especializadas em guerra na selva e em operações especiais, vestidos com trajes civis e com grande independência operacional, e com ordens superiores expressas para perseguir, prender e eliminar, de vez, aquele movimento revolucionário - fatos negados oficialmente pelas Forças Armadas até a presente data.

No *Dossiê*, os militares relatam pela primeira vez seu próprio saldo da Guerrilha. Dos 107 guerrilheiros e camponeses que participaram do conflito, 64 teriam morrido²⁴, 18 teriam “paradeiro desconhecido”²⁵, 15 foram presos e sobreviveram, sete teriam desertado e dois teriam cometido suicídio. Informam, também, que um guerrilheiro teria sido “justiçado” pelos próprios companheiros, abordando um dos temas mais delicados para a esquerda brasileira²⁶. O *Dossiê* revela, ainda, a data provável de cada prisão ou morte. Também revela as possíveis baixas nas Forças Armadas: cinco mortos e seis feridos²⁷.

²⁴ Nessa conta, os autores do *Dossiê* somam os guerrilheiros do PC do B cujas circunstâncias das respectivas mortes são públicas, aqueles que tombaram em emboscadas ou em combates verdadeiros na selva, de armas em punho; com os “desaparecidos”, aqueles que podem ter sido capturados vivos, levados como prisioneiros para as cidades e depois executados. Há pelo menos cinco casos com fortes indícios de guerrilheiros que teriam sido presos antes de desaparecer, conforme detalharei adiante.

²⁵ “Paradeiro desconhecido” é o eufemismo que os militares, autores do *Dossiê*, escolheram para se referir a 18 moradores da região do Araguaia que foram recrutados pelo PC do B, e que depois também se tornaram “desaparecidos”. Quase totalidade dos integrantes dessa lista não foi incluída na lista dos “desaparecidos políticos” preparada pelas organizações de Direitos Humanos e entregue ao Ministério da Justiça. Permanecem como vítimas anônimas da guerrilha.

²⁶ “Justiçamento” era o termo utilizado pela esquerda brasileira para caso de execuções sumárias de guerrilheiros acusados de traição. Os “justiçamentos” teriam ocorrido tanto na guerrilha urbana quanto na rural. O assunto é polêmico. Os militares afirmam que o guerrilheiro Rosalindo de Souza, por exemplo, teria sido “justiçado” pelos companheiros por causa de um caso banal de adultério envolvendo o casal de guerrilheiros Arildo Valadão e Aurea Elisa Pereira. Já o PC do B sustenta a versão de que Rosalindo teria morrido acidentalmente enquanto limpava a arma. Abordarei o caso adiante.

²⁷ Dois mortos em combate, atingidos pelos guerrilheiros, sendo um cabo e um sargento; outros dois mortos por acidente, atingidos pelos próprios companheiros; mais um desaparecido na selva, que tanto pode ter sido atingido pelos guerrilheiros quanto atacado por cobra ou onça. Desses cinco, consegui nomes, datas e circunstâncias de suas mortes, ou no *Dossiê*, ou através de relatos de militares. Há boatos nas Forças Armadas que teriam morrido 16 militares; depoimentos de moradores da região apontam para um número não inferior a 15. Não encontrei, até o momento, nenhum indício concreto dessas mortes.

Comparados com os nomes e números apresentados pelo PC do B à Comissão dos Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça, são significativas as discrepâncias em relação ao saldo dos militares no *Dossiê*. De acordo com o PC do B, teriam tombado 75 pessoas, sendo 58 guerrilheiros e 17 camponeses²⁸. Segundo a contabilidade dos militares, teriam sido 85. Ou seja, os militares admitem dez mortos a mais. O *Dossiê* informa quem são e quando teriam morrido. Essa, decerto, é a informação mais esperada pelas organizações de Direitos Humanos em atividade no Brasil.

Uma das questões essenciais que restaram obscuras no *Dossiê* é sobre as circunstâncias das mortes dos “desaparecidos” – relata apenas as mortes que teriam sido “em combate”. O *Dossiê* também não esclarece onde estariam os corpos. Homens de Estado que são, podem até acreditar que se trata de um dever omitir essas informações. Pesquisadores, contudo, têm por dever de ofício buscar sempre jogar clarões de luzes sobre aquilo que Fernand Brandel define como instantâneos da História²⁹.

1.3 - O SEGREDO: UMA EXCEÇÃO DO ESTADO

Não sobraram muitos documentos sobre o episódio nos arquivos das Forças Armadas. Pelas narrativas dos militares, teriam sido quase todos cremados - principalmente os da Terceira Campanha - entre fins de 1974 e início de 1975, depois que os comandantes concluíram que a Guerrilha do Araguaia já estava completamente debelada. Eram fotografias e relatos de combates que poderiam levar à localização dos corpos. De quem teria sido a ordem? Do presidente Ernesto Geisel, apontam os militares envolvidos naquela operação. Por qual razão? Razões de Estado, questões de segurança nacional, os militares justificam em suas narrativas.

²⁸ Inicialmente, o PC do B, com base no Relatório Arroyo, contabilizava seis camponeses. A partir da década de 1980, esses números foram aumentando, à medida que os moradores da região faziam relatos de pessoas que teriam desaparecido. O PC do B já chegou a contabilizar 19 camponeses mortos, mas um deles apareceu. Criméia Almeida contabiliza em “cerca de 17”. Optei por esse número mais conservador.

²⁹ APUD Sônia Lacerda. “História, narrativa e imaginação histórica”. In: Tânia Navarro Swain, (Org.). *História no Plural*. Brasília: Ed. UnB, 1994, pág. 13.

Foi Platão quem apresentou, pela primeira vez, o conceito da “nobre mentira”, aquele que concedia aos governantes o direito de simular e de dissimular, tal como um médico mente aos pacientes, ou como se mente às crianças³⁰. Contudo, coube a Maquiavel re-elaborar o conceito, estabelecendo os fundamentos da idéia de “Razões de Estado”, legitimando a dissimulação e a falsidade dos governantes como uma nova tradição do pensamento moderno. Em seus *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel aconselha os príncipes a se resguardarem dos perigos interno e externo, “não deixando para trás nenhum caso documentado de um e de outro”³¹.

Bobbio, um dos mais profícuos pensadores contemporâneos, debruçou-se sobre esse tema, que ele prefere tratar por *arcana imperii* – expressão criada por Tácito³² para definir os mistérios do Estado e as autoridades ocultas. Em *O Futuro da Democracia*, Bobbio também apresenta o conceito do criptogoverno, que seria um “conjunto de ações realizadas por forças políticas eversivas que agem na sombra em articulação com os serviços secretos”³³. Segundo Bobbio, é importante compreender que na categoria dos *arcana* entram dois fenômenos diversos, porém estreitamente coligados:

³⁰ O conceito de nobre mentira, ou piedosa mentira, foi apresentado quando Platão escreve sobre a formação do Estado na República. Na passagem 389, ao dialogar com Adimanto, Sócrates apresenta a idéia: “Mas se a alguém é lícito faltar com a verdade, será unicamente a aqueles que governam a cidade, autorizados a fazê-lo com respeito a seus inimigos e seus concidadãos. Ninguém mais poderá fazê-lo”. Adiante, na passagem 414, no diálogo com Glauco, Sócrates exemplifica o que seria uma nobre mentira ao contar uma lenda que teve início na Fenícia, lenda essa que justificava a diferença de classes, que diz que os membros das três classes procedem de raças distintas, a saber, de ouro, prata, e ferro: “De que mecanismos nos valeremos agora para inventar alguma mentira benéfica e com isso tratar de convencer aos governantes ou mesmo ao resto da cidade?”, diz Sócrates no Diálogo. Aristóteles, nos *Ensaio Sofísticos*, legitima a dissimulação para que governantes se resguardem de seus inimigos externos. In: Platon. “La República”. In: *Obras Completas*. Madrid: Aguilar, 1969, págs. 703 e 719:

³¹ Nicolau Maquiavel. *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 1979, págs 314-328. No Livro Terceiro, Capítulo Sexto, “As Conspirações”, Maquiavel apresenta os contornos gerais do conceito, mas não chega a utilizar a expressão “razões de Estado”. O conceito apareceu pela primeira vez na obra do pensador renascentista Giovanni Botero, *Della Ragion di Stato*, de 1589, na qual ele, apesar de criticar a obra de Maquiavel, acaba ajudando a imortalizar o maquiavelismo vulgar contido na máxima “os fins justificam os meios”. In: Nicola Abbagnano. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, verbete “Razões de Estado”, pág. 830.

³² Historiador romano (55.-111 d.C.) que narrou a história de Nero e do início da Era Cristã. Nos Anais 2.36, Tácito escreve sobre os segredos do governo. In: Swergio Pistone. “Razão de Estado”. In: Norberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. João Ferreira (coord.). Brasília: Editora UnB, 2ª ed., 1986, pág. 1.066.

³³ Norbert Bobbio. *O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pág 103.

“O fenômeno do poder oculto ou que se oculta e o poder que oculta, isto é, que se esconde escondendo. O primeiro compreende o tema clássico do segredo de estado, o segundo compreende o tema igualmente clássico da mentira lícita e útil (lícita porque útil) que nasce, nada mais nada menos, com Platão. No estado autocrático, o segredo de estado não é a exceção, mas a regra”³⁴

No ensaio *A Mentira na Política*, Hanna Arendt mostra que a veracidade nunca esteve entre as virtudes políticas, e que mentiras, embustes e auto-embustes foram encarados como instrumentos justificáveis nesses assuntos:

“Sigilo – diplomaticamente chamado de ‘discrição’ e de arcana imperii (os mistérios do governo – e embuste, ou seja, a falsidade deliberada e a mentira descarada, são usadas como meios legítimos para alcançar fins políticos desde os primórdios da história documentada. (...) A negação deliberada dos fatos – isto é, a capacidade de mentir – e a faculdade de mudar os fatos – a capacidade de agir – estão interligadas; devem suas experiências à mesma fonte: imaginação”³⁵

E Swergio Pistone, assim resume a questão:

“Das teses da doutrina da Razão de Estado, esta tradição afirma que a segurança do estado é uma exigência de tal importância para os governantes que, para a garantir, são obrigados a violar normas jurídicas, morais, políticas e econômicas que consideram imperativas, quando essa necessidade não corre perigo”³⁶.

Enfim, foi exatamente o que os militares instituíram ao final da Guerrilha do Araguaia. As autoridades de então decidiram manter o conflito sob o império do oculto, pensando que poderiam apagá-lo da História nada revelando à opinião pública. Para tal, contaram mentiras – nobres mentiras? - simularam, dissimularam, violaram normas jurídicas e morais, sob a justificativa da segurança do Estado. Venceram a guerra, mas de saldo, cremaram papéis e

³⁴ *Idem, Ibidem*, pág. 94.

³⁵ Hannah Arendt. *A Mentira na Política – Considerações sobre os Documentos do Pentágono*. In: Hannah Arendt. *Crises da República*, 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2004, pág. 15.

³⁶ Swergio Pistone. “Razão de Estado”. In: Norberto Bobbio. *Dicionário de Política*. 2ª ed., Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986, pág. 1.066.

esconderam arquivos sobre o episódio, não deixando para trás, como bem diria Maquiavel, muitos casos documentados de um e de outro lado.

E quais as exatas razões de Estado, afinal, justificaram a decisão maquiavélica de não deixar casos documentados de um e de outro lado? Eram tempos de Guerra Fria, lembram os militares, e havia o forte temor dentro do regime militar de que a Albânia³⁷, a China ou algum país do bloco socialista reconhecesse a área do Araguaia - ou a Amazônia inteira - como "Área Liberada", uma região autônoma, independente do Brasil, onde haveria uma guerra civil em curso. Durante os combates, a Rádio Tirana, da Albânia, transmitia noticiário em português narrando a vitória das "forças populares". Maurício Grabois, comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras, registrou tal intenção em seu diário, que acabou caindo na mão dos militares. Eis o que ele escreve, numa anotação datada de 05 de agosto de 1972:

*"Nossa perspectiva na região é criar uma área liberada, conquistar uma base de apoio. Isto, por enquanto, é só uma perspectiva, mas nós avançamos muito nesse sentido. Surgem os primeiros embriões da área liberada. (...) Se temos a perspectiva de criar uma área liberada, devemos, desde já, ter em vista os embriões do poder local"*³⁸

Em maio de 1975, por exemplo, quando já fazia mais de um ano que a guerrilha fora derrotada, a Executiva do PC do B divulgava um comunicado oficial proclamando "as vitórias das Forças Guerrilheiras nas três campanhas de cerco realizadas pelo Exército". Simultaneamente, em segurança na Europa, os dirigentes do partido conseguiam publicar na rádio *Tirana*, da Albânia, e no jornal *Le Monde*, em Paris, reportagens sustentando que a guerrilha teria o controle sobre uma área liberada do tamanho da Bélgica³⁹.

³⁷ O PC do B, que nasceu seguindo a linha chinesa, naquele momento era vinculado politicamente e financiado pelo governo da Albânia, "O Farol da Humanidade", como pregavam seus militantes.

³⁸ In, *Diário do Velho Mário*, págs. 89-90.

³⁹ Amaury Ribeiro Jr.. "Vencido, PC do B não admitiu derrota para o Exército – 'Outros Araguaíais surgirão', dizia documento que DOI-Codi apreendeu no Massacre da Lapa, dois anos após o fim da guerrilha". *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 abr. 1998, pág. 10.

Para as Forças Armadas, portanto, o conflito do Araguaia deveria ser tratado como assunto ultra-secreto diante do público externo, algo que sequer existiu. Vale lembrar que, diferentemente, a guerrilha urbana foi tratada de forma acintosa e aberta pelo regime militar, que espalhou pelas cidades cartazes com fotografias de “terroristas” procurados. Diferença de tratamento que podemos imputar à maior facilidade de montagem da guerrilha urbana, visto que os guerrilheiros

“não precisavam contar com a solidariedade ou conivência de massa, mas podiam explorar o anonimato da cidade grande, além do poder de compra do dinheiro e um mínimo de simpatizantes, na maioria da classe média. Esse grupos de ‘guerrilha urbana’, ou ‘terroristas’, acharam mais fácil produzir dramáticos golpes publicitários e assassinatos espetaculares [...], para não falar de ataques para levantar fundos, do que revolucionar seus países”⁴⁰

O que se discute atualmente é como conciliar, em doses certas, os princípios das liberdades públicas com as necessidades do Estado. Em *A Mentira na Política*, Arendt escreveu que “os homens atuantes, quando se sentem donos de seus próprios futuros, ficarão eternamente tentados a se fazerem donos do passado também”⁴¹.

Podem não ter restado muitos casos documentados nos arquivos oficiais, contudo, sobraram documentos sobre a guerrilha, tanto em escaninhos secretos nos quartéis, como também guardados nas residências dos ex-combatentes, especialmente documentos que tratam das fases anteriores à Terceira Campanha. Mas só é possível extrair informações relevantes desses documentos remanescentes, insisto em explicar, quando é feita uma minuciosa leitura por algum militar que conheça detalhes da história que ficou oculta. Só assim, examinando os documentos com a mesma disposição do arqueólogo que analisa fragmentos de ossos, é possível encontrar outros sentidos. Enfim, só é possível reconstruir o imaginário da época através da memória.

⁴⁰ Eric Hobsbawm. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pág. 429.

⁴¹ Hannah Arendt, *Op. Cit.*, pág. 20.

Mas encontrei muitos documentos ao longo da pesquisa. Sobre a fase na qual os militares promoviam uma guerra não-regular, usando trajes civis, a chamada Operação Marajoara, somente dois me ajudaram. Um deles é oficial, secreto, e faz uma avaliação das primeiras semanas de caçada aos guerrilheiros. O outro é fichário pessoal de um militar de informações, anotações à mão dos nomes e das circunstâncias das mortes dos guerrilheiros, além de um organograma com a possível hierarquia das Forças Revolucionárias no Araguaia. Mas ambos são insuficientes para esclarecer as circunstâncias das mortes – e onde estão os corpos.

Desta forma, saí a campo complementando a pesquisa anterior. Voltei aos militares que havia ajudado e colhi depoimentos orais para tentar esclarecer minhas próprias dúvidas sobre o episódio. Tentava esclarecer, principalmente, as circunstâncias da morte dos guerrilheiros mais conhecidos, tema que os autores do *Dossiê* não abordaram. Para eles, o melhor seria promover um esquecimento sobre o assunto. Para Cléria Botelho da Costa,

“Narrar implica uma construção de significados e estabelece uma interação entre quem narra e os eventos narrados, entre o sujeito pensante e os ouvintes. E, neste processo de reconstrução dos fatos narrados, o sujeito rememorador seleciona, organiza e recria mentalmente os fatos”⁴²

Assim, ao narrarem as lembranças da guerrilha, os militares não apenas reviviam o passado, mas o reconstruíram a partir de suas memórias, muitas das quais não desejavam que tornassem públicas. Avalio que obtive informações relevantes nessa busca de informações através de depoimentos orais. Entrevistei militares que integraram pelotões de execução. Colhi depoimentos de militares escalados pelos superiores para apertar o gatilho. Gravei alguns deles. Consegui apurar informações preciosas, portanto, para analisar o imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia.

⁴² Cléria Botelho da Costa. “Memórias compartilhadas: os contadores de histórias” In: Cléria Botelho da Costa e Nancy Alessio Magalhães (orgs.) *Contar História, fazer História – História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001., pág. 83.

Mas à medida que a pesquisa avançava e eu descobria detalhes mais profundos sobre os atos de exceção no Araguaia, muitos militares foram recuando na disposição inicial de me ajudar. Conversavam uns com os outros, discutiam entre si o que poderiam me revelar ou não. Muitos me procuraram para insistir que suas verdadeiras identidades deveriam ser resguardadas. Nas questões mais delicadas, aquelas que envolviam a morte dos guerrilheiros, alguns deles não queriam sequer que eu revelasse seus codinomes. Por quê? Ora, me explicaram, porque os próprios companheiros saberiam que estavam quebrando o código do silêncio, há muito pactuado.

Dr. George, coordenador das pesquisas que resultaram no *Dossiê Araguaia*, como já dito, posicionou-se explícita e peremptoriamente contra qualquer revelação sobre as circunstâncias das mortes. Principalmente sobre a existência de pelotões de execução. E, mais ainda, contra a eventual revelação de nomes. Argumentou, numa das muitas conversas e entrevistas orais que mantivemos, que eu não tinha provas sobre os fatos que pretendia narrar. E que eu acabaria sendo “desmoralizado como pesquisador”. Advertiu que os militares, caso acareados, negariam publicamente os fatos narrados. Enfim, argumentou o militar, eu poderia ser acusado de produzir uma obra de ficção. Haveria, inclusive, o risco de quebra da minha “integridade física”.

Bobbio nos lembra que um dos princípios fundamentais do Estado constitucional é que “o caráter público é a regra, o segredo a exceção”⁴³. Kant, por sua vez, afirmou resolutamente que o iluminismo exige “a mais inofensiva de todas as liberdades, qual seja, a de fazer uso público da própria razão em todos os campos”⁴⁴. Portanto, optei por relatar e analisar aqueles episódios mais obscuros que foram lembrados por militares nas entrevistas orais. Optei também por manter o compromisso de preservar, de não tornar públicas as identidades daqueles que cometeram atos de exceção. Por isso, usei codinomes na identificação deles.

⁴³Noberto Bobbio. *O Futuro da Democracia...Op. Cit.*, pág. 86.

⁴⁴ *APUD Idem, Ibidem*, pág. 90.

Nessas narrativas orais de militares, colhi a informação de que a maior parte dos mortos na Primeira e na Segunda Campanha - cerca de 15 -, teria sido enterrada no cemitério da cidade de Xambioá, uma área reservada aos indigentes, aos posseiros e a uma legião de vítimas anônimas dos conflitos de terras da região. Mais quatro teriam sido enterrados no cemitério de Marabá, também sem identificação. Indaguei por que não há cruzes para identificar os locais onde foram enterrados os corpos. Segundos as narrativas orais, a ironia corrente na ocasião entre os militares é que não se deveria fincar cruz em sepultura de guerrilheiro em respeito ao próprio morto. Afinal, alegavam, comunista não acredita em Deus. Então questionei: e quanto a colocar simples placas com identificações? Em outra ironia, me responderam que os guerrilheiros também não tinham identidade, só codinomes. Portanto, seria uma ilegalidade enterrar alguém com o nome falso.

Quando aos demais guerrilheiros, cerca de 70 desaparecidos, informaram que teriam sido sepultados na própria mata, perto de onde cada um tombou, de forma que se tornou praticamente impossível com o tempo detectar o local exato de cada cova. Outros, cerca de 20, tiveram seus corpos levados para os quartéis e ali enterrados. Os restos de André Grabois, por exemplo, se encontrariam perdidos na mata. Os de Maurício Grabois também. Ambos foram fotografados depois de mortos. Os militares informam que tinham o hábito de fotografar os corpos antes de enterrá-los na mata, pois ajudaria na identificação posterior pelos órgãos de inteligência em Brasília. Um pouco mais de 40 foram fotografados, mas quase todas as imagens teriam sido cremadas em fins de 1974. Em pelo menos quatro casos, no qual os pelotões não dispunham de máquina fotográfica nem condições de carregar os corpos, amputaram o polegar direito do guerrilheiro (ou a mão inteira) depois de falecido⁴⁵.

Essas narrativas orais me revelaram ainda que pelo menos cinco guerrilheiros, talvez sete, teriam tido suas cabeças cortadas por moradores da região, a serviço do Exército. A razão para tais atos, segundo os militares, era o prêmio em dinheiro vivo por cada cabeça – exatos 5 mil cruzeiros por cada

⁴⁵ Depoimentos orais dos militares Dr. Barbosa (codinome), em 23 de maio de 2003, e Dr. Sérgio (codinome), em 11 de junho de 2003.

vivo, ou 10 mil cruzeiros se entregue morto, valor que na época dava para comprar um sítio de 50 hectares na região. Por isso, no imaginário deles, alguns camponeses resolveram colaborar com o Exército⁴⁶. Também me foi revelado, nas narrativas dos militares, que entre 15 e 20 guerrilheiros teriam sido presos vivos e executados depois dos interrogatórios. Outro grupo, entre 20 e 30 guerrilheiros, também teria sido exumado em 1975 para imediata cremação, geralmente com a ajuda de pneus usados. Isso porque os camponeses teriam começado a encontrar corpos e os militares preferiram fazer uma limpeza na área.

O único corpo de guerrilheiro até agora identificado é o de Maria Lúcia Petit da Silva, a Lúcia, morta logo no início dos conflitos, em 16 de junho de 1972⁴⁷, de acordo com o *Dossiê*, em combate com soldados regulares do Exército. Seu corpo foi encontrado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo em 1991, sem cruz ou placa de identificação, no Cemitério de Xambioá. Exumado, identificado cinco anos depois por peritos da Unicamp, seus restos se encontram enterrados no Cemitério de Bauru, sob os cuidados da família⁴⁸. Por outro lado, infiro que a prática do enterro “clandestino” era uma forma de demarcar um lugar de poder, de retirar do “outro”, o guerrilheiro, o direito de ter um nome e um corpo a ser velado e imantado, respeitosamente, por suas famílias, um valor da nossa cultura.

⁴⁶ Depoimento de CAJ, em 08 de junho de 2001.

⁴⁷ O PC do B estima que sua morte tenha sido em junho de 1972, mas não sabe a data exata.

⁴⁸ Há evidências de que um outro corpo exumado, em 1991, do Cemitério de Xambioá, seja do guerrilheiro Francisco Manoel Chaves. Os peritos descobriram que os restos mortais seriam de um homem velho e negro, características de Chaves. O corpo encontra-se, desde então, com os peritos do Instituto Médico Legal de São Paulo, mas até a presente data a identificação não foi realizada por falta da ficha antropológica. Em 1996, a Comissão de Mortos de Desaparecidos do Ministério da Justiça retirou do Cemitério de Xambioá três outras ossadas. As ossadas ficaram até novembro de 2003 guardados na Polícia Federal em Brasília. Havia indícios de que uma delas pertencesse ao guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho, mas o teste de DNA não confirmou. Em fevereiro de 2003, duas ossadas que não apresentavam características de serem de guerrilheiros (ambas sem ferimentos de bala, uma delas com um crucifixo) foram enviadas de volta a Xambioá sem exame de peritos. Em novembro de 2003, restos de uma ossada foi enviada para perícia na Argentina. Há ainda restos de duas ossadas, sem crânio, encontradas na reserva dos índios suruí, que ajudaram os militares na caçadas aos guerrilheiros. Pelos relatos dos camponeses, seriam restos de guerrilheiros. *In*: depoimentos orais de Criméia Almeida, em 29 de outubro de 2004; e da pesquisadora Myrian Luiz Alves, militante dos direitos humanos e biógrafa do guerrilheiro do Araguaia Líbero Giancarlo Castiglia, o Joca, em 15 de setembro de 2004.

1.4 - CORPUS DIVERSIFICADOS

Somente três guerrilheiros conseguiram escapar vivos da última campanha do Araguaia, quando os militares desceram na mata com táticas de guerra não-regular e com ordens expressas de extirpar de vez com o levante – 47 estão desaparecidos. Um dos sobreviventes foi o comandante Ângelo Arroyo, segundo na hierarquia da guerrilha, abaixo somente de Maurício Grabois. Ele conseguiu deixar a mata em janeiro de 1974. Mais tarde, em São Paulo, Arroyo teve tempo de relatar os acontecimentos que protagonizara em dois longos documentos: um relatório sobre os fatos testemunhados e um balanço com sua avaliação sobre a guerrilha. Esses dois documentos são conhecidos pelo nome genérico de *Relatório Arroyo*. O comandante morreu em 1976, no cerco militar a uma reunião que o partido promovia em São Paulo, episódio conhecido por “Chacina da Lapa”⁴⁹. O *Relatório Arroyo* é o documento público mais importante que se tem sobre a Guerrilha. Serviu como fonte primária para absolutamente todos os documentos de avaliação do partido, para os livros publicados e para as pesquisas históricas sobre a guerrilha⁵⁰.

O segundo guerrilheiro que escapou chama-se Micheas Gomes de Almeida, codinome Zezinho. Era um dos poucos operários recrutados pelo PC do B para a aventura e um dos raros guerrilheiros, dentre todos os 69, que sabia como entrar e sair da área dos conflitos sem enfrentar grandes riscos. Aliás, era essa a sua missão: inserir e extrair guerrilheiros. Foi Micheas quem retirou o comandante Arroyo da mata quando o naufrágio era iminente e depois desapareceu, mas seu nome não chegou a integrar a lista de desaparecidos políticos do Ministério da Justiça, visto que Arroyo registrou, em seus escritos, a saída de Micheas da mata. Nem o partido nem os militares sabiam de seu paradeiro. Muitos acreditavam que pudesse estar morto. Micheas se reapresentou em 1996⁵¹. Contou que havia mudado de identidade. Explicou na

⁴⁹ Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. *Op. Cit.*, págs. 205 e 206.

⁵⁰ Ressalto que o *Diário do Velho Mário*, ainda inédito, tem informações ainda mais detalhadas sobre o cotidiano da Guerrilha.

⁵¹ Durante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de São Paulo que investigava o cemitério clandestino na cidade de Perus, a CPI da Vala de Perus, Micheas se apresentou à deputada Teresa Lajolo, do PT. Disse que havia sido guerrilheiro no Araguaia. A deputada consultou a ex-guerrilheira Criméia Almeida, que conversou com ele e confirmou sua história. Na seqüência, foi

ocasião que se manteve na clandestinidade por 22 anos porque os traumas da guerrilha o teriam deixado com amnésia parcial⁵².

Haveria, ainda, um terceiro sobrevivente da Terceira Campanha. Sem saber sua verdadeira identidade, Micheas também o retirou da área, segundo revelou o comandante Arroyo em seu relatório. Sua identidade ainda é desconhecida e, a rigor, pode ser qualquer um dos 47 desaparecidos⁵³. Além desses três guerrilheiros sobreviventes – Arroyo, Micheas e o Desconhecido — somente os militares que participaram da guerrilha sabem ao certo quem morreu e o que ocorreu na terceira e decisiva fase da Guerrilha do Araguaia.

Há um outro documento, além do *Relatório Arroyo*, que ao longo das décadas de 80 e 90 tem sido utilizado como fonte primária de informações sobre o Araguaia, o chamado *Relatório Pomar*, produzido por Pedro Pomar, então membro do Comitê Central do PC do B e um dos idealizadores da guerrilha. Pomar esteve na área antes do início dos combates para montar uma base de apoio. Depois da derrota, o partido difundiu boletins internos garantindo uma estrondosa vitória no Araguaia e começou a divulgar no exterior que teria o controle sobre uma área maior do que a Bélgica. Pedro Pomar então redigiu uma análise controvertida, relatando o que sabia sobre a derrota e tecendo autocrítica sobre a aventura. Pedro morreu logo depois, na “Chacina da Lapa”, junto com Ângelo Arroyo. Foi seu filho, Wladimir Pomar, quem tomou a iniciativa de tornar público o documento, publicando-o em livro

reapresentado à história pelo professor Romualdo Pessoa Campos Filho, da Universidade Federal de Goiás, autor de importante obra sobre a guerrilha, conforme veremos adiante. Os dirigentes do PC do B o reintegraram ao partido. Hoje ele mora em Goiânia e trabalha para o partido. *In*: depoimento oral de Criméia Almeida, em 29 de outubro de 2004.

⁵² Em depoimentos orais para historiadores, jornalistas ou militantes do PC do B, Micheas já tentou por diversas vezes fazer uma reconstituição factual da guerrilha, em especial da Terceira Campanha. Mas não consegue conectar episódios e nomes de forma coerente. Costuma ficar nervoso quando apresentado a contradições e muda de assunto ou suspende as entrevistas. A maior dificuldade é fazer com que lembre dos detalhes de sua fuga no Araguaia. Eu o entrevistei em setembro de 2004, em Brasília. Em conversas posteriores com jornalistas ou pesquisadores que também já o entrevistaram, como Criméia Almeida, descobri que Micheas se comportou de forma semelhante.

⁵³ Com base em uma série de indícios, os militares que redigiram o *Dossiê Araguaia* chegaram a acreditar que o Desconhecido fosse José Antônio Botelho, codinome Antônio, um dos desaparecidos da lista dos militares. Posteriormente, em minhas próprias pesquisas, descobri que Botelho era um dos nomes falsos usados por Antônio Ferreira Pinto, o Antônio Alfaiate, morto a 13 de outubro de 73, em companhia do guerrilheiro Jaime Petit da Silva, segundo o *Dossiê Araguaia*.

em 1980⁵⁴, depois de romper com o PC do B para ajudar a fundar o Partido dos Trabalhadores, PT.

Por fim, existe um terceiro documento que registra o cotidiano da Guerrilha. Trata-se do *Diário do Velho Mário*, redigido entre 30 de abril de 1972 e o Natal de 1973, cujo teor manteve-se por todos esses anos oculto do conhecimento público. Maurício Grabois, o Velho Mário, foi um dos primeiros guerrilheiros a chegar à região, ainda em 1966. Morreu em 25 de dezembro de 1973, em combate, quando seu destacamento foi cercado por uma patrulha de pára-quedistas e terminou de ser dizimado, num episódio que ficou conhecido como “Chafurdo do Natal”. Seu corpo jamais foi encontrado.

Quanto ao *Diário*, chegou a Marabá no final da tarde de 25 de dezembro para ser encaminhado na primeira hora do dia seguinte para o Centro de Informações do Exército em Brasília. Uma história envolve esse documento. Um capitão da área de informações pediu o material emprestado aos colegas para examiná-lo. Então convocou cinco cabos e soldados para que se revezassem na tarefa de copiar o conteúdo à mão. O *Diário* original teria sido cremado. Mas restaram cópias datilografadas. Tive acesso a uma cópia digital desse documento, preservada nos arquivos pessoais desse capitão.

Por maior que fosse o detalhamento do *Dossiê Araguaia*, esse documento foi elaborado por um dos lados do conflito, o dos militares. Necessário, portanto, fazê-lo dialogar com outras falas, tirar os vencidos do silêncio⁵⁵. Desta forma, esses três documentos redigidos por guerrilheiros - *Relatório Arroyo*, *Relatório Pomar* e *Diário do Velho Mário* -, apresentaram-se, ao lado do *Dossiê Araguaia*, como *corpus* fundamental para a presente pesquisa. Complementam os discursos produzidos pelos militares, cruzando informações, percebendo discrepâncias, descobrindo, desvelando, decifrando os sentidos aí inscritos. Foram também necessárias outras leituras, outros olhares sobre o tema, outras reflexões.

⁵⁴Wladimir Pomar. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

⁵⁵ Aqui utilizo expressão do historiador Edgar De Decca, In: *1930 - O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Com a Anistia, em setembro de 1979, a partir de 1980 foram publicados livros-reportagens sobre o tema, todos eles hoje esgotados. Destacamos três: os livros dos jornalistas Palmério Dória, Clóvis Moura e Fernando Portela⁵⁶. Essas obras vêm sendo largamente utilizadas como fontes de referências essenciais das pesquisas posteriores. A partir de 1996, o tema Araguaia voltou à imprensa, às editoras e às academias. Fato importante foi a direção do PC do B ter decidido, finalmente, divulgar o discurso oficial do partido sobre os acontecimentos, publicando o livro-revista *Guerrilha do Araguaia – Documentos do PC do B*⁵⁷. Na seqüência, o professor Romualdo Pessoa Campos Filho publicou sua pesquisa de doutorado⁵⁸, utilizando como fontes primárias justamente as obras supracitadas. O pesquisador teve o mérito de colher, pela primeira vez de forma acadêmica e sistemática, depoimentos orais de 33 camponeses e moradores na região que testemunharam os conflitos. Em seu conjunto, esses depoimentos formam importante registro para a História sobre o imaginário dos moradores da região do Araguaia sobre a Guerrilha, sobre a dimensão simbólica instituinte do social, tão importante quanto a dimensão material, na maior parte das vezes desconsiderada pela historiografia. Seu trabalho, desde sua publicação, passou também a ser referência obrigatória em alguns livros de História do Brasil, nos capítulos que versam sobre a Guerrilha do Araguaia⁵⁹.

Em 2002, foram publicadas mais quatro obras sobre o assunto. A primeira é *Coração Vermelho – A vida de Elza Monnerat*⁶⁰, sobre uma das fundadoras do PC do B e organizadoras da Guerrilha. Ela voltou para São Paulo em março de 1972, junto com João Amazonas, assim que os militares chegaram à região. Nada testemunhou no teatro de operações, mas é figura

⁵⁶ Palmério Dória. *A Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981; Clóvis Moura. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985; Fernando Portela. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1987.

⁵⁷ Carlos Pompe (Preparação e Revisão). *Guerrilha do Araguaia – Documentos do PC do B*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1996.

⁵⁸ Romualdo Pessoa Campos Filho. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.

⁵⁹ Destacamos duas obras recentes, que as respectivas editoras têm feito esforços para que sejam adotadas como livros didáticos no 2º Grau e no ensino superior. Fernando Vieira et alii. *Sociedade Brasileira: Uma História Através dos Movimentos Sociais – Vol. I e II*. São Paulo: Record, 2000, 2 vol.; Renato Mocellin. *Reações Armadas ao Regime de 64: Guerrilha ou Terror?*. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

⁶⁰ Verônica Bercht. *Coração Vermelho – A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

essencial em todo o processo, relatado no livro. Outra obra de destaque é o relato da ex-guerrilheira Criméia de Almeida, publicado na página virtual da organização não governamental *Desaparecidos Políticos*.⁶¹ Ela também não estava no Araguaia durante a campanha decisiva, mas tem sido a militante política que mais acompanha, junto às organizações de Direitos Humanos, as novas informações que surgem sobre os desaparecidos do Araguaia.

Há, ainda, a contribuição da imprensa, que desde 1996 vem publicando documentos e depoimentos sobre o Araguaia. A mais importante é a série de reportagens do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, publicada no jornal *O Globo* entre 1996 e 1998, a partir dos arquivos que ele conseguiu junto a militares da Brigada de Pára-queda do Rio de Janeiro,⁶² e na seqüência os documentos que estavam guardados na casa do general Antônio Bandeira.⁶³ Em novembro de 2001 e agosto de 2003, o jornal *Correio Braziliense* publicou duas séries de reportagens também significativas, coordenadas pelo jornalista Eumano Silva a partir de documentos militares inéditos obtidos principalmente pela pesquisadora Tais Morais Hime Urbano⁶⁴. Parte desses documentos foi encontrada nos arquivos do Superior Tribunal Militar, dentro dos processos - os chamados Inquéritos da Policial Militar (IPM) - dos guerrilheiros presos no Araguaia, mostrando para outros pesquisadores um importante caminho para se obter documentos sobre o tema. Os mais relevantes foram obtidos junto a fontes militares da pesquisadora⁶⁵.

É exígua a produção historiográfica sobre o imaginário dos militares a respeito do Araguaia. Recentemente foram publicadas mais três obras relevantes que abordam a participação das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia, todas baseadas exclusivamente na memória e em narrativas orais de

⁶¹ Disponível em: www.desaparecidospoliticos.org.br

⁶² Esses documentos foram doados por um dos militares que combateram no Araguaia, o coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel, à 2ª Seção (Informações) da brigada; mais tarde, um militar da brigada entregou cópias ao jornalista. *In*: Depoimento oral do coronel Lício Maciel, em 27 de setembro de 2004.

⁶³ Amaury Ribeiro Jr. "Segredos da ditadura no baú do general - Arquivos de Bandeira, ex-comandante do III Exército, mostram que líderes de esquerda foram mortos durante torturas, e não em combate". *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1998, págs. 1 e 10-16.

⁶⁴ Eumano Silva e Gilberto Alves. A história do Exército que torturava, matava e cortava cabeças. *Correio Braziliense*, Brasília, 28 de novembro de 2001, págs. 1 et 6-9.

⁶⁵ Eumano Silva e Tais Morais pretendiam lançar um livro sobre o tema. Trabalhavam para publicá-lo no primeiro semestre de 2005, tornando público a íntegra de seus documentos.

militares. A primeira é *A Ditadura Escancarada*, do jornalista Élio Gaspari, lançada em fins de 2002⁶⁶. No último capítulo, “A Floresta dos Homens sem Alma”, o autor compila os fatos relevantes até o momento conhecidos sobre a Guerrilha do Araguaia, avançando na análise a partir de informações inéditas obtidas em narrativas orais de militares, todos eles mantidos sob sigilo.

Em dezembro de 2002, foi lançado outro livro que aborda o tema, do coronel do Exército Aluisio Madruga de Moura e Souza⁶⁷, que trabalhou por 35 anos nos órgãos de informações das Forças Armadas. Madruga relata que esteve por seis meses no Araguaia, participando das operações de inteligência da Segunda Campanha. Em um dos capítulos da obra, o militar revela, em 42 páginas, detalhes inéditos de como foi a ação das Forças Armadas no Araguaia. Importante ressaltar que o coronel Madruga teve acesso a uma cópia do *Dossiê Araguaia*, que lhe foi entregue por um dos militares que o redigiram, e não encontrou nenhuma informação conflitante entre seu livro e o *Dossiê*.

Há, ainda, o livro *O Coronel Rompe o Silêncio*⁶⁸, no qual o coronel Lício Augusto Ribeiro, que participou dos combates na selva nas três campanhas da guerrilha, usando o codinome Dr. Asdrúbal, faz um longo depoimento ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho. Para esta pesquisa, considero o livro de Maklouf o mais significativo dentre os documentos públicos disponíveis, que utilizo, ao longo do trabalho, como contraponto ao *Dossiê Araguaia*. O coronel Lício, ressalto, é um dos militares que mais colaboraram com esta pesquisa.

Cabe analisar, aqui, os sentidos inscritos nesse consenso entre as versões construídas por militares. Esses, ao construírem um discurso homogêneo sobre a Guerrilha do Araguaia, revelam a sua “verdade” sobre o conflito. Verdade que, segundo Foucault, é um “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”⁶⁹. Uma verdade, portanto, que tenta ser homogênea,

⁶⁶ Élio Gaspari. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶⁷ Aluisio Madruga de Moura e Souza. *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*. Brasília: Edição do Autor, 2002.

⁶⁸ Luiz Maklouf Carvalho. *O Coronel Rompe o Silêncio, Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

⁶⁹ Michel Foucault. *Microfísica do poder*. 14ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, pág.13.

consensual, para legitimar-se como a única verdade, e que tem por objetivo deslegitimar outras falas, outros discursos, como os dos guerrilheiros. Enfim, a história construída pelo imaginário de cada um dos diferentes atores não mostra a verdade, uma vez que não há verdade absoluta. Ao contrário. Muitas vezes são construídas em cima do que Arendt chamou de embustes, auto-embustes - ou mesmo de deslavadas mentiras.

Há muito que o Brasil já se encontra sob a égide de um regime democrático, mas perduram muitos pontos obscuros na história da Guerrilha do Araguaia – tanto do lado dos militares, quanto dos guerrilheiros. Bobbio lembra que, onde o sumo poder é oculto, tende a ser oculto também o contra-poder:

“Poder invisível e contra poder invisível, são as duas faces da mesma medalha. A história de todo regime autocrático e a história da conjura são duas histórias paralelas que se referem uma à outra. Onde existe o poder secreto existe também, quase como seu produto natural, o antipoder igualmente secreto ou sob a forma de conjuras, complôs, conspirações, golpes de estado, tramados nos corredores do palácio imperial, ou sob a forma de sedições, revoltas ou rebeliões preparadas em lugares intransitáveis e inacessíveis. (...) Ao lado da história dos arcana dominationis poder-se-ia escrever, com a mesma abundância de particulares, a história dos arcana seditionis”⁷⁰

Entendo que até a presente data, por exemplo, a historiografia não esclareceu uma das questões primordiais do movimento: como os militares, os *arcana dominationis*, venceram os guerrilheiros? Outra questão obscura é compreender por que as Forças Armadas permitiram que os *arcana seditionis*, derrotados em campo, pudessem atravessar mais de três décadas apresentando, sozinhos e sem contestação, o seu próprio imaginário sobre o episódio – por vezes construído em cima do que Arendt chama de embustes e auto-embustes. Assim resumiu Maria Inês Nassif:

“Para criar o mito, o PC do B proscreeu ou manteve sob suspeita quem ousou sobreviver. Para transformar em heróis os que morreram, tratou como traidores os que

⁷⁰ Bobbio. *O Futuro da Democracia*. Op. Cit., pág. 95.

viveram. Chega a ser irônico, mas enquanto o PC do B dizia que marchava vitoriosa uma guerrilha já massacrada pelas forças da ditadura, as Forças Armadas, que derrotou, tentava apagar da história qualquer resquício de sua existência. Bem ou mal, a história que o PC do B escreveu sobre o Araguaia é pública. As Forças Armadas, no entanto, transformaram um pedaço da nossa história num espectro. A determinação militar de apagar do mapa uma guerrilha (...) transformou o episódio em algo digno de ser contado por Kafka. Negou-se ao país tanto o nome dos que morreram lutando na guerrilha, como dos que morreram lutando contra ela”⁷¹

Por fim, me parece importante destacar que, em maio de 2003, quando já realizava a pesquisa de campo, procurei o endereço e telefone de Joca Grabois em São Paulo. Eu só havia falado com ele uma única vez, quando o conheci em 1992. Para minha surpresa, ele me informou haver encontrado a fotografia de seu pai, dois anos depois da publicação da reportagem. Era um André com 23 anos, em fotografia de 1968, tirada pelo FBI no Paquistão e enviada para a Polícia Federal do Brasil. Depois foi encontrada uma segunda fotografia, ele meio de perfil, sorrindo, numa festa de criança no Araguaia. Joca acabara de completar 30 anos, tocava uma pequena editora em São Paulo e ainda se mostrava ansioso por saber de toda e qualquer informação sobre a vida e a morte do pai. Em 2002, Joca chegou a ir ao Araguaia, acompanhando Guilherme Schelb, procurador da República, atrás de depoimentos de camponeses que testemunharam o conflito entre guerrilheiros e militares na década de 70.

Espero que o resultado desta pesquisa agora o ajude a entender melhor as circunstâncias que levaram o jovem André Grabois a abandonar o conforto da cidade para se embrenhar numa luta fratricida em algum lugar das selvas amazônicas. Colhi durante a pesquisa o depoimento de dois militares que estavam na patrulha que cercou o destacamento de André⁷². Decerto será reconfortante para Joca saber que o pai tombou lutando por seus sonhos -

⁷¹ Maria Inês Nassif. “Da Estória das vítimas e dos algozes”. *Valor Econômico*, São Paulo, 10 jan. 2005, pág. A8.

⁷² O coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel, codinome Doutor Asdrúbal, e um sub-oficial que usava o codinome de Cid, que até a presente data não autorizou a publicação de sua verdadeira identidade.

cercado por uma patrulha do Exército, ainda tentou sacar sua arma. Morreu em combate, como sonham morrer os revolucionários, como convém ser a morte de guerreiros. Foi o coronel Lício Maciel quem disparou a arma que o matou. Em seu livro depoimento⁷³, o coronel disse o seguinte:

“Eu li o depoimento de uma pessoa falando sobre a viúva e o filho do André Grabois. Eu pensei: é justo que se dê uma notícia, para eles não ficarem nessa esperança. ‘Será que meu pai está morto?’ O cara morreu. Acabou. Morreu em combate, gloriosamente. Podia estar morto de câncer, de tuberculose, mas morreu heroicamente, no combate. O cara pegou a arma e foi peitudo, porque não se entregou. Eu fiquei calado por imposição, e tudo tem o seu limite. Está na hora de contar a nossa versão”⁷⁴

O coronel revela, com suas palavras, informações que durante muitos anos foram segredo do Estado. Esse ato expressa a gradual desconstrução da falsidade e da dissimulação como tradição da sociedade moderna como resposta às reivindicações da sociedade civil brasileira.

⁷³Luiz Maklouf Carvalho. O Coronel Rompe o Silêncio... *Op. Cit.*

⁷⁴ *Idem, Ibidem*, pág. 221.

CAPÍTULO 2

IDENTIFICANDO O IMAGINÁRIO DOS ATORES DO ARAGUAIA

*“Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!”*
(Mário Quintana)

2.1 - A BORBOLETA E A PISTOLA

A guerrilheira Dinalva Conceição Oliveira Teixeira deixou lendas heróicas em sua passagem de quatro anos pela região do rio Araguaia. Corre na tradição oral da região que, de certa feita, quando em combate, mesmo com uma bala alojada no pescoço, teria virado borboleta antes de desaparecer na mata diante dos olhos em estupor dos inimigos¹. Por conta da sua determinação, os guerrilheiros a obedeciam. Pela coragem testada nas armas, os soldados a temiam. Para os militares que entraram na mata, rondava sempre o temor da sua aparição. Nada pior. acreditavam, do que encará-la de frente. Corriam boatos de que ela seria implacável, invencível. Dina: foi este o codinome que ela escolheu ao deixar para trás, em São Paulo, a identidade original de geóloga, a fim de aderir à Guerrilha do Araguaia. A subcomandante Dina, como gostava ser tratada a partir do momento em que foi promovida a

¹ A lenda foi criada a partir de um episódio ocorrido em 20 de setembro de 1972, quando houve em combate com uma patrulha de oito pára-quedistas do Exército, comandada pelo então capitão Álvaro de Souza Pinheiro, mais tarde promovido a general, e filho do general Ênio de Souza Pinheiro, primeiro comandante da Escola Nacional de Informações, ESNI, e um dos líderes da repressão militar na época. Os soldados metralharam a área em que quatro guerrilheiros se escondiam. Dois morreram na hora e um terceiro foi apanhado ferido, morrendo mais tarde. No embate, Dina disparou um tiro que feriu o capitão Álvaro no ombro. Ela escapou, com um arranhão de bala no pescoço. Fonte: Relatório Arroyo, *Op. cit.* Mais tarde, o jornal *Correio Braziliense* enviou equipe para a região do Araguaia a fim de fazer uma série de reportagens sobre a guerrilha. O jornalista constatou que a lenda de que Dina teria virado borboleta

vice-líder do Destacamento C, se tornou um dos ícones maiores da guerrilha extrema. Protagonista da ação, povoou o imaginário da reação militar.

Certa vez, o guerrilheiro Rosalindo Cruz Souza, um advogado baiano que usava o codinome de Mundico, esteve diante da determinação implacável da subcomandante. Bastou uma única vez. Era um caso banal de adultério, triângulo entre Rosalindo e o casal de guerrilheiros Arlindo Valadão, o Ari, e Áurea Elisa Pereira Valadão, a Áurea. Levado às barras do Tribunal Revolucionário das Forças Guerrilheiras do Araguaia – era este o nome oficial da instituição - Rosalindo foi acusado de trair a revolução². Cinco companheiros participaram de seu julgamento, entre eles Dina³. Sete camponeses testemunharam o episódio⁴. Amarrado numa árvore, com as mãos nas costas, Rosalindo, escutou a acusação. Foi sentenciado ao ajustiçamento por unanimidade dos votos. Quem executaria a sentença? Dina levantou-se em silêncio e caminhou em direção ao companheiro. Parou a dois metros de distância e apontou seu revólver Taurus calibre 38 para o coração de Rosalindo. Ele nada falou, não chorou, não pediu clemência. Apenas encarou Dina nos olhos na hora em que ela apertou o gatilho. Rosalindo foi enterrado ali mesmo, num banco de areia a 250 metros da casa sede do sítio, enrolado numa rede. Seu corpo jamais foi encontrado. Ele figura na lista dos desaparecidos políticos do Ministério da Justiça. Esses fatos ocorreram a 26 de agosto de 1973⁵.

consolidou-se no imaginário popular da região. SILVA, Eumano, "A história do Exército que torturava, matava e cortava cabeças", In: **Correio Braziliense**, Brasília, 28 nov. 2001, págs. 07 e 08.

² O Regulamento da Justiça Militar Revolucionária, em seu artigo 16, inciso "d", rege: "no caso de violências contra a mulher, de acordo com a gravidade da falta, a pena pode variar entre a suspensão de funções, a expulsão das Forças Guerrilheiras e o fuzilamento". Mais detalhes no Capítulo IV, item "O Tribunal Revolucionário".

³ Os informes dos militares apontam que Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, e André Grabois, o José Carlos, teriam participado do julgamento. Quando aos demais, os militares avaliam que tenham sido dois integrantes da Comissão Militar, mas não conseguiram identificá-los a partir dos relatos dos camponeses que testemunharam o episódio. In: Depoimentos orais de Hoffmann (codinome), em 30 mai. 2001, e José Luis (codinome), em 17 out. 2004.

⁴ Entre eles o dono do sítio onde ocorreu o julgamento, conhecido por João do Buraco. In: Depoimento oral de Hoffmann (codinome), em 30 mai. 2001 e Louro (codinome), em 21 set. 2002.

⁵ Sobre a morte de Rosalindo, o PC do B informa em seu site oficial que ele "morreu em setembro de 1973, na guerrilha do Araguaia, vítima de um acidente com sua própria arma" (In: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/martires/martires30.asp>. Acesso: 08 jun. 2003). O comandante Maurício Grabois registra em seu *Diário* que "esse combatente apareceu morto, talvez vitimado por acidente com seu revólver" (Anotação de 01 set. 1973). Entre os documentos que obtive com militares, há

A subcomandante Dina foi presa por uma patrulha de guerra na selva do Exército quase um ano depois, em junho de 1974, numa localidade chamada Pau-Preto, entre o rio Gameleira e o igarapé Saranzal. Estava em companhia da guerrilheira Luiza Augusta Garlipe, codinome Tuca, integrante do Destacamento B⁶. Levada para interrogatório em Marabá, permaneceu por cerca de duas semanas nas mãos de uma equipe da inteligência militar. Estava fraca, desnutrida, há quase um ano sem comer sal ou açúcar. Por conta da tensão, fazia seis meses que não menstruava. No início de julho, Dina foi levada de helicóptero para algum ponto da mata espessa, perto de Xambioá. Um sargento do Exército, Joaquim Artur Lopes de Souza, codinome Ivan, chefiava uma pequena equipe de três homens. “Vocês vão me matar agora?”, teria indagado Dina assim que pisou em solo. “Não, mais na frente um pouco; agora só quero que você reconheça um ponto ali adiante”, respondeu Ivan.

O grupo caminhou por cerca de 200 metros mata adentro, Dina com as mãos amarradas nas costas. Ela e Ivan caminharam lado-a-lado. Mantiveram uma conversa cordial, testemunhada pelos dois militares que vinham logo atrás⁷. A subcomandante se queixou de que estaria se sentindo traída pela cúpula do PC do B. Ela queria combater, partir para o confronto armado com os militares, achava que tinha condições de desencadear a revolução socialista e vencer. O grupo parou em uma clareira. “Vou morrer agora?”, perguntou a guerrilheira. “Vai, agora você vai ter que ir”, respondeu Ivan. “Eu quero morrer de frente”, pediu. “Então vira pra cá”. Ela virou e encarou o executor nos olhos. Transmitia mais orgulho do que medo - relataria mais tarde o militar aos

o relato de um agente que foi infiltrado entre os camponeses e que descreve a cena da execução, testemunhada por ele e outros camponeses – veremos esse documento adiante. Também entrevistei dois militares que conversaram com camponeses que testemunharam o episódio. O jornalista Eumano Silva entrevistou um camponês que teria testemunhado o episódio, Cícero Pereira, ex-mateiro do Exército: “Os comunistas teriam dito, segundo Cícero, que Mundico havia sido morto por eles mesmos porque teria desobedecido a orientação do partido de não namorar guerrilheiras casadas. Mundico estaria vivendo um caso amoroso com Áurea Elisa Pereira, mulher do também guerrilheiro Arlindo Valadão”. Eumano Silva. “A história do Exército que torturava, matava e cortava cabeças”. *Jornal Correio Braziliense*, Brasília, 28 de novembro de 2001, pág. 7

⁵⁵ *Idem, Ibidem*, pág. 7.

⁶ Tuca se encontra na lista dos desaparecidos políticos. O *Dossiê* registra a morte de Tuca como tendo sido em julho daquele ano, mesma época da morte de Dina. Informações de militares dão conta que Tuca teria sido executada no mesmo dia de Dina, em ações separadas. In: Depoimento oral de Louro (codinome), em 21 set. 2002.

colegas de farda⁸. Ele se aproximou da guerrilheira, parou a dois metros de distância e lhe estourou o peito com um tiro de pistola calibre 45. O tiro pegou um pouco acima do coração. O impacto jogou Dina para trás. Levou um segundo tiro na cabeça. Foi enterrada ali mesmo. Seu corpo, como o de Rosalindo, jamais foi encontrado⁹. Ela também está na relação dos desaparecidos políticos do Ministério da Justiça.

2.2 - O PERFUME DO REAL

Que forças induziram guerrilheiros como Dina e militares como Ivan a vivenciarem uma história de violência e de intimidade com a morte? “Me mata de frente”, teria sido o pedido da guerrilheira diante da iminente imolação. “Então vira pra cá”, teria aquiescido o solícito carrasco. Onde estavam certos princípios hoje considerados universais, a começar pelos Direitos Humanos? Como a banalização da violência se transformou, naquele momento, na prática dos envolvidos no conflito do Araguaia? Como entender as relações estabelecidas entre inimigos a partir dos discursos produzidos sobre determinado evento? O objetivo desta pesquisa é narrar e analisar o imaginário dos militares, mas, ao longo do trabalho, constatei que não há como estudar os militares de forma isolada dos guerrilheiros. Afinal, o imaginário dos militares foi construído e reconstruído em ressonância com as práticas e imaginário dos guerrilheiros. Eram eles, tais como os guerrilheiros como Dina, igualmente os protagonistas da Guerrilha do Araguaia.

Como entender o código comportamental de alguns dos guerrilheiros, que matavam seus próprios companheiros sob o verniz do termo “justiçamento”? Além de Mundico, é certo que pelo menos outras duas pessoas foram justiçadas: dois mateiros acusados de colaborar com o governo¹⁰ – e é

⁷ Foi um deles que reconstituiu os diálogos supracitados. In: *Idem, Ibidem*.

⁸ Ele também relatou que por muito tempo ficou com o olhar de Dina na cabeça. In: *Idem, Ibidem*.

⁹ Seu corpo foi inicialmente enterrado no local da execução. Em 1975 teria sido exumado e levado para a cremação em outro local. In: *Idem, Ibidem*.

¹⁰ Além dos militares, Maurício Grabois registra esses dois “justiçamentos” em seu Diário. Detalharemos os episódios adiante.

provável que haja uma terceira execução sumária por parte dos guerrilheiros, a de um adolescente de 16 anos¹¹.

Tais execuções, ou “justiçamentos”, como chamavam os guerrilheiros, revelam o imaginário dos guerrilheiros, na medida em que representavam um princípio ético e moral que norteava as relações entre os revolucionários. O próprio termo que utilizavam para denominar as execuções sumárias revela os códigos estabelecidos entre eles, visto que, para os guerrilheiros, as mortes por “justiçamento” teriam sua legitimidade baseada no princípio de “justiça”, sendo, portanto, necessárias. O simbólico, assim, se encontra primeiro na linguagem, como reflete Castoriadis¹².

Havia diversidade de visões e divergências nos atos dos guerrilheiros. Alguns mais extremistas, como Dina; outros com uma visão extremamente crítica da guerrilha; havia, ainda, outros como a guerrilheira Regilena da Silva Carvalho, que foi para o Araguaia apenas para acompanhar o marido, o guerrilheiro Jaime Petit da Silva, segundo seus depoimentos posteriores¹³. Pode-se compreender melhor essas práticas quando levamos em consideração que eles eram movidos pela força do imaginário revolucionário de seu tempo. Contudo, chama mais atenção ainda a prática das tropas contra-revolucionárias do Estado constituído, as Forças Armadas, que tinham por dever cumprir o dogma socrático de zelar pela Lei e a Ordem, independente de quem fosse o adversário. Representavam o Estado, a Lei.

Mas, ao historiador, não basta selecionar e organizar fatos. É preciso, também, interpretá-los. A questão que se coloca é por qual arcabouço teórico e metodológico deve-se optar na análise de determinado fato histórico relacionado a uma guerra revolucionária e à sua repressão pelas forças legais

¹¹ Filho do camponês José Pereira, foi o adolescente quem levou o primeiro grupo de militares a um dos esconderijos dos guerrilheiros, ainda em março de 1972, por ordem do pai. In: Depoimento oral de Asdrúbal (codinome do coronel Lício Maciel Ribeiro), em 05 de dezembro de 2004. Ver também Capítulos 3 e 4.

¹² Cornelius Castoriadis. A instituição imaginária da sociedade...*Op. Cit.*, pág. 144.

organizadas? Ou seja, neste caso específico, como analisar o imaginário dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia? Com a ajuda de Max Weber e de seus esquemas sobre o aparato burocrático?¹⁴ Não parece ser o mais adequado para compreender o embate de duas forças políticas em armas. Com a ajuda de Marx e de sua teoria das classes sociais? Alguns estudos anteriores sobre o tema, que foram por mim confrontados¹⁵, tomam por ponto de partida (e também de chegada) as metodologias marxistas ou estruturalistas. Os guerrilheiros do Araguaia eram leitores de Marx, o marxismo era a matriz teórica de suas ações. Ademais, a instrução militar nas décadas de 60 e 70 tinha por base a chamada Segurança Nacional, que essencialmente ensinava os militares a combater o pensamento e a prática comunista. Portanto, ousar afirmar que, paradoxalmente, era o marxismo que também movimentava a ação militar, no sentido de combatê-lo, de eliminá-lo.

Entretanto, há muitas questões em que o aparato teórico marxista é insuficiente para análise do objeto de estudo. Há de se perguntar, por exemplo, porque muitos militares, forjados no ideário positivista de guardiões da ordem nacional, cometeram atos de exceção? Como explicar o imaginário anticomunista dos militares que combateram os guerrilheiros? Quanto a seus adversários, há de se indagar, igualmente, como os jovens que se engajaram na luta armada das décadas de 1960 e 1970 foram movidos somente pelas contradições do capitalismo? Seriam eles apenas elementos de uma estrutura social, peões do processo histórico e da luta de classes? Não estariam eles, também, movidos por sonhos individuais, idiosincrasias intransferíveis e toda sorte de razões de ordem pessoal, como a ideia de fazer um Brasil justo e

¹³ Ela desertou em 21 de julho de 1972, foi presa e depois interrogada em Brasília. Um longo depoimento de Regilena sobre sua participação na guerrilha, sua ideologia e as razões de sua fuga se encontra no livro de Luiz Maklouf Carvalho. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998, pág. 443.

¹⁴ Um dos fundadores da sociologia moderna, seus estudos sobre o capitalismo, os sistemas de classes e os sistemas sociais, fizeram escola entre os acadêmicos do Ocidente. Na opinião de Weber, a tendência da civilização ocidental tem sido rumo à racionalização, conduzida pela crença no progresso por intermédio da razão, que abriu caminho para o desenvolvimento de organizações sociais, políticas e econômicas distintas da maior parte das outras culturas. Chris Rohmann. *O Livro das Idéias - pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, pág. 427.

¹⁵ Destaco neste ponto, como principal estudo acadêmico inventariado, a tese de doutorado do professor Romualdo Campos Filho, que foi publicada como livro em 1997. Romualdo Pessoa Campos Filho. *Guerrilha do Araguaia – A Esquerda em Armas... Op. Cit.*

igualitário? Ou por que teriam nascido sob o signo da violência na política, em pleno início da Guerra Fria, ou seja, “com maior consciência da possibilidade do Juízo Final”¹⁶, como escreveu Arendt, ao refletir sobre os significados da violência e seu uso na política? Trata-se apenas de mais uma dentre muitas outras indagações possíveis.

E na busca por melhor entender tais questões, na perspectiva aqui adotada, o aparato teórico e metodológico oferecido pela História do Imaginário permite ousar novas leituras. Apresenta-se adequado, inclusive, para uma outra compreensão de conflitos insurrecionais. Acredito que o estudo do imaginário dos atores da Guerrilha do Araguaia ~~seja a argamassa que~~ possibilita a ligação entre diferentes fatos desse episódio da nossa história. Foi a opção desta pesquisa. Desta forma, os conceitos do imaginário encontrados principalmente em Cornelius Castoriadis e em Bronislaw Baczko foram fundamentais na presente análise, visto que ambos refletem sobre a dimensão imaginária das instituições. Também se apresentam importantes os diálogos com as idéias de outros autores que analisam a dimensão do imaginário e da cultura, como Roger Chartier, Hommi Bhabha. Essencial, igualmente, na interpretação de alguns episódios pertinentes ao objeto de estudo, manter abertos os canais de diálogo com autores como Hannah Arendt, Michel Foucault, Roger Chartier, Bronislaw Baczko e Eric Hobsbawm, autores que refletem sobre a violência, o poder e a dominação.

Em suas análises, Roger Chartier¹⁷ apresenta uma interpretação original sobre o que seria o objeto histórico fundamental. Ao historiador das economias e das sociedades, explica Chartier, que supostamente reconstitui o que existiu, opor-se-ia, efetivamente, o das mentalidades ou das idéias, cujo objeto não é real, mas as maneiras como os homens o pensam e o transpõem. Segundo Chartier, as lutas culturais têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe:

¹⁶ Hannah Arendt. “Da violência”. In: ARENDT, Hannah. *Crises da República*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004, pág. 105.

“Perante as idéias, ou melhor, perante os conceitos que utilizam os homens de uma época, fornecendo-lhes o conteúdo próprio dessa época, a tarefa do historiador das idéias é, portanto, a de substituir a busca de uma determinação pela função, função essa que só pode ser apreendida se for considerado globalmente o sistema ideológico da época considerada”¹⁷

“A relação entre a consciência e o pensamento é colocado de uma forma nova, (...) pondo em relevo os esquemas ou os conteúdos de pensamento que, embora enunciados sobre o modo individual, são de fato os condicionamentos não conscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores”¹⁹

Nesse sentido, cabe lembrar, preliminarmente, que os episódios protagonizados pela guerrilheira Dina, assim como todos os sujeitos da Guerrilha do Araguaia, estavam inseridos dentro do sistema de representações e valores da sociedade brasileira dos anos 60 e 70, quando o país se encontrava sob o regime militar. Era uma época de polarização extrema, maniqueísta, quando predominava, tanto no nível teórico quanto na prática social, o marxismo e o antimarxismo. Portanto, os atores individuais ou coletivos do episódio – os militares, os guerrilheiros e os habitantes da região do conflito — compartilhavam desses valores, dessas representações acerca do comunismo e do anticomunismo, quase sempre uma visão maniqueísta do mundo. Paradoxalmente, os dois lados se apresentavam como defensores da liberdade e da democracia – tanto as Forças Armadas, sustentáculo de uma ditadura militar, quanto os guerrilheiros, vanguarda de uma revolução que pretendia implantar a ditadura do proletariado. Mas todos se encontravam inseridos no mesmo contexto histórico. Em nível teórico, o imaginário permite desconstruir esta visão binária, dicotômica, essa polarização entre o Bem e o

¹⁷ Roger Chartier. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil / Lisboa: Difel, 1990.

¹⁸ *Idem, Ibidem*, pág. 49.

¹⁹ *Idem, Ibidem*.

Mal reinante na sociedade brasileira no tempo em que ocorreu a Guerrilha do Araguaia.

Mas, afinal, o que é imaginário? No cotidiano das pessoas, o termo “imaginário” tem significados diferentes para cada um. Para uns, imaginário é tudo o que não existe, espécie de mundo oposto à realidade concreta. Weber lembra que os racionalistas dos séculos XVIII e XIX rotularam o imaginário como “a louca da casa”, maniqueísmo simplório, para o qual a razão e loucura eram estados mentais opostos e mutuamente exclusivos²⁰. Para outros, “é uma produção de devaneios de imagens fantásticas que permitem a evasão para longe das preocupações cotidianas”²¹. Baczko lembra que, “no discurso atual das ciências humanas[...], o imaginário se dissocia cada vez mais de significados tradicionais, tais como ilusório ou quimérico”²². Barbier, com extrema propriedade, sintetiza a questão ao afirmar que imaginário “é o perfume do real. Por causa do odor da rosa eu digo que a rosa existe”²³.

Corre a lenda que, de certa feita, em conferência, o historiador Cornelius Castoriadis teria dito ser impossível compreender a questão do imaginário sem antes entender Castoriadis. Segundo Barbier, Castoriadis parece ser de fato o autor que apresenta “as melhores vias de acesso” à compreensão do tema²⁴. Idéia compartilhada por Rogério de Andrade Córdova, para quem o conceito do imaginário de Castoriadis introduz um novo paradigma no campo filosófico, com repercussões também no campo político²⁵. A questão do imaginário aparece, na obra de Castoriadis, no contexto de uma discussão sobre o projeto de autonomia, eixo central do que ele denominará projeto revolucionário. Procuremos entender, portanto, os pontos centrais das suas construções, para

²⁰ René Barbier. Sobre o Imaginário. In: **Revista Em Aberto**, Brasília, Ano 14, nº 61, ed. Jan/Mar 1994, pág. 14.

²¹ *Idem, Ibidem*, pág. 15.

²² Bronislaw Baczko. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Eunadi, Vol. V., Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, pág. 296.

²³ René Barbier, *Op. Cit.*

²⁴ Barbier, *Op. Cit.*, pág. 15.

²⁵ Rogério de Andrade Córdova. “Imaginário Social e Educação”. In: **Revista Em Aberto**. Brasília, Ano 14, nº 61, ed. Jan/Mar 1994.

melhor compreender os diálogos teóricos que serão realizados ao longo deste trabalho. É o próprio Castoriadis quem explica:

“O imaginário é a faculdade originária de por ou dar-se, sob a forma de representação, uma coisa e uma relação que não são dadas na percepção ou nunca foram”²⁶

Para o autor, o mundo histórico é o mundo do fazer humano, no qual se desenvolve um modo específico de fazer, que é o fazer político por ele designado como *práxis*²⁷. A imaginação social, ainda segundo o autor, é o motor da criação humana inserida no social e no histórico, é criação e fazer ser no tempo. O imaginário não emerge do irracional, nem do pensamento, mas sim da realidade social. Portanto, quando Dina matou o companheiro ou pediu para morrer de frente, não estava tomada da loucura, nem da irracionalidade, mas tão-somente agindo de acordo com o imaginário revolucionário que a constituiu como guerrilheira. Morrer de frente significava morrer de pé, lutando até o último instante, morrer com a dignidade de um revolucionário de seu tempo. O mesmo diga-se a respeito da realidade social contra-revolucionária de seu matador.

Para Castoriadis, a sociedade constitui sempre sua ordem simbólica num sentido diferente do que o indivíduo pode fazer. Mas essa constituição não é livre, ressalta. Ela também deve tomar sua matéria no que já existe. Pertinente, portanto, com o modo que Dina escolheu para matar e depois para morrer – sempre olhando nos olhos do inimigo. Igualmente pertinente com o modo supostamente sereno com que o militar Ivan executou Dina, olhando nos olhos. Enfim, na concepção de Castoriadis, o imaginário social está baseado na faculdade da imaginação criadora individual, e o imaginário radical seria motor da sociedade e da história:

²⁶ Cornelius Castoriadis. *Op. Cit.*, pág. 154.

²⁷ Córdova, *Op. Cit.*, pág. 24.

“Não sendo a causa da alienação, o imaginário é o motor da criação, porque sua ação principal vem do racional que é uma criação social-histórica”²⁸

Teóricos da linha de Castoriadis apresentam o imaginário como um resultado de uma força criadora radical²⁹, própria da imaginação humana. Mas Castoriadis utiliza o termo “radical” no sentido de raiz, do criativo, da gênese. Cléria Botelho da Costa ressalta que imaginação e imaginário são palavras hoje muito utilizadas, mas pouco discutidas:

“Em nosso cotidiano é comum ouvir-se frases como ‘imagine se tivesse sido assim’, ‘use a imaginação’, ‘imaginário é ilusório’. Nessas frases imaginação é tomada como invencionice, mentira, exagero, excesso, e seu significado está relacionado ao falso, ao ilusório, ao quimérico e o imaginário reduzido ao não material. Na tentativa de entendê-las, parto da indagação: será que, de fato, existe um real bruto, objetivo, percebido como não modificado e nem modificável pelo homem, como propunham os racionalistas?”

“O conhecimento do real é sempre perpassado pela imaginação. Enquanto construção, é uma realização dos fazeres do homem, sujeito social de sua história, do seu mundo e, enquanto criação, é uma expressão dos sonhos, das utopias desses sujeitos sociais, pois são suas paixões, seus desejos que os movem a agir, a transformar a natureza ”

Bronislaw Baczko³¹ apresenta muitas respostas às nossas indagações. Segundo ele, assim como se disputam terras e pão, os atores sociais também disputam as representações do imaginário. Em seus estudos sobre Imaginário e Revolução, Baczko enfatiza o sistema simbólico em que se articulam representações míticas, religiosas e ideológicas – como é o caso dos atores da Guerrilha do Araguaia. O autor parte da análise política das relações de poder.

²⁸ Córdova, *Op. Cit.* Pág. 25.

²⁹ Cornelius Castoriadis. *Op. Cit.*

³⁰ Cléria Botelho da Costa. “Imaginário: Objeto da História”. In: *Revista Estudos*, Vol.27, nº 4, 2000..

³¹ Bronislaw Baczko. *Op. Cit.*

Para ele, a imaginação individual só pode existir na ação do grupo, dentro do imaginário coletivo. Afirma, ainda, que

“Todas as épocas têm suas modalidades especiais de imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar”

“O imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as coletividades têm seus modos de funcionamento específicos desses tipos de representações”³²

Para Castoriadis, uma bandeira pode representar um símbolo com função racional. Para ilustrar seu pensamento, Castoriadis chama a atenção sobre o barrete frígio da Liberdade, usado como símbolo durante a Revolução Francesa. Da mesma forma, os militares e os guerrilheiros que combateram no Araguaia tinham seus próprios símbolos, cada um para expressar, em sua própria linguagem peculiar, ou a restauração da ordem estabelecida, ou a instituição de novos rituais que representassem a utopia revolucionária. Castoriadis apresenta um exemplo curioso de seu pensamento quando lembra da instituição do “Soviete dos Comissários do Povo” pelos comunistas russos. Conta o pensador que Trotsky relata em sua autobiografia que, quando os bolchevistas tomaram o poder, foi preciso encontrar um nome para o mesmo. A designação “ministros” e “Conselho dos Ministros” não agradava a Lênin, pois lembrava os congêneres burgueses e seu modo de desempenhar as funções. Foi Trotsky quem propôs o termo “Comissários do povo” e, para o governo, em seu conjunto, “Soviete dos Comissários do Povo”. Lênin ficou encantado com a idéia, achou a expressão “terrivelmente revolucionária”. E foi essa terminologia que prevaleceu. Para Castoriadis, criava-se

“uma nova linguagem e, acreditava-se, novas instituições. Mas até que ponto tudo isso era novo? O nome era novo; e existia, em tendência pelo menos, um novo conteúdo social a exprimir: os soviets lá estavam, e era de acordo com a sua maioria que os bolchevistas

³² *Idem, Ibidem*, pág. 309.

haviam 'tomado' o poder (que no momento também não passava de um nome). Mas no nível intermediário que iria revelar-se decisivo, o da instituição em sua natureza simbólica em segundo grau, a encarnação do poder num colégio fechado, inamovível, cume de um aparelho administrativo distinto dos administrados – nesse nível, ficava-se de fato nos ministros, tomava-se a forma já criada pelos reis da Europa Ocidental desde o fim da Idade Média”³³

2.3 - MATAR OU MORRER: A DIGNIDADE DOS GUERRILHEIROS

Também se criou uma nova linguagem e se tentou instalar novas instituições no Araguaia. O grupo de 69 militantes do PC do B, por exemplo, se autodenominava de “Forças Guerrilheiras do Araguaia”. Assim assinavam nos comunicados públicos; assim eram os bônus com os quais tentavam arrumar dinheiro na região³⁴. Inspirados no Regulamento Disciplinar das Forças Armadas, eles criaram um próprio “Regulamento da Justiça Militar Revolucionária”. Previa penas graves, como o fuzilamento em caso de “covardia diante do inimigo”. Dos seis diferentes crimes previstos no artigo 15, o artigo 16 previa a pena de morte para quatro deles. Mundico, por exemplo, teria sido enquadrado no artigo 16, inciso “d”, que previa a expulsão ou o fuzilamento “no caso de violências contra a mulher”. Estourar seu peito por causa de uma transgressão moral – a conjunção carnal com a companheira de um camarada de armas – foi considerado algo terrivelmente ofensivo ao código revolucionário, segundo narrativas orais. A notícia espalhou-se pela região, aumentando a aura de respeito que os camponeses nutriam por Dina. Foi também crescendo o mito sobre a guerrilheira no imaginário dos militares. O depoimento de um deles, que esteve entre os pelotões mais ativos que combateram na selva, revela com clareza a representação da guerrilheira:

³³ *Idem, Ibidem.* pág. 147.

³⁴ Impressos em mimeógrafo, prometiam os bônus: “O portador deste receberá, após a vitória, com juro e correção monetária, a quantia de VINTE CRUZEIROS”. Assinavam os bônus os comandantes Paulo e Joaquim. No rodapé do bônus, estava escrito: “Abaixo a ditadura militar! Por um governo popular revolucionário!”. In: nos documentos em anexo, há um exemplar original desse bônus.

“Ela era uma mulher de temperamento muito forte, determinada. Realmente era uma líder nata, tinha capacidade de convencimento e de liderança próprio do guerrilheiro altamente radical, radicalíssima. Durante toda a campanha, a gente nunca notou, nem por ouvir dizer, de qualquer atitude em que ela tenha fraquejado na vida dentro da guerrilha. Isso foi observado tanto por quem combateu na mata, quanto pelo pessoal de inteligência que se infiltrou entre os guerrilheiros e conversou com ela. Foi ela própria, com sua postura, quem fez sua lenda”.

“Quando chegamos no Araguaia, a Dina já era famosa e muito benquista entre o povo da mata. Depois que o Exército saiu de lá pela primeira vez, ela começou a criar a fama também como guerrilheira. Quando ela justicou o Mundico, todos passaram a respeitá-la de forma diferente. Era uma mistura de medo e respeito. Dizia-se que atirava bem, que dominava a mata e começou a correr a lenda de que teria o corpo fechado, que virava borboleta. Outros diziam que ela virava folha. Então os soldados passaram a ter uma cautela especial com ela. A gente tinha em mente que ela era perigosíssima, que se pegasse um de nós, que mataria na hora, que não quebraria o galho de ninguém. Por isso houve uma determinação superior para correr atrás da Dina³⁵ mais do que de qualquer outro. O objetivo era desmontar o mito para desmoralizar os guerrilheiros. Foi uma luta incansável a que enfrentamos.”³⁶(Grifos meus)

Matar Dina significou, assim, muito mais que eliminar um perigo físico, material. Por ter se tornado um mito, um símbolo de ousadia e coragem revolucionárias, apresentava-se como uma ameaça à ação militar. Desmontando esse mito, ajudaria a desmoralizar os guerrilheiros. Ademais, quanto maior o mito a ser eliminado, mais heróico seria o ato de eliminá-lo, maior seria a honra daquele militar que executasse a tarefa. Desta forma, os militares começariam a introduzir novos valores em seu imaginário. Matar a perigosa Dina, por exemplo, seria um troféu muito mais valioso do que capturar a pouco conhecida Tuca, guerrilheira que foi apanhada junto com Dina. A reflexão é de Baczko:

³⁵ E também do guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, informa o mesmo depoimento.

³⁶ Narrativa oral de Mike (codinome), em 02 de março de 2000.

*...ela era uma função do símbolo não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir novos valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos*³⁷

Enfim, tomando emprestadas as palavras de Baczko, Dina simbolizava, viva, uma das “possibilidades de êxito dos empreendimentos” guerrilheiros, por isso sua morte apresentava-se tão necessária para a prática dos militares. Ela chegou ao Araguaia em 1970, junto com o seu primeiro companheiro, Antônio Carlos Monteiro Teixeira, codinome Antônio. Meses depois se separaram. Um segundo companheiro passou por sua vida, Gilberto Olímpio Maria, o Pedro Gil. Acabou assistindo de perto à morte de ambos. Por dois anos, Dina trabalhou como parteira junto aos camponeses da região. Também manteve um pequeno comércio para a venda de bebidas e cigarros, chamado de Tabacaria da Dina. Em fevereiro de 1973, foi promovida à patente de subcomandante do Destacamento C das Forças Guerrilheiras. Tornou-se, desde então, a única mulher de todo o grupo em posição de mando.

O homem que a executou, Joaquim Artur – aqui, como no Araguaia, tratado apenas por Ivan - tinha sido seminarista em São Paulo antes de entrar para o Exército. Contava aos amigos que decidiu abandonar a batina quando os superiores começaram a implicar com suas leituras sobre Freud. Já fardado, foi campeão de hipismo, primeiro de turma na Escola de Sargentos e primeiro de turma na Escola de Aperfeiçoamento. Lia muitos livros marxistas; aos companheiros de armas, justificava que seria uma “estratégia para conhecer o inimigo”. Com 1m86, moreno, olhos verdes, 34 anos quando entrou em combate, cabelos cacheados e compridos até os ombros³⁸ - o que lhe dava uma aparência de Sidney Magal, um dos cantores mais populares da época - divertia-se em colecionar namoradas em cada ponto da região do Araguaia.

³⁷ Baczko, *Op. Cit.*, pág. 309.

³⁸ Os militares dos serviços de informações tinham todos orientação para usar cabelos compridos e trajes civis. In: Depoimento oral de George (codinome), em 08 de junho de 2001.

Dono de uma conversa sedutora, converteu uma dúzia delas em informantes do Exército. O general Antônio Bandeira, maior ícone militar durante a guerrilha, dizia a todos que adorava o Ivan. Quando o via, abria um sorriso. Era o único militar subalterno cujas opiniões Bandeira costumava escutar. Ivan morreu de forma trágica, em 1987, no Rio de Janeiro, quando um grupo de homens armados estourou sua cabeça a pauladas. Estava em processo de separação litigiosa da mulher; a Polícia chegou a apontar um de seus cunhados como o principal suspeito do crime. Deixou para trás uma filha adolescente que pregou no quarto um pôster de Che Guevara.

Dina ocupou por 13 anos o imaginário de Ivan – da hora em que a matou até o instante em que morreu. Era sua heroína, a pessoa mais valente que já conhecera. Quando diante dos amigos de armas, Ivan gostava de cantar loas e boas sobre a imensa coragem demonstrada pela subcomandante na hora em que encarou a morte. Orgulhava-se de tê-la executado, relatam hoje seus amigos. Nesse sentido, o encontro entre Dina e Ivan nos remete ao mito do encontro entre Pentésiléia e Aquiles durante os combates de Tróia. Ela, a rainha das amazonas, terrível em seu grito de guerra, matou muitos bravos guerreiros até sucumbir pela espada de Aquiles. Reza o mito que o guerreiro de Homero se apaixonou por Pentésiléia no átimo de segundo em que os olhares se cruzaram no instante da morte³⁹.

Como parte do imaginário, as lendas sobre os guerrilheiros, que os militares encontraram na região quando ali chegaram, foram parte desta pesquisa. Pelo menos 15 guerrilheiros deixaram histórias no imaginário dos habitantes da região, aquilo que Bhabha conceitua como o “espaço do povo”, a “localidade da cultura”⁴⁰. Para os soldados que entraram na mata, rondava sempre o temor da aparição da subcomandante Dina. Em razão de sua vida e

³⁹ O choque bélico entre Aquiles e Pentésiléia foi relatado na *Iliada*, de Homero. Mais tarde, em *Aethiopsis*, Arctino de Mileto introduz os primeiros fragmentos mito de que Aquiles teria se apaixonado por sua vítima quando os olhares se cruzam no instante da morte. Bulfinch, Thomas. *O Livro de Ouro da Mitologia – Histórias de Deuses e Heróis*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2ª ed., 2004, pág. 266.

⁴⁰ Hommi Bhabha. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

Por morte singulares, eu a escolhi para ilustrar o lugar das representações dos guerrilheiros no imaginário dos militares.

Mas poderia ter feito uso das histórias em torno de outros personagens do mesmo ambiente, como Lúcia Maria de Souza, a Sônia⁴¹, outra história a povoar ainda hoje o imaginário dos militares, que mesmo com uma bala alojada na coxa, cercada que estava por uma patrulha do Exército, resistiu à prisão, sacou sua arma e feriu dois oficiais, Dr. Asdrúbal e Dr. Luchini. Sua morte acabou se tornando a mais conhecida de todas entre os militares, muito mais do que a morte de Dina⁴².

Persiste no imaginário dos camponeses e dos guerrilheiros – e também dos militares - que a morte de Sônia teria sido heróica, digna de respeito por parte dos inimigos. Isso porque, mesmo cravejada de balas, a guerrilheira teria resistido à prisão e pronunciado uma frase até hoje repetida como exemplo da coragem revolucionária: “Guerrilheiro não tem nome, tem causa”. No imaginário dos camponeses, há algumas variações de sua derradeira frase, como a que teria dito aos militares que estava “em busca da liberdade e de um mundo melhor”⁴³. Sônia cursava o quarto ano de Medicina no Rio de Janeiro quando aderiu à guerrilha, em 1970. Trabalhava como parteira no Araguaia. “Soldado é cachorro do governo, só atiro em quem tiver galão”, certa vez anunciou⁴⁴.

Procurei reconstituir esse episódio tão importante do imaginário dos militares. O que tenho de mais preciso é que a 24 de outubro de 1973, Sônia foi avistada por uma patrulha de oito militares, comandada pelo Dr. Asdrúbal, enquanto bebia água num riacho. Estava descalça, minutos antes, suas botas

⁴¹ Parteira no Araguaia que integrou o Destacamento A da guerrilha. O Dossiê aponta sua morte a 14 de outubro de 1973. In: *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 115.

⁴² Gaspari relata que em fevereiro de 1974 os generais João Batista Figueiredo e Ernesto Geisel iniciaram a conversa sobre a Guerrilha do Araguaia, então em andamento, relatando a morte de Sônia. “Houve uma menina (...). E encontrou uma moça escondida atrás de uma árvore com uma metralhadora na mão”, teria contado Figueiredo ao homem que tomaria posse na Presidência dias depois. Gaspari também narra uma conversa de Geisel com o chefe de sua segurança pessoal, o tenente-coronel Arnoldi Pedrozo, do CIE, em 18 de janeiro de 1974. In: *GASPARI, Op. Cit.*, págs. 402-404.

⁴³ Depoimento oral de Margarida Ferreira Félix, da localidade de São Domingos, ao professor Romualdo Pessoa Campos, *Op. Cit.*, pág. 151 e 152.

⁴⁴ Ainda de acordo com o depoimento de Margarida Felix a Romualdo Campos. In: *Idem, Ibidem*.

havam sido encontradas e os militares foram atrás da dona. “Quieta e mão na nuca”, disse o militar, segundo sua própria reprodução⁴⁵. Ela parou com o grito. Levantou o braço esquerdo e com a mão direita foi desamarrando o coldre do revólver. “Não faça isso”, gritou o oficial, que logo a seguir atirou na guerrilheira. Ele estava agachado, a bala pegou na coxa direita de Sônia. Asdrúbal se aproximou. “Ela sangrava muito, eu estava me abaixando para ver melhor o ferimento, aí não vi mais nada”. Sônia tinha uma arma escondida, um revólver calibre 38. Deu um tiro no rosto de Asdrúbal; entrou por um lado e saiu por outro, esfacelando seu maxilar. Um segundo tiro pegou a mão do oficial; um terceiro pegou no braço de um capitão que vinha logo atrás, Dr. Luchini.

Os soldados reagiram atirando. Mesmo ferida, com cerca de dez balas no corpo, Sônia conseguiu fugir se arrastando pela mata. Com Asdrúbal desacordado, Luchini contorcendo-se de dor, dois militares correram atrás dela com duas metralhadoras em punho. Um deles, chamado pelos militares ora de Javali Solitário, ora de J. Peter, era um suboficial do Exército, já falecido. O outro era então sargento do Exército, codinome Cid⁴⁶. É Cid quem relata, em depoimento para esta pesquisa, o que ocorreu a seguir:

“Era umas 17h30 e já escurecia. Eu e o Javali fomos atrás da Sônia, que havia entrado em uma mata de capim de mais ou menos um metro de altura. Quando chegamos, ela estava deitada de costas, com o 38 ainda na mão, muito ferida. Respirava com dificuldade, tinha muitas balas de 9 milímetros no corpo. A 9 milímetros foi feita para ferir e não matar, por isso é possível sobreviver a 10 ou 20 tiros, se não forem em locais vitais. Ao chegar, ela quis levantar a arma. Eu pisei em seu braço e perguntei seu nome. Ela disse: “Guerrilheiro não tem nome”. Eu respondi: “Nem nome nem vida”. Eu e o Javali apontamos juntos nossas metralhadoras para dar o tiro de misericórdia. Não soltamos mais os gatilhos. Ela ia morrer mesmo, só reduzimos o sofrimento dela. Só paramos

⁴⁵ Esse episódio me foi relatado em detalhes pelo próprio Dr. Asdrúbal, em depoimento oral. Ele também fez o mesmo relato a Luis Maklouf Carvalho, publicado em seu livro (*Op. Cit.*). Entrevistei outra testemunha, Cid, então sargento, que teria sido o responsável direto pela morte de Sônia, segundo seu próprio relato.

⁴⁶ Hoje é suboficial na reserva. Ele prefere que sua verdadeira identidade seja preservada para não provocar constrangimentos à sua família.

*quando as balas das nossas metralhadoras terminaram.
Ela ficou com mais de 80 furos*⁴⁷

Em seus depoimentos, militares tecem igualmente elogios ao guerrilheiro Idalísio Soares Aranha Filho, o Aparício⁴⁸, que teria levado 53 tiros de metralhadora, inclusive no rosto, e ainda assim conseguiu escapar pela mata. Foi apanhado dois quilômetros adiante, agonizando no chão, e a seguir executado com um tiro de espingarda na cabeça, uma Winchester calibre 44⁴⁹. O tiro moeu por completo sua cabeça. Os restos do guerrilheiro foram levados numa rede a Xambioá para que fosse identificado - ao vê-lo, um major da Aeronáutica teria vomitado copiosamente. Referem-se com admiração a José Humberto Bronca, o Zé Fogoió, um mecânico que fez treinamento na China e em Cuba, especialista em explosivos que acabou virando um dos três membros da Comissão Militar, o único operário da direção, “bravo, dinâmico, o cão”, nas palavras de um dos militares que o perseguiu⁵⁰. Falam ainda do profundo respeito que passaram a nutrir pela guerrilheira Rioko Kaiano, que resistiu bravamente a maus tratos na prisão para proteger o homem que tanto amava, José Genoíno, o Geraldo⁵¹.

No imaginário dos atores do Araguaia - tanto o camponês quanto o militar -, ninguém supera em lendas o guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, gigante de ébano⁵², campeão de boxe pelo Botafogo do Rio de

⁴⁷ Depoimento oral de Cid (codinome), em 04 de outubro de 2004.

⁴⁸ Idalísio chegou ao Araguaia em janeiro de 1971 e a data de sua morte, segundo o *Dossiê*, foi 13 de julho de 1972.

⁴⁹ A 13 de julho de 1972, Aparício foi encontrado por uma equipe de militares da inteligência. Um mateiro o executou enquanto agonizava no chão (neste caso, optei por preservar a identidade do mateiro, que na presente data se encontra vivo e ainda mora na região). Aparício foi inicialmente enterrado no cemitério local, na ala dos indigentes. Os militares mataram um cachorro e enterraram em cima do seu corpo para futura identificação. Pode estar entre os guerrilheiros que foram exumados em 1975 para cremação. In: Depoimentos orais de Márcio (codinome), em 21 de setembro de 2002, e de Cid (codinome), 04 de outubro de 2004.

⁵⁰ Foi um dos últimos a tombar, em 14 de março 1974, segundo o *Dossiê Araguaia. Op. Cit.*, pág. 115.

⁵¹ O episódio sobre a prisão de Rioko será relatado adiante, no Capítulo IV, item “Bandeira Militar”.

⁵² Era um negro, tinha 1m98 de altura e calçava 48. Foi descrito por um camponês como “um negão que tinha um braço que parecia uma perna”. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/martires>. Acesso em: 12 mai. 2003.

Janeiro, tenente do Exército brasileiro⁵³, treinado como guerrilheiro na Academia Militar de Pequim, o mais conhecido e carismático dentre os guerrilheiros, cuja memória é hoje disputada pelos homens com quem caçou, mulheres que amou e filhos que deixou, tal qual Rolando, Tristão ou Lancelot. Osvaldão já morava na região desde 1966. Como história de cobertura, dizia que teria ido se dedicar ao garimpo. Em carta endereçada a um amigo, Osvaldão relata o que encontrou na região:

“Decidi morar em definitivo nesta região porque gosto de seu povo, sentindo-me bem entre ele. Fixei-me em terras junto ao Rio Gameleira, próximo à Santa Cruz, onde desenvolvia trabalho de roça. Aí fui procurado por amigos, que conhecera em grandes cidades, pedindo-me para trabalhar comigo. Eram perseguidos pelo governo por não estarem de acordo com a ditadura dos militares – que impera no país e infelicita o povo. Lutavam para restaurar a liberdade, implantar a democracia em nossa terra e assegurar o bem-estar para os trabalhadores. Não pude fugir ao dever de ficar solidário com eles, dar-lhes abrigo e deixar que aqui reconstituíssem sua vida. Juntos nos dedicamos ao pesado serviço da lavoura”⁵⁴

Corria a lenda na região que Osvaldão virava lobisomem e outros tipos de assombração. Outra lenda é que teria a capacidade de se camuflar em fumaça. Assim como ocorreria com Dina, para os militares, tornou-se essencial apanhar Osvaldão vivo ou morto - de preferência morto -, para abalar o moral dos guerrilheiros e camponeses simpatizantes. Osvaldão foi abatido no início de 1974, aos 36 anos, quando se viu frente-a-frente com um mateiro, Arlindo Vieira, apelido Piauí. Ele ganhou a fama entre os militares de ser o mateiro mais eficiente da região – e aquele que mais teria ganhado dinheiro guiando as patrulhas do Exército mata adentro. Por isso, Arlindo havia sido publicamente jurado de morte por Osvaldão.

⁵³ A patente foi conseguida no Curso de Preparação de Oficiais da Reserva, CPOR, de um ano, e não na Academia Militar das Agulhas Negras, onde o jovem tem quatro anos de formação para seguir carreira militar. In: *Idem, Ibidem*,

⁵⁴ Osvaldão. “Carta de um chefe guerrilheiro do Araguaia”, 15 JUL 1972. Uma cópia dessa carta se encontrava nos arquivos pesquisados pelos militares que elaboraram o *Dossiê Araguaia*, e foi cedida para mim. Encontra-se entre os documentos em anexo.

Certo dia o mateiro Arlindo pediu para guiar a equipe de cinco militares, chefiada por um sargento da Brigada Pára-queda, hoje primeiro-tenente. Disse na ocasião aos militares que precisava pegar Osvaldão antes que ele o pegasse. Um detalhe prosaico teria ajudado os militares. Na área de São Geraldo, a equipe encontrou pegadas enormes. Osvaldão calçava 48. As pegadas também eram de uma sandália de pneu. Meses antes Osvaldão havia feito uma sandália com um pneu velho que ganhou de um militar que havia se infiltrado entre os moradores locais. O grupo caminhou dois dias atrás do rastro. Em determinada hora notaram movimentos no capinzal e pararam. Osvaldão teve azar. Caminhou em direção à patrulha e entrou na clareira com o peito de frente para a espingarda A-12 do mateiro. Arlindo se mostrava apavorado, tremia de medo. Osvaldão foi abatido de braços abertos, enquanto afastava o capim⁵⁵. Urrou de dor. Um militar ainda disparou outro tiro de pistola 45 na cabeça do guerrilheiro já caído no chão.

Na seqüência, instalou-se no imaginário dos guerrilheiros e dos moradores da região que um helicóptero militar teria desfilado pela região com seu corpo de Osvaldão pendurado a uma corda, como um troféu, um símbolo da vitória⁵⁶, numa atitude simbólica que Lênin classificaria de terrivelmente contra-revolucionária. Afinal, como questiona Baczko,

“Em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magníficas dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria ação das forças em presença?”⁵⁷

Militares mostraram em seus relatos que esse fato ocorreu, mas teria sido um mero acidente, um incidente involuntário. Como ele era muito grande,

⁵⁵ In: Depoimento oral de José Luis (codinome), em 17 de outubro de 2004. A revista *Época*, em edição de 06 de dezembro de 2004, também informa que foi o mateiro Arlindo quem matou Osvaldão; também mostra uma cópia colorida da carteira de identidade de Arlindo. In: FORTES, Leandro. “Missão Secreta ao Araguaia – Relatório reservado revela que a Aeronáutica esteve em agosto na região e localizou crematório de corpos”. *Revista Época*, 06 Dez 04, págs. 44-46. Ver também Capítulo IV, item a “Caçada Final”.

⁵⁶ “Atado a um helicóptero, seu corpo foi exibido aos povoados da região”. In: Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*. *Op. cit.*, pág. 237.

não havia espaço na cabine do helicóptero para todos. Então amarraram o corpo ao estribo do helicóptero, mas teria sido um serviço mal feito. A corda se soltou quando a aeronave sobrevoava a cidade de Xambioá. O corpo então ficou pendurado por uma corda. De qualquer forma, o episódio teve efeito marcante no imaginário da população, simbolizando para eles a derrota final da guerrilha. Afinal, sobrevoar a região com o corpo de um dos “heróis” guerrilheiros, apresentava-se como uma das “imagens exaltantes e magnificentes” dos “frutos da vitória” militar. A população “custava acreditar no que via, já que Osvaldão – ‘imortal, protegido pela Mãe D’Água e por outros deuses da Amazônia’ – tinha-se tornado uma lenda na região”⁵⁸. Osvaldão teria sido inicialmente enterrado dentro da base militar. Meses depois, teria sido exumado para cremação.⁵⁹

Gaston Bachelard⁶⁰, assim como Castoriadis, vai buscar a importância do imaginário social na psique individual, no sonho. Desta forma, buscaríamos no cotidiano da vida o direito de sonhar e de imaginar. Portanto, pouco importa ser possível a capacidade da guerrilheira Dina se transformar em borboleta, conforme diz a lenda. Muito menos o fato do tiro que levou no pescoço não ter passado de um leve arranhão. Também pouco importa que Sônia tenha dito -- ou não -- que guerrilheiro não tem nome, mas causa; ou que Osvaldão virasse lobisomem ou fumaça, que fosse protegido da Mãe D’Água, ou mesmo que os militares tenham desfilado com seu corpo pelas cidades da região. - conforme as lendas que povoam o imaginário dos camponeses. Pouco importa até se ele caiu mesmo por acidente do estribo do helicóptero durante os procedimentos de pouso na base militar em Xambioá, conforme o discurso militar.

⁵⁷ Baczko, *Op. Cit.*, pág. 300.

⁵⁸ Amaury Ribeiro Júnior. “Osvaldão: do sucesso em Praga a morte no Araguaia, jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1996, pág. 11.

⁵⁹ *In*: Depoimento oral de José Luis (codinome), em 17 de outubro de 2004. A revista *Época* também informa que foi o mateiro Arlindo quem matou Osvaldão. A revista mostra uma reprodução colorida da carteira de identidade de Arlindo. *In*: Leandro Fortes. “Missão Secreta ao Araguaia – Relatório reservado revela que a Aeronáutica esteve em agosto na região e localizou crematório de corpos”. *Revista Época*, São Paulo, 06 de dezembro de 2004, págs. 44-46.

⁶⁰ Gaston Bachelard. *O Direito de Sonhar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

O que importa nesta análise é aquilo que Barbier chama de “perfume da rosa”, os significados inscritos nas experiências e ações dos militares e dos guerrilheiros, que forjaram a criação das lendas. O que importa, no caso de Dina, é que a lenda sobre sua bravura existia, e se tornou crível tanto pelos moradores do Araguaia quanto pelos militares, tanto que esses tinham como prioridade eliminar o mito, o símbolo de resistência. Fez com que eles entrassem cuidadosos na floresta, sabendo - e temendo - que poderiam se defrontar com uma adversária com enorme capacidade de combate, tão hábil na fuga que muitos acreditavam que pudesse virar borboleta ou folha; o arquétipo de **Pentesiléa**, a rainha das Amazonas, uma adversária que teria o “corpo fechado” - tanto que todos seus companheiros foram metralhados e só ela escapou com vida. Portanto, eles entraram na selva, dispostos a atirar para matar ao primeiro sinal de guerrilheiro, já que poderiam estar diante dos mitos Dina ou Osvaldão. Relata um militar:

“Quando se espalhou a história de que Osvaldão virava lobisomem e fumaça, só tinha na área soldados experientes, que não acreditariam facilmente em estórias de assombração. Mas sabíamos que ele já tinha sido oficial do Exército e que atirava muito bem. Enfim, acreditávamos que o Osvaldão era um inimigo especial e que não seria fácil enfrentá-lo. Ficou o consenso de era muito importante pegá-lo antes que ele nos pegasse”⁶¹

No caso de Sônia, as histórias de que mesmo abatida acertou dois oficiais, de que mesmo no instante da morte não vacilou em sua convicção, declarando que “guerrilheiro não tem nome” (e ainda que não tenha dito a frase complementar, “tem causa”), teria levado os militares a não tentarem mais fazer prisioneiros, a atirar para matar, sempre, já que os guerrilheiros não iriam mesmo revelar sequer seus nomes, não tendo, portanto, utilidade vivos.

Nos depoimentos e conversas que mantive com militares que participaram dos conflitos no Araguaia, todos eles nutrem um profundo respeito, reverencial até, pelos guerrilheiros que tombaram lutando.

⁶¹ Depoimento oral de Márcio (codinome), em 02 de março de 2000.

Especialmente por aqueles que representavam maior perigo no imaginário militar, como Dina, Osvaldão, Sônia, José Carlos, Velho Mário. Demonstraram, por outro lado, profundo desprezo pelos que fugiram dos combates, especialmente pelos dois dirigentes máximos do partido que deixaram a região ainda no início de 1972, no primeiro sinal da chegada das Forças Armadas – João Amazonas, presidente do PC do B, e Elza Monnerat, membro do Comitê Central do partido. Chamou-me a atenção que onze dos militares com quem conversei, sempre que se referem a João Amazonas, acrescentam o termo “o desertor”. No *Dossiê Araguaia*, Amazonas é igualmente execrado, ao longo de todo o trabalho, como desertor.

A constância com que os militares denominam aqueles e aquelas que não participaram dos conflitos finais de “desertores” apresenta-se elemento rico de possibilidades de análise. Seriam “desertores” porque fugiram do conflito decisivo ou por que os militares não conseguiram capturá-los e exterminá-los, como ditavam as ordens da instituição? Trata-se de um paradoxo existente no discurso militar, haja vista que os métodos de captura e ações empregados contra os guerrilheiros não seguiam os códigos estabelecidos pela Convenção de Genebra, mas consideram traidores os guerrilheiros que fugiram. Combatentes sem honra de uma guerra sem regras.

Interessante atentar para a recorrência, nos discursos dos militares, à coragem e bravura dos guerrilheiros mortos em combate. Naqueles, os “heróis” da guerrilha foram os que lutaram até a morte, que feriram ou mataram os militares nas campanhas. Tal mecanismo de engrandecimento do inimigo apresenta-se, talvez, como forma de legitimar a violência utilizada na repressão à guerrilha. Exaltar os feitos de Dina, de Sônia e de Osvaldão, dentre outros guerrilheiros que teriam morrido heroicamente, justificaria a força da violência contra os inimigos. Os militares chegam ao limite de ver glamour nessas mortes. Ademais, constroem seus inimigos como titãs, se transformam em gigantes, tal qual Aquiles e Hércules, heróis da mitologia ocidental. Assim eles poderiam, algum dia, trocar o Tártaro pelo Olimpo da História.

2.4 – CUMPRINDO À RISCA A POLÍTICA DO ESTADO

O que mais chama a atenção sobre a atuação dos militares na Guerrilha do Araguaia é a forma como alguns valores foram totalmente perdidos a partir de determinado momento. O que levou os militares a matar tanta gente, e de forma tão hostil? Será que para salvar a pátria da ameaça do comunismo? Será que um punhado de subversivos – “terroristas”, “bandidos”, “bandoleiros” ou qualquer outro adjetivo que os militares costumavam lhes dar⁶² -- isolados em algum lugar das selvas amazônicas, representavam tamanho ultraje para o estado constituído? Será que a guerrilheira Dina deveria ser mesmo executada depois se presa, conforme o anteriormente relatado? Ou a guerrilheira Sônia deveria mesmo ser metralhada no chão? Não bastaria mantê-las sob custódia do estado?

As respostas para tais reflexões podem ser encontradas no conceito de heteronomia, apresentado inicialmente por Hannah Arendt e, mais tarde, aprofundado por Castoriadis. A heteronomia deve ser entendida como a condição de pessoa ou de grupo que receba de um elemento que lhe é exterior, ou de um princípio estranho à razão, a lei a que se deve submeter⁶³. Embora o corpo principal do trabalho de Arendt sobre totalitarismo seja anterior aos estudos sobre o imaginário, ela em muito ajudou a pavimentar as análises de Castoriadis sobre a heteronomia. Arendt começou aceitando a dicotomia na interpretação histórica e fazendo uso dos conceitos do Bem e do Mal, mas acabou por rejeitar o maniqueísmo e concluiu que o melhor caminho seria o do conceito da heteronomia.

⁶² Os militares jamais utilizavam o termo “guerrilheiros” nas comunicações orais ou escritas com a população do Araguaia. Eles tinham a orientação dos superiores de só trata-los por “subversivos”, “terroristas”, “bandidos” ou “bandoleiros”. Tratá-los por “guerrilheiros” lhes daria status. *In*: Narrativa oral de Dr. Hoffmann (codinome), em 14 de setembro de 2003.

⁶³ Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1ª Ed., 10ª impressão, [1985?], pág. 721.

Quando escreveu *Origens do Totalitarismo*⁶⁴, ao final da Segunda Guerra, Arendt ousou traçar um paralelo entre o nazismo e o stalinismo, considerando que ambos seriam muito semelhantes por conta das práticas totalitárias. Alemã e judia, dedicou-se muito mais a estudar a ascensão de Hitler, mas também arranhou com bastante eficiência a imagem do grupo político que tomou de assalto o estado soviético em nome da utopia igualitarista. Traçar comparações e paralelos entre os dois regimes foi considerado atitude espúria pela esquerda na ocasião.

Naquela época, a União Soviética e Joseph Stalin ainda eram tratados com fervor quase religioso pelos seguidores do socialismo. Os marxistas argumentavam que o termo “totalitário” seria inscrito no contexto de guerra fria e que seu uso seria uma tática do capitalismo liberal para tentar desmoralizar o socialismo real e a ditadura do proletariado. Mais tarde, na década de 1970, pensadores do quilate de Giovanni Sartori e Raymond Aron chegaram a decretar o totalitarismo como um acidente histórico já superado⁶⁵. Os acontecimentos posteriores, como o nacionalismo balcânico e o fundamentalismo islâmico, comprovaram ser essa corrente excessivamente otimista.

Arendt começou a se interessar pelo tema em 1947, chocada que estava com os acontecimentos políticos da época, com os horrores da guerra e do holocausto. Tentava encontrar explicações filosóficas para compreender o fenômeno totalitário. Naquela ocasião, encontrou em Kant o conceito de Mal Radical⁶⁶. Mais tarde, em 1963, quando foi contratada pela revista *The New Yorker* para relatar o julgamento de Adolf Eichmann⁶⁷, em Jerusalém, elaborou suas reflexões acerca do fenômeno da violência e do totalitarismo.

Ela esperava encontrar, no mínimo, um homem perverso, um monstro,

⁶⁴ Hannah Arendt. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶⁵ Nádia Souki. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. pág. 37.

⁶⁶ Importante atentar para o fato de que Arendt utiliza o termo “radical” com a conotação de extremo, enquanto Castoriadis prefere o termo “radicalismo”.

⁶⁷ Eichmann era o funcionário público encarregado da questão judaica no regime nazista. Ao final da guerra, fugiu para a Argentina. Em 1961, o líder israelense David Ben Gurion mandou seqüestrá-lo em Buenos Aires e levou-o a julgamento em Jerusalém.

um exemplar de malignidade humana, como fazia acreditar a imprensa na época -- sentimento semelhante ao que tive quando conheci pessoalmente os primeiros militares que participaram da Guerrilha do Araguaia. Hannah Arendt, contudo, ficou surpresa ao encontrar um homem comum, que podia ser caracterizado como tendo apenas um "vazio de pensamento". Concluiu que o acusado não seria um monstro, mas "um homem com extremo grau de heteronomia".⁶⁸ Ou seja, segundo a pensadora, Eichmann não passava de um pacato servidor público disposto a não pensar, a não elaborar, disposto somente a cumprir ordens, a qualquer preço, custe o que custar. Enfim, um indivíduo que era um produto típico do estado totalitário.

Foi, então, que Arendt passou a encarar o problema do Mal dentro da sua dimensão política, numa visão original, que é a dimensão da banalidade, da falta de grandeza. Ainda, de acordo com sua visão, as instituições públicas dos regimes totalitários dariam aos seus agentes o sentimento de embriaguez, de servir as forças superiores e aos vastos desígnios nos quais eles não são eles mesmos, mas apenas instrumentos tão dóceis como irresponsáveis. Ou seja, banais e infantis agentes cumprindo à risca a política do Estado. Foi essa "política infantil" que teria levado os arianos "eleitos" a produzir massacres administrativos em Treblinka e Sobibor, por exemplo, explica a pensadora. Esse fenômeno é definido como heteronomia.

Castoriadis introduziu a questão da heteronomia especificamente dentro dos estudos do imaginário. Para o filósofo, o fenômeno ocorre quando

em 1968, quando

"(...) o sujeito não se diz, mas é dito por alguém, existe pois como parte do mundo de um outro (certamente, por sua vez, travestido). O sujeito é dominado por um imaginário vivido como mais real que o real, ainda que não sabido como tal. O essencial da heteronomia – ou da alienação, no sentido amplo do termo – no nível individual, é o domínio por um imaginário autonomizado que se arrojou a função de definir para o sujeito tanto a realidade quanto seu desejo".⁶⁹

⁶⁸ APUD: Souki, *op. cit.* pág. 40.

⁶⁹ Castoriadis, *op. cit.*, pág. 124.

A questão do imaginário aparece na obra de Castoriadis no contexto de uma discussão sobre instituições, alienação e autonomia. Esses três conceitos são importantes para a análise do imaginário em eventos históricos relacionados a questões ideológicas e, em última instância, a revoluções. O imaginário, segundo o autor, é uma invenção, uma criação de sentidos. O imaginário não é a imagem de algo; não é só a representação do real, a *mnese*, mas é todo ele invenção, criação, vem da ordem da psique, mas que deve ter verossimilhança com o real, para que seja crível – como as lendas criadas em torno de Dina. Segundo Castoriadis, um símbolo

“...nem se impõe como uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de toda referência ao real [...]. Enfim, nada permite determinar as fronteiras do simbólico”⁷⁰.

O conceito de imaginário é utilizado com o intuito de acabar com dicotômias, maniqueísmos e afins. Para Castoriadis,

“A humanidade teve e tem fome de alimento, mas ela também teve fome de vestimentas e em seguida de outras vestimentas que não as do ano anterior, ela teve fome de automóveis e de televisão, fome de poder e fome de santidade, ela teve fome de ascetismo e de libertinagem, ela teve fome de místico e fome de saber racional, teve fome de amor e de fraternidade, mas também fome de seus próprios cadáveres (o grifo é meu), e agora parece que começa a ter fome da Lua e de planetas. É preciso uma boa dose de cretinismo para pretender que ela inventou todas essas fomes porque não conseguia comer ou fazer amor suficientemente”⁷¹.

O conceito tradicional de instituição toma por base os valores sociais cristalizados, os valores sacramentados, que garantem a reprodução das tradições, dos valores instituídos, que sobrevivem ao tempo e às gerações e

⁷⁰ Castoriadis, *Op. Cit.* pág. 144.

⁷¹ *Idem, Ibidem*, pág. 164.

que asseguram a sobrevivência das sociedades⁷². Castoriadis apresenta um outro conceito para instituição, diferente do tradicional. Para ele, trata-se de uma construção e dispositivo inscrito em uma rede simbólica. Para ele, é nas instituições sociais que encontramos os significantes e os significados dos símbolos e dos valores reconhecidos pela sociedade. O papel da instituição, segundo Castoriadis, está cravado no histórico social, ou seja, os sujeitos estão no mundo numa relação com as instituições, pois as instituições são criações humanas. Os sujeitos estão no mundo numa relação com as instituições, enredados em sua rede simbólica.

“Encontramos primeiro o simbólico, é claro, na linguagem. Mas o encontramos igualmente, num outro grau e de uma outra maneira, nas instituições. As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica”⁷³.

A partir daí, Castoriadis vai construindo os conceitos de autonomia e alienação. Ele apresenta esses conceitos como uma crítica ao fenômeno da autonomização. Segundo Castoriadis, na medida em que a instituição ganha força, começa se autonomizar. E no momento em que a instituição adquire a autonomização, vem conseqüentemente a alienação. A alienação surge como uma modalidade da relação com a instituição e, por seu intermédio, da relação com a história⁷⁴. Ou seja, a instituição começa a funcionar como se não tivesse dentro do contexto histórico, começa a se deslocando da sociedade, de seus valores e o código de conduta social. A instituição autônoma se aliena e começa a agir segundo valores deslocados da conduta da sociedade na qual está inserida.

“A alienação é a autonomização e a dominância do momento imaginário na instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade. (...) Ou seja, a sociedade não

⁷² Rogério de Andrade Córdova. “Imaginário Social e Educação”. In: Revista “Em Aberto”, Brasília, Ano 14, nº 61, ed. Jan/Mar, 1994, págs. 139-140.

⁷³ *Idem, Ibidem*, pág. 142.

⁷⁴ *Idem, Ibidem*, pág. 140.

reconhece no imaginário das instituições seu próprio produto.⁷⁵

Transportando para o objeto de nossos estudos, teria sido a heteronomia que levou Dina a cumprir, sem vacilo, sem pensar, a sentença de morte que o Tribunal Revolucionário aplicou ao guerrilheiro Mundico? Da mesma forma, teria sido a heteronomia que levou o militar Ivan a cumprir, com aparente serenidade e indiferença, a ordem de executar uma prisioneira que já estava indefesa e inofensiva nas mãos do Estado, e que, portanto, já não representava mais qualquer perigo para a ordem estabelecida?

Outro episódio que igualmente ilustra aquilo que Arendt chama de “vazio do pensamento”, o “sentimento de embriaguez” de servir às instituições públicas dos regimes totalitários, ocorreu durante a execução da guerrilheira Dinaelza Santana Coqueiro, a Maria Dina⁷⁶. Estudante de Geologia na Bahia, Maria Dina era uma das mais conhecidas guerrilheiras do Araguaia. Carregava entre os companheiros, os moradores da região e entre os militares, a imagem de valente, corajosa, perigosa. Apanhada pelos pára-quedistas, foi levada a Marabá. É seu próprio algoz, o agente Fernando, quem relata:

“Era braba pra cacete, aguentou um pau violento, uns cinco ou seis dias de pau. Aí contou a história dela. Então nossa equipe a levou. Na hora, minha pistola engasgou. Engasgou e não saiu mais bala nenhuma. Ela me olhava com um ódio danado. Não chorou, só me olhava com ódio, um ódio fantástico, ódio, muito ódio. Foi uma merda. Então eu tive que pegar outra arma. Um companheiro chegou perto e me ajudou a fazer o serviço”.⁷⁷

E o que esse agente do estado totalitário teria sentido ao encarar os olhos da vítima? Ele próprio responde:

⁷⁵ Castoriadis, *Op. Cit.*, pág. 170.

⁷⁶ As datas prováveis de sua morte são contraditórias. A Marinha registra sua morte a 08 de abril de 1974 e o *Dossiê* em dezembro de 1973. Segundo o militar que relata que a executou, teria morrido em fins de janeiro ou início de fevereiro de 1974.

⁷⁷ Narrativa oral de Fernando (nome fictício), a 26 de outubro de 2001.

“Eu? Com ela, nada. Eu estava preparado para fazer aquilo mesmo”.⁷⁸

Somente o “nada”, o “vazio do pensamento”? Seria o agente Fernando um homem perverso, um monstro, um exemplar de malignidade humana, como um dia Arendt de início imaginou que Eichmann fosse? Será que o agente Fernando estaria mesmo preparado para fazer aquilo, como disse que estava? De certa feita, em um de nossos encontros, o agente Fernando narrou a execução de outro guerrilheiro, Tobias Pereira Júnior, o Josias. Para ele foi trágico. Josias era estudante de Medicina no Rio de Janeiro quando decidiu aderir à guerrilha. Preso a 18 de dezembro de 1973, na região do igarapé Gameleira, no início estava com muito medo. Depois se dizia arrependido estar naquele lugar. Ficou com os militares por quase dois meses. Desenhou os mapas da região e ajudou a localizar os remanescentes da guerrilha. Chegou até a ensaiar uma amizade com Fernando, um dos escalados para os interrogatórios⁷⁹. Certo dia Fernando foi chamado para executar Josias. Eis seu relato:

“Ele já não oferecia nenhum tipo de ameaça prá gente. Conversamos muito, ele falou do erro de estar ali, prometemos até tomar chope juntos quando a guerra terminasse. Combinamos nos encontrar no Garota de Ipanema⁸⁰. Ele estava cheio de esperança, mas eu sabia que não iria cumprir a promessa. Um dia me veio a ordem de ‘fazer’⁸¹ o Tobias. E eu refuguei. E porque eu refuguei, minha equipe toda não foi. Eu pedi foi pro chefe, ‘Se o Sr. puder me tirar esse cálice’. O termo foi esse: ‘Tira de mim esse cálice, porque eu não vou conseguir assumir esse serviço não’. Eu ainda disse: ‘Se o Sr. quiser me chamar de covarde, sou covarde’. E ele respondeu: ‘Não, você está certo’. Então o Tobias foi mandado para outra equipe.”⁸²

Filho de um pastor presbiteriano, criado nos mais rígidos cânones cristãos, ao ser chamado para matar seu “amigo” Jobias, o agente só se

⁷⁸ *Idem, Ibidem.*

⁷⁹ A amizade entre prisioneiro e carcereiro é algo comum, chama-se Síndrome de Estocolmo.

⁸⁰ Trata-se de um bar, dos mais conhecidos do País. Fica no bairro de Ipanema, Rio de Janeiro.

⁸¹ “Fazer” era o eufemismo que os militares utilizavam para o verbo “executar”.

⁸² Narrativa oral de Fernando (nome fictício), a 26 de outubro de 2001.

lembrou das palavras de Jesus Cristo às vésperas de sua paixão: “Pai, afasta de mim esse cálice”⁸³ Ele não teve coragem de olhar nos olhos do “amigo” Josias, como já encarara Maria Dina, Cid olhara para Sônia, como meses depois Ivan iria olhar para Dina. O agente dera sua palavra de honra ao guerrilheiro que iriam juntos tomar uns chopos no “Garota de Ipanema” quando aquela barbárie terminasse. Como beber dessa bebida amarga? “Chefe, tira de mim esse cálice!”, pediu. E o chefe tirou – tirou de um, mas entregou a outro a missão de beber o cálice com o vinho tinto de sangue. Como bem lembrou Castoriadis, em seu intuito de utilizar os estudos do imaginário para acabar com dicotomias, maniqueísmos e afins na análise da história, a humanidade tem fome de poder e de seus próprios cadáveres, mas também tem fome de santidade, fome de místico, fome de amor e de fraternidade.⁸⁴ E agora, ainda parafraseando Castoriadis, parece que começa a ter fome da Lua e de planetas, fome de consciência e de sobriedade. Fome até mesmo de pedir perdão por um dia ter sido -- como definiu Hannah Arendt -- um agente dócil, infantil, embriagado e irresponsável do regime totalitário instaurado no Brasil depois do movimento de 1964.

2.5 – O IMAGINÁRIO E A LONGA NOITE HOBBSIANA

Em *Vida e Morte do Partido Fardado*⁸⁵, Oliveiros Ferreira chama de “a longa noite hobbesiana” o período no qual as Forças Armadas protagonizaram forte influência na condução do processo político brasileiro. Uma noite que,

⁸³ A expressão bíblica remete ao momento em que Jesus pressentiu, no horto do Getsêmani, o terrível sofrimento que iria passar durante sua paixão. Então exclamou: “Abá, Pai, tudo te é possível: afasta de mim este cálice!” Em seguida resignou-se: “mas não se faça o que eu quero, senão o que tu queres”. *In*: Marcos: 14, 36. Acrescento que na época da execução de Tobias, fevereiro de 1974, um dos maiores sucessos musicais do país era a canção “Cálice”, lançada em 1973, de Chico Buarque de Holanda. O refrão dizia: “Pai, afasta de mim esse cálice/ De vinho tinto de sangue/ Como beber dessa bebida amarga/ Tragar a dor, engolir a labuta/ Mesmo calada a boca, resta o peito/ Silêncio na cidade não se escuta/ De que me vale ser filho da santa/ Melhor seria ser filho da outra / Outra realidade menos morta/ Tanta mentira, tanta força bruta”

⁸⁴ Inverti a frase original de Castoriadis: “... (a humanidade tem) fome de poder e fome de santidade, ela teve fome de ascetismo e de libertinagem, ela teve fome de místico e fome de saber racional, teve fome de amor e de fraternidade, mas também fome de seus próprios cadáveres, e agora parece que começa a ter fome da Lua e de planetas”. *In*: Castoriadis, *op. cit.*, pág. 164

⁸⁵ Oliveiros Ferreira. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: Senac, 2000.

segundo o autor, durou século e meio, com início em 1821, quando a tropa do Rio de Janeiro obrigou o príncipe regente Pedro de Alcântara a substituir o ministro da Guerra, e que se prolongou até 1985, quando o último general no poder – João Figueiredo - deixou o Palácio pela porta dos fundos.⁸⁶

Nesse século e meio, foram pelo menos 15 as intervenções políticas dos militares em momentos decisivos da história brasileira. Em alguns deles, como a renúncia de Pedro I, em 1831 e a Revolução de 1930, foram os militares meros coadjuvantes, levados à ação por civis que apareceram nos quartéis para instigá-los à ação. Outros episódios, como a proclamação da República, em 1889, o governo ditatorial de Floriano Peixoto e a imposição do AI-5, em 1968, foram grupos militares que teriam tomado a iniciativa, na condição de atores principais do processo. Há, ainda, aqueles movimentos que ganharam as ruas a partir de uma aliança entre civis e militares, como a instituição do Estado Novo, em 1937, e a deposição de Getúlio Vargas, em 1945.

Foi Oliveira Viana quem definiu como “um poderoso fetiche de dragonas e punhos estrelados” o sentimento que as elites políticas brasileiras costumavam nutrir, desde o Império, pelos militares.⁸⁷ “Eu os identifico a todos”, disse de certa feita o marechal Castelo Branco.⁸⁸ “E são muitos deles, os mesmos que, desde 1930, como vivandeiras alvoroçadas, vêm aos bivaques bolir com os granadeiros e provocar extravagâncias do poder militar”⁸⁹. Oliveiros Ferreira ressalta que sempre houve uma relação conturbada, de amor e ódio, de conflito de interesses, entre civis e militares brasileiros.

⁸⁶ Oliveiros Ferreira, contudo, apresenta o ano de 1969 como o marco do fim da “longa noite hobbesiana”. Isso porque, naquele ano, os ministros militares criaram uma série de regras internas de promoção e aposentadoria que, na prática, acabaram com a possibilidade de surgir lideranças carismáticas dentro das Forças Armadas. A partir daí, segundo Oliveiros, as intervenções políticas armadas ficariam inviáveis. Apesar dessa demarcação do mestre Oliveiros, minha opção foi por fixar o fim da “noite hobbesiana” coincidindo com a saída do último general do poder.

⁸⁷ APUD: Oliveiros Ferreira, *Op. Cit.*, pág. 11.

⁸⁸ Primeiro presidente da República do regime militar (1964-1966), que disse a frase em agosto de 1964, no auditório da Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Na verdade, queixava-se dos civis que acusavam seu governo de militarista. A frase foi incorporada ao imaginário político brasileiro. In: Roberto Campos. *A Lanterna na Popa - Vol. I*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2ª ed. revista, pág. 566

⁸⁹ *Idem, Ibidem*, pág. 566.

“Houve momentos em que, no mundo político e civil, as Forças Armadas foram consideradas como o inimigo do Poder Constitucional; outros, em que os próceres do mundo civil bateram às portas dos quartéis para pedir aos militares que intervissem na política para ajudá-los a manter o status quo ou, então, para que facilitassem mudanças na estrutura política, social ou econômica do país, mudanças essas que eles, civis, não tinham, digamos, certeza de poder realizar sozinhos por meio do mero jogo político”.⁹⁰

“Do lado dos militares, a aliança nunca se fez sem reservas mentais, pois não deixavam de perceber na ação dos próceres civis o desejo de servir-se das Forças Armadas para, depois, descartá-las como limão espremido, quando não acabar com elas enquanto organização. Essa relação conturbada, em que a idéia que um grupo fazia do outro sempre impediu que o laço sobre o qual se apunha o selo da aliança fosse de boa qualidade, não foi motivo para refrear o impulso dos civis de baterem às portas dos quartéis nem, muito menos, o seu aspecto negativo bastou para que, em determinadas circunstâncias, os militares deixassem de aceitar a tarefa que lhe era pedida realizar”.⁹¹

A respeito da grande intervenção militar de 1964, que antecedeu diretamente a Guerrilha do Araguaia, considero necessário tecer comentários mais detalhados para melhor entender os diversos significados que os militares atribuíram a suas ações na referida guerrilha. Na busca da compreensão desse movimento, opto por começar a olhar nos agitados anos 30. Abro um parêntese para lembrar que toda época tem seu imaginário e todo grupo social tem seus ícones. Oliveiros Ferreira chama a atenção, em especial, para um carismático oficial do Exército, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, cujas idéias serviram de bússola para o grupo que tomou o poder em 1964. Foi o projeto político criado por ele que terminaria por ser imposto a toda a nação. Líder tenentista, Góis havia sido promovido a general ainda em 1931, no fervor da vitória revolucionária. Acabou reconhecido como uma espécie de mentor intelectual de boa parte dos militares por mais de três décadas. Foi um dos articuladores do Estado Novo de 1937 e o principal líder do golpe que depôs Vargas em

⁹⁰ Oliveiros, *Op. Cit.*, pág. 09.

⁹¹ *Idem, Ibidem*, pág. 15.

1945. Na história brasileira só se encontra paralelo no coronel Benjamin Constant, que inoculou o positivismo na oficialidade do Império⁹².

Mas afinal, o que pregava Góis Monteiro que seduzia de tal forma o imaginário dos “granadeiros”? Ele personificava, em essência, o sentimento de desprezo que a “caserna” – denominação dada às Forças Armadas - nutria pelos civis. E qual alternativa ele apresentava? Ora, dizia o general, “as classes armadas devem ser a espinha dorsal da nação”⁹³. Oliveiros Ferreira considera Góis Monteiro o grande totem de seu tempo, o ideólogo maior do que ele chama de “Partido Fardado” – expressão que doravante tomarei emprestada:

“Ao mesmo tempo em que [Góis Monteiro] tem uma idéia muito clara de qual é o interesse do Estado, ele faz do Brasil uma imagem sem retoques e sabe, por isso mesmo, que o Exército deve ocupar e servir o país. Não apenas isso o qualificaria a ser o ‘Intelectual do Partido’; ele o é porque foi o primeiro – e o único gêneral - a dar ao Exército uma missão política que acabava redundando numa concepção de Estado. Em outras palavras, construiu uma doutrina para o Partido (Fardado) e pretendeu que ela fosse a doutrina política do Exército. (...) Para Góis, a missão do Exército era ocupar o país, e sua política – política do Exército e não dos partidos do Exército - era fazer que as decisões governamentais em todos os campos – educação, saúde, indústria, todas, enfim - tivessem sempre como objetivo a mobilização. A política de Góis era, em suma, ocupar o território e impor disciplina ao país”⁹⁴

Quando a década de 1960 desponta, encontra o Partido Fardado crescendo dentro das Forças Armadas, inoculadas que estavam com aquele mesmo sentimento da década de 1930 - o desprezo atávico pelos políticos civis - e com aquela mesma idéia latente de que os militares deveriam ser a “espinha dorsal da nação”, no sentido de manter a ordem, condição básica para o país. Assim, pregava o imaginário contínuo. Talvez seja o traço mais forte e coeso do imaginário dos militares brasileiros, o que possibilitou que tivessem poder de ação. Poder que, segundo Arendt,

⁹² *Idem, Ibidem*, pág. 93.

“corresponde à capacidade humana não somente de agir mas de agir de comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, queremos dizer que está autorizado por um certo número de pessoas a atuar em nome delas. No momento em que o grupo do qual se originou a princípio o poder, desaparecer, ‘seu poder’ some também”⁹⁵

A década de 1960 também encontra a Guerra Fria⁹⁶ chegando a seu ápice. Na Europa, Ásia, África, América, em todos os cantos do mundo, foram anos extremamente agitados, efervescentes. Na América Latina, desde o triunfo do comandante Fidel Castro em Cuba, em 1959, todo o continente estava em ebulição diante da possibilidade do triunfo de uma outra revolução comunista.

No Brasil, o período que vai da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, até a tomada do poder pelos militares, a 31 de março de 1964, apresentou-se como um dos mais conturbados da história do país. Durante o governo de João Goulart –1961 a 1964 -, a radicalização política tomou conta do cotidiano do País. As esquerdas agitavam-se diante da possibilidade concreta de promover reformas estruturais na economia, “na lei ou na marra”⁹⁷, e a principal era a reforma agrária. Os movimentos sociais também chegavam a seu ápice – nas grandes cidades, como São Paulo, os sindicatos operários fortaleciam-se com as greves cada vez mais frequentes; em Pernambuco, proliferavam as Ligas Camponesas. Dentro das Forças Armadas, cabos e sargentos se organizavam politicamente e assustavam os oficiais mais conservadores. Cada vez que Goulart tergiversava, ou tendia para a esquerda, as diferentes facções dentro das Forças Armadas se uniam ainda

⁹⁵ *Idem, Ibidem*, pág. 95.

⁹⁴ *Idem, Ibidem*, págs. 93 e 94.

⁹⁵ Hannah Arendt. *Da violência...Op. Cit.*, pág. 123.

⁹⁶ Eric Hobsbawm baliza a Guerra Fria como o período compreendido entre o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945 e a queda do Muro de Berlim, em 1989. In: Eric Hobsbawm. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 2001, pág. 14.

⁹⁷ A célebre frase foi dita pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Goulart e virtual candidato à Presidência da República pelo PTB.

mais em torno de um novo projeto comum. De um lado, observa Oliveiros, havia os militares que pregavam que a luta contra o comunismo deveria predominar nessa aliança; de outro, havia os que achavam que chegara o tempo de os militares assumirem definitivamente o poder, como pregava Góis Monteiro, "ao invés de dar golpes para instalar civis em um governo que seria deposto por novo golpe na crise seguinte".⁹⁸

Para Oliveiros, a "chegada do ano de 1964 deixava no ar que o país se encaminhava para duas saídas: a revolução social ou o golpe de estado"⁹⁹. Enfim, o país estava à beira da guerra civil quando um movimento militar, iniciado a 31 de março de 1964, depôs o presidente Goulart e pendeu o poder, definitivamente, para o lado da aliança ocidental, liderada pelos Estados Unidos. O golpe de estado foi o caminho vencedor.

Não cabe aqui tecer descrições alongadas sobre esse período e muito menos ousar analisá-lo em poucas linhas, mas tão somente registrar algumas análises que podem ajudar a pavimentar o percurso principal desta pesquisa – desvelar o imaginário dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. Dentro da Academia, há uma questão sobre a qual há quatro décadas se debatem os historiadores: saber se os militares "comporiam uma instituição autônoma, marcada pelo isolamento e unidade, ou expressariam as clivagens e contradições da sociedade como um todo, sendo reflexo da hierarquia social", como bem apresentou Carlos Fico¹⁰⁰:

"Seria possível construir um modelo teórico capaz de explicar os regimes militares em países diversos? Ademais, no caso brasileiro, como se caracterizaria a singularidade do golpe de 64 e do regime militar?"¹⁰¹

Em outras palavras, o ponto central do debate foi saber se a discussão de certos temas não econômicos ou estruturais, como a valorização dos

⁹⁸ Oliveiros Ferreira. *Op. Cit.*, pág 108.

⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

¹⁰⁰ Carlos Fico. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004. pág. 30.

¹⁰¹ *Idem, Ibidem.*

aspectos políticos e institucionais, e a autonomia das Forças Armadas brasileiras, vista "como uma corporação possuidora de uma dinâmica própria ou burocracia especializada"¹⁰², ainda segundo Fico, "confrontava o possível entendimento marxista dos militares como agentes instrumentais da burguesia"¹⁰³. Autores marxistas, como Jacob Gorender e João Quartim de Moraes, enfatizam os aspectos estruturais do período pré-1964, e analisam o movimento militar essencialmente como um golpe provocado por uma aliança da burguesia nacional com o capital internacional, no qual os militares serviram como instrumento¹⁰⁴.

Naquela que talvez seja a pesquisa mais completa até hoje realizada sobre o tema - especialmente por conta da qualidade das fontes - o professor René Dreifuss, autor de "1964: A Conquista do Estado", também expressa a conclusão de que, em 1964, os militares não tomaram o poder sozinhos, mas como integrantes de um "bloco de poder", formado pelo empresariado nacional e pelo "capital monopolítico transnacional"¹⁰⁵. Dreifuss apresenta a idéia dos anéis burocrático-empresariais. Partindo de uma análise gramsciana, ele lembra que houve uma longa gestação de um projeto alternativo ao Estado populista. Foram quase dez anos em ebulição nos estudos e debates nas instituições militares, nas entidades da classe patronal, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, nos grupos de ação política civil, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ou mesmo nos anéis da burocracia estatal, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico:

"Antes que o golpe se efetivasse, valores modernizante-conservadores germinados dentro de diferentes formas de poder de classe dominante, expressaram-se através dos vários organismos da sociedade civil. (...) Por um período de quase dez anos, o bloco de poder emergente visou a uma acomodação com o bloco de poder populista. Ele tentou também conseguir reformas parciais no aparelho do Estado, assegurar participação multinacional e associada na legislação e administração, assim como

¹⁰² *Idem, Ibidem*, pág. 32.

¹⁰³ *Idem, Ibidem*.

¹⁰⁴ APUD Carlos Fico. *Op. Cit.* pág. 34.

¹⁰⁵ René Armand Dreifuss. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, pág. 106.

apoiou o domínio populista sobre as classes subordinadas. (...) Quando os canais político-partidários e administrativos não obtiveram êxito em atingir as reformas necessárias renunciadas pelo bloco modernizante-conservador, e quando os interesses multinacionais e associados notaram as dificuldades crescentes em se conseguir conter a massa popular dentro do sistema político populista, o bloco de poder emergente teve de recorrer a outros meios"¹⁰⁶

Alfred Stepan, outro autor que analisa o período militar no Brasil, valoriza o papel que teve a Escola Superior de Guerra - ESG -, criada em 1948, na preparação do golpe e, mais tarde, como importante aparelho de Estado do regime militar¹⁰⁷. Um outro totem dos militares brasileiros, o marechal Cordeiro de Farias, o "arquétipo do conspirador histórico", nas palavras de Dreifuss, personagem proeminente em todos os dez episódios de intervenção militar entre 1922 e 1964¹⁰⁸, ilustrou de forma precisa o imaginário dos militares sobre o papel da ESG na tomada de poder:

*"Em 1948, nós plantamos carvalhos. Não plantamos couve. A couve floresce rapidamente, mas uma só vez. Os carvalhos demoram, mas são sólidos. Quando chegou a hora, nós tínhamos os homens, as idéias e os meios"*¹⁰⁹

Os historiadores da escola norte-americana, por sua vez, os chamados *brazilianists*, tendem a valorizar a questão da autonomia das Forças Armadas. Thomas Skidmore, primeiro *brazilianist* a se debruçar sobre a questão¹¹⁰ apresenta a idéia de que o golpe de 64 teria sido essencialmente uma operação militar. Alfred Stepan lembra, ainda, que, historicamente, os "civis que formam as camadas politicamente importantes" da sociedade brasileira "sempre tentaram servir-se dos militares para atingir seus próprios objetivos

¹⁰⁶ *Idem, Ibidem*, pág. 106-107.

¹⁰⁷ Alfred Stepan. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

¹⁰⁸ Dreifuss lista os eventos de 1922, 1924, 1930, 1932, 1937, 1945, 1954, 1955, 1961 e 1967. In: René Armand Dreifuss, *Op. Cit.*

¹⁰⁹ Entrevista com Cordeiro de Farias, realizada por René Dreifuss a 16/06/76; In: *Idem, Ibidem*, pág. 105.

¹¹⁰ Em 1966, Skidmore publicou a tese de doutorado *Politics in Brasil, 1930-1964: an experiment in democracy*, que foi publicada no Brasil 3 anos depois. Ver: Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969; e Thomas Skidmore: *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

políticos”¹¹¹. Em seus estudos sobre o tema, Stepan trabalha com a hipótese da existência daquilo que ele batizou de “padrão moderador” das relações entre civis e militares. Segundo ele, haveria um padrão repetitivo nas intervenções militares verificadas na história brasileira e de toda a América Latina, na qual diferentes grupos políticos tentaram cooptá-los para atingir seus próprios objetivos de poder. Seria esse o “padrão moderador” dos militares. Segundo ele, a instituição militar não seria um fator autônomo, mas deveria ser pensada como um subsistema que reage às mudanças no conjunto do sistema político. Para Stepan, antes da crise de 1964, os militares vinham sendo chamados tão somente para depor um governo e depois transferi-lo para outro grupo de políticos civis. Em 1964, os militares teriam mudado de padrão, sentindo-se capacitados para assumir de vez o poder. Stepan explica:

“Um aspecto fundamental do relacionamento civil-militar é a tensão potencial que se manifesta diante de uma dupla necessidade dos governantes políticos civis: de um lado, manter uma força armada como instrumento da política e da ordem interna e, de outro, garantir que o poder militar não usurpe o poder político”

“As exigências políticas são elevadas, mas a capacidade política de convertê-la em resultados efetivos é pequena. A sociedade é pretoriana, no sentido de que todas as instituições - a igreja, o trabalho, os estudantes - são altamente politizados. Ao mesmo tempo, porém, as instituições política são fracas. Nesse tipo de sociedade, os militares também são politizados e todos os grupos tentam cooptá-los para aumentar sua força política”¹¹²

Mais recentemente, emergiu a tese de que o golpe de 1964 teria sido uma conspiração essencialmente militar, que contou com o apoio dos grupos econômicos brasileiros, e não a resultante de uma aliança entre a burguesia nacional e as transnacionais com o apoio da classe média, que contou com a participação dos militares, como analisam os marxistas e estruturalistas¹¹³. Ou seja, desde a preparação do golpe, depois na montagem do governo Castelo

¹¹¹ Alfred Stepan, *Op. Cit.* pág. 224.

¹¹² *Idem, Ibidem*, pág. 46.

¹¹³ Tomei conhecimento dessas idéias através de Fico, em *Além do Golpe, Op. Cit.*

Branco, consolidando-se num crescente de governo a governo, teria ocorrido uma clara hegemonia dos militares sobre quaisquer outros segmentos sociais. Para asseverar essa idéia, tome-se a crescente militarização do regime, assim como a criação do aparato de repressão política a partir de 1968.

Os principais defensores dessa tese são os pesquisadores Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina D'Araújo¹¹⁴, do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, o CPDOC. Em depoimentos que fizeram com militares que tiveram papéis relevantes no regime, eles perceberam que o imaginário dos militares, de forma majoritária, ao deflagrar o golpe, estava motivado pelo anticomunismo e pelo mal-estar com a iminente quebra da hierarquia nas Forças Armadas, provocada pelos movimentos sindicais de cabos e sargentos. Ou seja, com a quebra da ordem. E pouco ou nada se referem à decantada aliança com o capital estrangeiro e com os Estados Unidos, em particular. Segundo Dillon Soares, os militares teriam bastante "autonomia na criação e manutenção de um sistema de valores", em função de seu "alto grau de isolamento social"¹¹⁵, visto que as

*"interpretações iniciais do golpe militar enfatizaram suas causas econômicas. (...) O economicismo do pensamento político e social na América Latina fez com que se fosse buscar nas elites econômicas os responsáveis pelo golpe. O golpe, porém, foi essencialmente militar: não foi dado pela burguesia ou pela classe média, independente do apoio que estas lhe prestaram"*¹¹⁶

Por fim, concordo com Castoriadis ao afirmar que o imaginário está cravado no histórico social, ou seja, os valores que nortearam as ações dos militares no Araguaia foram forjados na sociedade.

¹¹⁴ Gláucio Ary Dillon Soares. "O Golpe de 64". In: Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina D'Araújo (orgs.). *21 Anos de Regime Militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

¹¹⁵ APUD Carlos Fico, *Op. Cit.*, pág. 38.

¹¹⁶ *Idem, Ibidem*, pág. 38.

2.6 – O SONHO: REPÚBLICA POPULAR DO BRASIL

O historiador Luís Mir lembra que, por quase cinco décadas, entre os anos 30 e 70, a esquerda internacional olhava para o Brasil acreditando que o país estaria “fadado ao grande destino de protagonizar a terceira grande revolução do século XX”¹¹⁷ - a primeira foi a da União Soviética e a segunda, a da República Popular da China. A terceira, avalia Mir, seria a implantação da República Democrática Popular do Brasil:

*“Para os brasileiros e estrangeiros que a tentaram, foi a revolução impossível. Moscou e Pequim, as capitais que encabeçaram ou pretenderam conduzir a revolução socialista mundial, voltaram-se para este país sempre com um olhar de admiração e urgência”*¹¹⁸

Foi assim em 1935, no movimento armado protagonizado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), do capitão Luís Carlos Prestes¹¹⁹. Igualmente em 1969, quando a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do capitão Carlos Lamarca, pegaram em armas – a partir de 1972, a luta se estenderia também ao campo, desta vez com o PC do B do dirigente João Amazonas e do comandante guerrilheiro Maurício Grabois. Ainda segundo Mir, havia um

...“Consenso universal à alteração estratégica que uma revolução no Brasil provocaria no cenário internacional e na relação de forças das superpotências. No Brasil, os atores desse fracasso repetido, derrota anunciada, nunca transpuseram a fronteira do desejo. Os comunistas brasileiros nunca foram uma ameaça real. As duas maiores barreiras que enfrentaram: internamente, um anticomunismo profissional e permanente dos militares e da elite brasileira; externamente, o estigma da

¹¹⁷ Luís Mir. *A Revolução Impossível – A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller, Círculo do Livro, 1994, pág. 10.

¹¹⁸ *Idem, Ibidem*, pág. 11.

¹¹⁹ William Waack. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Chamo a atenção para a importância dessa obra. Jornalista, correspondente do *Jornal do Brasil* em Moscou, Waack aproveitou o caos que se seguiu ao fim do regime comunista para ter acesso a documentos secretos do PC-URSS sobre a Intentona Comunista de 1935, comprovando que o movimento ocorreu sob orientação e patrocínio financeiro da União Soviética.

*credibilidade*¹²⁰

Prosseguindo com sua análise, para Mir o grande equívoco dos comunistas brasileiros foi o de superestimar suas forças. Pagaram um preço altíssimo em 1935, maior ainda nas décadas de 1960 e 1970:

*"Essa permanente visão irrealista acerca do país e da sua realidade política se repete em 1964 para Moscou (PCB assegurando a tomada pacífica do poder pelos comunistas e nacionalistas) e em 1967 para Havana, por parte dos dissidentes do PCB que formavam a ALN (só era necessário dar o primeiro tiro; quem o fizesse, arrastaria o país inteiro)"*¹²¹

*"Avaliaram equivocadamente o seu inimigo principal, o Exército brasileiro, que dividiu sua história neste século[XX] em antes e depois de Prestes tentar, com a Internacional Comunista à frente e o Partido Comunista do Brasil como coadjuvante, assaltar o poder. Na reedição da tentativa de tomada do poder dos comunistas pelas armas em 1969, não enfrentariam 50 mil militares desmoralizados e odiados pela população, como estava o Exército cubano em 1959. O choque seria com 300 mil homens das Forças Armadas, transformadas em um bem equipado exército de ocupação interna e com todos os recursos repressivos à disposição, tendo mais de 200 mil policiais (federais, civis, militares) como força auxiliar"*¹²²

Para melhor compreensão do ambiente histórico em que se deu a Guerrilha do Araguaia, essencial introduzir neste ponto um fato já bastante conhecido da historiografia brasileira: a crise do stalinismo. Isso porque a morte de Joseph Stalin, em 1953, levaria a esperada revolução brasileira a tomar novos rumos. Em 1956, no XX Congresso do PC soviético, o novo líder Nikita Krushev, o herói que comandara a vitória contra os alemães no mais sangrento embate militar da história, a Batalha de Stalingrado¹²³, passou a apontar o caminho pacífico para a tomada do poder pelos comunistas, aderindo

¹²⁰ Luis Mir, *Op. Cit.*, pág. 11.

¹²¹ *Idem, Ibidem*, pág. 11.

¹²² *Idem, Ibidem*, pág. 13.

¹²³ Em 1942, onde morreram cerca de 800 mil pessoas, entre soldados alemães, soviéticos e civis.

às teses de Antonio Gramsci¹²⁴. Na Praça Vermelha, em Moscou, incitados por Krushev, populares derrubaram a estátua de Stalin. Assustados com os rumos de sua própria revolução, a delegação chinesa saiu do Congresso e depositou uma vistosa coroa de flores no túmulo do líder falecido. Teve início, nesse episódio, uma divisão irreversível entre o PC soviético e o chinês, cujas conseqüências até hoje são sentidas na geopolítica global.

No Brasil, já em 1956, Luis Carlos Prestes escreveu um manifesto aos militantes brasileiros acatando as novas orientações de Krushev e proibindo o debate interno sobre o assunto - dentro do partido, o texto ficou conhecido por "Carta Rolha".¹²⁵ A partir de então, a divisão dentro do PCB acirrou-se: de um lado Prestes, comandando o Comitê Central com mão-de-ferro e seguindo as orientações de Krushev; do outro, comandando os stalinistas, um grupo de quatro ex-dirigentes do PCB, como João Amazonas e Maurício Grabois¹²⁶. Em 1960, no 5º Congresso do partido, o PCB decidiu alterar seu nome, que de Partido Comunista do Brasil passou a ser Partido Comunista Brasileiro, mas manteve a sigla. Decidiu, ainda, expurgar dos estatutos as expressões "marxismo-leninismo" e "internacionalismo proletário" e, na seqüência, expulsar os stalinistas de suas fileiras.

Em 1962, depois de cinco anos de brigas internas, os stalinistas fundaram uma nova agremiação, o Partido Comunista do Brasil, PC do B¹²⁷. Num documento divulgado logo depois, o PC do B definiria Stalin como o "quarto clássico" do marxismo, ao lado de Marx, Engels e Lênin, repudiando o caminho pacífico proposto por Krushev e oficializando sua inspiração no Partido Comunista Chinês e no Partido do Trabalho da Albânia¹²⁸. A crise do

¹²⁴ Filósofo e político italiano, um dos mais originais e importantes pensadores marxistas do Ocidente, Gramsci (1891-1937) é autor da idéia de revolução pacífica dentro do aparelho do Estado. Em sua obra principal, *Cadernos do Cárcere*, redigidos durante sua prisão pelo regime fascista, defende a tese de que na sociedade moderna o controle não é exercido pela força bruta, mas pela "manipulação sutil com que a classe dominante conquista a aceitação de sua ideologia por intermédio das normas e das instituições da sociedade burguesa". In: Chris Rohmann. *O Livro das Idéias*. São Paulo: Campus, pág. 184.

¹²⁵ O título original era "Carta aberta de Luis Carlos Prestes aos Comunistas".

¹²⁶ Os outros eram Pedro Pomar e Diógenes de Arruda Câmara.

¹²⁷ A reunião, batizada de Conferência Nacional Extraordinária, foi realizada de 11 a 18 de fevereiro de 1962, em São Paulo.

¹²⁸ O documento, de julho de 1963, foi intitulado "Proposta Krushev".

stalinismo, segundo Mir, “se arrastaria dentro do movimento comunista brasileiro minando-o, destruindo-o, esgarçando sua unidade de décadas, irreversivelmente”.¹²⁹

Com o movimento de 1964, aos poucos o garrote militar e as lideranças políticas civis¹³⁰ sufocaram o que restou da esquerda brasileira – tanto os social-democratas quanto aqueles que defendiam a ditadura do proletariado. Boa parte dos marxistas, por sua vez, jamais se conformou com a derrota. Entusiasmados com as idéias práticas de Che Guevara e a teoria de Régis Debray a respeito do “foco guerrilheiro”¹³¹, começaram a proliferar dissidências do PCB e a aparecer novos grupos, cada um com sua própria sigla, dispostos a pegar em armas¹³². Disseminava-se o imaginário guerrilheiro, engendrado num ambiente social e político de radicalizações ideológicas. Para Jacob Gorender, à exceção

*“da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Seguiu-se que a luta armada, não travada contra o golpe de direita, tomava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos”*¹³³

Já em 1965, por exemplo, quando o presidente Castelo Branco ainda pregava a idéia de um sucessor civil, o ex-governador Leonel Brizola organizava uma frustrada aventura armada na Serra do Caparaó (ES), sob a

¹²⁹ Luis Mir, *Op. Cit.*, pág. 17.

¹³⁰ Entre os principais líderes civis, destaco os ex-governadores Carlos Lacerda (RJ), Adhemar de Barros (SP) e Magalhães Pinto (MG). Os dois primeiros, como Robespierre, terminaram cassados pelo próprio regime que ajudaram a criar.

¹³¹ “A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara, desde *A Guerra de Guerrilhas*, de 1960, e de Régis Debray. Deste último, *Revolução na Revolução?*, folheto de 1967, suscitou entusiasmo instantâneo”. In: GORENDER, J. *Op. Cit.*, pág. 88. Vale ainda lembrar que corre a lenda nas esquerdas latino-americanas que o líder cubano Fidel Castro teria ditado a teoria a Debray, em longas noites de conversas gravadas –lenda que nenhum dos dois jamais confirmou ou desmentiu. Posteriormente, em 1974, Debray escreveu *A Crítica das Armas*, onde faz uma autocrítica e diz que o que havia restado da sua teoria era uma montanha de mortos.

¹³² Chegaram a haver 17 partidos ou grupos guerrilheiros organizados. Partidos: PCB e PC do B. Grupos guerrilheiros: ALN, Molipo, PCR, MPR, VPR, Colina, PCBR, MR-8, VAR-Palmares, MNR, M3G, P, PRT, Polop/POC, PORT. In: Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. *Dos Filhos Deste Solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo e Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

¹³³ Jacob Gorender, *Op. Cit.*, págs. 135-136.

coordenação de ex-militares nacionalistas. Dessa tentativa, terminaram todos presos sem que se desse um único tiro¹³⁴. O *Dossiê Araguaia* acrescenta:

*“Anteriormente já haviam sido feitas tentativas de implantação da guerrilha rural. Pode ser dito que elas tiveram início em 1965, quando o coronel reformado do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório, que se encontrava exilado no Uruguai, decidiu tomar a iniciativa. Convocou alguns aliados, também exilados, e penetrou no Rio Grande do Sul, chegando até a localidade de Três Passos, onde após dominar o pequeno destacamento local, dirigiu-se para o norte. Todavia, a rápida resposta das forças legais e a fraqueza do contingente mobilizado pelo referido militar rapidamente eliminaram a ameaça”*¹³⁵

Em 1966 ocorreu o primeiro atentado armado da época, quando uma bomba explodiu no Aeroporto de Guararapes, Recife, matando um militar e um jornalista – o alvo era o general Arthur da Costa e Silva, então ministro do Exército¹³⁶. O Atentado de Guararapes representa o marco inicial da guerrilha urbana no Brasil. Também foi a partir de 1966 que uma centena de revolucionários, jovens universitários em sua quase totalidade, se instalou na região do rio Araguaia, imaginando criar uma experiência utópica no meio da Amazônia. A escolha pela região do Araguaia pautava-se no imaginário difundido pelos manuais lidos pelos guerrilheiros, de que a revolução deveria começar pelo campo e difundir-se pela cidade. Para o PC do B, ali, no interior do país, deveriam preparar núcleos guerrilheiros com a participação das massas camponesas, desencadear ações armadas e estabelecer uma área conflagrada através de uma guerra popular prolongada¹³⁷. A região do Araguaia, ofereceria, segundo Ângelo Arroyo, condições propícias, visto ser

“zona de mata, e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão, etc. Tem de estar de pé como o guerrilheiro. É uma zona de massa pobre e explorada, (...) circundada por povoados

¹³⁴ Exilado no Uruguai, o ex-governador Leonel Brizola conseguiu apoio financeiro (US\$ 1,2 milhão) e político de Fidel Castro para organizar o Movimento Nacionalista Revolucionário, MNR. O grupo instalou-se no início de 1966 na Serra do Caparaó, nas divisas dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. In: MIR, *Op. Cit.*, pág. 166-169

¹³⁵ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 65.

¹³⁶ Morreram o almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Regis de Carvalho.

¹³⁷ Romualdo P. Campos Filho. *Guerrilha do Araguaia. Op. Cit.*, pág. 102.

*e cidades pequenas e médias também de grande pobreza. Dispõe-se de caça abundante, castanha-do-pará, babaçu e outros meios de alimentação. Possui vasta área, em extensão e profundidade, que serve de campo de manobra às forças armadas*¹³⁸

Em outubro de 1967, dias após a morte de Che Guevara, Marighella, já dissidente do PCB, seria convocado por Fidel Castro para suceder, agora no Brasil, o mitológico guerrilheiro argentino¹³⁹. Começava, então, um dos períodos mais conturbados da história, os “Anos de Chumbo”, onde se deu a proliferação da luta armada nas cidades e no campo -- e a resposta militar.

2.7 – IMAGINÁRIOS CRUZADOS

Quem eram, afinal, os militares que desconstruíram a Guerrilha do Araguaia? Uma discussão que se faz necessária para esta pesquisa, é quanto à propalada dicotomia entre comunistas e militares. Há no imaginário brasileiro um grande abismo que separa revolucionários de contra-revolucionários, marxistas de militares, esquerdistas de direitistas - para usar uma terminologia cada vez mais em desuso, mas que norteou as relações sociais, econômicas e políticas ao longo do século XX. Um exame mais atento da história brasileira demonstra que se deve questionar tais premissas. Seriam esses dois grupos opostos e contraditórios, como estão representados no imaginário social dos brasileiros? Seriam eles, respectivamente, os representantes do proletariado oprimido e da burguesia opressora? Seriam eles os representantes das forças

¹³⁸ Ângelo Arroyo. *Relatório Arroyo*. São Paulo: 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, nº 2, 1980, pág. 280.

¹³⁹ Em abril de 1967, Carlos Marighella, então membro da Comitê Central do PCB, defendeu a tese da luta armada durante a Conferência Municipal do partido em São Paulo. Venceu a cúpula do partido, que reagiu imediatamente declarando a ilegalidade regimental da conferência. Marighella contra-atacou com ironia: “Buscam firulas jurídicas para questionar uma eleição num partido clandestino”. Na sequência, em julho, Marighella partiu para uma conferência da Organização Latino-Americana Socialista em Cuba. Ali, fundou uma organização de luta armada, ainda sem nome, e foi ungido por Fidel estrela de primeira grandeza da revolução no continente. Nesse ínterim, o Comitê Central do PCB o expulsou do partido. Quando retornou ao Brasil, em março de 1968, definiu o nome de sua organização, ALN, Aliança Libertadora Nacional, que viria a ser o maior entre todos os grupos da luta armada urbana. Marighella morreu em 4 de novembro de 1969, numa emboscada das forças de repressão, em São Paulo. Ver mais detalhes em MIR, *Op. Cit.*, págs. 244-303.

revolucionárias e das forças reacionárias, do progresso e do atraso, da liberdade e da opressão?

Em grande parte da historiografia sobre o período militar, assim como no material publicado na imprensa, encontra-se a tendência - explícita ou velada - a uma análise dicotômica dos acontecimentos, reproduzindo, desta forma, uma visão maniqueísta sobre a luta armada no Brasil. Como explicar, nesse caso, que dois dos maiores ícones na “nossa revolução”¹⁴⁰ sejam egressos do Exército, o capitão Luís Carlos Prestes e o capitão Carlos Lamarca?

Em verdade, as Forças Armadas brasileiras jamais foram monolíticas. Tiveram, sim, em alguns períodos históricos, pontos de convergência e ideologias hegemônicas, como o positivismo que resultou na República, o liberalismo que derrubou a ditadura Vargas ou o anti-comunismo que implantou o Regime Militar de 64. Contudo, ao longo do Século XX, as escolas militares, do Colégio Militar à Escola Superior de Guerra, foram palcos de debates sobre os destinos do Brasil. Naturalmente, brotaram novas idéias e vicejaram ideologias de múltiplos matizes. Entre elas, o marxismo-leninismo e o integralismo, versão local do fascismo europeu. Durante o regime militar de 64, contudo, o anticomunismo prevaleceu de forma clara e hegemônica. Ainda assim, até mesmo nesse período, havia militares marxistas.

Detalhe pouco explorado pela historiografia brasileira, mas importante para essa pesquisa, é que a partir de meados dos anos 1950, com a morte de

¹⁴⁰ “Nossa Revolução” é o título que Sérgio deu ao sétimo e último capítulo do clássico *Raízes do Brasil*. Quando o mestre Sérgio escreveu sobre o tema, em 1936, estava se referindo “ao processo geral – e em verdade revolucionário – da transformação dos territórios coloniais em sociedades cultas e modernas”. Para ele, o termo “revolução” não tinha, necessariamente, a acepção de convulsão ou sangue. A versão brasileira seria “uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional”. Não é objetivo desta pesquisa debater o conceito de Sérgio Buarque do que venha a ser revolução. Contudo, esclareço de antemão que a expressão “nossa revolução” será utilizada ao longo da pesquisa para analisar tão-somente as experiências da guerrilha armada que grupos socialistas, de cunho marxista-leninista, utilizaram com o objetivo de realizar a revolução que introduziria o socialismo no país, entre o início dos anos 1960 e fins dos anos 1970. A “nossa revolução” segundo a visão dos que fizeram a luta armada nos anos 1960 e 1970 no Brasil. A “nossa revolução” que povoou o imaginário dos militares brasileiros que atuaram na Guerrilha do Araguaia. Sobre o conceito, ver: Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pág. 126.

Stalin e a ascensão de Krushev, os novos dirigentes do PC soviético passaram a defender a participação dos militares "nacionalistas" (ou seja, anti-americanistas) no processo revolucionário como força fundamental no Terceiro Mundo¹⁴¹, já que não poderiam contar com uma classe operária organizada. A idéia central era a de que, nesses países, os militares seriam uma força real com origens populares, constituídos, em sua maioria, por egressos do proletariado¹⁴². Essa política era conhecida entre os governantes comunistas como "socialismo por decreto", ou seja, atingir a revolução através de golpes de Estado, exatamente como fizeram os bolcheviques na Rússia em outubro de 1917 quando, comandados por Leon Trotski e liderados por Wladimir Lênin, tomaram de assalto o poder dos mencheviques de Kerensky, força política que havia derrubado o czar¹⁴³. Essa opção pelos militares como "vanguarda revolucionária", em detrimento dos PCs, já havia sido testada com êxito na Europa Oriental depois da Segunda Guerra Mundial.

Pautados naqueles novos valores políticos, teve início treinamento, pelo Exército Vermelho soviético, de membros das Forças Armadas e de militantes comunistas do Terceiro Mundo. Desta forma, Manoel Messias, militante do PCB em Pernambuco, foi o primeiro brasileiro a concluir o curso de oficial do Exército Vermelho, em 1961¹⁴⁴. Os stalinistas do PC do B não gostariam de ficar na retaguarda. Paralelamente, a Academia Militar de Pequim começaria a patrocinar o treinamento de seus próprios revolucionários. Segundo Mir, o Araguaia representou os anos chineses da revolução brasileira. A 29 de março de 1964, dois dias antes do Golpe Militar, o primeiro contingente de militantes do PC do B embarcaria para treinamento na Academia Militar de Pequim, na

¹⁴¹ "Terceiro Mundo é uma expressão criada por estudiosos franceses na década de 1950 que passou a ser utilizada para designar os países subdesenvolvidos, por oposição ao Primeiro Mundo, que inclui os Estados Unidos, Japão e Europa, e um Segundo Mundo, abrangendo União Soviética e seus satélites europeus. O Terceiro Mundo reúne uma ampla variedade de países, na África, Ásia e América Latina". In: Hélio Jaguaribe. *Estudo Crítico da História*. São Paulo: Paz e Terra, 2001 Vol II, pág. 607.

¹⁴² Luis Mir, *Op. Cit.*, pág. 17.

¹⁴³ Vsevolod Eichenbaum Volin. *A Revolução Desconhecida*. São Paulo: Global, 1980, pág. 126-128.

¹⁴⁴ Naquele ano, 1961, 13 militantes das Ligas Camponesas em Pernambuco receberiam treinamento militar na União Soviética. In: Luis Mir, *Op. Cit.*, pág. 17.

vanguarda do que seria a futura guerrilha rural do Araguaia¹⁴⁵. André Grabois estava nessa primeira leva. Tinha, então, 17 anos.

Ainda de acordo com Luís Mir, “a história dos comunistas do Brasil correu sempre paralela à do Exército brasileiro neste século”¹⁴⁶. Mir revela a existência de uma organização secreta dos comunistas dentro das Forças Armadas, o Grupo Antimil (antimilitar), criado em 1929, após resolução do Comitê Central do PCB, e que funcionaria como “mola mestra da tentativa de neutralização da maior força anticomunista que o país teve neste século: o Exército brasileiro”¹⁴⁷. Em obra lançada em fins de 2004, *Um Olhar à Esquerda – A Utopia Tenentista na Construção do Pensamento Marxista de Nelson Werneck Sodré*, o professor Paulo Ribeiro da Cunha¹⁴⁸ dissecou o funcionamento do Antimil.

Na pesquisa, uma tese de doutorado da Unicamp, Cunha analisa a trajetória intelectual Werneck Sodré, militar de profissão, general de patente, e um dos mais importantes historiadores brasileiros, autor do clássico *História Militar do Brasil*. Segundo Cunha, o general Werneck seria, ele próprio, um ativo membro desse grupo. O Antimil tinha a função de “atuar junto aos militares com o objetivo de desenvolver ações insurrecionais” para a eventualidade de tomada do poder pela via da luta armada. Ainda de acordo com o pesquisador, às vésperas do movimento de 1964, esse grupo chegaria a contar com a militância ou simpatia de 5% a 10% do efetivo das Forças Armadas, os oficiais e praças de corrente nacionalista. A Marinha, segundo a pesquisa, chegou a contar com cerca de 300 suboficiais militantes no PCB, que editaram um jornal clandestino chamado “Bandeira Vermelha”. O grupo teria tido, como membro efetivo, até um brigadeiro, Francisco Teixeira. Cerca de mil militares acabaram expulsos no período posterior a 1964 por conta da

¹⁴⁵ De acordo com o *Dossiê Araguaia*, entre 250 e 300 brasileiros teriam recebido treinamento militar no exterior, em Moscou, Pequim, Havana ou Praga. O *Dossiê* também apresenta a relação nominal dos 14 guerrilheiros do Araguaia que foram treinados na China. In: *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, págs. 29 e 55.

¹⁴⁶ Luis Mir, *Op. Cit.*, pág. 9.

¹⁴⁷ *Idem, Ibidem*, pág. 10.

¹⁴⁸ Paulo Ribeiro da Cunha. *Um olhar à esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan / São Paulo: FAPESP, 2004.

participação no Antimil. Cunha aponta para a curiosidade de que o Brasil talvez seja o único país do mundo no qual os militares tiveram uma intensa participação política de esquerda, pelo menos até os expurgos pós-64.

Mir corrobora essa tese. Segundo ele, a partir de meados da década de 50, sob a nova orientação de Kruschew, o capitão Luís Carlos Prestes passou a se dedicar pessoalmente, e de forma prioritária, à cooptação de oficiais e sargentos nacionalistas nas Forças Armadas para uma luta de "libertação nacional", que serviria de base para um futuro governo "antiimperialista", não importando se a tomada do poder fosse pela via pacífica ou violenta¹⁴⁹. Em toda a sua caminhada como líder dos comunistas brasileiros, para Prestes, a militarização do PCB foi uma vertente básica de seu funcionamento e organização¹⁵⁰. Até a década de 1970, quase a totalidade dos membros da Executiva era constituída ou por militares integrantes do movimento tenentista, ou por remanescentes do levante de 1935. Ao longo de sua história, nada menos que 18 militares, sendo 16 oficiais e dois cabos, já fizeram parte do Comitê Central do PCB¹⁵¹. Entre eles Maurício Grabois, que foi oficial de artilharia da Força Expedicionária Brasileira na Itália. Jacob Gorender relata que Carlos Marighella também mantinha boas relações com membros das Forças Armadas, tanto antes quanto depois de 1964¹⁵².

O caso do capitão Carlos Lamarca é o mais ilustrativo. Ele não esteve diretamente envolvido na Guerrilha do Araguaia, mas sua história é essencial para compreendermos o imaginário naqueles conturbados anos 60 e 70 no Brasil, tanto o imaginário dos militares, quanto o dos revolucionários. Lamarca teve contato com as idéias socialistas pela primeira em 1957, quando ainda era

¹⁴⁹ Luis Mir, *Op. Cit.*, Pág. 17-18.

¹⁵⁰ *Idem, Ibidem*, pág. 18.

¹⁵¹ São eles: Luiz Carlos Prestes (Exército), Agildo Barata Ribeiro (Exército); Salomão Malina (Exército), Giocondo Dias (cabo do Exército), Severino Teodoro de Melo (cabo do Exército), Maurício Grabois (Aeronáutica), Dinarco Reis (Aeronáutica), Ivan Ramos Ribeiro (Aeronáutica), Leivas Otero (Aeronáutica), Agliberto Vieira de Azevedo (Aeronáutica), Benedito de Carvalho (Exército), Orestes Timbaúva Rodrigues (Exército), Lincoln Cordeiro Oest (Exército), Henrique Cordeiro Oest (Exército), Apolônio de Carvalho (Exército), Walter de Souza Ribeiro (Exército), Renato de Oliveira Motta (Exército), Sebastião Vitorino da Silva (Exército). In: Arquivo pessoal de Carlos Azambuja (codinome) de um dos militares que trabalharam na elaboração do *Dossiê Araguaia*.

¹⁵² Jacob Gorender. *Op. Cit.*, pág. 189.

cadete¹⁵³, o que corrobora a idéia exposta acima sobre a intensa atividade do PCB dentro dos quartéis a partir de meados da década de 50. Somente em 1964, servindo em Porto Alegre, quando o regime militar já estava vitorioso e consolidado, Lamarca decidiu-se por assinar a ficha de filiação ao PCB. Foi desaconselhado pelos próprios comunistas, por questão de segurança.

Considerado um oficial brilhante, exímio atirador, Lamarca tinha um futuro promissor no Exército. Era tamanha a confiança dos comandantes no jovem oficial que, ao servir no regimento do quartel de Quitaúna, Osasco (SP), a partir de 1966, passou a treinar um grupo de atiradores de elite destinados a combater os "terroristas". Também ensinava funcionários de bancos a se defender de assaltos guerrilheiros. Ou seja, nesse momento, o futuro guerrilheiro integrou-se à Comunidade de Informações e fazia parte das forças de repressão do regime – e é bem provável que seu imaginário tenha sido, em determinado momento, muito parecido com o dos colegas de farda que foram designados para combater o PC do B na Guerrilha do Araguaia. O imaginário do agente Ivan, por exemplo, que também costumava ler obras marxistas.

Recrutado por uma célula de sargentos do Exército, em fins de 1968, Lamarca aderiu a uma das novas organizações que proliferavam na esquerda, a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR, dissidência de uma outra sigla recém-nascida, a Política Operária (POLOP), imaginada por estudantes e intelectuais paulistanos¹⁵⁴. Ele se entusiasmou com um plano mirabolante de expropriar armamento pesado do Exército para atacar simultaneamente o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo, o Quartel-General do II Exército, a Academia de Polícia e, ainda por cima, dar início à guerrilha no

¹⁵³ Oldack Miranda e Emiliano José. *Lamarca - O capitão da Guerrilha*. São Paulo: Global, 7ª ed., págs. 33-35.

¹⁵⁴ Cabe aqui introduzir uma pequena filigrana conceitual para atender os marxistas ortodoxos. A VPR não era exatamente uma organização marxista-leninista, segundo eles próprios. Os sargentos que se juntaram aos estudantes da POLOP e fundaram a VPR eram originários do Movimento Nacionalista Revolucionário, de Leonel Brizola, ao qual pertenciam como egressos do PCB. Alguns dos sargentos eram marxistas-leninistas, mas a VPR não era uma organização marxista-leninista, não tinha programa como tal e muito menos projeto político ou social de inspiração marxista-leninista. Fonte: Luiz Mir, narrativa oral, em 08 de junho de 2002.

campo – tudo ao mesmo tempo¹⁵⁵. O voluntarista capitão deixou o quartel de Quitaúna¹⁵⁶ em 24 de janeiro de 1969, em companhia de um sargento, um cabo e um soldado¹⁵⁷, levando consigo um carregamento de fuzis¹⁵⁸. Estava mais bem armado do que todos os 69 militantes do PC do B no Araguaia.

A esquerda vibrou com a atitude de Lamarca, na mesma proporção que os militares ficaram indignados. Aderiu publicamente a VPR e ganhou de imediato o título de "Capitão da Guerrilha". Passou a usar os codinomes Cid, inspirado em El Cid, épico nos cinemas da época, e César, codinome a que tinha direito mais do que qualquer outro militar brasileiro, posto que atravessara seu Rubicão. Nessa época, o PC do B já havia instalado três destacamentos de guerrilheiros na região do Araguaia para que dessem início àquilo que Lamarca gostaria de protagonizar, uma guerra revolucionária no campo. Ele morreu em 1971, aos 33 anos. Lamarca foi encontrado no interior da Bahia por uma pequena patrulha do Exército, comandada pelo major Nilton¹⁵⁹. Dois anos depois ele seria convocado para a caçada aos guerrilheiros do Araguaia.

¹⁵⁵ O plano fracassou por conta de um incidente banal, “uma briga de comadres”, como definiria mais tarde o sargento PM que foi chamado para resolver o incidente. Um grupo guerrilheiro, escondido em uma chácara em Itapacerica da Serra, próxima à capital paulista, pintava um caminhão com as cores e as insígnias do Exército. Uma criança se aproximou e levou um tapa no rosto de um dos guerrilheiros que, segundo explicou mais tarde aos companheiros, bateu no menor “para que deixasse de ser curioso”. A mãe da criança procurou a polícia, que acabou levando todo mundo para a cadeia. Alertado, Lamarca decidiu que chegara a hora de desertar. In: Luis Mir, *Op. Cit.*, pág. 353. estudante.

¹⁵⁶ Foi desse mesmo quartel de Quitaúna que, em 1922, saiu boa parte dos militares que pegaram em armas contra o governo de Artur Bernardes, numa fracassada insurreição (que terminaria na Coluna Prestes, “uma das mais extraordinárias marchas revolucionárias da história da humanidade”, nas palavras de Domingos Meirelles, protagonizada por “dignos e honrados jovens oficiais com o talhe de caráter dos homens de bem do seu tempo, empurrados pelo sonho de transformar o Brasil numa grande nação”. In: Domingos Meirelles. *As Noites das Grandes Fogueiras – Uma história da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹⁵⁷ Sargento Darcy Rodrigues, cabo José Mariani e soldado Carlos Roberto Zanirato. In: Mir. *Op. Cit.*, pág. 354-355.

¹⁵⁸ 63 fuzis, três metralhadoras e munição.

¹⁵⁹ Em seus últimos instantes, o capitão teria mantido um diálogo com seu algoz, o major Cerqueira, que ilustra o imaginário corrente na época. Teriam sido três ou quatro perguntas banais. O oficial teria começado indagando pelo nome do prisioneiro: “Capitão Carlos Lamarca”, identificou-se. A seguir teria perguntado onde estariam sua mulher e filhos: “Em Cuba”, respondeu. O major teria ficado desconcertado diante das respostas sinceras do maltrapilho à sua frente, em cujo estômago, constataram os legistas mais tarde, só havia capim. A última das perguntas: “Você sabe que é um traidor do Exército brasileiro?”. Lamarca: “Eu sei perder, eu sei perder”. O que se deu a seguir é controvertido. Cerqueira teria então atirado no capitão, segundo seu próprio relato posterior aos superiores. De acordo com um militar que acompanhou os acontecimentos, Lamarca teria praticado uma desfeita antes de morrer. Teria se levantado, balançado os ombros e braços, no gesto de quem quer dizer “e daí?”, “o que importa?”, e antes de levar os tiros, teria tentado dar as costas ao representante do Exército. In: Narrativa oral de Dr. Leonardo (codinome), em 10 de fevereiro de 1998.

O capitão Carlos Lamarca guarda em sua história a impossibilidade do encontro desses dois mundos, o dos militares e o dos guerrilheiros, em proporção similar, ousado afirmar, à de outra personagem da política brasileira, o capitão Luis Carlos Prestes. O velho Prestes representa o imaginário dos militares nos tempos do tenentismo. Lamarca representa o imaginário de parte dos militares durante o regime de 1964, incluindo aqueles que combateram no Araguaia. Representa, igualmente, o contra-imaginário dos revolucionários que fizeram a guerrilha nas selvas, um punhado de 69 homens que pegou em armas para enfrentar as Forças Armadas de 300 mil soldados e tentar implantar uma utopia socialista no Brasil. Lamarca também põe por terra, em boa parte, a suposta dicotomia entre os militares e os revolucionários brasileiros. Fazendo uso do aparato teórico do imaginário, analiso o que, afinal, havia de tão diferente entre os extremistas Dina e Ivan? Ou ainda, *mutatis mutandis*, como foi que o general Confúcio Dantón de Paula Torres Avelino¹⁶⁰, homem que muitos poucos brasileiros algum dia ouviram falar, comandou com poderes absolutistas¹⁶¹ a caçada final ao que restou dos guerrilheiros treinados por um ex-companheiro de farda, o comandante Maurício Grabois?

¹⁶⁰ O general Confúcio assumiu a direção do Centro de Informações do Exército em fevereiro 1974, em substituição ao general Milton Tavares. Ver Capítulo 4.

¹⁶¹ Mas sempre prestando contas de seus atos ao ministro do Exército e ao presidente da República, que tudo sabiam.

CAPÍTULO 3

DESVELANDO A GUERRA ABERTA

*“A forma extrema de poder é Todos contra Um;
a forma extrema da violência é Um contra Todos”*
Hannah Arendt

3.1 - UM IMAGINÁRIO PLURAL

Costuma-se distinguir os militares e dirigentes do regime estabelecido em 1964 entre “moderados” e “linha dura”. Na verdade, a divisão no governo e dentro das Forças Armadas era bem mais complexa, revelando a existência de um imaginário plural entre os militares. O primeiro presidente do regime militar, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, como demonstra a rica historiografia desse período, era um político moderado e teria projetos de redemocratização do País. Vinha, naturalmente, de uma longa tradição positivista do Exército Brasileiro, forjado no pensamento de Augusto Comte e acreditando, acima de tudo, “na ordem como condição básica para o desenvolvimento da proposta civilizadora e modernizadora do país”¹.

A ascensão da “linha dura”, igualmente positivista, mas também forjada no novo imaginário anticomunista, se deu quando o grupo do então ministro da Guerra, o general Arthur da Costa e Silva, se impôs a Castelo como seu sucessor. Já no poder, Costa e Silva trouxe de volta ao Brasil seu amigo gaúcho, Emílio Garrastazu Médici, então adido militar em Washington, para ocupar o

¹ Tomo aqui emprestado este pequeno trecho a respeito do marechal Floriano Peixoto, primeiro ditador militar de República. In: Cléria Botelho da Costa. “Lima Barreto: Sonho e Desilusões com a República”. Goiânia: Editora UCG. Revista **Fragmentos de Cultura**, vol. 14, nº 9, set., 2004, pág. 1683.

cargo de ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, o SNI².

O grupo de militares que atuou na Guerrilha do Araguaia, por sua vez, dispunha de um imaginário social. Todos eram militares, funcionários públicos a serviço do regime político estabelecido em 1964. Contudo, mas não era um imaginário monolítico – e era um imaginário muito mais complexo do que a divisão binária entre “moderados” e “linha dura”. Tratava-se de um imaginário plural. Uns usavam fardas verde-oliva, cabelos curtos e saíam em patrulhas ostensivas para prender os “terroristas”. Faziam questão de seguir as mais rígidas regras do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e dos manuais de treinamento militar. Eram as tropas regulares – como eram chamadas - das Forças Armadas Brasileiras em campanha no Araguaia, cerca de 3.200 soldados mobilizados ao longo de todo o período, pouco mais de dois anos.

De acordo com os relatos orais de militares, o segundo grupo, muito menor – uma centena de homens - atuava em trajes civis, usava cabelos longos, como os hippies, e barba contestadora, tal qual Che Guevara. Um, com seus cabelos louros cortados abaixo dos ombros, aparentava ser um surfista carioca; o outro gostava de se parecer com Jesus Cristo; um terceiro se esforçava para ser confundido com o cantor Sidney Magal. Certa vez, parte dessa turma se identificou como militares ao guerrilheiro Lúcio Petit da Silva, o Beto³. Virando-se para um oficial, o guerrilheiro ironizou: “Não acredito que vocês pretendem combater a guerrilha com essa tropicália!”⁴. Mas esse grupo fazia parte das Forças Armadas. Eram as chamadas “tropas não-regulares” – ou “descaracterizadas” -, agentes da Comunidade de Informações⁵, como se

² Carlos Fico, *Op. Cit.*, pág. 77

³ O guerrilheiro é um dos desaparecidos. Segundo o Dossiê, morreu em junho de 1974.

⁴ Depoimento oral de Hoffmann (codinome), em 30 mai. 2001. Ver Capítulo IV, item “A Caçada Final”.

⁵ O professor Carlos Fico faz uma distinção entre os serviços de informações e os serviços de segurança do Estado. O primeiro, integrado pelo Serviço Nacional de Informações, o SNI, e pelas Divisões de Segurança e Informações dos ministérios, formava a chamada Comunidade de Informações. O segundo, liderado pelo CIE, do Exército, e integrado pelos seus congêneres da Aeronáutica, Marinha, Polícia Federal e pelos Codi-DOI dos Estados, era a polícia política do regime militar e formava o que Fico define como Comunidade de Segurança. Somente essa segunda comunidade promovia operações de repressão política, como a do

autodenominavam os membros dos serviços de inteligência e de segurança militar das três Forças - o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

Ainda de acordo com os relatos orais de militares, nas operações de combate à guerrilha urbana os membros da Comunidade de Informações mantinham-se ao largo dos quartéis e da cadeia usual de comando, visto que longe dos comandantes do Rio de Janeiro e Brasília, essa turma adquiriu enorme independência de ação. Como quase todas as operações de repressão política eram secretas, eles sequer precisavam se reportar aos coronéis que estavam na região. As equipes “não-regulares” geralmente eram comandadas por um capitão, muitas vezes um sargento. Por vezes, as decisões na mata eram tomadas até por um simples cabo, cuja missão era a de caçar os inimigos da forma mais pragmática que poderiam conceber, disfarçados, dissimulados. E não importava por quais meios, o único objetivo essencial era apanhá-los, vivos ou mortos – inicialmente davam preferência a apanhá-los vivos, para que informações sobre a localização dos companheiros pudessem ser extraídas nos interrogatórios. Foram mobilizados cerca de 60 desses agentes ao longo de toda a guerrilha, com o objetivo de aniquilar os inimigos. Mas ressalte-se que independência operacional não pode ser confundida com autonomia. Tudo era feito dentro da hierarquia de comando, autorizado, consentido. Não há nada que tenha sido feito sem formulação, determinação, conhecimento, aprovação, dos chefes militares. Todos. A começar pelo general que estava no exercício da Presidência República.

Araguaia. O SNI não participou da Guerrilha do Araguaia. A Polícia Federal e os Codi-DOI dos Estados envolvidos também. Como os militares do CIE, CISA e Cenimar que participaram do Araguaia se autodenominavam membros da Comunidade de Informações, optei por tratá-los desta forma, conforme o imaginário deles próprios, sem fazer a distinção conceitual proposta pelo professor Fico, conceito este que foi aceito e será analisado adiante. FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004, pág. 77.

Na época dos conflitos os próprios militares faziam – e ainda fazem – a diferenciação entre tropas regulares e não-regulares. Portanto, essa distinção interna fazia parte do imaginário que presidiu as ações dos militares na Guerrilha do Araguaia. No teatro de operações, atuavam juntos, combatiam ombro a ombro. Ademais, os dois grupos aceitavam o objetivo geral das Forças Armadas e os valores do Exército Brasileiro. Igualmente, estavam centrados no objetivo comum de reprimir aos movimentos de esquerda e extirpar o foco guerrilheiro da região do Araguaia, apreendidos por eles como terroristas.

As diferenças eram basicamente manifestadas pelas táticas de combate distintas – se deveriam combater os guerrilheiros usando táticas de guerra regular ou táticas de *partisans* – como também na busca de métodos diferenciados para legitimar as Forças Armadas junto à comunidade. Os membros da Comunidade de Informações eram mais duros politicamente e buscavam a legitimação nas próprias Forças Armadas. As tropas regulares, por sua vez, agregavam ao fator político práticas sociais assistencialistas de legitimação. Ademais, essas diferenciações em torno de táticas de combate e de legitimação, representavam muito mais uma disputa de poderes de diferentes grupos no seio das Forças Armadas.

O *Dossiê Araguaia* é bastante rico em detalhar essa disputa – ainda que em certos momentos seus autores manifestem a tendência a criar uma dicotomia entre os dois grupos, até algum maniqueísmo. Seus autores chegaram a criar um capítulo só para tratar do assunto, batizado por eles de “Conflitos de Comando”. O *Dossiê* começa lembrando que em todos os países, qualquer que seja o seu regime político, os militares são treinados basicamente para a Guerra Regular, “forma de guerra que segue uma série de princípios éticos, conhecidos como as Leis da Guerra”⁶. Mas, a partir de 1965, prossegue o *Dossiê*, com a explosão de uma série de guerras revolucionárias na América Latina, as Forças Armadas brasileiras começaram a especializar uma parte de seus efetivos para

esse tipo de conflito. "Foi então criada uma doutrina no sentido de combatê-la, uma doutrina contra-revolucionária"⁷, relatam os autores do *Dossiê*, eles mesmos membros dessa Comunidade de Informações. Detalha o *Dossiê*:

*"Enquanto em uma Guerra Regular existem posturas rígidas de combate, tais como uso de fardamento, linhas de frente, linhas de defesa, zonas de combate, zonas do interior e territórios a defender, na Guerra Revolucionária o inimigo mescla-se à população, buscando tornar-se um peixe dentro d'água, e esta - a população- e não os territórios, é o objetivo principal"*⁸

*"A guerrilha urbana exigiu que uma parte diminuta das Forças Armadas adquirisse, em um reduzido espaço de tempo, fundamentalmente com a prática do dia a dia, os conhecimentos que não estavam nos parâmetros regulares e não constavam nos manuais da instrução regularmente ministrada. Logo aprendemos que 'ponto' representava, no linguajar da guerrilha, algo mais que um simples sinal gráfico, e que 'massa' não era uma tentação para os que estão em dieta, mas a denominação dada ao povo a caminho de encontrar seu destino revolucionário"*⁹.

Cabe atentar para a importância das comunidades de informações no contexto da Guerra Fria, visto que

*"Jamais existiu um governo baseado exclusivamente nos meios da violência. Mesmo o mandante totalitário, cujo maior instrumento de domínio é a tortura, precisa de uma base de poder – a polícia secreta e sua base de informantes"*¹⁰

No Araguaia, do início ao fim dos conflitos, esses dois grupos - as tropas regulares e a Comunidade de Informações - disputaram a hegemonia na região. Divergiam em suas visões de como deveria ser a repressão aos adversários do regime, ainda que os objetivos que norteavam as ações de cada um dos grupos

⁶ *Dossiê Araguaia, Op. cit.*, pág. 62.

⁷ *Idem, Ibidem*, pág. 63

⁸ *Idem, Ibidem*, pág. 64.

⁹ *Idem, Ibidem*.

¹⁰ Hannah Arendt. *Da violência...Op. Cit.* pág. 128.

fossem os mesmos: caça e eliminação dos focos dos guerrilheiros. Os comandantes fardados defendiam os combates abertos contra os guerrilheiros e a tentativa de conquistar as populações locais com ações assistencialistas do Estado, as chamadas ACISOS - Ação Cívico Social -, espécie de blitz da cidadania, que oficializava casamentos, registrava nascimentos, enviava juizes, médicos, dentistas, equipes de caça ao mosquito da malária e toda sorte de serviços públicos que pudessem melhorar as condições sociais daquela população, há décadas abandonada pelos governos¹¹. Mas as ACISO não pretendiam tocar na estrutura econômica e social estabelecida, tão-somente confortar a comunidade com medidas assistencialistas e paliativas.

A Comunidade de Informações preferia ações cirúrgicas de eliminação física do inimigo, combinada com o uso de técnicas de intimidação das populações locais para provar que os militares eram mais fortes que os guerrilheiros. Os dois grupos também brigaram pelo comando das operações. Na disputa pela hegemonia, entraram em conflito já nos primeiros dias, antes mesmo de iniciarem os combates. Para os autores do *Dossiê*, no combate contra as guerrilhas, os métodos utilizados pelas tropas regulares não conseguiriam atingir os objetivos propostos, haja vista que,

“As ações repressivas postas em prática usualmente na Guerra Irregular, fogem àqueles conceitos éticos tradicionais definidos para a Guerra Regular. A guerrilha, rural ou urbana, é uma guerra suja, e nela não são válidas as conhecidas Leis da Guerra e nem os pactos instituídos pela Convenção de Genebra. Quem insistir em utilizá-los, será derrotado”

“A então chamada repressão, que envolvia a ativa participação dos Centros de Inteligência militares, fechados em uma estreita colaboração mútua, dotados de um espírito de equipe a toda prova, não deixou de ser encarada com reservas por um grande número de militares, imbuídos dos princípios éticos da Guerra Regular, que lhes haviam sido incutidos nos bancos

¹¹ Narrativa oral de Dr. Hoffmann (codinome), em 12 de fevereiro de 2003.

escolares das Academias Militares. Não se mostraram capazes de entender e assimilar aquela forma de luta não encontrada em nenhum manual de instrução. Isso provocou um certo grau de antagonismo e atritos entre os designados para reprimir a Guerra Revolucionária e o restante da Força”

“É verdade que a repressão não poderia estar e nem sempre esteve absolutamente correta no combate à guerra suja. Não foram poucas as vezes que, em certas regiões, em obediência ao princípio da oportunidade e considerando a premência do tempo --ambos fundamentais no combate a uma guerrilha, seja ela urbana ou rural - os comandos, responsáveis pela segurança das áreas físicas em que está dividido o território nacional, fossem atropelados e, algumas vezes mesmo, ignorados, criando conflitos que tinham que ser solucionados em escalões superiores”¹²

Os autores do *Dossiê Araguaia*, todos membros ativos da Comunidade de Informações, se esforçam em defender a necessidade de utilização de tropas de não-regulares e de técnicas militares não previstas na Convenção de Genebra, como a única maneira eficaz de combater na chamadas “guerras irregulares insurrecionais” – a denominação militar adequada para o conflito ocorrido no Araguaia. Chegaram a elaborar um Manual Anti-Guerrilha, inspirado nas técnicas empregadas pelos comandos alemães de caça aos *partisans* soviéticos durante a Segunda Guerra, os *Jagdkommandos*, e mais tarde aperfeiçoadas por Mao Tse-Tung para a tomada do poder na China e pelo Exército francês durante das guerras da Indochina e da Argélia.

No Araguaia, relata o *Dossiê*, ocorreu um conflito permanente entre os comandantes militares, que divergiam sobre o emprego de tropas regulares ou das não-regulares nos combates. Os dois grupos não se entendiam, em especial nos primeiros meses de combate. Os membros da Comunidade de Informações queixavam-se muito aos superiores da inexperiência das Tropas Regulares, principalmente na Primeira Campanha, quando eras formadas basicamente por

¹²Dossiê Araguaia, *Op. Cit.*, págs. 64-65.

recrutas semi-imberbes. Diziam que faltava aos jovens soldados fardados “mentalidade de informações”, expressão muito utilizada na época. Segundo o *Dossiê*, as tropas regulares e seus métodos tradicionais foram responsáveis pelo fracasso da Primeira Campanha, como revelam os trechos a seguir:

“Não poucas vezes essa falta de entendimento resultou no insucesso de missões de Inteligência. Quando a missão objetivava apenas o levantamento de informes -Missão de Informações - tais problemas não existiam, pois o comando ficava nas mãos de um profissional de Inteligência”

“A ausência de mentalidade de informações entre as Tropas Regulares permitiu que os guerrilheiros do Araguaia, graças à presença de militares uniformizados, tomassem conhecimento daquilo que se pretendia sigiloso, abandonassem suas bases e se retirassem para a selva”¹³

Na Primeira Campanha, houve uma clara hegemonia das Tropas Regulares. Aos poucos, elas foram afastadas da área pela Comunidade de Informações. Na Segunda Campanha, ainda se viu pelo Araguaia tropas especiais uniformizadas, em operação conjunta com os agentes da inteligência militar. A partir daí, contudo, a concepção de combate, o comando das tropas, e principalmente, as operações de extermínio aos guerrilheiros, passaram a uma clara e total hegemonia da Comunidade. Assim o *Dossiê* aborda o assunto:

“O conhecimento do trabalho de campo do PC do B na região do Araguaia e o início imediato dos levantamentos a respeito pelos Centros de Inteligência militares, que, obedecendo ao princípio da oportunidade, se anteciparam a qualquer decisão partida da tradicional cadeia de comando, ocasionou um primeiro conflito: entre o comando da área¹⁴ e esses Centros de Inteligência, na época diretamente subordinados aos ministros das respectivas Forças”

¹³ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 65.

¹⁴ Tratava-se da 8ª Região Militar, com sede em Belém, comandada pelo general Darcy Jardim de Mattos.

"Nesse sentido, enquanto os especialistas dos Centros de Inteligência militares, conhecedores do quadro nacional da subversão e com experiência de outras operações de combate à guerrilha urbana, optaram por operações de Inteligência, com equipes de agentes descaracterizadas, realizando um paciente trabalho de busca de informes e, até, caso necessário, possíveis ações repressivas, alguns comandantes optaram pela utilização da tropa uniformizada, composta por conscritos, equipada e armada para ações de Guerra Regular"¹⁵

Mas, embora se observe a disputa pelo poder entre as tropas regulares e as não-regulares no que tange à hegemonia da ação na Guerrilha do Araguaia, insisto em lembrar que ambas faziam parte de uma mesma instituição – as Forças Armadas brasileira. Portanto, foram forjadas por valores, princípios e regras comuns, enfim, por um imaginário que abrigava todas as distinções dos grupos, subgrupos e divisões acima apontadas.

3.2 – O BRASIL PRÉ ARAGUAIA

Uma das obras mais conhecidas desse novo regime seria a criação de um sistema de informações e de segurança para o estado, complexo, gigantesco, original, poderoso, invisível, um sistema que tinha por função primordial vigiar com seus olhos, como os mil olhos de Argos, as entranhas do tecido social para ajudar os militares a governar com mãos de ferro – onividentes, mas invisíveis. Em seus estudos sobre o fenômeno da vigilância como instrumento de poder, Michel Foucault explica que

"seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também de um certo modo de baixo para cima e lateralmente; essa rede 'sustenta' o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros; fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como

¹⁵ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 65.

uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina”¹⁶

Carlos Fico apresenta uma análise original sobre como funcionava essa “máquina” de vigiar - e talvez de punir. Os militares criaram, em verdade, duas diferentes máquinas de vigilância e de controle social. Uma foi chamada de Comunidade de Informações; essa só vigiava. A outra era a Comunidade de Segurança; essa vigiava e punia. As duas juntas formavam o Sistema de Informações e de Segurança do regime militar. Fico lembra que o imaginário brasileiro acabou consolidando uma impressão distorcida do verdadeiro papel e dos integrantes dessa comunidade, misturando as atividades de inteligência com as de repressão política, espionagem, tortura e execuções, sob a égide dos folclóricos “arapongas”¹⁷ do SNI, segundo o imaginário social.

Fico faz, dessa forma, uma distinção entre os dois organismos originais do regime militar. A Comunidade de Informações estava sob a égide do SNI, um órgão que significativamente foi criado por lei do Executivo aprovada pelo Congresso Nacional, a 13 de junho de 1964. Inicialmente, foi imaginado para subsidiar a Presidência da República com dados relevantes para a tomada de decisões, mas, paulatinamente, foi sendo ocupado pela “linha dura” e incorporou outros poderes e funções. “Criei um monstro”, diria mais tarde o general Golbery do Couto e Silva, o criador e primeiro chefe do SNI¹⁸. Para Fico, Golbery

“não integrava a linha dura, sendo conhecido por sua prosápia com fumos de intelectual, perfil que o identificava ao grupo da Escola Superior de Guerra, diferentemente dos militares exaltados, mais ligados às tropas e aos arroubos dos que preferiam decidir os problemas pela força. Sua preocupação com a necessidade de um órgão de informações eficaz existia havia muito tempo, remontando aos anos 1950. Para a constituição do SNI

¹⁶ Michel Foucault. *Vigiar e Punir*. 18ª ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 1987, pág. 148.

¹⁷ Esse apelido pejorativo foi criado em fins dos anos 1980, com a exibição pela Rede Globo da mini-série “Araponga”, na qual o ator Tarcísio Meira interpretava um agente secreto trapalhão. Caricatura de James Bond, ele repetia o bordão: “Ponga, meu nome é Araponga”.

¹⁸ Carlos Fico, *Op. Cit.* pág. 77.

lançou mão de experiências pré-existentes, como o antigo Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI). Pôde contar com a assessoria norte-americana e aproveitou material que vinha acumulando no Ipes. Portanto, o SNI foi criado às claras. (...) Ao destacar a origem legal do SNI e a sua antecedência com relação ao AI-5, não quero, em absoluto, sugerir que o órgão tivesse uma origem e atuação democráticas. (...) Porém, é preciso afastar as imprecisões que foram criando em torno do SNI”¹⁹

A partir de 1968, já sob a direção de Médici, o SNI passaria a dirigir as antigas Seções de Segurança Nacional, existentes desde 1946, agora transformadas nas Divisões de Segurança e Informações - as DSI -, implantadas nos ministérios civis. A nova estrutura criada formou a Comunidade Nacional de Informações. A DSI do Ministério da Agricultura, por exemplo, acompanhava a produção agrícola do país, detectavam os problemas climáticos e os pontos de gargalo para o escoamento da safra. Mas também investigava casos de irregularidades e de corrupção dentro da estrutura do ministério. Tudo isso era passado para o SNI. A análise política – nacional e estadual – era tarefa exclusiva do SNI. Esse sistema, uma abrangente rede de informações para auxiliar o governo a tomar decisões, seria o monstro ao qual Golbery mais tarde se referiu. Mas esse monstro não fazia operações de repressão política. A observação é de Carlos Fico:

“Ora, Médici era muito diferente de Golbery e, na verdade, passaria à história como o homem sob cuja presidência o Brasil assistiria o auge da repressão desencadeada pela ditadura militar. Certamente, sob seu mando, o SNI mudaria. Mais do que um órgão de assessoria e de caráter informativo, o SNI transformou-se em instância consultiva, capaz de vetar nomes cogitados para cargos públicos. Em julho de 1968, logo após a famosa Passeata dos Cem Mil, e diante da preocupação de Costa e Silva com a ordem pública, Médici sugeriu um instrumento assemelhado ao AI-5, que somente viria ao final do ano, sugestão recusada, na

¹⁹ *Idem, Ibidem*, págs. 77 e 78.

*ocasião, por Costa e Silva: o SNI havia endurecido*²⁰

E, mesmo sob a direção de Médici, ou ainda depois, sob a direção do general Carlos Alberto Fontoura, outro gaúcho que dirigiu o órgão do início ao fim do governo de seu amigo Médici, de 1969 a 1974, o SNI não participava diretamente de ações de repressão política. Fico afirma que a Comunidade de Informações

*“não prendia ou torturava, sendo as Divisões de Segurança e Informações (dos ministérios) repartições públicas que se distinguiam das demais pela presença de militares, pelo seu ethos próprio (ânsia persecutória de base anti-comunista) e pelo cuidado com as normas de sigilo. (...) Criavam problemas para os ministros, já que obedeciam, antes de tudo, ao SNI. Mas não executavam, tarefa que cabia à polícia política, isto é, ao sistema Codi-DOI, principalmente.”*²¹

Quando teve início a guerrilha urbana no Brasil, a partir de fins de 1968, o regime criou a Comunidade de Segurança, segundo a nomenclatura de Fico, com a estruturação dos Codi-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações)²² que, por sua vez, estavam integrados aos três centros de inteligência militares, o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

Fico ressalta, ainda, que os militares só teriam estruturado e institucionalizado a Comunidade de Segurança quando foram surpreendidos pelo início da luta armada nas cidades. Ou seja, “a efetivação de antiga aspiração da esquerda pelo confronto direto com o governo tendo em vista a tomada do poder pela força”²³. A função essencial desse segundo sistema era o de operar como polícia política do regime militar. Foi esse segundo sistema,

²⁰ *Idem, Ibidem*, pág. 79.

²¹ *Idem, Ibidem*.

²² O Codi-DOI, forma usada por Fico, ou DOI-Codi, forma mais sonora e comum, foi criado em setembro de 1970, por ordem do presidente Médici. Foi implementado em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza e Belém. *In: Carlos Fico, Op. Cit.*, págs. 79 e 80.

formado pelos Codi-DOI e pelos três centros de inteligência militar, que prendia “subversivos”, os torturava e, muitas vezes, tomava as providências necessárias para que “desaparecessem”.

De qualquer forma, a partir de 1968 estava criado todo um grande sistema de segurança e informações, com duas comunidades com funções claramente distintas, a de Informações e a de Segurança. Seus integrantes eram sempre militares com cursos de aperfeiçoamento na área de Inteligência. A maioria foi treinada no Centro de Estudos de Pessoal do Exército, no Forte do Leme, Rio de Janeiro. Um grupo significativo também recebeu treinamento na Escola das Américas, localizada no Panamá, dentro do território sob controle militar dos Estados Unidos.

Quase todos se²³ conheciam e se revezavam nos diferentes cargos e funções. Ora serviam no CIE, ora eram transferidos para o SNI, por vezes estavam na Polícia Federal, e muitas vezes, quando iam para a reserva, conseguia um novo emprego em alguma DSI de ministério civil. Por essa razão, no imaginário deles próprios, eram todos membros daquilo que começaram a chamar de Comunidade de Informações, “homens de Informações”, “especialistas em Informações”, sempre grafado com letras maiúsculas, da mesma forma que os militares grafam com maiúsculas as armas de Infantaria ou Cavalaria, por exemplo. E mais do que afinidades pessoais, eles tinham uma ideologia comum - o anticomunismo empedernido - ou mesmo uma causa oficial - o combate aos subversivos²⁴. Os membros dessas duas comunidades, de Informações e de Segurança, que para eles próprios eram uma só, a nova arma de Informações, trabalhavam em sinergia e tinham uma função comum na estruturação da ditadura militar.

É necessário esclarecer que o trabalho prioritário dos órgãos de

²³ *Idem, Ibidem*, pág. 80.

segurança militares era combater os chamados “movimentos subversivos”, que ameaçavam o regime com a luta armada. A repressão política continuou sendo feita pela Polícia Federal, que tinha (e continua tendo) um órgão especializado, o velho DOPS – Divisão de Ordem Política e Social - do Estado Novo. De qualquer forma, todos eles, as comunidades de Informações, de Segurança e polícia política compartilhavam da mesma ideologia baseada na idéia da Segurança Nacional, onde às Forças Armadas foram atribuídos poderes de vida e de morte sobre aqueles que constituíam ameaça à ordem estabelecida.

Se o regime militar era incensado pelas Forças Armadas como um todo, se a repressão aos “terroristas” e aos “subversivos” era igualmente aplaudida nos quartéis, há de se ressaltar que os excessos cometidos pela Comunidade de Informações (ou apenas pela de Segurança, para usar a terminologia de Fico) - notadamente a tortura e as execuções sumárias - sofriam uma forte mas silenciosa reprovação por parte das tropas regulares. Novamente Fico explica:

“Diferentemente de outros pilares básicos da repressão, como a espionagem ou a censura, a tortura envergonhava, comprometia a honra de todos os militares, até mesmo porque era a primeira vez que a corporação se envolvia, diretamente, com a violência policial”²⁴

Tal ressalva é essencial para melhor compreensão dos conflitos internos entre as tropas regulares e a Comunidade de Informações que ocorreram durante os combates no Araguaia.

3.3 – E OS MILITARES DESCOBRIRAM...

É de Foucault a idéia de que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A “verdade” é deste mundo, argumenta o filósofo, e ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder:

²⁴ *Idem, Ibidem*, pág. 84.

“Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”²⁵

O episódio que resultou na descoberta da guerrilha pelos militares abriga muitas verdades. Para os militares, “a verdade” é que a descoberta foi resultado de um trabalho longo e metódico do sistema integrado de Informações e Segurança, essa invenção do regime militar, criado justamente para descobrir e combater focos de luta armada no País. Portanto, não foi por mero acidente do acaso, por um lance do destino, que o governo descobriu a existência de um grupo preparando uma revolução armada na região do rio Araguaia. Certo dia, em fins de março de 1972, a malha fina criada pela repressão captou uma informação que despertou a curiosidade dos militares. A malha estabelecida era eficiente, organizada, conforme constataremos adiante. A malha captou que, de acordo com o depoimento de um conhecido “subversivo” – era esse o termo que os militares utilizavam para se referir a toda sorte de adversários do regime – o Partido Comunista do Brasil, PC do B, estaria preparando um foco de guerrilha rural em algum ponto da imensa selva Amazônica.

Os militares correram imediatamente atrás da informação. Era a prática da Comunidade de Segurança – doravante chamada de Comunidade de Informações, posto que é desta forma que seus membros se identificavam. A informação era verdadeira e o que ficou registrado pela historiografia, a partir de então, é que em meados de março de 1972, os militares desembarcaram no Araguaia para tentar desmantelar a revolução armada que o imaginário marxista de então tentava instaurar na Amazônia. Mas como eles descobriram,

²⁵ Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. 14ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, pág. 12.

exatamente de que forma o aparato de segurança do regime militar chegou ao Araguaia, é uma questão que até hoje provoca polêmicas.

É polêmica porque implica em saber o nome de qual, dentre os militantes do PC do B, teria entregue a exata localização da guerrilha aos militares. Para os guerrilheiros do Araguaia, para os atuais militantes do PC do B, a “verdade” é que teria havido um traidor. Discutir esse assunto implica no risco de algum dos antigos guerrilheiros entrar de forma execrável na História, como Judas no Evangelho. Faço novamente uso de Foucault para conceituar a questão:

“Verdade é o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos de poder; entendendo-se também que não se trata, de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico político que ela desempenha”²⁶

“Por ‘verdade’, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder que ela induz e que a reproduzem”²⁷

Nessas mais de três décadas, as suspeitas vêm recaindo principalmente sobre dois antigos guerrilheiros, Pedro Albuquerque Neto e Lúcia Regina de Souza, Martins. Em seu relatório, o comandante Ângelo Arroyo aponta sua “verdade” para Pedro:

“O Exército soube da nossa posição através de denúncia do traidor Pedro Albuquerque que, meses atrás, havia fugido, com sua mulher, do Destacamento C. O casal tinha concordado plenamente com as tarefas que iam realizar e com as condições difíceis que iam enfrentar. No entanto, logo depois de sua chegada ao Destacamento C, a mulher de Pedro Albuquerque começou a dizer que não tinha condições para permanecer na tarefa e acabou

²⁶ *Idem, Ibidem*, pág. 13.

²⁷ *Idem, Ibidem*, pág. 14.

*convencendo o marido a fugir. (...) Em março de 72, sabe-se que Pedro Albuquerque havia sido preso no Ceará e, em seguida, começou a pesquisa policial na zona*²⁸

De início, o PC do B condenou Pedro como traidor²⁹. A partir do início dos anos 1980, o partido mudaria de posição, inocentando Pedro e passando a apontar Lúcia Regina como a “verdadeira” traidora. A principal suspeita que recaía sobre Lúcia Regina era o fato de ter desertado da guerrilha em dezembro de 1971, um pouco antes da chegada dos militares à região, a fim de retornar para a casa dos pais em São Paulo. As suspeitas foram acentuadas pelo fato do pai de Lúcia ser um oficial aposentado do Exército. Sua principal acusadora era a dirigente Elza Monerat.

Em 2002, depois de 30 anos de silêncio, Lúcia concedeu uma entrevista a quatro estudantes de Jornalismo, dizendo que sua verdade era outra, negando que tenha entregado a guerrilha aos militares na época de sua deserção³⁰. Na “verdade”, conta Lúcia, seu interrogatório só teria acontecido em 1975, depois que a guerrilha já havia sido exterminada quando, aí sim, contou o que sabia. E por que Lúcia desertou? Segundo ela mesma explicou aos estudantes, porque foi obrigada pelos comandantes a fazer um aborto³¹, já que as regras da guerrilha não permitiam gravidez naquela situação. Ela então pegou uma forte infecção. Corria perigo de vida e foi levada pela dirigente do partido, Elza Monerat, até um hospital em Anápolis (GO). Assim que Elza se retirou, Lúcia

²⁸ Relatório Arroyo, *Op. cit.*, pág. 57.

²⁹ Em agosto de 2003, o jornal *Correio Braziliense* publicou duas reportagens, com trechos do depoimento de Pedro à Polícia Federal quando foi preso, no qual ele, de fato, revela que o PC do B estava preparando uma guerrilha no Estado de Goiás. O jornalista falou com ele em Fortaleza, onde vivia como professor. Pedro disse que o documento seria uma “condensação de vários momentos de extração de informações sob tortura. (...) De uma coisa eu tenho certeza: não foi através de mim que descobriram a guerrilha”. Eumano Silva. “Revelações sob tortura e Preso depois de fugir da selva”. *Correio Braziliense*, Brasília, 12 de agosto de 2003, pág. 01.

³⁰ Alunos da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero (SP), Ana Carolina Almirón, Maria Cláudia Calaf Zucare, Mariana Moraes e Rafael Oliveira Andrade. A entrevista transformou-se no trabalho de conclusão do curso, *Vestígios do Araguaia*, sob orientação dos professores Carlos Dias, Maurício Stycer e Sidney Ferreira Leite. Os originais do trabalho me foram entregues por uma das autoras, Maria Cláudia Zucare, em outubro de 2004. Formada em Jornalismo, Maria Cláudia trabalhava naquela data como repórter do jornal Diário de São Paulo.

³¹ Era casada com o guerrilheiro Lúcio Petit.

fugiu para a casa dos pais em São Paulo. Recusou-se a voltar para a guerrilha e nunca mais falou com qualquer membro da direção do PC do B.

Mas afinal, no imaginário dos militares, quem teria sido o responsável pela chegada das Forças Armadas ao local onde resistiam os guerrilheiros? Pedro Albuquerque ou Lúcia Regina? Ambos, segundo descobri nas pesquisas. Os militares primeiro souberam da guerrilha através de Lúcia Regina. Ao voltar para São Paulo, emocionalmente fragilizada, sentindo-se culpada pelo aborto, revoltada, conforme revelou depois, ela acabou desabafando com os pais. Falou tudo o que sabia da guerrilha. Foi seu pai quem procurou os colegas militares para relatar o que Lúcia lhe contara, de acordo com a narrativa de um militar que na época serviu no Centro de Informações do Exército, o CIE³². O informe foi repassado da agência do CIE em São Paulo para a sede do CIE, no Rio de Janeiro, onde o assunto teria sido colocado na gaveta.

Um episódio prosaico contribuiu para que os militares, num primeiro momento, não levassem em conta as revelações de Lúcia Regina. O chefe do CIE na ocasião, general Milton Tavares de Souza, fizera naquela época uma operação de ponte de safena. Não poderia, portanto sair de perto de seu cardiologista, Euryclides Zerbini. Por conta disso, seus subordinados também aproveitavam todas as oportunidades para evitar viagens para longe da Zona Sul do Rio, informa um oficial que à época servia no CIE. Ademais, as informações chegaram às vésperas dos festejos de Natal e Ano Novo. Seria problemático organizar missões de reconhecimento nas selvas Amazônicas. Na seqüência, viria o período de férias. Enfim, os membros do CIE no Rio teriam dado um jeito de resguardar provisoriamente na gaveta as informações de que o PC do B preparava uma guerrilha na região do Araguaia. O assunto só ganhou dimensão em fins de março, quando chegou à agência do CIE em Brasília o depoimento de Pedro Albuquerque à Polícia Federal em Fortaleza. Enfim, para

³² Narrativa oral do coronel Lício Maciel, em 05 dez. 2004.

os militares, prevaleceu a idéia generalizada de que Pedro teria revelado a existência da guerrilha. Eis o que eles registram no *Dossiê Araguaia*:

“Pedro Albuquerque Neto, com suas declarações, após ter sido detido em Fortaleza, Ceará, em março de 1972, fez com que o PC do B alterasse o seu planejamento em longo prazo, substituindo-o por uma postura de ação concreta. Caso nada tivesse sido dito, a respeito do trabalho de campo, por Pedro Albuquerque, o cronograma teria prosseguido e - enlouquecendo as idéias - talvez, com o decorrer do tempo a Comissão Militar tivesse conseguido estruturar o tal Exército Popular de Libertação, o que, certamente, viria a acarretar uma maior perda de vidas de ambos os lados”³³

Um documento do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, CISA, classificado de “Secreto”, confirma que foi Pedro Albuquerque quem permaneceu no imaginário dos militares:

“Em março de 1972, em Fortaleza, um estudante procurando o Serviço de Identificação para tirar a Carteira de Identidade, chamou a atenção dos Órgãos de Informações por ser elemento procurado há 2 anos por ter comparecido ao Congresso de Ibiúna. Preso e interrogado, declarou ter sido levado com sua companheira 2 anos antes, de São Paulo para a região de Marabá, acrescentando que, naquela área, havia um campo de preparação de Guerrilha Rural. Abandonou o campo, diante da impossibilidade de conciliar assistência à sua esposa grávida com suas obrigações ‘revolucionárias’ – conforme o pensamento dos dirigentes do Partido local”³⁴

Em pesquisas posteriores, encontrei um militar que chegou a conversar com Pedro Albuquerque em Brasília e que acompanhou de perto os desdobramentos do caso. Essa narrativa ilustra o funcionamento da rede de segurança e informações criada pelo regime militar. O narrador chegou a

³³ *Dossiê Araguaia, Op. cit.*, pág. 78.

³⁴ Conferência proferida pelo Exm^o Sr. Brig. Newton Vassallo da Silva, chefe do Serviço de Informações da Aeronáutica – CISA – em 11 de Agosto de 1972, para o Alto Comando da Aeronáutica no auditório do Gabinete do Ministro da Aeronáutica.

registrar parte desse episódio da História em um documento reservado do Exército, que serviu como apostila de um curso do Centro de Informações do Exército (CIE) sobre a Guerrilha do Araguaia, ministrado em 1993³⁵. De acordo o relato desse militar, Pedro teria sido reconhecido pelo então superintendente da Polícia Federal no Ceará, delegado Antônio Laudelino, quando estava numa fila da policia civil para tentar tirar um novo documento de identidade. O policial, que vigiava o movimento estudantil, conhecia Pedro dessa época. Lembrou-se que ele sua mulher, Teresa Cristina, haviam desaparecido do Estado um ano antes e decidiu detê-los para averiguar onde estavam e o que fazia nesse tempo. Como Pedro estava sem documento, ainda que estivesse numa fila para tirá-lo, ficou legalmente detido sob acusação de “vadiagem”.

Ainda de acordo com a narrativa do militar, já na delegacia de início Pedro teria resistido a revelar onde estava e o que fizera. “Você vai tentar me enganar? Logo eu que já te prendi tantas vezes”, teria dito o delegado. Na seqüência, o delegado teria arriscado um palpite: “Em qual guerrilha você estava?”. Bastante assustado e intimidado, Pedro teria começado a revelar o que sabia sobre o Araguaia. Disse que estava no interior de Goiás, numa área com mata muito espessa, mas não sabia exatamente onde, pois havia ido para lá à noite. Pedro e Teresa revelaram que o grupo morava perto de um lugarejo chamado Cigana, e que lembravam que algumas vezes escutava algum companheiro comentar que iria fazer compras numa cidade chamada São Girardi. Relata o documento redigido pelo militar:

“O casal declarou que havia sido recrutado por membros do PC do B para atuar no interior de Goiás, numa região da floresta localizada às margens de um grande rio, próximo a uma cidade chamada São Girardi.”³⁶

³⁵ O documento tem o título de “Guerrilha do Araguaia – Operação Sucuri”. Não tem data. Trata-se de uma palestra aos oficiais do CIE sobre o episódio. Seu autor recorda que foi chamado a ministrar a palestra em meados de 1993. Entregou uma cópia do documento para os arquivos do CIE.

³⁶ *Idem, Ibidem, pág. 03.*

Pedro Albuquerque contou ainda, segundo o relato do militar, que decidira fugir em agosto de 1971 porque Teresa Cristina ficara grávida, e que recebera ordens dos companheiros para abortar. De início, Pedro teria vacilado, pois a deserção era punida com a pena de morte³⁷. Mas Teresa estaria determinada a fugir sozinha. Pedro decidiu acompanhá-la. Não sabiam onde estavam nem como sair de lá. Então Teresa subornou um morador da região com um punhado de jóias que havia levado escondido para o Araguaia. O que mais teria revoltado o casal Pedro e Teresa, de acordo com o militar, teria sido o fato uma outra companheira ter ficado grávida na mesma época, mas que nesse caso foi permitido que saísse da área para ter o filho, já que era mulher de um dos comandantes - provavelmente estava se referindo a Criméia Almeida, companheira de André Grabois. Chamo a atenção para o fato de que as duas deserções mais polêmicas, a do casal Albuquerque e a de Lúcia Regina, teriam ocorrido pela mesma razão: suposta revolta com o tratamento diferenciado dado à gravidez de Criméia, nora do comandante Grabois.

O depoimento de Pedro Albuquerque foi enviado para o Centro de Informações do Exército (CIE) em Brasília. As revelações não se referiam especificamente ao Araguaia, mas somente a um grande rio e à cidade de São Girardi, que não se encontrava em nenhum mapa. O CIE então solicitou à Polícia Federal em Fortaleza para que ouvisse novamente Pedro e Teresa — desta vez com mais cuidado. Nesse segundo depoimento, os policiais conseguiram arrancar de Pedro o nome da cidade de Conceição, e de Teresa Cristina o nome de outra cidade, chamada Shangrila. Pedro, então, tentou se suicidar na cela da Polícia Federal cortando os pulsos com uma lâmina de barbear, mas foi encontrado a tempo e levado a um hospital. Um documento de cinco páginas do CIE, classificado com o carimbo de “CONFIDENCIAL” e batizado de “1º Relatório Parcial da Operação Peixe”, transcreve, já como

³⁷ O Regulamento da Justiça Militar Revolucionária, no artigo 16, letra f, rege: “no caso de traição à revolução a pena é de fuzilamento”.

primeiro item, um telegrama informando as circunstâncias da prisão, o teor do depoimento e a tentativa de suicídio de Pedro Albuquerque:

"NR 812 S 106/AF DE 21 MAR 72 PT".
"RETRANSMITO SEGUINTE MSG RCB CIE/ADF PARA
ESSA SEÇÃO PTPT".
"NR 0031/MB de 21 MAR 72 PT ESTA AI RETRANSMITE
O RD ABAIXO VG RECEBIDO DO CI/DPF PTPT 490-SD8-
GAB-170372 PT FOI DETIDO ESTA DEL REG PEDRO DE
ALBUQUERQUE FILHO MILITANTE DO PC DO B
FORAGIDO ESTA AREA CERCA DOIS ANOS PT
DECLARAÇÕES PRESTADAS INFO TER SIDO LEVADO
COM SUA ESPOSA DE S PAULO PARA ESTADO PARA
MUNICIPIO CONCEIÇÃO LUGAREJO CHAMADO
CIGANA VG ONDE HÁ CAMPO DE PRAPARAÇÃO
GUERRILHA RURAL DIRIGIDO INDIVIDUOS DE
CONDINOMES PAULO ET VITOR VG AMBOS DE SÃO
PAULO PT PERMANECEU REFERIDO SEIS MESES VG
ONDE HÁ QUINZE INDIVÍDUOS SOB TREINAMENTO VG
TENDO ABANDONADO LOCAL MESMO JUNHO ÚLTIMO
VG QUANDO INDIVIDUOS SE ENCONTRAVAM NA
MATA EM EXERCICIO ET DEIXADO A ELE ET SUA
MULHER RESPONDENDO PELO APARELHO MONTADO
NAQUELE LOCAL PT INFO SER CIDADE SÃO GERARDI
ET CHANGRILA MAIS PROXIMAS LOCAL CAMPO
PREPARO GUERRILHEIROS PT ESCLARECEU QUE
PARA FUGA APROPRIOU-SE TRINTA MIL CRUZEIROS
PERTENCENTES ORGANIZAÇÃO TERRORISTA PT
NOITE DE HOJE VG APÓS ESSES ESCLARECIMENTOS
VG TENTOU SUICIDAR-SE VG SECCIONANDO VEIAS
BRAÇOS VG ENCONTRANDO-SE HOSPITAL PRONTO
SOCORRO PT DR CEPT PT – TEM CEL BRAGA CIE/ADF
PT – CEL COELHO NETTO SUBCHEFE CIE."³⁸

Para os militares, a partir desse segundo depoimento foi fácil encontrar o que queriam. Começaram a procurar nos mapas os nomes de cidades nas margens de rios grandes. Logo concluíram que Shangrilá deveria ser Xambioá, San Girardi seria São Geraldo e Conceição seria Conceição do Araguaia, todas no Bico do Papagaio. Organizador do *Dossiê*, Dr. George, teceu a seguinte observação para essa pesquisa:

“Para nós, as informações prestadas pelo Pedro permitiram uma ação concreta contra o PC do B. As informações que o pai de Lúcia Regina teria prestado ao CIE ficaram por lá. Nenhuma agência de inteligência gostava de passar esse tipo de informações a outra. Ali, poderia haver uma ‘mina de ouro’. Eu mesmo fechei muitas informações importantes a outras agências.”³⁹

O que se deu daí para frente mostra que, na “verdade”, Pedro não era um colaborador dos militares e que os dirigentes do PC do B teriam sido injustos quando o apontaram por anos como um “traidor”. O fato é que o depoimento de Pedro chegou às mãos do general Antônio Bandeira, então comandante da 3ª Brigada de Infantaria. Um general que pensava 24 horas por dia em como combater os “terroristas”. Bandeira mandou buscá-lo em Fortaleza. Pedro foi instalado na prisão do Pelotão de Investigações Criminais (PIC) do Comando Militar do Planalto, em Brasília. Quem relata o terceiro interrogatório é o coronel Lício Augusto Ribeiro:

“O general Bandeira é que fez a inquirição. Metemos um capuz na cabeça dele, e o general conversou com ele, e eu gravando. Ele estava se fazendo de debilóide. Nada do que ele dizia coincidia com o que ele tinha dito em Fortaleza. Negou tudo, disse que não. O general disse: ‘Esse cara não tem valor’. Então o Caldas, que era o major auxiliar do general Bandeira, falou: ‘General, se é um cachorro que esteve lá, ele pode nos servir de guia’. O general concordou. ‘É verdade, solta o cachorro na mata e vai atrás dele que ele vai bater na área da guerrilha. Era lá que a gente queria ir, mas ninguém acreditava que existisse guerrilha. Era uma coisa impossível.”⁴⁰

Desde 1969, os órgãos de segurança já tinham uma série de informações sobre a existência de “atividades subversivas” na região do Bico do Papagaio, por onde passa o rio Araguaia, mas não de uma guerrilha sendo organizada. A ALN de Carlos Marighela chegara a planejar um dia levar a luta armada para a

³⁸“1º Relatório Parcial da Operação Peixe”, 21 de março de 1972.

³⁹ Narrativa oral para esta pesquisa, em 15 dez. 2003.

região. Os militares sabiam disso. Também sabiam que o PC do B estava enviando militantes para a região. Mais tarde, descobriram que um dos guerrilheiros, João Carlos Haas Sobrinho, dirigira um pequeno hospital na cidade de Porto Franco antes de embrenhar na mata. Em 1971, chegou-se a fazer um grande exercício militar na região, a Operação Mesopotâmia. A operação estava prevista para ocorrer na região Sul, mas por pressão do general Bandeira foi transferida para Imperatriz (MA). Bandeira acreditava, mais por intuição do que por informações concretas, que os “comunas” (era assim que ele e quase totalidade dos militares se referiam aos marxistas) estariam preparando a luta armada exatamente no Araguaia. Sobre isso, o *Dossiê* ressalva que a Operação Mesopotâmia não foi contra o PC do B, mas sim contra a VAR-Palmares, que tinha trabalho de campo na região de Imperatriz, Maranhão, e às margens do rio Tocantins.

Para o PC do B, que há três décadas busca culpados para o desastre que levou ao abate de seus melhores quadros no Araguaia, tem sido importante encontrar quem teria sido “O Traidor”. Para o partido, a “verdade” estaria contida num dilema: Pedro ou Lúcia Regina. Mas, para os militares, as informações colhidas com Lúcia Regina e extraídas de Pedro Albuquerque foram secundárias. O *Dossiê Araguaia* é bastante preciso ao contextualizar a importância dessas informações, segundo o pensamento de Foucault sobre a “verdade”:

“Mesmo com o silêncio de Pedro Albuquerque, fatalmente as atividades guerrilheiras do PC do B seriam detectadas, visto que a região escolhida era objeto de constantes buscas exploratórias em consequência de um quase tradicional conflito de terras lá existentes, da atuação da Igreja Progressista e do inexplicável desaparecimento simultâneo de diversos militantes do partido de diversas áreas urbanas - onde suas atividades vinham sendo

⁴⁰ Luis Marklounf Carvalho. *Op. cit.*, págs. 73-74.

*monitoradas pelos Órgãos de Inteligência - sempre em direção a São Paulo*⁴¹

*“Por outro lado, tendo o PC do B passado a ser um dos alvos dos órgãos de Inteligência, face ao desmantelamento da guerrilha urbana, suas atividades passaram a ser melhor acompanhadas, objetivando uma possível futura ação policial contra sua estrutura clandestina, na época constituída por cinco Comitês Regionais, além do Comitê Central”*⁴²

Eis o que conclui o *Dossiê Araguaia*:

*“Quando se descobriu a existência de uma guerrilha no Araguaia, as Forças Armadas já tinham pleno conhecimento da teoria e da prática da Guerra Revolucionária. Mas nunca havia sido possível conhecer os efeitos da capacitação militar dentro de um quadro real de rebelião, pois sempre faltou o elemento principal: a população. Para as Forças Armadas, a questão principal no Araguaia era: como ‘ganhar’ a população?”*⁴³

Tais conclusões mostram que a descoberta da Guerrilha do Araguaia é interpretação não de uma “traição”, como acredita o imaginário dos guerrilheiros. Mas são diferentes interpretações do imaginário militar da época que, movido pelo ideário anticomunista e pela doutrina de segurança nacional, criou Sistema de Informações e Segurança. Naquela época, como acima relatado, a Comunidade de Informações funcionava, mais que isso, prendia e aterrorizava os adversários do regime militar. Ninguém ousava tratar com escárnio seus agentes, chamá-los de “arapongas”. Os inimigos do regime “desapareciam”; eles davam medo, a tal ponto que muitos de seus prisioneiros, como Pedro Albuquerque, eram levados a tentar cometer suicídio. Enfim, foi a partir do depoimento de Pedro que os militares precipitaram uma reação que mais cedo ou mais tarde seria desencadeada no Araguaia. Naquela primeira investida, batizada de Primeira Campanha, a hegemonia das operações ficou com as

⁴¹ *Dossiê Araguaia, Op. cit.*, pág. 98.

⁴² *Idem, Ibidem.*

⁴³ *Idem, Ibidem.*

Tropas Regulares, fardadas – e não com a Comunidade de Informações, conforme veremos nas próximas páginas.

3.4 – OS PRIMEIROS EMBATES

O Dia D dos militares, segundo o *Dossiê Araguaia*, foi a 25 de março de 1972, duas semanas depois de levarem Pedro Albuquerque preso para Brasília. Batizada de *Operação Peixe*, os comandantes militares enviaram um pouco mais de 30 agentes da inteligência para realizar as primeiras patrulhas. Eram cerca de 20 agentes do Exército⁴⁴, uma dúzia da Aeronáutica e exatamente cinco homens da Marinha. Buscavam informações sobre os guerrilheiros, mas ainda não se tinha a menor idéia do tamanho da ameaça. O objetivo era essencialmente checar as informações extraídas de Pedro Albuquerque.

Desembarcaram em Xambioá com a missão de subir pela mata até a rodovia Transamazônica atrás de informações, comandados pelo coronel Carlos Sérgio Torres, então chefe de Operações do CIE. Pedro Albuquerque estava num dos grupos, obrigado a servir de guia. A maior parte estava disfarçada de agente da Sucam - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Ministério da Saúde, o órgão do governo para o controle de endemias. Outros, de funcionários da Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações, na época, uma Estatal, hoje privatizada - ou do INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária. Por coincidência, já estava havendo naquele momento naquela área uma Ação Cívico Social – ACISO -, com diversas frentes de ações sociais do governo, visto que a região passou a despertar a atenção das Forças Armadas desde a Operação Mesopotâmia.

Os militares então começaram a entrar em todos os sítios e fazendas que encontraram pelo caminho com a desculpa que precisariam fazer a pulverização

das casas contra o barbeiro, inseto transmissor da doença de Chagas; ou de escolher o traçado das novas linhas telefônicas. O que se deu daí para frente encontra-se relatado em detalhes no *Dossiê Araguaia*:

“Saiu a campo uma equipe de seis agentes, tendo como referência a região de Cigana, distante 40 km a sudoeste de Marabá. Essa equipe não confirmou a existência de uma possível base guerrilheira em Cigana, e sim em Faveiro, situada a 70 km de Marabá, bem como indícios da existência de uma base no km 72 da Transamazônica, entre Marabá e Araguatins, local mais tarde identificado como Chega com Jeito”⁴⁵

“Novas buscas foram realizadas, em um período de sete dias, com uma equipe de 16 agentes, sendo confirmada a existência dessa base guerrilheira em Chega com Jeito. No dia 12 de abril de 1972 foi realizada uma operação com o objetivo de destruir essa base. No local foi encontrada uma oficina equipada com torno, fole, forja, prensa, equipamentos e ferramentas de precisão, operados manualmente. Foi também encontrada uma metralhadora calibre 38, em estágio de fabricação, carabinas, granadas, minas, munição de vários calibres, inclusive para fuzil FAL, utilizado pelo Exército brasileiro. A equipe de busca constatou ainda a existência de uma outra base, denominada Metade”⁴⁶

A 12 de abril uma equipe do CIE chegou ao local que Pedro Albuquerque indicara em seu depoimento em Fortaleza. A equipe tinha cinco pessoas, incluindo Pedro. Mas três deles permaneceriam juntos até os últimos dias no Araguaia – o único grupo que permaneceu na área do início ao fim, e que foi o responsável pelo maior número de mortes de guerrilheiros, 12 no total, segundo os cálculos deles próprios. O chefe da equipe era o Dr. Asdrúbal, o major Lício Augusto Ribeiro Maciel, já anteriormente citado. O segundo homem, chamado por eles ora de Javali Solitário, ora de J. Peter, era o subtenente João Pedro do

⁴⁴ Entre agentes do CIE, do Comando Militar do Planalto e agentes da 3ª Brigada de Infantaria, em Brasília, comandada pelo general Antônio Bandeira. In: *Dossiê Araguaia, Op. cit.*, pág. 65.

⁴⁵ *Idem, Ibidem*, pág. 107.

⁴⁶ *Idem, Ibidem*.

Rego. O terceiro integrante do grupo tinha o codinome Cid, primeiro-sargento, que, por razões familiares prefere, por enquanto, a preservação de sua identidade. Além do trio, havia ainda um terceiro-sargento nessa primeira incursão no Araguaia, mas que não teve destaque maior nos eventos posteriores. Cid descreve, em narrativa oral, os eventos dos dias 11 e 12 de abril que restaram nas suas lembranças:

“Voltando ao Rio Araguaia, após ultrapassarmos as cachoeiras, por volta das 6 horas da manhã chegamos ao tal lugar chamado Pará-da-Lama. Na realidade era só um lugar onde os barcos atracavam, não havia nada por ali, nem viva alma. Saltamos e fomos seguindo pelo caminho indicado por Pedro. O rapaz estava bastante debilitado, havia ficado muitos dias perdido na mata e sem alimentação, falava rápido e sem sentido. Ele repetia a mesma coisa, nos dando à entender que era doido, ou artista, ou realmente haviam guerrilheiros naquelas matas. No caminho mais de uma pessoa cumprimentou Pedro, até o abraçou. Uma coisa era certa a partir daquele reconhecimento, Pedro Albuquerque estava falando a verdade, e o caminho mostrado era realmente o que ele conhecia. Durante o trajeto, tratamos Pedro como um companheiro de equipe que tinha as mesmas finalidades de encontrar e combater os guerrilheiros. Nessas alturas, ele não tinha muita escolha. Ou derrubava os guerrilheiros ou os guerrilheiros o derrubariam, onde quer ele estivesse, já que conheciam sua esposa, e ele acabaria um dia tentando contatá-la.”⁴⁷

“Após andar o dia todo, já bem tarde chegamos a um lugar que seria a última casa da região, onde morava com a mulher e os filhos um homem chamado Antônio Pereira. Daí para frente seria só mata fechada. Fomos bem recebidos, a família nos convidou para pernoitar, comemos galinha com arroz, um verdadeiro banquete depois de um dia inteiro sem comer nada. Doutor Asdrúbal fez questão no dia seguinte de pagar as despesas, que com muita insistência acabou sendo aceita. Conversamos sobre o que se dizia do povo da mata, os paulistas, como eram chamados os guerrilheiros, que até então os moradores não sabiam que eram guerrilheiros. Nos foi dito que não

⁴⁷Narrativa oral de Cid (codinome), a 04 out. 2004.

*muito longe dali uns quatro ou cinco deles, incluindo uma mulher, plantavam e colhiam bastante mantimentos, muito mais do que necessitavam, que não conversavam muito e não recebiam visitas*⁴⁸

*“Antônio Pereira falou com o filho mais novo, de 16 anos, para nos guiar até o local onde moravam os paulistas. Saímos bem cedo, antes do dia clarear. Andamos muito, devia passar do meio-dia quando chegamos lá. Sei disso não só porque eu estava com muita fome, mas porque os residentes estavam se preparando para almoçar, a mesa estava sendo arrumada quando um deles nos avistou. Havia três homens deitados em redes, era a mulher quem colocava a mesa. Esperávamos chegar até ele com uma história de cobertura, como compradores de terra, e achávamos que naturalmente eles também teriam sua própria história de cobertura. Mas ao nos avistar, eles saíram correndo. Foi uma surpresa. Nosso grupo correu atrás, mas estava longe. Eu ainda tentei bancar o sabido e tentei descer a ladeira por dentro de um riacho. Mas eles haviam plantado arranha-gato, uma erva rasteira que se agarra na roupa e você não consegue dar um passo sequer*⁴⁹

Os quatros guerrilheiros fugiram para a mata por um caminho nos fundos da casa, uma rota de fuga previamente preparada. “Pensávamos que fôssemos encontrar meia dúzia de cabras safados fazendo subversão, mas o negócio lá era muito grande”⁵⁰, disse Dr. Asdrúbal. No depoimento a Maklouf, o militar fez outra descrição detalhada do que encontrou:

*“Aí eu caí das alturas. O que eu encontrei lá foi uma coisa estúpida. Grandes telheiros de comida, material cirúrgico, remédios, uma oficina de rádio muito bem montada, máquina de costura, tudo escondido em espaldões. Destruímos tudo”*⁵¹

“Eu subi num telheiro, encontrei toda documentação deles. Tinha ordem de treinamento, livros de Mao Tse-Tung, Engels, milhões de comunas desses aí. Eu nunca li nada

⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

⁴⁹ *Idem, Ibidem.*

⁵⁰ Narrativa oral a esta pesquisa, em 29 de setembro de 2004.

⁵¹ Luis Maklouf Carvalho. *O Coronel Rompe o Silêncio. Op. cit.* pág. 78.

*desses caras. Nem quero. Mandeí botar tudo na mala grande para levar como prova. Depois tocamos fogo em tudo. Picotamos à bala tudo quanto era jerimum, melancia e mamão. Tocamos fogo, esperamos o fogo baixar*⁵²

Cid completa:

*“Estávamos eufóricos. Achamos que havíamos acabado de comprovar a existência da famosa Grande Área anunciada por Marighella, que estaria sendo preparada desde 1962. Documentos apreendidos em aparelhos derrubados pelo CIE falavam dessa Grande Área. Tinha que ser ali, no Sul do Pará, não podia ser outra. Regressamos à casa de Antônio Pereira para passar a noite, mas não conseguimos dormir. A adrenalina e a euforia nos impedia. Todos nós estávamos conscientes de que o que tínhamos descoberto era algo muito grande e muito organizado. No dia seguinte, começaria a grande caçada”*⁵³

No terceiro dia, o grupo estava em São Geraldo, localidade à beira do Araguaia, em frente a Xambioá, quando recebeu um informe sobre um outro grupo de paulistas, entre eles Dina. Relata Cid:

*“Já havíamos ouvido falar dela, pois ela batizava muitas crianças na área para fazer amizades com os caboclos. O caboclo me disse que Dina morava na roça perto da sua casa, um local muito longe, de caminhada demorada. As chances de alguém avisá-la da nossa chegada era proporcional à distância e às amizades que ela desfrutava. Resolvemos ir de avião com o piloto da região, o Pedro Careca. Lá embaixo era tudo igual; detalhes, só ele via, como se conhecesse cada pé de árvore. Pouco tempo depois pousamos no Castanhal da Viúva. Pouco tempo depois soubemos que o pessoal da Dina havia partido. Os fugitivos do primeiro dia já haviam passado por lá”*⁵⁴

A partir desse momento, havia um novo fator no imaginário dos militares – a existência de um foco de guerrilha rural no país. As táticas de combate de uma guerrilha rural são absolutamente diferentes da guerrilha urbana. E a descoberta

⁵² *Idem, Ibidem.*

⁵³ Narrativa oral de Cid (codinome), em 04 out. 2004.

do foco obrigaria as duas partes a mudar suas estratégias. Tanto os militares quanto os guerrilheiros. Os militares estavam até então adestrados nas táticas de combate de uma guerra convencional. No caso da guerrilha urbana, o serviço de repressão era uma tarefa exclusiva dos agentes da Comunidade de Informações – e passava longe dos quartéis. Mas para combater uma guerrilha rural, o regime estabelecido teria que alterar substancialmente suas táticas. A área de combate era muito grande, a imensa Amazônia. Mais tarde se descobriria que a guerrilha tentava se instaurar somente num pequeno ponto da Amazônia. Ainda assim uma área significativa, cerca de 6.500 quilômetros quadrados, maior do que o Distrito Federal. Seria impossível reprimir a guerrilha somente com os agentes da Comunidade de Informações. Naquela época, eles eram menos de 500 em todo o Brasil.

A descoberta da guerrilha, igualmente, precipitou mudanças substanciais na estratégia dos guerrilheiros. Eles haviam começado a se instalar na área em 1966. E ainda que fossem chamados na região de “paulistas” e tratados como um grupo exógeno, muitos dos guerrilheiros já haviam se integrado por completo à comunidade local, haviam batizado crianças, caçavam juntos, participavam de um cotidiano comum, eram parte da paisagem estabelecida. Mas com a chegada dos militares, tiveram que repentinamente se embrenhar na mata e adotar práticas novas de segurança jamais imaginadas.

No Destacamento B da guerrilha, por exemplo, ocorreria um episódio comovente envolvendo uma cadela, Coroa, há anos mascote do grupo. Coroa acabara de parir quando os militares chegaram à região e o destacamento escondeu-se na mata. A cadela os seguiu até o novo acampamento. A partir de então, ela dormia com os filhotes no antigo sítio e toda a manhã se dirigia ao esconderijo dos guerrilheiros. Fazia o trajeto duas vezes por dia. Coroa tornou-se uma grande ameaça. Os guerrilheiros decidiram que a melhor forma de manterem a segurança seria sacrificá-la. O guerrilheiro Micheas Gomes de

⁵⁴ *Idem, Ibidem.*

Almeida foi sorteado para executá-la. Não poderia disparar tiros com os militares por perto. Coroa foi sacrificada a facadas.

Em meados de abril, segundo o *Dossiê*, os militares já tinham identificado nove guerrilheiros⁵⁵. Na madrugada de 12 de abril, mesmo antes de se conhecer os resultados da incursão da equipe do Doutor Asdrúbal, o guerrilheiro Danilo Carneiro, o Nilo, foi detido na Transamazônica. Os militares informam que ele estaria tentando desertar. O *Dossiê* informa que, no interrogatório, Nilo teria revelado a base guerrilheira de Metade. Segundo o *Dossiê*, também teria revelado os codinomes de cinco guerrilheiros de uma só vez⁵⁶. O trabalho para identificação dos guerrilheiros passou a ser prioritário.

Em 14 de abril, prenderam, na Transamazônica, o militante do PC do B Eduardo José Monteiro Teixeira. Ele tentava se incorporar à guerrilha. No dia seguinte, a militante Rioco Kayano foi presa em um hotel em Marabá. Ela também tentava chegar à guerrilha. Estava acompanhada da dirigente do PC do B Elza Monerat. Quando viu a movimentação dos militares, Elza fugiu⁵⁷, sem conseguir avisar a Rioco. O *Dossiê* prossegue na descrição dos detalhes:

“A partir de 16 de abril, caboclos da região passaram a colaborar espontaneamente com as equipes de busca, dando informes a respeito das localizações das bases de Gameleira e Castanhal, na localidade Sobra de Terra. Nessas bases, uma equipe constatou a presença de, pelo menos, 12 pessoas reunidas, mas evitou o confronto por estar em inferioridade numérica”⁵⁸

Naqueles dias, ocorreu um incidente curioso, marcante nas lembranças de cinco dos militares entrevistados para a pesquisa. Uma equipe de três

⁵⁵ Joca, Zé Carlos, Luiz, Mauro, Maria, Cid, Alice, Regina e Beto. In: *Dossiê Araguaia, Op. cit.*, pág. 86.

⁵⁶ Nelson de Lima Piauhi Dourado (Nelito), Uirassu de Assis Batista (Valdir), Luis René Silveira e Silva (Duda), Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antônio), Jana Moroni Barroso (Cristina) e Helenira Resende Nazareth (Fátima). *in Dossiê Araguaia, Op. cit.*, 70

⁵⁷ Os militares, tanto no *Dossiê* quanto nas entrevistas orais, só utilizam o verbo “*desertar*” para se referir à fuga de Elza. Ocorre que ela não era guerrilheira, mas cumpria o papel de “*volante*”, pessoa encarregada de levar novos guerrilheiros para a área.

agentes de informações, dois cabos e um delegado da Polícia Federal, encontrou 17 guerrilheiros reunidos em uma marcenaria na beira do Araguaia⁵⁹. Eles tinham dois fuzis, um FAL semi-automático e um HK-33, uma pistola e, juntos, cerca de 40 tiros. Preferiram não arriscar e pediram pelo rádio reforço para atacar. Receberam como resposta a informação de que nenhum dos dois helicópteros estava disponível e que não poderiam ser deslocados. Um estava à disposição do pessoal da Sucam; o outro estava em outra missão, transportando Coca-Cola para um churrasco de confraternização da tropa. Argumentaram que tinham certeza que eram os “terroristas” que estavam reunidos, mas o interlocutor do outro lado da linha não acreditou. Ficaram furiosos. Um relatório do CIE revela:

“Por várias oportunidades, os elementos do Sul estiveram em vias de capturar ou eliminar terroristas, deixando de fazê-lo face ao levantamento ainda incompleto do grau de subversão existente na área e à quebra do sigilo da operação”⁶⁰

Do norte, a partir de Marabá, seguiu rumo ao sul um outro grupo de militares. Pertenciam à 8ª Região Militar, em Belém. Receberam a orientação de Brasília de enviar militares disfarçados de civis, com alguma história de cobertura. No meio do caminho os dois grupos se encontraram. Os agentes que vinham do sul descobriram que os militares que vinham do norte estavam todos fardados. Eram, em sua maioria, recrutas, soldados com menos de 20 anos, organizados em três pelotões formais e ostensivos. Havia intimidado camponeses e queimado sítios suspeitos. Estavam perguntando à população local se por acaso eles sabiam onde se escondiam os “terroristas”, como revela, ainda, o Relatório:

⁵⁸ *Idem, Ibidem*, pág. 67.

⁵⁹ Marcenaria Marcelinense, que fica do lado do Pará, em frente à cidade de Araguanã, em Goiás. Curiosamente, foi nessa marcenaria que mais tarde um dos grupos de extermínio montaria sua base. *In Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 111.

⁶⁰ Palestra: “Guerrilha do Araguaia – Operação Sucuri”, *Op.Cit.*, 08.

“Devido ao emprego de elementos fardados levado a efeito pela 8ª RM, a Operação de Informação abortou, posto que os terroristas tomaram conhecimento do que ocorria. O Destacamento do Norte, por onde passou, queimou choupanas abandonadas que encontrou, marcando bem a sua passagem. A quebra do sigilo operacional foi fator preponderante no prolongamento da atuação dos guerrilheiros na região”⁶¹

Igualmente, em outro relatório sobre a operação, existem referências aos erros táticos cometidos pelas tropas, como nos mostra o trecho a seguir:

“Diversos informantes comentam o erro tático do EB [Exército Brasileiro] ao realizar missões ostensivas, permitindo a fuga do inimigo. Informantes que se expuseram conduzindo nas incursões o pessoal da FAB e do Exército encarece [sic] a necessidade de localizações e derrota do inimigo, caso contrário sentir-se-ão desprotegidos após a retirada da área por parte das Forças Armadas”⁶²

Enfim, os agentes da Inteligência concluíram que a missão deles acabara, que àquela altura os guerrilheiros já haviam fugido e que era hora de voltar. O *Dossiê* revela ainda que os agentes da inteligência militar, disfarçados em trajes civis, temiam que os inexperientes soldados fardados acabassem atirando em um deles ao confundi-los com “terroristas”. Os conflitos pelo comando entre as Tropas Regulares e as Irregulares estavam apenas começando. No caminho de volta, aproveitaram a viagem e foram buscar um suspeito, conhecido por Geraldo, que se descobriu mais tarde se chamar José Genoíno Neto. Também tocaram fogo em todos os depósitos de suprimentos que haviam identificado na viagem de ida. No *Dossiê Araguaia*, os militares fazem revelação semelhante:

“O sucesso apenas parcial, e não total da operação, pode ser atribuído aos conflitos de concepção no que diz respeito às ações a serem empreendidas, entre o comando

⁶¹ *Idem, Ibidem.*

⁶² *Relatório referente ao dia 27 de abril de 1972, CMT PCFA.*

da força regular e a coordenação dos grupos de Inteligência, estes já experientes em ações contra a subversão. A presença do soldado uniformizado espantou e deu chance à guerrilha para que se retraísse. Por outro lado, a utilização de conscritos inexperientes dificultou sobremaneira os trabalhos de busca, especialmente pelo fato de os agentes de Inteligência estarem descaracterizados, trazendo, com isso, a insegurança, por temerem ser confundidos, por esses conscritos, com os guerrilheiros”⁶³

De acordo o *Dossiê*, o CIE se retirou da área em fins de abril levando o codinome de 55 dos guerrilheiros (eram 69) e a localização de 19 bases de apoio⁶⁴. Também levou preso um guerrilheiro armado⁶⁵, um desertor, dois militantes do partido que tentavam se juntar à guerrilha e um morador da região que militava no PC do B⁶⁶. Eis o saldo, segundo o *Dossiê*:

“Após cerca de duas semanas de operações, em virtude dos insucessos para localização e prisão dos guerrilheiros, houve ordem superior para o retraimento da tropa empenhada. Entretanto, para os serviços de Inteligência, esse período foi altamente produtivo. Na população, foi

⁶³ *Dossiê Araguaia, Op. cit.*, pág. 117.

⁶⁴ O *Dossiê* enumera cada nome e base, pág. 68.

⁶⁵ José Genoíno Neto, o Geraldo, preso em 18 de abril de 1972. Lício Maciel revelou a Maklouf Carvalho que Genoíno teria prestado depoimento ainda na mata, quando ameaçaram castrá-lo, mas não o torturaram. Genoíno disse a Maklouf que teria sofrido torturas extremadas já em Brasília, quando teria começado a contar aos poucos o que sabia, administrando as informações para preservar sua vida e ao mesmo tempo dar tempo dos companheiros escaparem. In: Maklouf L Carvalho, *Op. cit.* págs. 85-102. Em narrativa oral, Dr. George esclarece que Genoíno teria conseguido administrar com extrema inteligência seu interrogatório. “Ele sabia que cedo ou tarde contaria, todos acabam contando”, explica o militar. “Mas ele foi administrando bem as informações que soltava. Dialogava, discutia doutrina, não provocava e conseguia ir ganhando tempo. Quando fomos checar suas informações, já não havia mais ninguém no local. Nenhum guerrilheiro caiu por causa dele. Mas garanto que ele não foi torturado; pode até ter sido muito pressionado, jamais torturado”. Narrativa oral em 15 de dezembro de 2004. Outro militar relata que em maio de 1972, Genoíno foi levado de volta ao Araguaia. Chegou descalço e algemado com as mãos nas costas. Os militares queriam que ele os guiasse mata adentro. O militar, um tenente-coronel, então disse: “Você vai agüentar andar dois dias na mata descalço e algemado? Vai se arreborder todo”. Então deu ordens para que lhe dessem botinas e lhe tirassem as algemas. “Mas você vai me dar a palavra que não vai tentar fugir. Se tentar, recebe um tiro na testa, ouviu?”. Ele não fugiu. Narrativa oral do Dr. Hoffmann em 18 de fevereiro de 2005. Em setembro, Genoíno seria levado de novo à região. Segundo o mesmo militar, recusou-se a dividir uma barraca com outro guerrilheiro, acusando-o de “delator”. Sobre esse último episódio, ver item “No Baú do Bandeira”, adiante.

⁶⁶ Na ordem: Danilo Carneiro, o Nilo, preso em 12 de abril de 1972; Eduardo José Monteiro Teixeira e Rioco Kayano e Francisco Amaro Lins, preso em 13 de abril de 1972. In: *Dossiê Araguaia, Op. cit.*, pág. 127.

*levando o nome daqueles que colaboravam com os guerrilheiros e daqueles que se dispunham a colaborar com as Forças Armadas*⁶⁷

A Operação Peixe, primeira fase da Campanha, chegou ao fim em 01 de maio. No “Relatório Sumário de Operações” referente a essa primeira fase, há uma pequena descrição do que encontraram, da situação do “inimigo”:

*“O inimigo está na área há mais de três anos. Conhece o terreno, está bem armado e organizado. Tem possibilidade de lá permanecer por tempo indeterminado. Sua organização básica é a formação de Destacamentos, cada um composto de 3 grupos com 7 elementos. Estimamos que devem possuir 4 Destacamentos, totalizando 84 elementos, subordinados à Comissão Militar, órgão político, estratégico e tático. Seus instrutores formaram-se em guerrilha e capacitação política, na China Comunista. Conhecem, perfeitamente, a filosofia e o desencadeamento da guerra de guerrilhas*⁶⁸

Mais tropas fardadas chegariam à região nos dias subseqüentes, naquilo que ficou conhecido como a Primeira Campanha. Essa segunda ação seria batizada de Operação Ouriço. De Belém, chegou uma companhia do 2º Batalhão de Infantaria na Selva. Do Rio de Janeiro, foi enviado um pelotão da Brigada de Pára-quedistas. De Brasília e de Araguari, o general Bandeira escalou dois pelotões que ele vinha preparando para o combate a “terroristas”. No total, cerca de 250 homens fardados. Segundo o *Dossiê*, a Aeronáutica entrou com 15 agentes do CISA e 47 homens fardados no apoio. A Marinha apresentou-se com cinco agentes do CENIMAR. Por fim, a Polícia Militar do Pará foi mobilizada para bloquear a Transamazônica com mais 20 homens. A partir desse momento, deu tudo errado e os militares deixaram a região praticamente escorraçados. Os autores do *Dossiê* rejeitam a expressão

⁶⁷ *Idem, Ibidem.*

⁶⁸ “Relatório Sumário de Operações”, Quartel no Escalão Recuado do CISA, 10 de maio de 1972.

“escorraçados”. Preferem definir a retirada com o eufemismo “recoo estratégico para a busca de informações”⁶⁹.

Os recrutas de Belém foram os primeiros a chegar para esta Primeira Campanha. O comandante da 8ª Região Militar era o general Darcy Jardim de Matos, homem de tropa regular, que nunca pertenceu à Comunidade de Informações. Ele delegou a coordenação da operação, com poderes totais, ao coronel Carlos Pitta, chefe de seu Estado Maior, que também era um oficial de tropa regular. Pitta não quis trabalhar em conjunto com a Comunidade de Informações. Nem o general Darcy. Ilustrativa desse conflito de comando que começou a se tornar visível na Primeira Campanha foi a reunião entre os comandantes da operação – Comandante Lima Barros, Tenente Coronel Borges, Capitão Rangel e o Coronel Pitta -, ocorrida logo no início da campanha, em 10 de abril. Nela, Pitta e Lima Barros não concordavam com os métodos de ação, o que foi registrado da seguinte forma, em relatório confidencial das Forças Armadas:

“Foi, então, o Cmt LIMA BARROS interrompido pelo Cel // PITTA, que lhe disse que sabia como deveria agir. Resolveu, então, o Cmt LIMA BARROS, retornar ao Rio de Janeiro, desde que a condução das operações estava entregue a um Cel que sabia como agir”⁷⁰

Para os comandantes das tropas regulares, havia, na época, muita petulância dos membros do CIE. O termo “petulância”, aliás, foi utilizado por um antigo membro do CIE, como autocrítica, em depoimento oral para esta pesquisa. Como os agentes de inteligência eram subordinados diretamente ao ministro, estavam fora da cadeia hierárquica e tinham a liberdade de atuar em todo o País. Por isso os oficiais do CIE costumavam tentar dar ordens para a tropa regular. Pitta decidiu resistir e se recusou a fazer acordo para entregar o comando da operação ao CIE. A jurisdição sobre a área era da 8ª Região Militar.

⁶⁹ *Dossiê Araguaia, Op. cit., 71.*

⁷⁰ *Relatório Sumário de Operações – Operação Peixe, 10 de maio de 1972.*

Portanto, ele conduziria aquela guerra do jeito que conhecia, segundo o manual, de acordo com a Convenção de Genebra. Mas os agentes do CIE permaneciam na área. Dr. George fez as seguintes observações em depoimento para essa pesquisa:

“Quando surgiram os indícios da guerrilha, o território estava na área sob a responsabilidade da 8ª Região Militar. O coronel Pitta foi designado por seu comandante, o general Darcy, para cumprir aquela missão. É preciso lembrar que o coronel Pitta, assim como a grande maioria dos oficiais do Exército, foi treinada para combater na guerra regular. Aquela ação era novidade para ele, assim como para a maioria dos oficiais superiores que serviam na região. É preciso lembrar também que naquela época não havia subversão armada na região Norte e Exército, Marinha e Aeronáutica tinham pouca ou nenhuma experiência na matéria. O coronel Pitta, como representante da 8ª RM [Região Militar] naquela missão, tinha a prioridade do comando. Portanto, ele só deveria receber ordens do general Darcy e qualquer orientação que viesse de outra área ou comando, teria que passar antes pelo comandante da 8ª RM. O conflito se deu naqueles dias porque o pessoal da repressão não pôde comandar as coisas como queria”⁷¹

A primeira baixa do Araguaia ocorreu justamente nas fileiras do Exército. A 5 de maio, uma patrulha militar foi surpreendida por dois guerrilheiros do Destacamento B⁷²: Estavam todos em trajes civis, com identificação falsa de funcionários do INCRA. Receberam ordens de Belém para fazerem um reconhecimento na área da base da Gameleira, onde Genoíno havia sido apanhado. Foi colocado no comando o 2ª tenente Mata Rezende, que cumpria seu serviço militar obrigatório dentro do NPOR⁷³. Surpreendido enquanto bebia água no rio, o cabo Odílio Cruz Rosa foi abatido com um tiro. Um sargento também foi ferido. A patrulha deveria defendê-los, dar-lhe cobertura, mas todos

⁷¹ Narrativa oral a essa pesquisa, em 17 jul. 2003.

⁷² Nem o *Relatório Arroyo* nem o *Diário do Velho Mário* revelam quem são. O Destacamento B era comandando por Osvaldão. In: Dossiê Araguaia, *Op.Cit.*, pág. 114.

fugiram apavorados, abandonando o corpo do cabo nas margens do rio – não se sabe, sequer, se naquele momento ele ainda estava vivo. Alguns dos militares ficaram perdidos por dias na mata. O tenente sofreu uma punição grave por ter fugido sem o corpo – foi excluído antecipadamente do NPOR⁷⁴. O *Dossiê* narra o que se deu a seguir:

“Após o incidente, optou-se por um novo emprego ostensivo da tropa. Para isso, foram deslocados para Xambioá três pelotões – também constituídos por recrutas - - um Destacamento de tropas especializadas (pára-quedistas), helicópteros e aeronaves de observação. A missão prioritária era, então, resgatar o corpo do cabo. Para isso buscou-se a colaboração de mateiros. Temerosos, recusaram-se a ir até o local da emboscada”⁷⁵

Os militares descobriram que o comandante do Destacamento B, o guerrilheiro Osvaldão, mandou avisar, através de camponeses, que não autorizava ninguém a retirar o corpo. Também foi realizada uma operação para o resgate do corpo. Segundo Relatório do Exército:

“Tal operação não obteve êxito, em virtude de informes espalhados pela região de que quem se aproximasse do local seria morto pelo grupo de guerrilheiros”⁷⁶

Os restos do cabo só seriam resgatados uma semana depois, já em adiantado estado de decomposição⁷⁷. O *Dossiê* registra uma observação, repetida com insistência, com palavras similares, por todos os militares entrevistados nesta pesquisa – o que me leva à conclusão que seja uma questão relevante para o imaginário deles.

“Neste ponto vale uma observação: não foram as Forças Armadas que tiveram a iniciativa da luta. Sua missão era

⁷³ Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, que forma oficiais temporários, mas não de carreira. São jovens egressos das universidades que não serviram como recrutas ao completarem 18 anos.

⁷⁴ Maklouf Carvalho. *Op. Cit.*, pág. 104-105.

⁷⁵ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.* 69.

⁷⁶ “Relatório do dia 18 de maio de 1972”, Xambioá.

⁷⁷ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 127.

desbaratar um trabalho de campo que objetivava o início de uma guerra popular para a tomada do poder. As pessoas que militavam na guerrilha tinham plena consciência de que ali se encontravam para lutar, ou seja, para matar ou morrer, pois não há guerra sem mortes, de ambos os lados. E sabiam de antemão, pois receberam essa orientação dos que cursaram a Academia Militar de Pequim, que a guerra irregular é uma guerra suja. No entanto, hoje a esquerda, derrotada no campo e na própria ideologia, aparece no muro das lamentações, condenando a 'repressão brutal' e passando-se por vítima, como se os guerrilheiros tivessem sido levados ao Brasil Central para fazer camping"⁷⁸

No discurso militar, as Forças Armadas apenas teriam reagido à ação armada dos guerrilheiros, não sendo, portanto, responsáveis pelo início do conflito. Naquele contexto específico, onde todos estavam ali “para matar ou morrer”, o emprego da violência – material e numericamente desproporcional - foi justificado pelo fim a ser alcançado, a eliminação dos focos guerrilheiros. O argumento dos militares, de que uma “guerra irregular é uma guerra suja”, a rigor poderia eximi-los da responsabilidade sobre os excessos cometidos na região. Nesse sentido, a violência praticada no Araguaia pode ser analisada à luz das reflexões de Hannah Arendt, para quem a essência da ação violenta é

“regida pela categoria meio-fim, que quando aplicada a questões humanas tem a característica de estar o fim sempre em perigo de ser sobrepujado pelos meios que ele justifica e que são necessários para atingi-lo. O fim da ação humana, em contraposição aos produtos finais de fabricação, nunca pode ser previsto com segurança; deste modo freqüentemente os meios utilizados para alcançar objetivos políticos são muitas vezes mais relevantes para o mundo futuro do que os próprios objetivos pretendidos”⁷⁹

A partir da morte do cabo Rosa, as hostilidades entre as tropas regulares e a Comunidade de Informações se agravaram. Dr. Asdrúbal, agora se apresentando com sua patente e nome verdadeiro, major Lício Maciel, foi tirar

⁷⁸ *Idem, Ibidem.*

⁷⁹ Hannah Arendt. *Da violência. Op. cit.*, pág. 94.

satisfações em público com o coronel Pitta pelo fato dele ter enviado um jovem e inexperiente tenente do NPOR para enfrentar “terroristas”. Apesar da rígida hierarquia militar – Lício estava duas patentes abaixo de Pita - ameaçou incluí-lo no AI-5 e ainda o chamou de “palhaço” na frente dos subordinados. Lício, em narrativa para esta pesquisa, teceu os seguintes comentários sobre esse episódio:

“Não houve conflitos de autoridade dignos de nota durante as operações. Apenas alguns poucos desentendimentos sem relevância. Para cima, a autoridade do ministro Orlando Geisel era incontestável. Como a área de atuação pertencia a vários comandos, o ministro assumiu o controle. Para baixo, o tenente-coronel Torres, do CIE, que era mantido na área, evitou maiores atritos que eventualmente poderiam surgir. A diplomacia do Torres era reconhecida e respeitada”⁸⁰

“Sobre o caso do coronel Pita, ele costumava desviar o emprego do helicóptero (de uma mineradora, emprestado para as operações), para comparecer aos churrascos nas fazendas, transportar Coca-Cola, etc. O Torres cortou o privilégio, agindo com seu costumeiro discernimento e diplomacia, mas com firmeza. Anteriormente, o coronel Pitta foi o responsável por ter mandado uma patrulha comandada por um oficial R-2, despreparado, para a área onde foi preso o José Genoíno, depois do CIE ter informado o fato e ter alertado que os comunas não estavam lá para brincadeira. Resultado: mataram o cabo Rosa”⁸¹

A observação abaixo é do Dr. George, em narrativa oral:

“Lício tem grande coragem pessoal, mas sempre foi muito afoito e o que ele fez tem que ser levado em conta porque estava indignado e com grande irritação pelo que estava acontecendo. Entretanto seu ato não pode ser tomado como fruto de um sentimento coletivo da Comunidade de Informações. Ele jamais poderia ter faltado o respeito com um superior hierárquico. Ninguém entre nós, por mais que estivesse irritado com as decisões erradas de Belém,

⁸⁰Narrativa oral a essa pesquisa, em 15 dez. 2004.

⁸¹ *Idem, Ibidem.*

*aprovou o ato dele. Brigar com os superiores nunca deu certo.*⁸²

Lício prossegue com o assunto em seu depoimento, ilustrando, a meu ver, muito do imaginário dos militares da Comunidade de Informações durante o regime militar:

“Conflito de autoridade é uma questão muito complexa, envolvendo a base da profissão militar: disciplina. Mas vale tecer o comentário que o militar não pode nunca ser instrumento servil e complacente, responsável por obediência passiva, inconsciente, que avilta seu caráter, destrói seu incentivo e degrada sua moral. Quem se omite, indiretamente se associa”

“É evidente que existe muita diferença entre oficiais carreiristas, que querem, de qualquer maneira, sair general, e os que na justeza dos critérios, por merecimento individual, como é voz corrente na tropa. Infelizmente, a maioria desses últimos leva carona”⁸³

Tal conflito pode ser analisado segundo o conceito de Castoriadis sobre heteronomia, cujo essencial, no nível individual, seria o “domínio por um imaginário autonomizado que se arrojou a função de definir para o sujeito tanto a realidade quanto seu desejo”⁸⁴. Nesse sentido, o coronel Lício não questionava o fim pretendido pela ação militar, pois esse já havia se tornado o “seu desejo”. Discordava apenas sobre a forma mais rápida e eficiente para atingi-lo.

Segundo o *Relatório Arroyo*, em 8 de maio, três dias depois da morte do cabo Rosa, morreria o primeiro guerrilheiro, Bérqson Gurjão Farias, codinome Jorge⁸⁵. Foi abatido na mata por uma patrulha de pára-quedistas do Rio de Janeiro. Era estudante de Química e tinha 24 anos. Seu corpo foi levado para a base de Xambioá, com o rosto todo deformado. José Genoíno, que havia sido levado pelos militares de volta à região, assistiu quando o corpo de Bérqson foi

⁸²Narrativa oral a essa pesquisa, em 05 dez. 2004.

⁸³Narrativa oral a essa pesquisa, em 15 dez. 2004.

⁸⁴ Cornelius Castoriadis. A instituição imaginária da sociedade. *Op. Cit.*, pág. 124.

⁸⁵ Segundo o *Dossiê*, Bérqson teria morrido em 04 de maio. In: *Dossiê Araguaia, Op. cit.*, pág. 70.

pendurado numa árvore, de cabeça para baixo, para catarse dos militares que chutavam sua cabeça inerte.

Uma nova morte ocorreria na seqüência, em 25 de maio. A vítima foi o barqueiro Lourival de Moura Paulino⁸⁶. Já eram três as vítimas do conflito, simbolicamente, um militar, um guerrilheiro e um camponês. A versão dos militares na ocasião é que ele teria se enforcado na prisão da Delegacia de Xambioá. Os militares que prestaram depoimento para esta pesquisa garantem, até hoje, que teria sido suicídio mesmo, que Lourival não teria resistido às “pressões psicológicas” que vinha sofrendo⁸⁷. Para a Comissão dos Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça, o barqueiro morreu vítima de tortura. Todavia, a morte do barqueiro é ilustrativa da relação que os militares estabeleceram com a população nos primeiros tempos da Primeira Campanha. Se inicialmente os habitantes da região não entenderam toda a movimentação de tropas⁸⁸, logo tiveram suas rotinas alteradas profundamente. Para Romualdo Campos Filho:

“a inexperiência das tropas, o desconhecimento do inimigo e de seus reais objetivos e o preconceito contra o povo pobre da região surtiram um efeito negativo no meio da população. Toda aquela movimentação ostensiva, com acusações contra pessoas que até então procuravam dar atenção e cuidar da população [os guerrilheiros], foi recebida com desconfiança pela população”⁸⁹

De acordo com o *Dossiê*, na terceira semana de maio, a Comunidade de Informações promoveu um encontro para fazer a primeira avaliação da

⁸⁶ Sua morte não consta no *Dossiê Araguaia*.

⁸⁷ Segundo narrativa de um militar (ele estava operando em Xambioá quando morreu o barqueiro), Lourival era muito popular em toda a região. O Exército já estava acantonado próximo da cidade, à beira do rio, e como medida de segurança, isolou a área com arame farpado. Lourival foi encontrado na cozinha do acampamento. Os militares teriam acreditado que ele estaria tentando colocar veneno na comida da tropa. Ele foi preso. Seus familiares levaram uma rede para que pudesse dormir. Lourival teria se enforcado com essa rede. Narrativa oral de Fernando (codinome), a 05 abr. 2002.

⁸⁸ O efetivo teria chegado a corresponder a praticamente a metade da população de Xambioá, de acordo com Romualdo Pessoa Campos Filho. *Guerrilha do Araguaia. Op. Cit.*, pág. 110.

⁸⁹ *Idem, Ibidem*, pág. 111.

campanha. Concluíram que os guerrilheiros estariam reunidos em dois grandes grupos (na verdade eram três, os Destacamentos A, B e C), com aproximadamente 50 guerrilheiros no total (eram 69). As informações mais importantes diziam respeito à organização dos guerrilheiros. Já naquela avaliação descobriram que uma Comissão Militar comandava a guerrilha, diretamente subordinada ao Birô Político do partido, "este instalado em São Paulo, em segurança", fustigam os autores do *Dossiê*⁹⁰. Essas informações seriam mais tarde utilizadas para a organização da caçada final aos guerrilheiros

Um documento do Exército, elaborado ainda no início da campanha, em maio, revelava as informações obtidas até aquele momento. Optei por transcrever somente os itens de 6 a 10 do documento:

“6) O chefe, dos subversivos existentes na área, é alcunhado de OSVALDÃO. Conhece profundamente a região e possui grande aptidão para o deslocamento nas picadas das matas.

7) Há informações que existem na área elementos treinados no exterior.

8) Está sendo realizada na área uma forte atividade psicológica, com o objetivo de tornar a população temerosa quanto a atuação das forças militares. É dito que as FA caso não prendam o OSVALDÃO e seu bando, em revide incendiarão as fazendas e destruirão as vilas.

9) Os bandidos têm se apresentado na área armados de espingarda de chumbo, calibre 12 ou 16, Winchester e revólver 38 ou 45. Tudo fazem para se apossar de uma metralhadora.

10) O fora da lei OSVALDÃO apresenta-se como governador do Pará, aos moradores das vilas e povoados localizados às margens do rio ARAGUAIA.”⁹¹

⁹⁰ *Dossiê Araguaia, Op.Cit.*, pág. 71.

⁹¹ Documento do Exército, de número 191200, batizado de “*Ordem de Operações nº 1*”, classificado com o carimbo de “*SECRETO*” e assinado pelo general Antônio Bandeira, em maio de 1972.

Um outro documento, elaborado pelo CISA, da Aeronáutica, também resume o que os militares sabiam dos guerrilheiros no final da Primeira Campanha:

“os depoimentos, coleta de informes e apreensão de farta documentação, permitiram levantar todo o esquema de Guerrilha na área, que consta de 3 destacamentos, A, B e C divididos em Grupo de 6 militantes, perfazendo o total de aproximadamente 70 guerrilheiros comandados por um Comitê Militar”⁹²

Quando o mês de maio terminou, já não havia nenhum recruta ou soldado inexperiente no Araguaia. Segundo o *Dossiê*, entre os dias 27 de maio e 7 de julho, foram enviados para Xambioá outros 250 homens, parte da 8ª Região Militar do general Darcy Jardim de Mattos, parte da 3ª Brigada de Infantaria do general Antônio Bandeira. Eram poucos soldados, os comandantes avaliavam, um efetivo de cinco militares para cada guerrilheiro. Os tradicionais manuais militares de guerra não-regular (rebeliões, revoltas, guerrilhas e guerras civis) apontavam um número ideal de dez contra-rebeldes para cada rebelde⁹³. Mais tarde, esse pequeno efetivo inicial seria multiplicado por quinze. Mas naquele momento eram 250 soldados fardados. A missão: apenas resguardar uma área onde habitavam cerca de 20 mil pessoas. Para a localização dos guerrilheiros, agora somente equipes da Inteligência poderiam entrar na mata. Mais uma vez é o coronel Lício quem comenta em narrativa a esta pesquisa:

“Nunca houve no Araguaia conflitos de comando graves, que chegassem à quebra da hierarquia. Os generais estavam errados na concepção inicial de combate à guerrilha. Foram alertados pelo censo de lealdade de seus auxiliares e se convenceram a tempo. Quanto aos oficiais que estavam atrapalhando, foram transferidos, talvez até por vontade própria, para não enfrentar a guerra”⁹⁴

⁹² Conferência proferida pelo brigadeiro Newton Vassallo, chefe do CISA, para o Alto Comando da Aeronáutica a 11 de agosto de 1972.

⁹³ O *Dossiê Araguaia* tem um capítulo inteiro sobre guerras não-regulares; seus autores chegaram a compilar um manual de ações contra-rebelde, a nomenclatura que utilizam, anexado ao final desta pesquisa.

⁹⁴ Narrativa oral a essa pesquisa, em 05 dez. 2004.

Assim, tanto as Tropas Regulares como as não-regulares, independente de defenderem métodos de ação diferenciados entre si, combatiam o inimigo comum tendo como premissa a mesma idéia: a de que faziam parte da espinha dorsal da nação e, portanto, que deveriam salvá-la da ameaça comunista, no Araguaia personificada pelos guerrilheiros. Mas, ainda que ambas as tropas fossem partes de uma mesma instituição, tivessem incorporado os mesmos valores, e buscassem os mesmos objetivos, a forma como foram criadas as Comunidades de Informações forjou, além da constituição de outras concepções de combate, uma auto-representação diferenciada daquela das tropas regulares.

O imaginário plural dos militares continuava provocando divergências no seio da instituição. A partir do início de julho de 1972, o general Bandeira começaria a tomar conta da região. Mas com restrições. A tropa do coronel Pitta foi evacuada. Para o lugar, Bandeira acertou com os chefes em Brasília enviar seus próprios homens, reforçados por tropas regulares e agentes de informações da Aeronáutica. Mas os conflitos entre tropa regular e Comunidade de Informações prosseguiriam.

Mudaram os chefes, mas o propósito continuava o mesmo: desbaratar a guerrilha. Nesse período, mais um militar seria ferido e três guerrilheiros seriam mortos – Kleber Lemos da Silva, o Carlito⁹⁵; Maria Lúcia Petit da Silva, a Maria⁹⁶, e Idalísio Soares Aranha Filho, o Aparício⁹⁷. Outro morador da região, Juarez Rodrigues Coelho, teria cometido suicídio na cadeia, de acordo com os militares. Por fim, a guerrilha sofreria mais duas baixas: Dagoberto Alves Costa, o Miguel, e Regilena da Silva Carvalho, a Lena, foram presos enquanto tentavam escapar da região. Os militares registram que nesse período, em meados de julho, os guerrilheiros também teriam “justiçado” um jovem camponês de 16 anos, João

⁹⁵ Morto em 29 de junho de 1972. In: Dossiê Araguaia, *Op. cit.* 74. O PC do B suspeita que tenha sido preso antes de morrer.

⁹⁶ Morta “em confronto”, em 29 de junho de 1972, segundo o *Dossiê*. Pág. 74.

⁹⁷ Morto em 13 de julho de 1972, segundo o *Dossiê*, pág. 74.

Pereira, filho do sitiante Antônio Pereira – o adolescente que guiou o grupo do Dr. Asdrúbal até um acampamento guerrilheiro.

O que chama mais a atenção no *Dossiê Araguaia* sobre essa Primeira Campanha é o relato dos militares sobre o completo abandono da região pelas autoridades constituídas. O Araguaia vivia em estado de quase anarquia, com a população local sem qualquer assistência dos órgãos governamentais e à mercê de uma legião de grileiros, jagunços e toda a sorte de aproveitadores, informam os próprios militares. A partir de junho, os militares começariam a tomar providências para pôr ordem naquela terra de ninguém. Eles denominam essas providências de “ações psico-sociais”. Eis o que registra o *Dossiê Araguaia* sobre as novas estratégias utilizadas pelas Forças Armadas na região, centradas na arregimentação da simpatia dos habitantes:

“No período, a Inteligência constatou a existência de diversas vulnerabilidades na área, que implicavam uma imediata correção:

- *isolamento e abandono da população pelos órgãos do Governo Federal, em particular SUDAM e INCRA;*
- *o trabalho na região era baseado na exploração do homem pelo homem, no regime de troca de trabalho por alimentos. Um sistema medieval de mão-de-obra escrava, no qual o trabalhador ficava sempre devendo aos proprietários-patrões, cabendo somente a estes os grandes lucros obtidos pela exploração dos castanhais do Pará;*
- *presença constante de charlatões dizendo-se credenciados pelo INCRA e SUDAM, abusando da credulidade dos posseiros para retirar-lhes a posse das terras;*
- *ineficácia total do sistema judiciário, disso resultando o costume, já arraigado, da aplicação da lei do mais forte.*
- *existência de maus delegados e policiais corruptos na área, buscando atender apenas aos desejos dos grileiros de terras, sem dedicar nenhuma atenção a possíveis reivindicações dos posseiros;*
- *total ausência de assistência médica no que diz respeito a pessoal, instalações e medicamentos. Essa foi a vulnerabilidade melhor explorada pelo PC do B,*

- propiciando à população um mínimo de assistência médica através de seus quadros de médicos e enfermeiros engajados na guerrilha;*
- *rede de abastecimento precária e deficiente em gêneros de primeira necessidade, restringindo a alimentação dos habitantes locais a peixes, farinha, arroz, milho, mandioca e frutos sazonais;*
 - *elevado índice de analfabetismo, consequência da inexistência de escolas e professores na grande maioria das localidades;*
 - *precaríssimas condições das habitações existentes, facilitando a proliferação de doenças endêmicas;*

Considerando esse quadro caótico, caldo de cultura inesgotável para os guerrilheiros, as Forças Armadas pressionaram os órgãos competentes do governo federal para a solução imediata de alguns desses problemas, visando equilibrar as condições psico-sociais na região⁹⁸

Fazendo uso mais uma vez do pensamento de Foucault, lembro que o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito

(...) “é simplesmente que ele não pesa como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induza o prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, muito mais do que a instância negativa que tem como função reprimir”⁹⁹

O *Dossiê Araguaia* revela um detalhe surpreendente sobre a guerrilha, expondo mais uma vez o imaginário plural dos militares. A cúpula das Forças Armadas, até àquela altura, ainda não considerava prioritário o combate aos guerrilheiros. Para o CIE, para o CISA e para o general Antônio Bandeira, que na ocasião era um dos líderes da Comunidade de Informações, era de máxima relevância que o Exército tomasse posições no Araguaia para realização de operações de busca de informações. Mas, para o Alto Comando do Exército,

⁹⁸ *Dossiê Araguaia, Op. cit.,* pág. 141.

⁹⁹ Michel Foucault *Microfísica do Poder. Op. cit.,* pág.8.

aquela história de subversivos no meio de um matagal no fim do mundo não passava de “paranóia do Bandeira”. Descreve o *Dossiê*:

“No entender dos altos escalões das Forças Armadas, o trabalho de campo do PC do B não apresentava perigo iminente; era uma questão a ser resolvida por partes e a custos menores. E isso foi feito”¹⁰⁰

Diante desse quadro o chefe do CIE, general Milton Tavares, teve que se retirar temporariamente de campo. Mas pediu a seu aliado do CISA, o brigadeiro Newton Vassallo, que tomasse seu lugar no Araguaia. Em palestra ao Alto Comando da Aeronáutica, a 11 de agosto de 1972, no qual o ministro Araripe Macedo tentava engajar a Força Aérea, por inteiro, nos combates aos “subversivos” do Araguaia, Vassallo revelaria:

“Face aos constantes atritos na concepção e condução das operações entre os Órgãos de Informações e os Órgãos da 8ª Região Militar, o CIE se retirou, solicitando ao CISA que prosseguisse nas operações de busca de informes”¹⁰¹

Nessa mesma palestra de cooptação, Vassallo conclui que o despreparo das Forças Armadas ante o processo subversivo em andamento na Região do Araguaia teria como causas:

- *“o desequilíbrio dos meios pertencentes aos Comandos envolvidos;*
- *falta de uniformidade de interpretação dos conceitos de Segurança Interna e Defesa Interna;*
- *as variações das motivações pessoais dos comandos empenhados”¹⁰²*

Também em um relatório elaborado pela Aeronáutica, em 28 de agosto de 1972, as estratégias utilizadas pelas Tropas Regulares são consideradas

¹⁰⁰ *Dossiê Araguaia, Op. cit.*, pág. 141.

¹⁰¹ Palestra proferida pelo Brigadeiro Newton Vassallo...*Op.Cit.*, pág. 11.

¹⁰² *Idem, Ibidem*, pág. 12.

deficientes. Nesse, os mateiros não simpatizantes dos guerrilheiros assim apontavam os principais erros cometidos pela tropa regular no interior da mata:

- “(1) – faz muito barulho;*
- (2) – deixa várias pistas;*
- (3) – só desloca-se nas estradas e piques;*
- (4) – é muito estática; e*
- (5) – utiliza excessivamente o helicóptero no transporte de pessoal de uma clareira para outra”¹⁰³*

Mas a situação logo seria alterada, quando o Alto Comando do Exército decidiu atacar os guerrilheiros promovendo uma grande manobra na região. Os soldados voltaram em outubro. Desta vez com as tropas devidamente organizadas e obedecendo a um único comando. Desta vez com muito mais homens, na proporção de quase cinquenta contra-rebeldes para cada rebelde.

3.5 – O GRANDE COMBATE

Desde 1965, as Forças Armadas vinham realizando, quase todos os anos, manobras para o treinamento das tropas, não para a eventualidade de uma guerra externa, mas com enfoque na segurança interna. Antes que se descobrisse a Guerrilha do Araguaia, já haviam sido realizadas pela Aeronáutica a Operação Charrua, no Sul do país, a Poti, no Nordeste, a Pantanal, no Mato Grosso, e a Carajás, na região de Carolina, no Maranhão, pela Aeronáutica. Em 1970, foi realizada pelo Exército e com o apoio da Aeronáutica a Operação Pajuçara¹⁰⁴, no agreste da Bahia – esta sim, uma operação real que visava única e exclusivamente prender o capitão Carlos Lamarca -, e no ano seguinte a Operação Mesopotâmia, em Imperatriz, Maranhão, com o objetivo de desbaratar

¹⁰³ “Relatório de missão realizada na localidade de Xambioá/GO, no período de 16 a 24 de agosto de 1972”, Ministério da Aeronáutica - CISA, 28 ago. 1972.

¹⁰⁴ Doutor George, coordenador do *Dossiê*, revelou em nossas conversas que participou da Pajuçara, mas sem papel relevante. Narrativa oral, em 15 dez. 2004.

o grupo guerrilheiro VAR-Palmares na região do Bico do Papagaio. Explica o *Dossiê Araguaia*:

“O objetivo era fazer frente ao surgimento de um possível cenário de guerra revolucionária, como, aliás, já ocorria em diversos países vizinhos. Dessa forma, todos os exercícios e manobras das Forças Armadas, conforme experiências já adquiridas por outros países, passaram a enfatizar a Segurança Interna. Manobras militares eram tradicionalmente realizadas, anualmente, em áreas remotas do território nacional, objetivando adaptar a tropa a diferentes situações geográficas”¹⁰⁵

“É evidente que em todo esse treinamento, por mais que se tentasse chegar o mais próximo possível da realidade, sempre eram observadas lacunas. Embora o papel de guerrilheiros fosse desempenhado por militares bastante treinados, não existia uma população cujas tendências político-ideológicas pudessem ser avaliadas e ser ‘ganha’ para as posições do contra-rebelde. Dessa forma, a descoberta do trabalho de campo do Partido Comunista do Brasil, em 1972, ofereceu uma oportunidade única de realização de uma manobra dentro de um quadro real. Havia, então, o guerrilheiro e uma população a ser considerada”¹⁰⁶

Em julho de 1972, houve uma reunião do Estado Maior do Exército. O ministro do Exército era o general Orlando Geisel, mas ele não teria participado pessoalmente dessa reunião. O Estado Maior, naquela época, era muito independente. O que é certo é que se decidiu, ali, realizar uma grande manobra militar anti-subversiva na região do Araguaia. Com exceção da Operação Pajuçara - a grande caçada a um homem só -, seria a primeira grande operação militar da história brasileira em cenário real desde a Segunda Guerra Mundial. A manobra seria realizada na segunda quinzena de setembro de 1972, numa área entre as cidades de Marabá, Araguatins e Araguanã. Foi batizada de Operação Papagaio e seria realizada essencialmente em áreas sob a jurisdição do

¹⁰⁵ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 76.

¹⁰⁶ *Idem, Ibidem*, pág. 76.

Comando Militar da Amazônia. Por conta das mobilizações que também teriam que ser realizadas no sul do Maranhão, foram chamadas tropas dos IV Exército, com sede em Recife. Na prática, os poderes dos comandantes de Belém, principais protagonistas do desastre da Primeira Campanha, ficariam diluídos. Em 09 de agosto de 1972, foi elaborado um documento com as diretrizes da Segunda Campanha, no qual foram assim estabelecidos os objetivos da manobra:

**a. Realizar, por intermédio da manobra, uma operação psicológica visando a:*

- *alijar da área os elementos subversivos que lá vêm atuando;*
- *capacitar a população de que poderá contar com o apoio do Exército, conquistando-lhe, também, a simpatia pelas ACISO empreendidas.*

b. Testar o novo QO[quadro de operações] de Batalhão de Infantaria de Selva (Experimental) elaborado pelo EME[estado maior].

c. Testar o grau de instrução da tropa.

d. Exercitar a tropa na realização de:

- *reconhecimentos, marchas motorizadas e estacionamentos;*
- *operações anti-guerrilhas;*
- *vivência na selva;*
- *operações de informações e busca de informes de interesse para a Segurança Interna;*
- *ligações com outras Forças Singulares”¹⁰⁷*

O *Dossiê* também revela que foi decidido entregar a direção-geral da operação ao general Viana Moog, homem com tino político, mas sem maiores ligações com a repressão política que, na ocasião, exercia o cargo de Comandante Militar do Planalto. De acordo com o *Dossiê*, a decisão teria sido tomada não contra o comando de Belém, mas porque o comando do Planalto tinha mais unidades que poderiam ser engajadas. Ademais, havia nesse comando uma brigada operacional extremamente bem treinada, a 3ª Brigada de

Infantaria, sediada em Brasília, na ocasião sob o comando do general Antônio Bandeira. Desta forma, a estratégica função de comandante operacional foi entregue ao general Bandeira. Para o Alto Comando, o Estado Maior e o general Viana Moog, tratava-se de uma importante manobra militar, mas apenas mais uma das muitas manobras desde 1965. Para o general Bandeira, deveria ser mais do que isso. Explica o *Dossiê*:

“Na realidade, o general Bandeira nunca pensou em realizar uma manobra, pois sempre manteve seus comandados conscientizados de que iriam participar de uma operação de combate objetivando eliminar a guerrilha que se instalara na área do Araguaia”¹⁰⁸

Um outro documento do CIE reforça a idéia de que persistia, ainda que em menor escala, a mesma divisão verificada na Primeira Campanha. O Alto Comando e a tropas regulares de um lado; Comunidade de Informações, liderada pelos generais Bandeira e Milton Tavares de outro. Até os termos utilizados são similares:

“Nós falamos em combate, uma vez que a 3ª Brigada nunca pensou em realizar a manobra. Ela conscientizou seus integrantes e os demais componentes da operação e que haveria uma atuação de combate, visando eliminar o foco subversivo da área”¹⁰⁹

A 12 de setembro de 1972 as tropas começariam a se deslocar rumo ao Araguaia. Por terra, água e ar. Batizada de Operação Papagaio, foi a maior mobilização militar da história desde que as Forças Expedicionárias Brasileiras desembarcaram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. De Brasília, o general Viana Moog deslocou um pelotão do 8º Grupamento de Artilharia de Brasília e outro pelotão do 2º Batalhão Ferroviário de Araguari (MG). O general Bandeira, por sua vez, mandou, para a luta no Araguaia, os melhores homens

¹⁰⁷ Diretriz para a realização da manobra do CMP (GPT A/72), de 9 de agosto de 1972.

¹⁰⁸ *Dossiê Araguaia, Op.Cit.*, pág. 146.

de todas as tropas que estavam sob suas ordens. De Brasília, seguiram a 3ª Brigada de Infantaria. De Goiânia, foi o 10º Batalhão de Caçadores. De Ipameri (GO), foi chamados o 6º Batalhão de Caçadores. De Uberlândia, seguiu o 10º Batalhão de Infantaria. De Cristalina (GO), seguiu a 2ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores.

Sob as ordens do Comando Militar da Amazônia, seguiu de Belém o 2º Batalhão de Infantaria de Selva. O IV Exército, em Recife, enviou o 25º Batalhão de Caçadores de Teresina (PI). Do Rio de Janeiro, seguiu uma companhia da Brigada de Pára-Quedistas e duas equipes de tropas especializadas em inteligência. A Marinha apareceu com uma companhia do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília. A Aeronáutica seguiu com uma ala inteira da Força Aérea, com 180 homens e 15 aeronaves, sob o comando de um de seus coronéis de maior prestígio, Cherubim da Rosa Filho, mais tarde promovido a ministro do Superior Tribunal Militar. No total, nada menos que 3.250 militares foram deslocados de distâncias de até 1.850 quilômetros em estradas, a maior parte de terra. O *Dossiê* descreve a estratégia traçada¹¹⁰.

A manobra - ou a guerra, para os homens de Bandeira - começou a 18 de setembro. A primeira reação dos soldados ao pisar na mata foi de medo. Não apenas dos guerrilheiros, mas também de cobra, de insetos, de onça. A mata escurecia por volta da 16h30. Na melhor das hipóteses, eles precisavam de quatro dias andando nas imediações das cidades até que tivessem coragem de se embrenhar na selva amazônica na caça a guerrilheiros. Alguns pelotões precisaram de oito dias de adaptação. Alguns pelotões só caçaram guerrilheiros por quatro dias antes de receberem a ordem de retirada. Registra o *Dossiê*:

“Deve ser assinalado que o longo deslocamento por estradas de má qualidade, aliado ao clima inóspito da

¹⁰⁹ O documento, já citado do capítulo anterior, foi produzido como roteiro de um curso do CIE sobre a Guerrilha do Araguaia, já nos Anos 90. O autor do documento, que foi entrevistado para a pesquisa, trabalhava diretamente com o general Bandeira, na 3ª Brigada. Mais tarde foi para o CIE.

¹¹⁰ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 143.

*selva provocaram na tropa, como é natural, um prematuro desgaste*¹¹¹

*“A partir de 19 de setembro os guerrilheiros passaram a realizar constantes deslocamentos, dentro da selva, preocupando-se em não utilizar picadas ou estradas. Ações diversas de emboscadas, inquietação e fustigamentos contra a tropa foram realizadas pela guerrilha durante o período dos dez dias de aclimatação*¹¹²

Os guerrilheiros captaram a fragilidade dos militares. Os próprios militares transcreveram no *Dossiê Araguaia* as observações que Maurício Grabois registrou em seu *Diário*:

*“O inimigo tem extensa frente a atender, que vai de Marabá a Xambioá. Por isso, tem que mobilizar numerosos efetivos, que apesar de seu vulto não atendem à necessidade de golpear seriamente as Forças Guerrilheiras. O moral da tropa do inimigo é baixo. Os camponeses informam que os soldados revelam medo. Até hoje, os milicos não se encorajaram a penetrar na selva. As patrulhas do Exército andam somente pelas estradas, caminhos e, excepcionalmente, picadas. As forças repressivas têm espírito defensivo, revelam displicência, afoiteza e completa falta de vigilância. Isso favorece a realização de ações ofensivas de nossa parte (emboscadas, assaltos e fustigamentos)*¹¹³

A 20 de setembro, tomariam em combate mais dois guerrilheiros, os primeiros dessa Operação Papagaio - Francisco Manoel Chaves, o Zé Francisco, e Miguel Pereira dos Santos, o Cazuzá¹¹⁴. Dias depois, a 26 de setembro, seria a vez dos guerrilheiros matarem o sargento Mário Ibrahim da Silva.

¹¹¹ *Idem, Ibidem.*

¹¹² *Idem, Ibidem, pág. 80*

¹¹³ *Idem, Ibidem pág. 83.*

¹¹⁴ *Idem, Ibidem, pág. 80.*

Agora eram três guerrilheiros mortos¹¹⁵ e dois militares. A morte do sargento mudou o ânimo dos militares, e a partir daquele episódio a iniciativa mudaria de lado. Bandeira deu ordens às suas tropas para avançar. E as tropas saíram à caça. Desta vez com mais impetuosidade. Em paralelo, o CIE, sempre sob a liderança de Bandeira, começou a recrutar mateiros para guiá-los. Nos quatro dias subseqüentes, os militares mataram nada menos que nove guerrilheiros¹¹⁶. Mas as notícias demoraram a chegar ao comandante Mário. Em anotação do dia 03 de outubro de 1972, Velho Mário registra em seu *Diário*:

“No mês de setembro, por ocasião da grande campanha das FF AA [Forças Armadas] contra o movimento guerrilheiro, o DC [Destacamento C] teve mais 4 baixas fatais. Todas elas por infração das leis da guerrilha e por inexperiência militar do seu VC[vice-comandante]. Este, em companhia de Cazuzza, ia se encontrar com 3 co do D. No caminho, ouviram ruído de vozes. Cazuzza achou, sem qualquer razão, que se tratava de gente da guerrilha. No dia seguinte de manhã, Vitor permitiu que seu companheiro fosse investigar, sem que houvesse qualquer necessidade de fazê-lo. Resultado: tratava-se de um acampamento inimigo. Cazuzza foi descoberto e morto, sendo enterrado no próprio local. Sozinho, Vitor foi ao encontro de Antonio, Dina e Zé Francisco. Depois de apanhá-los, ao passar por um caminho, Vitor observou rastros do inimigo. Resolveu então observá-lo, sem que houvesse motivo para isso. O local escolhido para a observação era péssimo: em frente a um cipoal e a uns poucos metros da estrada. Alguns co não acharam justa a decisão, mas Vitor insistiu. Três horas depois, o inimigo apareceu. Já tinha passado quase toda a tropa adversária, quando faltava passar apenas o último soldado, Zé Francisco fez barulho, talvez deixando cair a arma. Irrompeu, então, violento tiroteio. Dina caiu fora, tendo uma bala arranhado seu pescoço. Os outros três ficaram mortos no terreno. Assim o DC ficou desfalcado de 11 combatentes, sendo 7 mortos e 4 presos. Restavam

¹¹⁵ Um na Primeira Campanha e dois na Segunda.

¹¹⁶ Helenira Resende de Souza Nazareth, a Fátima, em 28 de setembro; Em 29 de setembro foram mortos Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antônio), Dinaelza Santana Coqueiro (Maria Dina) e José Toledo de Oliveira (Vitor); Em 30 de setembro: Ciro Flávio Salazar de Oliveira (Flávio), João Carlos Haas Sobrinho (Juca), Valquíria Afonso Costa (Val), Manoel José Nurchis (Gil) e Antônio Teodoro de Castro (Raúl). In: Dossiê Araguaia, *Op. Cit.*, págs. 80-81.

apenas 9. Só então Paulo empenhou-se em se ligar com a CM[comissão militar]”¹¹⁷

Na semana seguinte, a primeira de outubro, outros cinco guerrilheiros também morreriam. Àquela altura, a guerrilha já havia sofrido o total de 30 baixas desde abril - 17 mortos, um guerrilheiro justificado¹¹⁸, 11 presos e um desertor¹¹⁹, contabiliza o *Dossiê*. Mas as notícias demoravam a chegar para o comandante das Forças Guerrilheiras. Em anotação de 07 de novembro de 1972, um mês após o término da Segunda Campanha, Velho Mário registraria no *Diário*:

“7/11- Elementos da massa informaram que viram em Xambioá os cadáveres de 6 companheiros nossos dentro de sacos de lona. Junto a eles estavam 6 mochilas semelhantes às nossas. Dizem os informantes que os guerrilheiros foram surpreendidos em acampamento perto de uma gruta. Será que um golpe de tal envergadura foi desfechado contra o DC ou contra o grupo do Ju? Tenho minhas dúvidas. Aguardo novas informações para saber o que aconteceu”¹²⁰

Nenhuma das mortes dessa Segunda Campanha provocaria tanta comoção quanto a de Helenira Rezende de Souza Nazareth, a Fátima. Ela tombou a 28 de setembro, perto de um local chamado Remanso dos Botos, quando uma patrulha de fuzileiros navais deu de frente com a guerrilheira. No tiroteio, Fátima morreu. No *Diário*, Velho Mário afirma que a guerrilheira teria sido fuzilada depois de apanhada com vida:

¹¹⁷ *Diário do Velho Mário, Op.Cit., pág.145.*

¹¹⁸ Seria o guerrilheiro Paulo, segundo informações colhidas pelos militares junto a camponeses. Mas Paulo jamais identificado pelos militares. Ficou na época a informação, colhida de camponeses, que ele teria sido morto pelos próprios companheiros. Mais tarde, depois de terminado o *Dossiê*, os próprios pesquisadores do *Dossiê* descobriram que Paulo, na verdade, havia desertado. Trata-se do guerrilheiro João Carlos Borgeth, nome que usava na época, que na presente data mora em Niterói e trabalha como acupunturista utilizando seu verdadeiro nome, João Carlos Campos Wisnesky. Optei por manter a informação original que se encontra no *Dossiê*, fazendo a correção em nota de rodapé.

¹¹⁹ *In: Dossiê Araguaia, Op.Cit., 83.*

¹²⁰ *Diário do Velho Mário, Op.Cit., pág. 45.*

“Novas informações foram trazidas sobre o incidente em que a co Fátima tombou sem vida. Os combatentes do DA estavam preparando uma embosca. Dividiram-se em 2 grupos que deveriam atuar em conjunto. Um sob o comando do Pe (da CM) e outro sob a direção de Nu. Este último, que vinha na frente, deixou no caminho da corrutela de S. José dois observadores, Lauro e Fátima, e fez alto a uma certa distância. Precisamente nesse momento surgiu na estrada uma força inimiga de 16 homens que acompanhava 4 burros tropeados pelo Edith. À frente da unidade do Exército vinham três batedores (o que levou Isauro a pensar que a tropa era constituída apenas de 3 soldados). Um deles, o sargento, veio para o lado do barranco onde estavam nossos combatentes. Lauro, que portava arma longa semi-automática de 9 tiros, atrapalhou-se com a arma, não atirou e fugiu. O milico pressentiu a Fátima e disparou o FAL em sua direção. Esta, com sua arma de caça 16, o fuzilou. Em seguida, correu e se entrincheirou mais adiante. Um soldado, que pesquisava o local à sua procura, foi por ela abatido mortalmente com tiros de revólver 38. Ferida nas pernas, foi presa. Perguntaram-lhe onde estavam seus co. Respondeu que poderiam matá-la, pois nada dizia. Então os milicos a assassinaram friamente. Seu corpo foi enterrado nas Oito Barrancas, para onde foi transportado em burro. Seu comportamento causou grande admiração entre a massa. Esta informa que um capitão dissera que se nossa companheira tivesse uma boa arma teria liquidado boa parte dos 16 militares. Não há dúvida de que a combatente Fátima revelou grande bravura e notável firmeza revolucionária. A história de nosso povo revela poucos exemplos de semelhante heroísmo. Sozinha, com absoluta inferioridade de armamento, enfrentou quase duas dezenas de soldados muito bem armados e matou dois. Arrostou com coragem seus captores e preferiu serenamente a morte a conservar a vida delatando seus irmãos de luta. Que o exemplo da Fátima seja seguido por todos os combatentes das FF GG do Araguaia e por todos os jovens revolucionários brasileiros!”¹²¹

Registro que nem o *Dossiê Araguaia*, nem os militares que prestaram narrativas orais a esta pesquisa, confirmam a morte dos dois militares relatada por Velho Mário. Após a morte de Fátima, o comandante dos fuzileiros passou

¹²¹ *Idem, Ibidem*, págs. 146 -147.

um rádio para o Bandeira pedindo permissão para voltar, porque a tropa não estava em condições psicológicas de permanecer no mato. Teria entrado em pânico. Bandeira permitiu que voltassem, mas também deixou que a história se espalhasse entre a soldadesca. Foi o suficiente para que, desmoralizados perante os homens do Exército e a Aeronáutica, os militares da Marinha fossem definitivamente excluídos das futuras missões no Araguaia. Não participariam da missão de inteligência seguinte, a Operação Sucuri, nem da Terceira Campanha, a Operação Marajoara –que de fato decidiu esse episódio.

Entre os guerrilheiros, a morte Fátima – agora tratada por seu verdadeiro nome, Helenira – continuaria ajudando a construir o imaginário sobre o Araguaia. Em um comunicado do Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia, datado de 8 de dezembro de 1972, intitulado “Uma heroína do povo”, Helenira é descrita como heroína, cuja morte deveria servir de exemplo aos jovens:

“A vida de Helenira é exemplo de valentia, desprendimento e dedicação à causa do povo. É motivo de inspiração para toda a juventude, para todos os democratas e patriotas. A história do Brasil assinala poucas atitudes tão heróicas por parte de uma mulher como a desta corajosa guerrilheira. Três gestos marcam sua trajetória de lutadora da liberdade e da emancipação nacional. O primeiro foi sua incorporação voluntária às Forças Guerrilheiras do Araguaia, fato que, por si só, revelou imenso destemor. O segundo consistia na denodada (sic) decisão de enfrentar sozinha uma força numerosa para garantir a segurança de seus irmãos de ideal, liquidando, apesar de enorme inferioridade de armas, dois inimigos. O terceiro se expressou na posição firme e serena de preferir a tortura e a morte a trair seus companheiros”¹²²

Para as Forças Armadas, a Segunda Campanha foi isso: oito dias com medo de entrar na selva, seguido de 12 dias de combates efetivos. A 07 de outubro, exatamente no dia marcado para o término da manobra, as tropas receberam ordens de Brasília para retornar aos quartéis. Bandeira ficou furioso,

pois queria prosseguir com a caçada que começara a apresentar resultados. Falou com o general Viana Moog; apelou para os generais do Estado Maior com quem tinha maior trânsito. Argumentou que, se as tropas permanecessem no Araguaia, conseguiria dismantelar a guerrilha antes do Natal. Entretanto, revela o *Dossiê*, o Estado Maior alegou que os custos operacionais eram altos e que o Exército não poderia suportá-los.¹²³ E um documento do CIE igualmente registra:

*“Lamentavelmente, quando os elementos operacionais estavam psicologicamente preparados para prosseguir em suas atividades, a operação acabou, pois era considerada MANOBRA...”*¹²⁴ (Grifos no documento original)

O general Viana Moog, contudo, decidiu que pequenos efetivos permaneceriam com o objetivo de marcar a presença militar e fazer a segurança da região. A Polícia Militar de Goiás passou a realizar o controle da área de Xambioá e a Polícia Militar do Pará ocupou São Geraldo. Do Exército, segundo o *Dossiê*, permaneceu um pelotão do 36º Batalhão de Infantaria de Uberlândia, subordinado a Bandeira, com a missão de realizar a Operação Presença, de caráter social, em sete localidades¹²⁵. A FAB também foi designada para fazer uma nova operação ACISO, levando médicos e dentistas e distribuindo remédios e material escolar à população da área:

*“Esse trabalho foi altamente positivo, uma vez que angariou a simpatia e a confiança da população. Todavia, não foi conseguido o grau de lealdade desejado, em consequência da visão oportunista daquela gente, pois enquanto estava sendo beneficiada, mostrava-se grata às Forças Armadas. Mas cessado o apoio, bandeava-se para o lado de quem lhe promettesse algo mais”*¹²⁶

¹²² “Uma heroína do povo”, comunicado das Forças Guerrilheiras do Araguaia, em 08 de dezembro de 1972.

¹²³ *Dossiê Araguaia, Op.Cit.*, pág. 165.

¹²⁴ “Guerrilha do Araguaia – Operação Sucuri”, palestra aos oficiais do CIE (1993), pág. 15.

¹²⁵ Sobra de Terra, Axixá, Abóbora, Esperancinha, Peri, Caximbeiro e Caiano.

¹²⁶ *Dossiê Araguaia, Op.Cit.*, pág. 146.

Bandeira ficou encarregado de fazer o relatório oficial da manobra, um livro grosso, com informações detalhadas sobre as operações. Omitiu o constrangedor incidente dos fuzileiros de seu relatório final: “Esse aqui eu não vou colocar na história não, vou deixar na minha gavetinha de rabo-de-gato, porque toda vez que eu quiser é só puxar um rabo assim”, disse ele a um militar, que prestou depoimento a esta pesquisa. Numa conversa com o general Darcy, Bandeira reclamaria, com seu vocabulário informal: “Porra Darcy, a morte do sargento Ibrahim prova que terrorismo não se combate com Aciso. Quantos homens a mais vamos perder?”¹²⁷

Na mesma época, CIE, CISA e CENIMAR começaram a produzir para seus respectivos ministros relatórios sobre a situação que haviam deixado para trás no Araguaia. Um deles alertava que quando o Exército chegou à região, em abril de 1972, as polícias militares de Goiás e do Pará haviam realizado um trabalho “desagregador” junto à população e, caso a postura tivesse a ser repetida, comprometeria a ação social que acabara de ser realizada. Segundo o *Dossiê*, outro relatório alertava:

*“Análise produzida pelos Órgãos de Inteligência a respeito da saída da tropa após o encerramento da manobra, dando à guerrilha a falsa idéia de derrota do Exército, considerou que esse fato poderia influir negativamente com relação à ação psico-social realizada junto à população, que passaria a mostrar-se temerosa com a possibilidade de retaliações por parte de integrantes da guerrilha. Por outro lado, os guerrilheiros convictos da derrota do Exército, sentir-se-iam livres para realizar um ostensivo trabalho de massa buscando aumentar sua rede de apoio, bem como o recrutamento de combatentes para a causa”*¹²⁸

Para Elio Gaspari, a derrota do Exército nessa campanha não teria sido falsa, visto que as “operações de 1972 resultaram num incompreensível desastre militar. Conceitualmente disforme, a ofensiva acumulou quase todos os

¹²⁷ O diálogo foi reproduzido por um oficial que, na época, era da confiança do general Bandeira.

¹²⁸ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 149.

erros que a situação permitia”.¹²⁹ O grande equívoco teria sido o de se comportarem como uma força de ocupação, na qual o tamanho da mobilização e a conduta dos soldados teriam assustado a população¹³⁰. Nessa Segunda Campanha, enfim, os militares não criaram nenhuma nova estratégia de luta. Fizeram uma MANOBRA, como bem escreveu com letras maiúsculas e grifo o oficial de informações que duas décadas depois relataria o episódio aos novos membros do CIE, uma manobra de treinamento ao velho estilo.

Ainda que os militares tivessem fracassado nessa campanha – levando-se em conta os poucos resultados obtidos -, a operação serviu para que os militares conhecessem melhor o inimigo e planejassem a terceira e última ofensiva. Estaria nesse ponto a capacidade criativa do Exército nessa Segunda Campanha: testar as tropas e equipamentos, de fazer um ensaio geral para os combates inovadores que seriam travados adiante, estes sim com novas táticas militares. Mas, em um ponto, o CIE avaliou a situação na direção correta. Com a retirada das tropas pela segunda vez, a guerrilha cantou vitória. A Comissão Militar da guerrilha avaliou que a selva seria inexpugnável. Mais tarde se constatou que estavam errados. Os militares reproduzem no *Dossiê Araguaia* uma anotação de Maurício Grabois em seu *Diário*, que ilustra com precisão o clima na região depois da Segunda Campanha:

“As Forças Armadas da ditadura realizaram duas grandes campanhas contra as FFGG [Forças Guerrilheiras]. Uma em abril e outra em setembro/outubro. Ambas fracassaram, porque seus planos foram elaborados sobre mapas, fora da realidade da selva. Grandes massas de soldados não podem penetrar na selva por inúmeras razões. Elas acabam se concentrando na Transamazônica, nas cidades e vilarejos da periferia. O excesso de homens traz ao inimigo enormes dificuldades, como falta de transportes, precária logística e emprego de tropas sem experiência de luta anti-guerrilha. Além do mais, os guerrilheiros só aparecem quando querem e

¹²⁹Elio Gaspari. A ditadura escancarada...*Op. Cit.*, pág. 425.

¹³⁰*Idem, Ibidem*, pág. 418.

*julgam conveniente. O Exército combate um inimigo invisível*¹³¹

A retirada dos militares da região deu aos guerrilheiros a ilusão da vitória, que, mesmo temporária, despertou-lhes entusiasmos e algo próximo de uma “felicidade do guerrilheiro maoísta”.¹³² Também em alguns discursos de militares, os guerrilheiros teriam alguns elementos concretos que alimentavam a idéia da vitória, como na estimativa de um oficial do Exército, na qual

*“o inimigo tinha o apoio de oito em cada dez habitantes da região e de quase todos os pequenos comerciantes. Noutra cálculo dos militares, os guerrilheiros tiveram a adesão direta ou indireta de até 180 moradores. O amparo derivava tanto da simpatia como do medo”*¹³³

Paradoxalmente, um entusiasmo também observado no Comunicado de número 2, de 20 de outubro de 1972, onde as Forças Guerrilheiras do Araguaia assim profetizaram a volta do Exército à região:

*“As Forças Armadas do governo, em especial o Exército, dedicam-se, agora, à abertura de estradas em toda a região, objetivando sua mais fácil locomoção. Estão preparando nova e mais espetacular campanha contra os guerrilheiros. Estes saberão enfrenta-los de acordo com as circunstâncias para frustrar os infames desígnios dos generais da ditadura”*¹³⁴

Naquele momento, em Brasília, o Exército treinava um seletivo grupo de militares para desencadear a maior operação de inteligência da história do País. Preparava a criação de uma nova estratégia de combate – uma recriação do imaginário militar.

¹³¹ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 151.

¹³² Elio Gaspari, *Op. Cit.*, pág. 430.

¹³³ *Idem, Ibidem.*

¹³⁴ “Comunicado número 2”, Forças Guerrilheiras do Araguaia, de 20 de outubro de 1972.

Capítulo 4

A Guerra “Invisível”

*“Os mais afoitos e desesperados
em vez de regressarem como eu
sobre os covardes passos,
e em vez de abrirem suas tendas para a fome dos
desertos,
seguiram no horizonte uma miragem
e logo da luta
passaram ao luto”
(Affonso Romano de Sant’Anna, *Que país é este?*)*

4.1 – OS ESTABELECIDOS E OS OUTSIDERS

Ao estudar os sistemas de normas de dominação e as relações de poder entre grupos sociais endógenos e exógenos de uma determinada comunidade do interior, Norbert Elias¹ apresentou a idéia de que só se constrói o “nós” quando se tem o “outro” como referência. Para o autor, um grupo precisa ter o outro como contraposição para que seja possível a coesão interna, assim como para a localização cultural e da identidade do sujeito coletivo, aquilo que ele define por “imagens de nós”. Em outras palavras – e transportando o conceito para o objeto desta pesquisa - significa que o imaginário dos militares no Araguaia estava intrinsecamente ligado ao imaginário dos guerrilheiros, como irmãos siameses, como a contra-revolução precisa da revolução para existir.

Elias denomina os endógenos de “estabelecidos” e os exógenos de “outsiders”. Seu trabalho ajuda a analisar como um grupo de guerrilheiros, a maior parte jovens universitários, embevecidos pelas “fantasias coletivas”, ainda segundo os termos de Elias, emprenhados da sagrada chama da convicção de que conseguiriam desencadear uma guerra popular

¹ Norbert Elias e John L. Scotson. *Os Estabelecidos e os Outsiders – Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

revolucionária que mudaria a história do Brasil, chegaram à região do Araguaia e passaram a se relacionar com uma população estabelecida, 20 mil camponeses, posseiros e aventureiros solitários, isolados do establishment pelas privações da selva e pela amnésia do tempo. Foi um choque cultural, econômico e, principalmente, de valores. Portadores de um imaginário de luta contagiante - tão forte que a maior parte deles, mesmo quando ficou patente que a guerra estava perdida, preferiu morrer lutando a se entregar aos inimigos - os guerrilheiros eram chamados pelos estabelecidos de "paulistas", numa referência que indica a condição de outsiders para os moradores da região.

O conceito de Elias ajuda igualmente a compreender como os militares, os contra-revolucionários – e igualmente "outsiders" - conseguiram derrotar os guerrilheiros no campo dos estabelecidos, o coração das selvas amazônicas. Era uma luta, enfim, de outsiders *versus* outsiders – e os estabelecidos, a tudo assistindo, no meio do tiroteio. Naquela guerra, onde a lei do mais forte é a lei da floresta, os dois lados precisavam compreender o imaginário dos estabelecidos para encontrar formas de cooptá-los e, só então, derrotar o inimigo. Ganharia a guerra aquele grupo outsider que tivesse os homens da floresta a seu lado. Ou, pelo menos, o que tivesse as alianças mais sólidas entre os muitos grupos de estabelecidos, eles mesmos, vindos das mais diversas partes do país, portadores de um imaginário plural.

Descoberta a guerrilha no início de 1972, travados os primeiros combates, e depois travada uma grande campanha com as tropas regulares, era patente para os guerrilheiros que um dia o Exército voltaria ao Araguaia. Só não se sabia quando seria o novo ataque. Nem como seriam as táticas de guerra empregadas. Quando o ano de 1973 chegou, os dois lados começaram a travar uma guerra subterrânea, quase invisível, pelo controle do imaginário dos estabelecidos. Cada um com seu próprio método, conforme será narrado nas próximas páginas.

4.2 - No Baú do Bandeira

Ao longo de três anos no Araguaia, as Forças Armadas mobilizaram cerca de 4 mil homens, somados os diferentes soldados que participaram das três campanhas. Mas nenhum deles simboliza com tanta força o imaginário militar da época quanto o general Antônio Bandeira. Ele jamais foi o chefe de direito das ações militares na Guerrilha do Araguaia, o número 1 no comando, mas em minhas pesquisas sobre o episódio - nos depoimentos de militares, nas conversas informais - Bandeira permanece no imaginário deles, especialmente entre os remanescentes da Comunidade de Informações, como o líder de fato das Forças Armadas no combate aos guerrilheiros.

Além de estandarte, ícone do imaginário dos militares, Bandeira representou também a principal ponte de transição entre dois tempos, duas táticas, dois grupos militares – as tropas regulares e a Comunidade de Informações. Transitar pela história de Bandeira no Araguaia ajuda a compreender como e porque as práticas de guerra convencional acabaram sendo recriadas pelos militares até desaguardarem numa forma inédita de combate, a guerra suja – ou guerra não-regular, como eles preferem denominar, a internacionalmente conhecida guerra de *partisans*. Bandeira era esses dois mundos numa só farda.

Era um general-de-brigada, carregava apenas duas estrelas em cada ombro² e comandava uma tropa de homens fardados quando os combates no Araguaia começaram. Ou seja, ele era um homem de tropas regulares. Mas era também um dos próceres da chamada “linha-dura”, que pregava a segurança interna e o combate firme e sistemático aos “subversivos” como prioridade máxima das Forças Armadas e, por consequência, do governo

² General de brigada é o primeiro posto na hierarquia dos oficiais gerais. Tem duas estrelas no ombro. Depois vem general de divisão (três estrelas) e general de exército (quatro estrelas). Bandeira ganhou a terceira estrela de Ernesto Geisel e a quarta de João Figueiredo.

estabelecido. Bandeira, enfim, também fazia parte da Comunidade de Informações.

A historiografia sobre o Araguaia, assim como as reportagens publicadas na imprensa sobre o tema, costuma apresentar o general Antônio Bandeira como principal mentor e comandante maior da reação militar à Guerrilha do Araguaia. Em parte, foi. Mas não em seu todo, nem por todo o tempo. Sua participação foi essencial no início, visto que por conta de sua persistência que se descobriu a existência das bases guerrilheiras. No meio, ele se tornou o comandante das operações, só que depois se afastou da área. No fim, quando os militares venceram de fato a guerrilha, Bandeira já não estava mais lá. Mas ficava sabendo dos acontecimentos através de relatos de antigos comandados que lhe deviam lealdade pessoal, não funcional.

Na Primeira Campanha, entre abril e maio de 1972, o chefe geral foi o general Darcy Jardim de Matos, comandante da 8ª Região Militar, em Belém. Darcy nomeou para comandar as operações o chefe de seu Estado Maior, o coronel Pitta. Participaram da operação, em paralelo, agentes do CIE e do CISA, mas estavam subordinados ao general Milton Tavares de Souza, chefe do CIE, e ao brigadeiro Newton Vassallo, chefe do CISA. Na ocasião, Bandeira era o comandante da 3ª Brigada de Infantaria, com sede em Brasília e com batalhões espalhados por Goiás e pelo Triângulo Mineiro. Bandeira enviou alguns de seus homens para integrar a equipe do CIE. Naquele momento, contudo, as informações estavam de tal forma nas mãos de Bandeira, que se pode dizer que foi o general Milton que enviou alguns de seus oficiais para ajudar a equipe de Bandeira – e não o contrário. Em paralelo, Bandeira também enviou quatro pelotões de tropas regulares³ para integrar as tropas que estavam sob o comando do general Darcy.

³ “Pelotar” eram tropas especiais, especializadas em informações mas que também entravam em operações de ação armada. Cada “pelotar” tinha entre 50 e 60 homens. Bandeira enviou exatamente 256 homens, dos pelotares de Brasília, Goiânia, Araguari e Uberlândia. Eles se revezavam nas operações, um “pelotar” a cada 15 dias na mata, em média.

Após o fracasso da Primeira Campanha, Bandeira foi aos poucos assumindo o Araguaia. Comandou a fase intermediária, chamada Operação Presença, uma Ação Cívico-Social (ACISO) desencadeada entre junho e agosto de 1972 para tentar conquistar os corações e as mentes dos moradores da região. Nesse período, o controle militar sobre as imediações da Transamazônia, perto de Marabá e Bacaba, ficou com as tropas regulares do general Darcy. Ali, os soldados continuaram todos fardados, muito mais na retranca, dando segurança, do que no ataque – e a Comunidade de Informações mal era recebida pelos oficiais na área. Mais ao sul, a região de Xambioá ficou sob o controle militar de Bandeira. Para lá ele enviaria dois pelotares – cerca de 120 homens, entre 50 e 60 a cada mês - para caçar guerrilheiros. Estavam no ataque, em trajes civis, não regulares.

Em paralelo, o general começaria a dar voz ativa em seu feudo aos membros da Comunidade de Informações. Em julho de 1992, por exemplo, mandou instalar no acampamento militar de Xambioá uma barraca para as equipes de inteligência – preparando o terreno para a hegemonia da Comunidade de Informações. A barraca ficava exatamente no centro do acampamento, em posição de destaque. Todos os dias, homens do Bandeira e do Miltilho se reuniam dentro da barraca para avaliar a situação. Essa barraca recebeu da tropa o apelido de KGB.

Na Segunda Campanha, entre setembro e outubro de 1972, por decisão do Alto Comando do Exército, a direção geral da manobra ficou com o general Viana Moog, comandante Militar do Planalto. Coube a Bandeira uma posição oficial estratégica, o de comandante das Operações. Bandeira instalou-se de corpo e alma no teatro de operações, montou seu acampamento ao lado da mata, do lado esquerdo do Araguaia, perto de Xambioá, mas fora da cidade. Viana Moog permaneceu em Brasília. Ao final dessa fase, Bandeira perderia o duelo com o Alto Comando – como já dito, ele queria prosseguir com os combates, mas os superiores ordenaram o retorno na data prevista para o término da operação.

Depois disso, no período de trégua de quase um ano que se seguiu, entre novembro de 1972 e outubro de 1973, o general Milton Tavares, na condição de chefe do CIE, passou a ser o principal comandante militar das ações de contra-guerrilha. Nesse período, as Tropas Regulares – inclusive os pelotares de Bandeira - foram afastadas da região para que se tivesse início a chamada Operação Sucuri. O coordenador da Sucuri era um tenente-coronel, Dr. Hoffmann⁴, homem da máxima confiança de Bandeira, e um dos militares que mais auxiliaram nesta pesquisa com depoimentos orais e documentos. Em Brasília, Bandeira continuaria a receber oficiais do Exército e da Aeronáutica para ter acesso às informações e prestar conselhos. Mas o comandante de tudo, ressalte-se mais uma vez, era o general Milton, o Miltinho, como era tratado pelos seus pares, um dos homens mais duros da linha-dura militar. Miltinho e Bandeira, diga-se, mantinham excelentes laços pessoais, grandes afinidades ideológicas e estreitas relações no trabalho.

Em outubro de 1973, quando as Forças Armadas deram início à Terceira Campanha, que exterminou definitivamente a guerrilha, o general Milton ainda comandava o CIE. Foi ele quem preparou tudo. Mas logo depois entregaria o bastão para o general Confúcio de Paula Torres Avelino, um profissional sem o mesmo carisma do antecessor, mas que levou até o fim a caçada aos guerrilheiros. Bandeira estava na Polícia Federal. Mas tinha um homem de sua confiança que fazia a ligação entre as tropas de combate e os serviços de informações. Um major – mais tarde promovido a general – que o mantinha informado dos mínimos detalhes, inclusive dos atos de exceção. Sobre Bandeira, há no *Dossiê Araguaia* um longo perfil com rasgados elogios:

“Era um nordestino leal, vibrante, simples e de sangue quente. Gostava de fazer amigos, porém para ser considerado um amigo a condição básica era ser merecedor de sua confiança. Embora ríspido em certos momentos, possuía um grande coração. Esses traços de sua personalidade fizeram com que fosse não apenas um

⁴ Narrativa oral de Dr. Hoffmann (codinome), em 30 mai. 2001.

chefe ou comandante, mas um líder natural. Aqueles que tiveram o privilégio de conviver com ele não relutaram em alinhar-se a seu lado, ou sob seu comando, em quaisquer situações”⁵

Em carta escrita que me foi enviada pelo Dr. George, coordenador das pesquisas que resultaram no *Dossiê*, há o seguinte esclarecimento sobre Bandeira, que ele pede com insistência que seja inserido neste trabalho – aliás, foi um dos poucos pedidos que me fez, o que só reforça a relevância que a memória de Bandeira tem para os militares que participaram do Araguaia:

“O general Bandeira sempre foi um homem altamente disciplinado e nunca tentou ultrapassar qualquer comando. Acontece que, como um homem simples e honesto, ele angariava para si a simpatia da maioria dos oficiais e graduados que militaram no combate à subversão. Eu fui seu amigo e na sua simplicidade ele me ouvia muito. Mas é essencial esclarecer que era a Comunidade de Informações que se encostava nele, e não ele na Comunidade. Essa liderança fez com que alguns generais que eram do tapetão começassem a criticá-lo. Nós costumávamos dizer que, se houvesse um conflito maior no País, não teríamos dúvida que estaríamos do lado do Bandeira. Mas no Araguaia, ele nunca ultrapassou os limites da sua autoridade. É importante que se saiba o que representava um general naquela época. Eles estavam sempre num pedestal, onde o Bandeira nunca esteve. Por isso era tão relevante para um oficial, ou mesmo um sargento, gozar da amizade do Bandeira. Daí vinha sua liderança”⁶

Uma liderança que, de acordo com os depoimentos citados, baseava-se na confiança e simpatia que outros oficiais nutriam por ele, no princípio da “autoridade”, como reflete Hannah Arendt, o qual:

“pode ser aplicado em pessoas ou pode ser aplicado a cargos, como no senado romano ou nos cargos hierárquicos da igreja. Sua garantia é o reconhecimento incondicional daqueles que devem obedecer, não é necessário nem coação nem persuasão. Conservar a

⁵ Dossiê Araguaia, *Op. Cit.*, pág. 153.

⁶ Narrativa escrita do Dr. George (codinome), a 15 dez. 2004.

autoridade requer respeito para com a pessoa ou o cargo”⁷

Durante a Guerrilha do Araguaia, Bandeira e sua Brigada oficialmente não pertenciam aos efetivos da Comunidade de Informações, mas sim às tropas regulares. Ele só passaria a integrar oficialmente a Comunidade quando deixou o Araguaia para dirigir a Polícia Federal. Durante o Araguaia, quem fazia parte da Comunidade era a 2ª Sessão do Comando Militar do Planalto. Bandeira tinha apenas o Pelotão de Investigações Criminais, o PIC, de Brasília, que nem se subordinava diretamente a ele, mas estava instalado bem próximo ao comando da 3ª Brigada e à sua influência pessoal. Bandeira vivia dentro do PIC, se informando com os membros da Comunidade sobre o que ocorria. Foi para o PIC, por exemplo, que mandou instalar, por decisão pessoal, o guerrilheiro Pedro Albuquerque, quando o transferiu, também por sua própria conta a risco, da prisão da Polícia Federal em Fortaleza.

Bandeira deu muita atenção às ações de guerrilha armada que, a partir de 1967, começaram a ocorrer nas cidades. Ele costumava emprestar seus agentes para ajudar os órgãos de inteligência que atuavam na área - CIE, CISA e CENIMAR - no levantamento das organizações de esquerda que cresceram no Centro-Oeste, em especial a ALN⁸ e da VAR-Palmares⁹. Mas, curiosamente, sua grande preocupação era com a guerrilha rural. Seus antigos subordinados lembram que, pernambucano, tinha horror das Ligas Camponesas que surgiram antes de 1964 no interior do seu Estado.

Depois da eclosão da guerrilha urbana, ele dizia aos colegas e aos subordinados que a verdadeira guerra revolucionária ainda estava por vir e que, quando viesse, seria travada no campo. Bandeira também vivia alertando

⁷ Hannah Arendt. *Da Violência. Op. Cit.*, págs. 123-124.

⁸ Aliança Libertadora Nacional, fundada por Carlos Marighella.

⁹ Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, resultado da fusão de dois grupos, o Comando de Libertação Nacional (Colina) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Vale registrar que a VAR-Palmares foi responsável pelo assalto mais lucrativo da guerrilha, o cofre do ex-governador paulista

seus superiores e, informalmente, alguns membros do Alto Comando, sobre possíveis "atividades subversivas" na região do Bico do Papagaio. Mas não chegava a falar sobre a existência de guerrilha, mesmo porque ainda nada sabia sobre isso. Muitos generais costumavam ironizá-lo, tratá-lo por "paranóico". Mesmo depois de comprovada a Guerrilha do PC do B, a maior parte do Alto Comando só se referia aos conflitos de forma pejorativa, como "A Guerrilha do Bandeira":

*"A maioria dos generais não levava a sério o trabalho da repressão. Tinham até restrições ao pessoal de informações e não estavam nem aí para o que ocorria com a subversão armada"*¹⁰

Ressalto que essa observação, expressa com todas as letras pelos militares dentro do *Dossiê Araguaia*, confirma a idéia anteriormente expressa de que o imaginário dos militares não era monolítico nos tempos da guerrilha – ao contrário, era um imaginário plural. Era igualmente plural antes da guerrilha – e decerto continuou sendo depois dela. E Bandeira soube como poucos generais de seu tempo explorar essa pluralidade, alardeando o fantasma do comunismo, assustando a tropa com um imaginário de terror, cooptando um número expressivo de oficiais das tropas regulares para a Comunidade de informações. Em 1970, no comando da 3ª Brigada de Infantaria em Brasília - apenas mais uma dentre as inúmeras tropas da Capital -, Bandeira começaria a treinar suas tropas regulares em operações de combate à futura guerrilha rural. Em 1971, ainda no comando da 3ª Brigada, decidiu por conta própria intensificar o treinamento de tropas de operações especiais de contra-guerrilha, os já citados pelotares.

Primeiro organizou a Operação Mesopotâmia, que durou todo o ano, na qual Bandeira mandou rastrear as atividades da VAR-Palmares em Imperatriz,

Adhemar de Barros, contendo 2,5 milhões de dólares. In: Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. *Dos Filhos Deste Solo... Op. Cit.*, pág. 428.

¹⁰ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 63.

Maranhão, região do Bico do Papagaio¹¹. Vestiu, ele próprio, roupas civis - algo incomum entre os generais da época -, disfarçou-se de topógrafo e percorreu de jipe os sítios da região, chegando a prender, pessoalmente, um grupo da VAR-Palmares que encontrou escondido em uma chácara¹².

Em abril daquele ano, Bandeira também promoveu uma manobra rural com suas tropas em Uberlândia, limite sul da sua área de influência. Em setembro, promoveria outra manobra similar na Chapada dos Veadeiros, a 250 quilômetros de Brasília. Criava um pelotar anti-guerrilha em cada batalhão - Araguari, Ipameri -, enfim, em cada quartel sob seu comando, e não parava de treinar seus homens para a iminência de um dia entrarem em combate armado contra os “subversivos”. No início de 1972, Bandeira estava realizando sua terceira manobra de contra-guerrilha, dessa vez em Cachoeira Alta, quando foi informado que eram verdadeiras as notícias sobre a presença do PC do B no Araguaia.

Naquela ocasião, era para Bandeira e para seus homens de confiança que começariam a chegar – fora da cadeia hierárquica - boa parte das informações mais relevantes sobre as “atividades subversivas” em todo o País. Foi para ele, e a pedido dele, que a Polícia Federal no Ceará enviou em primeira mão uma cópia do depoimento de Pedro Albuquerque revelando a organização de um movimento guerrilheiro no Araguaia. Foi Bandeira quem mandou buscar Pedro em Fortaleza a fim de mantê-lo preso em um de seus quartéis, quando o natural seria que permanecesse na Polícia Federal de Fortaleza, ou pelo menos na de Brasília¹³. Ele gostava de interrogar pessoalmente os “subversivos”, fardado com placa de identificação no peito,

¹¹ Essa é uma das operações de informações mais bem documentadas do regime militar, mais citadas em reportagens na imprensa. Por conta dela, muitos dirigentes do PC do B avaliam que os militares já sabiam da Guerrilha do Araguaia quando prenderam Pedro Albuquerque, eximindo-o, portanto, de qualquer responsabilidade pela descoberta.

¹² Esse episódio guarda um pequeno detalhe que ilustra a personalidade impetuosa – ou inconseqüente – do general. Para prender os “terroristas”, como Bandeira se referia aos militantes da VAR-Palmares, Bandeira entrou nessa chácara com um teodolito de topógrafo em frente ao rosto, isolado de sua equipe, e com a arma escondida junto ao corpo. In: Dr. Hoffmann (codinome), em 12 fev. 2005.

ainda que não fizesse questão de se identificar. Foi assim que procedeu com Pedro Albuquerque quando o interrogou pessoalmente. O *Dossiê* assim explica o interesse de Bandeira:

“Tinha o hábito de manter-se informado, não através da leitura de interrogatórios formais, mas de conversas informais com os presos, em sua sala de comando. O interessante dessa prática, por várias vezes observadas por seus subordinados, é que quase sempre se afeiçoava a essas pessoas presas e passava a protegê-las dentro do possível”¹⁴

De temperamento impulsivo – no *Dossiê*, os militares preferem usar adjetivos como “voluntarioso” e “sanguíneo” – Bandeira gostava de tratar bem os prisioneiros que colaboravam com informações. O general tratou com tanta deferência o guerrilheiro Dower Moraes Cavalcante, o Domingos¹⁵, quando ele foi levado de volta ao Araguaia¹⁶, que o guerrilheiro José Genoíno, também levado de volta ao Araguaia, acusou o companheiro de delator, perante os militares - e ainda se recusou a dividir com ele a mesma barraca. Mas Bandeira ficava extremamente irritado quando o prisioneiro resistia a colaborar nos interrogatórios. Chegava a ser violento. Certa vez teria quebrado um bastão de madeira na cabeça do guerrilheiro Eduardo Monteiro Teixeira¹⁷.

¹³ Naquela época, dentro da Diretriz de Segurança Interna, era possível transferir um preso para ser ouvido em outro local.

¹⁴ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 136.

¹⁵ A jornalista e pesquisadora Myrian Luiz Alves, editora do site “Guerrilha do Araguaia”, assim descreve Domingos: “Conhecido por seu jeito sério, mas carismático, era muito querido pelos populares. Depois de preso foi barbaramente torturado e condenado à revelia permaneceu na prisão até 1979. Dentro do cárcere passou para o vestibular de medicina e formou-se após ser libertado. Morreu (...) nos anos 90”. Disponível em: <<http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br/quer64.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2005.

¹⁶ Em setembro de 1972. In: Narrativa oral de Dr. Hoffmann (codinome), em 12 fev. 2005.

¹⁷ Teixeira foi preso no Araguaia logo nos primeiros dias, a 14 de abril de 1972, e levado para o PIC, em Brasília. O guerrilheiro conta que o general quebrou uma bengala em sua cabeça. In: SILVA, Eumano. “Revelações sob tortura”. *Jornal Correio Braziliense*, Brasília, 12 de agosto de 2003, pág. 02. Descobri nas pesquisas que Bandeira só andava com um bastão de madeira para se apoiar. Enfim, uma bengala improvisada. Um militar narra que certa vez assistiu Bandeira bater com a bengala num grileiro, chamando de “safado”, “mentiroso” e “vagabundo”. Teria conseguido, desta forma, que o grileiro devolvesse a terra a uma camponesa. Narrativa oral de Dr. Hoffmann (codinome), em 03 mar. 2005.

Em outra feita, em setembro de 1972, mandou fazer um “arrastão”¹⁸ entre fazendeiros e jagunços do Araguaia quando descobriu a existência de trabalho escravo na região. Uma dezena de fazendeiros foi presa. Bandeira coordenou pessoalmente a operação¹⁹. Entre os presos na área de Marabá, estava o fazendeiro Evandro Mutran, o maior produtor de castanha-do-pará do País²⁰. Na área de Xambioá, Bandeira enviou bilhetinhos a dois grandes fazendeiros, conhecidos por Noletto²¹ e Antonino da Marcenaria²². Os bilhetes pediam que fossem ao acampamento militar para orientar o general com informações sobre os subversivos. Os dois chegaram juntos à barraca de Bandeira. Ao avistá-los, o general gritou: “Seus canalhas”. E virando-se para agentes da Polícia Federal, ordenou, ainda aos gritos, que prendessem ambos. Por ordem do general, os dois fazendeiros foram levados para a delegacia de Xambioá – de onde seriam mais tarde levados para uma prisão em Goiânia. Mas Bandeira proibiu que entrassem no camburão da polícia. Mandou que fizessem o trajeto até a delegacia à pé, algemados, com as mãos nas costas, soldados com metralhadora atrás, para que toda a população local testemunhasse que foram presos. “Desfila com eles pela rua principal”, teria ordenado Bandeira²³. À noite, segundo os militares, teria havido uma queima de fogos de artifício para comemorar as prisões²⁴.

¹⁸ No jargão militar, significa prender um grupo grande de pessoas.

¹⁹ Narrativa oral do Dr. Hoffmann (codinome), a 22 fev. 2005.

²⁰ Mutran seria preso novamente no início da Terceira Campanha, também pela prática de trabalho escravo. Da segunda vez, chegou a ser torturado num pau-de-arara (Ver Capítulo IV, item Dia D). Trinta anos depois, a 30 de julho de 2004, ele seria condenado pelo juiz da 2ª Vara do Trabalho de Marabá, a pagar R\$ 1.350.440,00 por dano moral coletivo pela prática de trabalho escravo na Fazenda Cabaceiras, no sul do Pará, região onde se deu a Guerrilha do Araguaia. In: Agência Estado. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/agestado/noticias.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

²¹ Segundo os militares, era um grande fazendeiro, tinha até avião. Todavia, não consegui descobrir seu primeiro nome. Há referências sobre um grande fazendeiro de nome *Noletto* tanto no site oficial do PC do B (www.vermelho.org.br) quanto no site www.desaparecidospoliticos.org.br.

²² Também não descobri seu nome completo. Porém, segundo militares, ele era o dono de uma marcenaria à beira do Araguaia. In: Narrativa oral do Dr. José Luís (codinome), em 17 out. 2004.

²³ *Idem, ibidem*.

²⁴ O PC do B, por sua vez, tem uma versão bem distinta sobre a prisão de *Noletto*. Transcrevo o trecho do site oficial do partido: “Outro fazendeiro, conhecido como Noletto, acusado de auxiliar os guerrilheiros e de emprestar sua aeronave a Dina e Osvaldão, não sobreviveu para reclamar: mantido durante vários dias com a metade do corpo mergulhado na água dentro de um fosso coberto por arames farpados, morreu pouco tempo depois em consequência das torturas”. In: Site oficial do Partido Comunista do Brasil. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/araguaia>>. Acesso em: 23 fev. 2005.

Os militares relatam ainda que Bandeira tinha uma grande intuição com seus prisioneiros. O interrogatório da guerrilheira Rioco Kaiano é ilustrativo. Ela resistia a revelar o que sabia. Os militares tentaram humilhá-la. Em determinado momento, lhe colocaram um capuz e lhe tiraram a roupa. Foi deixada só de roupas íntimas, algo que na avaliação dos três militares presentes seria suficiente para quebrar a resistência de uma nissei. O general Bandeira foi informado que Rioco estava muito resistente, que não falaria só com pressões psicológicas, que talvez precisasse de pressões físicas. “Ela só pode estar querendo proteger algum macho”, intuiu o general. Dias antes, os militares haviam levado para Brasília o guerrilheiro José Genoíno, o Geraldo. Àquela altura, já haviam extraído dele muitas informações. Rioco e Genoíno foram então colocados na mesma sala, ambos de capuz, sem que um soubesse da presença do outro. Um militar começou a recapitular o depoimento de Genoíno. Quando ele abriu a boca, Rioco iniciou um choro convulsivo. O general Bandeira estava certo. Era por Genoíno que ela resistia às humilhações. Os dois estão casados até a presente data.

O general Bandeira levou para casa muitos documentos dos trabalhos que realizou, inclusive sobre a Guerrilha do Araguaia. Era seu arquivo particular. Guardou-o num baú velho, que ficou conhecido como o “Baú do Bandeira”. Em 1997, com o velho general já sofrendo de adiantado estado de esclerose, e já sem condições de tomar decisões, sua filha Márcia acabou entregando o conteúdo aos jornalistas, numa atitude muito elogiada pela imprensa e criticada pelos militares. Bandeira morreu em 1998.

No Araguaia, o general Antônio Bandeira foi o principal elo entre as tropas regulares e a Comunidade de Informações. Com a sua ida para a Polícia Federal, a “Guerrilha do Bandeira” foi entregue à hegemonia das tropas não-regulares para o início da guerra suja. Para a historiografia, por sua vez, as revelações do “Baú do Bandeira” representaram o início de uma nova fase, na qual documentos sobre o Araguaia começaram a deixar subterrâneos ocultos e

tomaram a direção da luz. Depois do “Baú”, outros documentos também apareceram, divulgados em reportagens na imprensa. Mas ainda é longo o caminho para um reencontro do Araguaia com a História.

4.3 - OPERAÇÃO SUCURI

Em seu relatório, o comandante Ângelo Arroyo batizou de “Período de Trégua” os 12 meses em que os militares silenciaram no Araguaia, entre 08 de outubro de 1972 - quando as tropas fardadas que participaram da Segunda Campanha deixaram a região -, e o dia 03 de outubro de 1973, quando tropas especiais desceram na selva para dar início à Terceira Campanha. O que se sabe hoje, tanto por reportagens publicadas em revistas e jornais, quanto por referências em pesquisas publicadas em livros²⁵, é que nesse período os militares não deram trégua aos guerrilheiros. Ao contrário, desencadearam uma guerra invisível contra os guerrilheiros, uma das maiores operações de espionagem e inteligência da história do País, batizada de Operação Sucuri, que mapeou o terreno para o combate seguinte. Contudo, jamais foram revelados os detalhes dessa operação ultra-secreta, a afinal, como bem lembrou Baczko,

“o jogo entre o visível e o invisível, entre aquilo que é dito em espetáculo e aquilo que é escondido, constitui uma peça essencial da estratégia de poder”²⁶

O *Dossiê Araguaia* tenta preencher essa lacuna, tanto com base em documentos secretos remanescentes desse período, quanto por depoimentos complementares de militares que participaram do episódio. Descobri, pelo *Dossiê*, que em fins de 1973, quando a tropa desceu na selva para a derradeira caçada aos inimigos, os militares já sabiam o nome e o endereço de cada

²⁵ Chamo a atenção para os livros do coronel Aluisio Madruga. *Guerrilha do Araguaia: Revanchismo*, *Op. Cit.*, págs. 141-160 e do jornalista Élio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, *Op. Cit.*, pág 438. Ambos relatam parcialmente a Operação Sucuri.

²⁶ Bronislaw Baczko. *Imaginação Social... Op.Cit.*, pág. 311.

guerrilheiro, suas redes de apoio, os caminhos que cada um deles costumava traçar na mata, assim como o nome e endereço de cada morador da região – os estabelecidos, utilizando a terminologia de Elias - que já simpatizava com os guerrilheiros ou que poderia apoiar os militares. Enfim, descobri, em análise ao *Dossiê*, que a Terceira Campanha não teria sido uma mera fase de combates na selva, mas uma operação cirúrgica precisa e planejada com antecedência, que resultou na extirpação dos guerrilheiros. Registra o *Dossiê*:

“Enquanto o comandante da guerrilha e a Comissão Militar analisavam erroneamente que a área fora deixada em completo abandono pelo contra-rebelde, o Centro de Inteligência do Exército, CIE, planejava e colocava em execução uma operação de inteligência que serviu de base a todo o trabalho realizado na terceira fase de combate à guerrilha”²⁷

De acordo com o *Dossiê*, o Exército (a Marinha e a Aeronáutica ficaram de fora) infiltrou exatamente 35 agentes da repressão no cotidiano dos guerrilheiros. Eram em sua maioria cabos e sargentos de pele escura, mulatos, caboclos e mamelucos, enfim, gente egressa das camadas sociais populares, com hábitos e linguajar simples, que pudesse ser confundida com mais facilidade com moradores da região²⁸. Segundo o *Dossiê*, havia três grandes objetivos estratégicos na operação. O primeiro era a “ambientação com os diferentes itinerários que conduziam à área em que viviam e se deslocavam os guerrilheiros”. Isso revela que os militares iam refazendo suas ações à medida que avaliavam suas práticas. O *Dossiê* revela que os militares esperavam que, ao final da operação Sucuri, os guias das futuras tropas seriam justamente os integrantes dessa operação – e de fato foram, como veremos adiante. O segundo objetivo era “identificar a rede de apoio da guerrilha entre os moradores locais, quer de informações, quer de logística”, relata ainda o *Dossiê*²⁹. Ou seja, identificar os estabelecidos que haviam aderido à guerrilha

²⁷ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.,* pág. 83-84.

²⁸ Também havia militares de pele clara entre os infiltrados, como o Dr. Luchini, o capitão Sebastião de Moura (Curió), que tem cabelos louros e foi um dos coordenadores da operação, e o agente Ivan, o sargento Joaquim Arthur, que era um dos subcoordenadores.

²⁹ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.,* pág. 84.

ou que, de alguma forma, ajudasse ou fosse simpatizante dos guerrilheiros. O terceiro objetivo seria identificar os camponeses que pudessem ser cooptados pelo governo, “a maioria neutra”, definem os militares, ou mesmo aquela “minoria que apoiava francamente as ações da Forças Armadas”, explica o *Dossiê*³⁰. Quando os militares entraram com ações extensivas – e algumas vezes com violência explícita, conforme o relatado no capítulo anterior - não conseguiram o apoio da população e capturaram (ou abateram) poucos guerrilheiros. Mudaram de estratégia para chegar ao fim planejado. Mudança de meios justificando fins. Eram estratégias mais refinadas: soldados sem uniformes, com linguagem simples, tipo físico similar ao dos estabelecidos, sem aparato extensivo.

Um outro documento do Exército detalha ainda mais a Sucuri³¹. O documento relata, por exemplo, como teria sido a gênese da Operação Sucuri:

“E o tempo passava, e o problema subversivo prosseguia no SE do Pará. Após a manobra, na área ficara apenas a PM/GO, acantonada na cidade de Xambioá, para manutenção da autoridade e para dar relativa proteção aos mateiros que serviram de guias às tropas empregadas. Rompe o ano de 73 e a situação prosseguia a mesma, isto é, os subversivos donos da área. No início de 73, comparecemos à inauguração de um trecho ferroviário construído pelo 2º Btl Fv³², de Araguari. Na viagem inaugural, casualmente sentou-se ao nosso lado o chefe da Seção de Operações do CIE, cel Torres. Em conversa, procurou saber o que pensávamos do problema de Xambioá, como E2/E3 da Bda Inf e com vivência na área. Era o que há muito esperávamos que ocorresse”

“Fizemos um relato crítico do que acontecera até o presente momento e apresentamos, como solução, a montagem de uma operação de informação, porém prolongada, com a infiltração, na área, de elementos bem treinados e qualificados, que fariam um levantamento

³⁰ in *Dossiê Araguaia, Op. cit.*, pág. 84.

³¹ Trata-se de uma palestra sobre a operação, ministrada em 1993 aos oficiais que serviam no CIE, cujo autor é justamente o oficial que foi coordenador-geral da Sucuri, codinome Dr. Hoffmann. “Guerrilha do Araguaia - Operação Sucuri”, *Op.Cit.*

³² 2º Batalhão Ferroviário, com sede em Araguari, que pertencia à 3ª Brigada de Infantaria, em Brasília.

judicioso dos locais onde os subversivos se baseavam, bem como de sua redes de apoio, que atuavam como os olhos e os ouvidos dos terroristas. Ressaltamos que os elementos infiltrados teriam que residir na região com alguma ocupação. Alguns dias se passaram e fomos informados por nosso comandante, gen. Bandeira, que o chefe do CIE havia gostado das idéias que havíamos exposto ao cel Torres e as apresentara ao Sr. Ministro que as aprovara. Em conseqüência, deveríamos imediatamente começar a montar a Operação, que chamar-se-ia Sucuri. Teríamos liberdade para agir – pessoal, material, dinheiro-- , enfim, tudo que necessitássemos estaria à nossa disposição. Ainda não refeitos da surpresa, perguntamos quantos elementos poderíamos empregar? Que numerário teríamos à disposição? A resposta foi lacônica: “o que você necessitar para levar a bom termo a operação, e caso necessitar de apoio de qualquer Órgão Governamental, indique qual ou quais deverão dar apoio”³³

Essa frase – “o que você precisar” - revela que mesmo o poder econômico estando com os militares, o poder extensivo e ostensivo, com helicópteros, aviões e um número de soldados no front 50 vezes maior³⁴, o poder político se encontrava nas mãos dos guerrilheiros. Numericamente, havia um número ínfimo de guerrilheiros. Mas depois de sete anos na região – eles começaram a chegar ao Araguaia em 1966 – os guerrilheiros, inicialmente chamados de “paulistas” e tratados como outsiders, já estavam sendo chamados de “povo da mata”, como eles gostavam, e muitos deles já eram considerados estabelecidos. Enfim, eles já detinham o conhecimento da região. Ademais, eram movidos por um forte imaginário de mudança, de criar um país justo e igualitário, a partir de um partido político forte e de uma sociedade socialista. Movidos por estes sonhos, eles se embrenhavam nas matas e passavam por fortes privações.

A Operação Sucuri, da maneira que foi organizada, demonstra que os militares há haviam se conscientizado que para derrotar os guerrilheiros precisariam de muito mais do que “conscritos bisonhos” – segundo a expressão

³³“Guerrilha do Araguaia: Operação Sucuri”...*Op. Cit.*, pág. 07 e 08.

de Gorender –, ou mesmo de disciplinados pára-quedistas armados. Seria preciso recriar antigas estratégias, tanto de inteligência militar quanto de combate. A Operação Sucuri significou exatamente isso – a busca pela reinvenção das táticas militares. Reinventaram, inclusive, novas táticas de inteligência, utilizando na região agentes com linguagem simples e sem qualquer aparato ostensivo.

A operação foi iniciada em fevereiro de 1973, em Brasília. “Para o seu êxito foi fundamental e absolutamente necessário que a tropa fardada tivesse sido inteiramente afastada da área”, registra o *Dossiê Araguaia*³⁵. Com um pequeno núcleo de agentes descaracterizados, tentando criar uma identidade cultural com os estabelecidos, facilitaria a penetração do poder. O mais difícil foi o recrutamento de agentes com as mesmas características culturais dos moradores da região:

“Uma das primeiras providências adotadas pela coordenação foi verificar quais os pelotões que se haviam destacado nas operações até então realizadas, em abril e setembro de 1972. Uma vez isso verificado, foi solicitado que os comandantes desses pelotões indicassem aqueles julgados melhores nas atividades de contra-guerrilha realizadas, com a condição básica de que fossem voluntários e, além disso, preenchessem os seguintes requisitos: elevado grau de discipulação; acentuado bom senso, coragem comprovada; espírito de iniciativa; tipo físico característico da região; disciplina consciente; e linguajar semelhante ao utilizado pelos moradores da região”

“Os possíveis candidatos a essa missão deveriam ser abordados individualmente por seus chefes. O princípio da compartimentação deveria ser respeitado e aqueles que não manifestassem interesse em participar deveriam ser descartados sem delongas. Sempre, todavia, mantendo o máximo grau de sigilo. Uma vez concluída seleção inicial, pequenos grupos de candidatos à missão foram reunidos em Brasília e submetidos a uma nova

³⁴ Estou considerando que na Segunda Campanha os militares levaram cerca de 3.200 homens para combater meia centena de guerrilheiros, como já narrado no capítulo anterior.

³⁵ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 85.

*triagem. Ao final de tudo, 35 voluntários foram definitivamente selecionados*³⁶

A esses 35 agentes, foram acrescentados quatro oficiais coordenadores. O plano era que trabalhassem em duplas. “É muito grande o risco da utilização isolada de apenas um agente”, explicam os autores do *Dossiê*. “Isso não significa que não fossem utilizados, também, agentes isolados, para tarefas pré-determinadas que não justificassem a utilização de duplas, como a de bodegueiros e compradores de cereais”³⁷.

Confinados no CIE, em Brasília, todos os agentes começaram o treinamento passando longas horas em aulas teóricas sobre a geografia da região, passaram pelos moradores locais, com aulas sobre o cotidiano dos camponeses mais conhecidos, até chegar aos guerrilheiros – quem eram, como viviam, como atuavam, de que precisavam e quem fornecia o quê. Foram apresentados álbuns com fotografias de militantes do PC do B e dos cerca de 2 mil estudantes presos em Ibiúna, em 1968, quando tentavam realizar um Congresso da UNE. Os agentes foram obrigados a memorizar as fotografias, nomes, codinomes, apelidos e características pessoais daqueles que, acreditavam os militares, possivelmente se encontravam no Araguaia.

Nesse treinamento, o referido *Dossiê* comenta que chegaram a discutir detalhes, como o fato de que os guerrilheiros – diferente dos moradores da região – tendiam a ter uma pele esmaecida por causa do longo tempo que estavam sendo obrigados a passar na floresta fechada, longe dos raios solares³⁸. Também tendiam a apresentar um timbre de voz baixo, quase imperceptível.

Na etapa seguinte, os agentes foram divididos em dois grupos. Cada um atuaria numa determinada área da região, sob o comando de um coordenador. Então todo o treinamento recomeçou, dessa vez para que os agentes

³⁶ *Idem, Ibidem*, pág. 85-86.

³⁷ *Idem, Ibidem*, pág. 86.

memorizassem os detalhes geográficos, dos moradores e dos guerrilheiros de sua respectiva área. Foram então formadas duplas de agentes. Os oficiais os estimularam a escolher, eles próprios, seus respectivos parceiros, com base no critério de absoluta confiança mútua, construída em situações anteriores de perigo em outras operações. Por fim, construíram histórias de cobertura para cada um e para cada dupla. O *Dossiê* relata:

“As histórias de cobertura, como é natural, foram montadas individualmente. Cada integrante da operação imaginou sua própria história fictícia, que obrigatoriamente incluía a origem, ou seja, o local de onde vinha, nomes dos pais, irmãos, avós, profissão, local onde passou a infância, locais de trabalho anteriores, etc...”

“Os trabalhos e profissões escolhidas por cada um deveriam ser compatíveis com as atividades comuns às desenvolvidas na região. Assim, a maioria era de posseiros; alguns como bodegueiros de corrutelas; e outros como compradores de cereais, pois era comum na região, compradores, em lombos de burros, percorrerem a região, adquirindo arroz, feijão, etc, dos posseiros”

“Chegou-se, então, à necessidade de treinar os agentes em suas profissões. Para isso, foi utilizada uma chácara, nos arredores de Brasília, de propriedade de um dos componentes do Sistema de Inteligência³⁹ e, nela, os posseiros iniciaram suas atividades como trabalhadores rurais, de forma a ficar com as mãos calejadas e com a pele bem queimada pelo sol”

“Para o treinamento dos futuros bodegueiros foram adquiridas ou alugadas biroscas rudimentares nas cidades-satélites de Brasília, com o compromisso de o antigo proprietário dar treinamento e orientação na arte de como se tomar um bom e eficiente bodegueiro. Paralelamente, eram montadas histórias de cobertura para os chefes das equipes de busca que, também, passariam a viver na área de operações. Para isso, foram utilizados diversos órgãos federais que desenvolviam atuação na área. Assim, através do Ministério da Agricultura, alguns chefes das equipes de busca foram nomeados, com

³⁸ *Idem, Ibidem*, pág. 87-88

³⁹ Descobri posteriormente que a chácara pertencia ao agente Ivan.

publicação no Diário Oficial da União, funcionários do INCRA”

“Feitas as análises e as necessárias retificações em cada uma dessas estórias, passou a ser feita uma massificação das mesmas. Diariamente, dezenas de vezes, os voluntários eram sabatinados a respeito de suas estórias e atividades que passariam a desenvolver”⁴⁰

Estratégia de alto custo, avalio, e que revelou o reconhecimento pelo Exército da capacidade de luta e coragem dos guerrilheiros. Se a Operação Sucuri tivesse sido um fracasso, é provável que seus autores estivessem hoje negando a paternidade e tentando apagá-la da memória histórica. Mas acabou se tornando a maior e mais bem sucedida operação de inteligência militar da história do Exército, como se comprovou mais tarde. O *Dossiê Araguaia* é pródigo em relatar a Sucuri até em seus pormenores. Prossegue o *Dossiê*:

“Cada agente, ao chegar à sua área de atuação deveria estar perfeitamente adaptado, como um peixe dentro d’água, aos trajés, à maneira de falar, às gírias e às peculiaridades da população local. Nesse sentido, tomou-se necessário comprar roupas e calçados adequados, envelhecê-los, remendá-los, bem como as malas que transportariam os parques pertences de cada um. Considerando a estimativa de que as equipes permaneceriam na área por um período superior a 4 meses, havia também a necessidade dos agentes levarem dinheiro, em notas velhas e de pouco valor, suficiente para se manterem, modestamente, nesse período”

“O armamento a ser utilizado era revólver e espingarda com bastante uso. Tanto a arma como o dinheiro deveria ser escondido em locais distantes de suas áreas de operação. Após instalados e após sentirem que estava tudo normal, a arma e o dinheiro deveriam ser resgatados. Nenhum agente portaria identidade, pois na década de 70, na área do Araguaia, poucas pessoas possuíam documentação”⁴¹

⁴⁰ *Idem, Ibidem*, pág. 87.

⁴¹ *Idem, Ibidem*, pág. 88.

O treinamento durou cerca de quatro meses. Em junho de 1972, os 35 agentes do CIE seriam enviados para o Araguaia. Montaram três bases fixas em São Geraldo, Araguatins e Araguaína. A missão dos agentes de São Geraldo e Araguatins era fazer a triagem dos informes que chegavam da mata e os repassar ao chefe, baseado em Araguaína. Este, por sua vez, analisava os dados, fazia uma triagem e entregava um relatório para o operador de rádio. Toda madrugada, esse operador se deslocava de Araguaína para um local discreto na mata, montava seu transmissor e antenas, e retransmitia os informes para a sede do CIE, em Brasília. Completa o *Dossiê*:

“Esporadicamente, para atuar em alguma área suspeita, eram utilizados elementos envolvidos na operação que haviam sido, também oficialmente, contratados pela SUCAM, uma vez que era normal, na área, o trabalho dos chamados mata-mosquitos. Esses funcionários da SUCAM eram também utilizados quando havia necessidade de contatos com os agentes em suas posses. Os agentes mata-mosquitos receberam treinamento adequado em Formosa, Goiás”⁴²

O comando geral da Sucuri foi entregue ao chefe de Operações do CIE, tenente-coronel Torres. Um outro tenente-coronel, codinome Hoffmann, foi indicado como coordenador-geral. Ele ficava em Brasília, em contato permanente com um adjunto instalado em Araguaína. Havia também dois sub-coordenadores se área. Dr. Luchini era um deles. Somente esses três oficiais portavam carteiras de identidades frias, resalte-se. Outros, portariam somente crachás verdadeiros (mas nomes falsos) de órgãos do governo para o qual trabalhavam. Quando aos agentes de campo, chegaram à mata portando somente histórias de cobertura na ponta da língua.

De acordo com o *Dossiê*, para não chamar a atenção dos guerrilheiros, os agentes chegaram à região gradativamente, ao longo da primeira quinzena de junho, com cada equipe se deslocando da maneira que achasse mais conveniente. As bodegas foram as primeiras a ser instaladas. Isso porque

⁴² *Idem, Ibidem, pág. 89.*

funcionariam como pontos de controle e de coleta de dados. Os agentes tinham a orientação de comprar bodegas já instaladas para “evitar que a abertura de outras inflacionasse a área e despertasse suspeita”, explica o *Dossiê*⁴³. Cinco dias após a chegada dos bodegueiros, foi a vez das equipes de combate à malária começarem a chegar. Mais cinco dias e começaram a chegar os posseiros.

A rede de agentes foi tecida de forma complexa. Ainda de acordo com o *Dossiê*, fora da Rede de Inteligência todos os contatos entre eles estavam proibidos. No caso de encontros casuais, deveriam agir como desconhecidos. Havia duas sub-sedes independentes, em Xambioá e na Transamazônica, cada uma delas coordenada pelo respectivo sub-coordenador. As equipes de trabalho, por sua vez, tinham a formação idêntica à de uma célula leninista – como às células da guerrilha urbana e dos guerrilheiros do Araguaia – com cinco agentes em cada uma, trabalhando de forma estanque, sem qualquer contato uns com os outros.

O sub-coordenador de Xambioá se instalou no escritório do INCRA, em São Geraldo, narra ainda o *Dossiê*. Chegou junto com um auxiliar. Os dois se apresentaram com uma história de cobertura de que iriam ajudar a fazer a reforma agrária na região. Dentro dessa rede, foram instaladas duas bodegas, uma em Araguaína, outra em Santa Cruz. Para a instalação de agentes que se apresentariam como posseiros, quatro glebas de terra foram adquiridas na região. Por fim, duas equipes foram oficialmente integradas à Campanha de Erradicação da Malária do governo do Pará. Ao norte, na área da Transamazônica, o sub-coordenador da rede tinha a história de cobertura de engenheiro do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) – ainda de acordo com as informações fornecidas pelo *Dossiê*. Nessa área, foram instaladas três bodegas. Também foram plantados quatro agentes nas localidades de Consolação e Metade, como donos de roças.

⁴³ *Dossiê Araguaia, Op.Cit.,* pág. 89.

Um agente-móvel circulava por toda essa grande área, se apresentando como "gateiro". Segundo o dialeto da região, "gateiro" é uma espécie de intendente das grandes fazendas, circulava pelas bodegas da região atrás de mantimentos para as fazendas. Os militares tiveram o cuidado de arrumar uma mula de carga para o agente, de forma a não ser confundido com "gato" – também chamado de "gateiro" por alguns - outra atividade profissional da região que arregimentava trabalhadores miseráveis para as fazendas, onde geralmente eram submetidos a trabalho escravo. Havia ainda três equipes da "Operação Mata-Mosquitos", contratados oficialmente para a Campanha de Erradicação da Malária. Uma circulava pelas localidades de São Domingos e Metade; a Equipe B, entre Brejo Grande a Consolação; e a Equipe C, circulava entre a Transamazônica e os rios Araguaia e Tocantins. Por fim, havia um informante volante agindo em Ananás, São João do Araguaia e Marabá.

Também foi organizada uma rede de Mateiros, relata o *Dossiê*. Eles não tinham informações sobre a operação, sabiam apenas que estavam ajudando os agentes do governo a buscar informações sobre os "paulistas", como eram chamados os guerrilheiros. Em setembro, cerca de cinco meses depois de iniciada, a Sucuri foi dada como concluída. O CIE já tinha mapeado todas as informações que os comandantes militares achavam necessárias para desencadear, a partir de outubro, a operação cirúrgica de extirpação da guerrilha há muito acalentada.

Um único incidente grave foi registrado – o desaparecimento de um agente, o soldado do Exército Francisco Valdir de Paula. Ele havia se instalado em uma posse de terra no município de Xambioá. Em agosto de 1973, ele deixou de fazer contato com sua rede. Até hoje os militares não sabem se ele morreu na mata, atacado por algum animal - uma cobra, uma onça, por exemplo - ou se morreu nas mãos dos guerrilheiros. Meses depois, um oficial mandaria desenterrar o corpo do guerrilheiro Rosalindo Souza, o Mundico, desconfiando que fosse o corpo do soldado Valdir. Os dois eram negros e Valdir desaparecera perto do local onde Mundico havia sido enterrado. Uma

equipe do Exército foi ao local desenterrar o corpo. Estava quase intacto, com apenas os olhos, orelhas e nariz deteriorados. Os militares levaram só a cabeça, guardada numa lata de bolachas⁴⁴. Romualdo Campos Filho registra que os militares instituíram no Araguaia a prática de cortar a cabeça dos guerrilheiros. Ele cita especificamente a decapitação do guerrilheiro Arildo Valadão, o Ari, através da narrativa de um morador da região, cuja identidade o autor manteve oculta:

“O Ari foi morto e quem cortou a cabeça dele foi um guia... eles criavam uma equipe de guias, que se chamavam zebras e eles foi quem faturaram o Ari”⁴⁵

Pertinente observar que tais práticas eram novas no Exército e, em muitos sentidos, afrontaram os próprios valores dos militares. Se retroagirmos aos primórdios da civilização grega, nossa raiz cultural, iremos verificar que a figura principal da *Iliada*, Aquiles, o herói maior dentre os grandes heróis, é portador de uma mácula terrível - a de ter ultrajado o cadáver de Heitor, esquecendo o código de honra dos guerreiros e todas as normas da cavalaria⁴⁶. A equipe que foi buscar o corpo do guerrilheiro Mundico foi ainda mais ultrajante. Arrancou-lhe a cabeça.

Somente três meses depois da chegada dos agentes do CIE, os guerrilheiros começaram a desconfiar que havia ~~cobras~~ observando seus movimentos. Era um sinal de que estava dando certo as táticas de inteligência

⁴⁴ Examinada por um perito em Brasília, a cabeça tinha um dente de ouro, como Rosalindo. A arcada dentária coincidia com o laudo do dentista de Rosalindo. Não consegui saber o que os militares fizeram com o crânio de Rosalindo. Mas o corpo estaria até a presente data enterrado na frente da casa de um sitiante chamado João do Buraco (ver Capítulo 2), sem a cabeça. Já o soldado Valdir, jamais foi encontrado. Narrativa oral de Fernando, em 15 nov. 2004.

⁴⁵ APUD Campos Filho, *Op. Cit.*, pág. 149.

⁴⁶ Homero relata no Canto XXII de *A Iliada*, que durante o duelo entre os heróis, Heitor tinha proposto a Aquiles que, aquele que matasse o adversário, devolvesse o cadáver aos seus companheiros, o que Aquiles não acata de forma alguma. Então ainda ferido, Heitor suplica a Aquiles que não deixe que os cães lhe dilacerem e que envie o seu corpo a Tróia para que possa ter um funeral digno. No momento em que Aquiles vai matar Heitor, este suplica mais uma vez que entregue o seu corpo a Príamo, rei de Tróia, seu pai. Aquiles recusa e Heitor prediz-lhe a sua morte eminente (Aquiles será morto por uma flecha de Paris). Então Aquiles ultraja grosseiramente o cadáver de Heitor. Perfurou-lhe os tendões dos pés, entre o tornozelo e o calcanhar, trespassou-os com uma tira, amarrou-o no carro de combate e atçou os cavalos a

militar, nas quais foram utilizados agentes com aparência física similar à dos camponeses e treinados nos costumes cotidianos dos estabelecidos. Em anotação de 20 de agosto de 1973, Velho Mário registrou o seguinte em seu *Diário*:

"Mundico informa que em sua incursão encontrou dois jovens esquisitos, que fixaram residência na área. São pessoas da cidade. Parecem milicos e deram informações contraditórias. É preciso estar atento. O inimigo talvez pretenda instalar toda uma infra-estrutura de informações na região. Na área do Destacamento A foi visto um tipo estranho num Volks, querendo botar roça; outro, igualmente suspeito, pretende fazer um local, e um jovem de S. Domingos anda investigando os moradores sobre suas ligações com a guerrilha"

"Na área do Destacamento B apareceram dois 'mineiros' querendo formar locais de plantio. Tudo isso nos obriga a reforçar a vigilância e tomar as medidas necessárias para resguardar as FFGG de qualquer golpe. Um amigo de Marabá não acredita que o Exército entre este ano na mata. Nos alerta contra os agentes do INCRA, FUNAI, SUDAM e CEM"⁴⁷

Em anotação de 08 de setembro de 1973, Velho Mário registraria que os guerrilheiros também tinham uma boa rede de informantes – numa prova de que haviam conseguido um apoio significativo entre os camponeses da região:

"Segundo Osvaldão, o Exército soltou 25 agentes na mata, para nos espionar. Os que forem por nós localizados, serão tratados devidamente"⁴⁸

O problema para os guerrilheiros é que não houve tempo de reforçar a segurança. Quando desconfiaram da presença de espiões, registra o *Dossiê*, praticamente todos os agentes já haviam se infiltrado no cotidiano da guerrilha e as informações relevantes já haviam sido levantadas. Ademais, de acordo

correrem, arrastando o cadáver de Heitor por três vezes em torno de Tróia. In: Thomas Bulfinch, *Op. Cit.*, págs. 262-265.

⁴⁷ *Diário do Velho Mário, Op., Cit.*, pág. 103.

⁴⁸ *Idem, Ibidem*, pág. 105.

com os relatos militares, os guerrilheiros estariam por demais autoconfiantes, relaxando na segurança, aparecendo demais diante da população local, inclusive para fazer bravatas.

O *Dossiê* revela que um agente, disfarçado em "terecoseiro" (benzedor), começou a ser procurado por grupos de guerrilheiros com uma rapidez espantosa em busca de suas rezas. Na entrevistas orais, apurei que outro agente - que mais tarde se destacaria nas operações especiais da Terceira Campanha - foi de tal forma aceito como aliado pelos guerrilheiros, que, após os combates, se infiltrou no PC do B e, quando morreu, já nos anos 1980, foi enterrado com honras, com a bandeira vermelha do partido sobre o caixão.

O *Dossiê* relata também um episódio ilustrativo sobre o cotidiano dos infiltrados, no qual dois agentes disfarçados de posseiros foram abordados pela guerrilheira Dina. No imaginário dos militares, Dina teriam dito que iria matá-los, pois sabia que eram "apoio da tropa". O *Dossiê* descreve o episódio:

"Os posseiros retrucaram que não conheciam ninguém da tropa e que eram pessoas humildes e trabalhadoras. Dina, no entanto, insistiu que iria matá-los caso não se declarassem ligados à tropa. Os posseiros mantiveram suas negativas. Dina, incontinentemente, encostou o cano de sua arma na cabeça de um dos posseiros e fez a mesma pergunta, dizendo que era a última vez, novamente obtendo resposta negativa. Dina, então, acionou o gatilho, mas, como ela sabia, a arma estava sem munição. O agente, posteriormente, revelou que após Dina haver acionado o gatilho, sentiu-se morto"⁴⁹

"Após o ocorrido, a guerrilheira Dina - a mais temida pela população local - fez ver aos posseiros que os considerava gente boa. Após isso, por diversas vezes, a guerrilha utilizou a posse para abastecer-se. O outro posseiro, que assistiu à quase morte de seu companheiro, teve que ser retirado da área por ter ficado psicologicamente abalado. Já quase morto permaneceu no local, sozinho, até o final da operação"⁵⁰

⁴⁹ *Dossiê Araguaia, Op.Cit.,* pág. 90.

⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

Ainda existem nos arquivos militares relatórios dos agentes infiltrados, que foram preservados da cremação de documentos que ocorreria ao final da Terceira Campanha. Obtive cópias de alguns deles. Destaco um relatório de oito páginas do CIE, com carimbo de "Secreto", datado de 11 de setembro de 1973 – um dos últimos da Sucuri, portanto – que consolida os informes de nove agentes, citando nominalmente todos eles. Considero esse documento ilustrativo do *modus operandi* dos militares naquela operação. Destaco, a seguir, os trechos desse documento que avaliei serem os mais significativos:

"4 – Informações e informes colhidos:

a) Do informante ANTÔNIO NONATO DA SILVA.

- Em Bom Jesus, soube da presença de terroristas naquela região;*
- Esteve na casa do velho Severino onde houve reunião em que compareceram 7 terroristas. A tônica da conversa foi a não assinatura de documentos para o INCRA, não serem guias para o EB e a ajuda para combater os corruptos. Cinco estavam armados de METRALHADORAS e um com um rifle e outro com uma 20. No mato haviam outros elementos*

d) DO AGENTE IVAN

- A 04 AGO, Antônio Meregildo foi caçar com os terroristas passando com os mesmos uma semana;*
- Osvaldo teria dito ao Meregildo que possuem 200 comandantes e que da Transamazônica a Conceição e ao Xingú existem 1 200 homens. Osvaldo deu uma espingarda ao Antônio Meregildo.*
- Osvaldo disse a Meregildo que está esperando uma turma que vem para ajuda-lo;*
- Antônio Meregildo controu a JULIO que teve um dia que passaram 40 a 50 terroristas pelas bandas da PALESTINA e foram para a mata.*

f) DO AGENTE BENJAMIN.

- Segundo o agente este mesmo grupo esteve na PALESTINA no início do mês. Soube que OSWALDÃO iria entre 7 e 9 de SET em ITAMERIM.*

OBS: O Dr. LUCHINI foi ao local e não fez contado com OSWALDÃO.

g) DO AGENTE NONATO.

- Segundo Cícero, 8 subversivos, inclusive Zé Carlos, apareceram em São José II (entre São José I e Conceição). Cícero mora em Fortaleza. Disseram que não deixarão o INCRA fazer estrada na região de São José e Checa Com Jeito. Se tentarem, receberão bala.
- Segundo Antônio, morador em São Domingos, os subversivos prometeram pegar o agente Nonato⁵¹

Em um dos trechos desse relatório, em um dos itens da alínea "h", os militares obtiveram a informação de que o estado de saúde dos guerrilheiros já estava precário. Eles sabiam, por informes anteriores, que os guerrilheiros não tinham sal e a gordura que ingeriam era a de castanha. O informe relata que estavam chegando ao estado de desespero, a ponto de beberem gordura de porco líquida⁵². Eis o trecho:

"ALBERTINO disse que o estado de saúde dos terroristas é precário, haja vista que quando estiveram em sua casa (na mesma época que estiveram na nossa posse em ABÓBORA) chegaram a beber banha pura de porco. Tal estado de saúde foi confirmado também por nosso agente"⁵³

Durante as pesquisas, obtive junto aos arquivos pessoais de um militar um dos documentos mais ilustrativos que restaram sobre a Operação Sucuri. Trata-se do original, em seis páginas manuscritas, de um depoimento de um militante do grupo guerrilheiro VAR-Palmares, que os militares prenderam em Brasília e depois o infiltraram por 15 dias entre os guerrilheiros do PC do B no Araguaia prometendo a posterior libertação⁵⁴. Ao retornar a Marabá, em agosto de 1972, o agente infiltrado escreveu sobre o que viu. Abaixo, um trecho no qual ele conta que os guerrilheiros suspeitaram de que ele seria espião:

⁵¹ "Operação Sucuri - Relatório nº 12/73", CIE, 11 set. 1973.

⁵² Em uma das suas narrativas orais (em 15 de dezembro de 2004), Dr. George contou que durante a guerra pela independência de Angola, o Exército colonial português costumava reconhecer os guerrilheiros apertando o braço do suspeito. Segundo explicou um oficial português ao militar brasileiro, ao apertar o braço, se o dedão afunda e fica a marca, significa falta de sal. Portanto, só poderia ser guerrilheiro.

⁵³ "Operação Sucuri - Relatório nº 12/73", *Op.Cit.*,pág. 07.

⁵⁴ Não há registro no documento sobre a identidade do autor. O militar que me entregou o documento, Dr. Barbosa (codinome) diz não se recordar quem foi o autor.

“Disseram que não levasse a mal a maneira como estavam me tratando, pois estavam numa guerra e que guerra é guerra. Pois se eles forem pegos, que serão tratados ainda pior. Serão torturados e odiados como porcos e não terão o direito de se defender. Enquanto isso, eles interrogam os visitantes e examinam a situação. Mas, se comprovando que o elemento é informante ou espião, eles matam. Mas dão direito de morrer como homem, sem ser espancado nem torturado”⁵⁵

De acordo com o oficial que analisou esse documento⁵⁶, o relato do informante foi um dos mais ricos produzidos em toda a Operação Sucuri. Permitiu, por exemplo, que os militares avaliassem que os guerrilheiros fariam o justicamento dos “espiões” ou dos informantes civis do Exército que fossem apanhados por eles. Permitiu, igualmente, mostrar um pouco do imaginário dos guerrilheiros, que até então os militares não conheciam. O militar que analisou o documento destacou cinco pequenos trechos do informe, os mais relevantes para o CIE, de acordo com sua avaliação:

“Segundo Amaun⁵⁷, eles não vão enfrentar o Exército, pois precisam estruturar e apoiar o próprio povo. Que um choque com as Forças do Exército não adiantaria nada, pois o Exército são centenas de soldados enquanto que eles ainda são uma minoria equivalente ao inimigo que está enfrentando e que jamais desistiria da luta por mais que seja perseguido. Segundo eu pude entender, eles não querem se arriscar que poderá causar sua derrota definitiva”

“Que eles vão aniquilar as fontes de espião, informante e assim eles estão aniquilando o próprio Exército”

“Estes elementos que estão na lista só estão esperando confirmação para poder justica-los e neste momento me perguntaram se conhecia o Ivan. Eu disse que não” (grifo meu)”

⁵⁵ O texto original tem redação primária, repleta de erros de português. Por exemplo: “Que eu não levaci amal a maneira como elis e estavao mi tratando...”. Optei por corrigir para facilitar a leitura.

⁵⁶ Dr. Barbosa (codinome), em 12 dez. 2004.

⁵⁷ Codinome do guerrilheiro Paulo Roberto Pereira Marques, um dos que mais se destacou na guerrilha, morto a 25 dez. 1973.

“O povo da cidade diz que durante o tempo que o Exército esteve lá, que o povo da mata sai nas casas perto da cidade. Que o povo não contava para o Exército com medo de ser preso espancado e ser obrigado a ir com eles procurar o povo da mata”⁵⁸

Esse informe, ainda de acordo com o militar, confirmou junto à direção do CIE de que alguns agentes da Operação Sucuri já estavam prestes a ser descobertos – e que provavelmente seriam justificados pelos guerrilheiros. Entre eles, o sub-coordenador Ivan, explicitamente citado, que conseguira se aproximar de Osvaldão. Chegara, portanto, a hora de encerrar a operação e iniciar a etapa seguinte – a extirpação completa da guerrilha. Mas os agentes não foram retirados da área. Foram apenas desmobilizados, instruídos a agir com mais cuidado, a não correr mais riscos. Todos eles já estavam previamente escalados para participar da Operação Mesopotâmia, servindo de guias dos grupos que penetrariam na mata para caçar os guerrilheiros. Faltava marcar o dia do desembarque das tropas, o chamado Dia D.

4.4 - O OUTRO COMO REFERÊNCIA

Em seus estudos sobre a cultura, Roger Chartier apresenta o conceito de representações do mundo social, ou seja, as mentalidades incrustadas em determinados sujeitos coletivos. Segundo ele, as lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe:

“A relação entre a consciência e o pensamento é colocada de uma forma nova, (...) pondo em relevo os esquemas ou os conteúdos de pensamento que, embora enunciados sobre o modo individual, são de fato os condicionamentos não conscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem

⁵⁸ “Operação Sucuri – Relatório manuscrito do Agente X”. Marabá, set. 1973, pág. 01-07.

*que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores*⁵⁹

Nesse sentido, os episódios protagonizados pelos guerrilheiros e pelos militares no conflito do Araguaia são representações de um sistema maior de crenças e valores compartilhados pelos figurantes distintos de uma determinada época, seja na condição de revolucionário, seja na de contra-revolucionário. Para analisar suas próprias ações e reações durante a Guerrilha do Araguaia, os militares até hoje necessitam, antes de mais nada, compreender o imaginário dos guerrilheiros, usar o "outro" como referência ao "nós" – segundo as palavras de Elias - identificar o inimigo para que seja possível a coesão interna e a localização de sua própria identidade.

Chama a atenção a forma como os autores do *Dossiê* iniciam seu próprio capítulo sobre a Operação Sucuri - transcrevendo o contra-imaginário do inimigo. Lembram os autores que o comandante em chefe das Forças Guerrilheiras, Maurício Grabois, o Velho Mário, escreve em seu *Diário* que, descoberta a guerrilha pelo governo, o principal trabalho dos guerrilheiros passou a ser "ganhar" a população local para a causa⁶⁰. Com a retirada da tropa fardada, primeiro em fins de maio de 1972, depois novamente em outubro, segundo Velho Mário, os guerrilheiros se sentiram em condições de realizar um trabalho de massa ostensivo, o que nunca haviam feito desde 1966, para não quebrar o sigilo. O *Dossiê* transcreve, por exemplo, o que o comandante escreveu em seu diário, em anotação de 14 de agosto de 1973, quando a Operação Sucuri estava em seu ápice:

"Nossos maiores êxitos estão no trabalho de massa. Desse trabalho depende a maior parte das vitórias da guerrilha. Hoje, já é difícil fazer uma estatística do trabalho de massa, tal o seu crescimento entre os camponeses. Conseguimos dezenas de amigos firmes. Organizamos mais de 100 núcleos da ULDP. Conseguimos ligações em corrutelas. Alimentar os

⁵⁹ Roger Chartier. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil / Lisboa: Difel, 1990.

⁶⁰ *Diário do Velho Mário, Op.Cit.*, pág. 98.

*guerrilheiros é, para as massas, quase uma lei. Realizamos trabalho físico juntamente com as massas. A opinião pública da região está ao lado das forças guerrilheiras*⁶¹

Esse “trabalho de massas”, na avaliação feita no *Dossiê*, só teria facilitado o trabalho dos agentes da repressão. Prosaica a observação, posto que o apoio das massas só veio a ajudar os guerrilheiros a resistir por mais tempo no Araguaia – e prolongar o trabalho de repressão militar. Documento do CIE - a supracitada aula sobre a Operação Sucuri ministrada a oficiais de inteligência do Exército -, registra uma análise sobre as condições “psico-sociais” da região da guerrilha. Esse documento revela que os militares encontraram no Araguaia uma população oprimida por uma Polícia Militar corrupta, onde até as prostitutas, segundo o documento, eram obrigadas a pagar taxas mensais para financiar festas dos agentes do Estado. Enfim, quando as Forças Armadas se retiraram pela segunda vez da região, explica o documento, deixaram para trás um “fértil campo” para a atuação dos guerrilheiros, os “verdadeiros amigos” da população:

“A população vê, naquele que lhe presta auxílio, graciosamente, um verdadeiro amigo, passando a apoiá-lo por gratidão, não importando suas tendências ideológicas. Os ‘verdadeiros amigos’ aumentavam de importância quando era comparada sua correção no trato com as pessoas humildes e a Polícia Militar do Pará que espancava posseiros e que, em atendimento a pedidos dos grandes proprietários de terra, os expulsava de suas glebas. A PM, corrupta, era considerada inimiga. Obrigava, inclusive, o povo a pagar uma taxa quando era realizada alguma festa. Nem as prostitutas escapavam, também elas eram obrigadas a pagar uma taxa mensal. Tudo isso se tomava muito fértil para os desígnios dos subversivos”

“Ocorria na área, de modo endêmico, a malária e a leishmaniose. Alguns casos de lepra foram destacados, além de verminose e carência vitamínica em abundância. A rede hospitalar deficiente, aliada a inexistência de médicos e dentistas, deixava a maioria da população, que era sem recursos, entregue à própria sorte. As baixas

⁶¹ *Idem, Ibidem.,* pág. 99.

sofridas pelos subversivos deixaram inúmeras pessoas preocupadas, uma vez que não teriam mais a assistência médica que lhe proporcionavam. Após as operações realizadas em setembro de 72, a população, de uma maneira geral, ainda mostrava-se incrédula quanto aos verdadeiros objetivos dos terroristas. O tratamento que lhe fora dispensado pelos 'paulistas' quando se sentiram totalmente desamparados pelos órgãos governamentais, levava a que muitos moradores não compreendessem como gente tão boa e simpática pudesse ser alvo de ação da tropa. Há mais ou menos cinco anos conviviam com eles e só tinham palavras gentis e de admiração para descrevê-los"

"Conclusão: Os aspectos acima abordados permitiram-nos concluir que a área proporcionava aos guerrilheiros um fértil campo para suas atuações. Após a retirada da tropa da área, ela ficara á mercê da FOGUERA [Forças Guerrilheiras do Araguaia]. Os mateiros que haviam, por dinheiro, guiado as frações da tropa se preocupavam com o que lhes aconteceria. A execução de um mateiro, levou alguns ao desespero, fazendo-os abandonar a floresta, homiziando-se em Xambioá"⁶²

Em *Imaginação Social*, Baczko questiona se um conflito social grave qualquer, uma guerra ou uma revolução, por exemplo, se "não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria ação das forças em presença?". É o próprio Baczko quem responde:

"Como é que se podem separar, neste tipo de conflito, os agentes e os seus atos das imagens que aqueles têm de si próprio e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc? Não são as ações efetivamente guiadas por estas representações; não modelam os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências?"⁶³

Como se comprovou posteriormente, os guerrilheiros não tinham, além do entusiasmo, estrutura que lhes permitissem sobreviver e lutar por mais

⁶² "Guerrilha do Araguaia: Operação Sucuri", *Op.Cit.* págs. 10-12.

⁶³ Bronislaw Baczko, *Op. Cit.*, pág. 314.

tempo ao término da Segunda Campanha. Com pouca munição e com um contingente humano muito aquém do necessário para instaurar a “revolução socialista”, como acreditavam, não havia possibilidade de sucesso. Mas não houve, nem por parte da direção do PC do B, ou da comissão militar da guerrilha, intenção de desmobilizar a guerrilha na região do Araguaia. Pelo contrário, os guerrilheiros cantaram vitória. Acreditaram que as Forças Armadas não conseguiriam combater o que o comandante Mário (Maurício Grabois) chamou em seu diário de “inimigos invisíveis”. Ademais, o sonho de promover uma revolução socialista, o imaginário revolucionário, falou mais alto.

Afirmam os militares no *Dossiê Araguaia* que, além das ações para conquistar o apoio da população, as Forças Guerrilheiras teriam também se aproveitado da aparente ausência do Exército para implantar um verdadeiro “regime de terror” na região, ameaçando os simpatizantes do governo e promovendo execuções sumárias contra colaboradores do Exército. O *Dossiê* tece longas análises sobre os justicamentos – afinal, esses atos de exceção dos guerrilheiros são o principal argumento de defesa dos militares para os atos que eles cometeriam na Terceira Campanha. Eis alguns trechos:

“Quando foi estruturada a Comissão Militar para coordenar o movimento guerrilheiro no Araguaia, foi ativado um Tribunal Revolucionário para julgar os inimigos do povo e aqueles e fraquejassem. Teria condições, aquele povo sofrido, quase analfabeto, sofrendo pressões de toda ordem e praticamente abandonado pelo Estado, de dar procuração para que em seu nome a guerrilha justicasse pessoas que haviam colaborado com o Exército?”

“Aquele povo procurava sobreviver em condições precárias e qualquer tipo de ajuda era benéfica para sua sobrevivência. Se aparecesse alguém dando ajuda mais sólida, esse alguém seria eleito. As Forças Armadas ajudaram muito em 1972 e a grande maioria dos moradores da região ajudou as Forças Armadas contra a guerrilha. Eles não eram oportunistas. Apenas lutavam para sobreviver numa região inóspita”

“A violência praticada pelos guerrilheiros contra membros da população quando avaliaram ter vencido o Exército se tornou o ‘calcanhar de Aquiles’ do PC do B. Eles fazem questão de sustentar o papel de vítimas para o público geral, eles fazem de tudo para omitir os justicamentos contra camponeses, tentam acobertar o fato de que, eles também, atuaram como bárbaros. Esse é o ponto mais sensível que a esquerda derrotada não quer admitir: que seus membros, da mesma forma que alguns militares, cometeram violações contra os direitos humanos”⁶⁴

O que se sabe, afinal, sobre os justicamentos que os militares acusam os guerrilheiros de terem cometido? Sobre esse tema, há alguns poucos fatos documentados. Uma das primeiras medidas tomadas pelos guerrilheiros quando os militares se retiraram da região pela primeira vez, ainda em julho de 1972, foi instaurar um Tribunal Revolucionário permanente para capturar e julgar os supostos inimigos e traidores. Entre os documentos que restaram nos quartéis, há cópias do “Regulamento da Justiça Militar Revolucionária”. Trata-se de um pequeno documento de três páginas datilografadas em 86 linhas, organizado em 20 artigos e quatro capítulos. Sobre as penalidades, o regimento do Tribunal Revolucionário regia, no artigo 16, a pena de fuzilamento em quatro dos seis crimes previstos. Os militares insistem em argumentar, tanto no Dossiê quanto em todas – absolutamente todas – as narrativas orais, que foram os justicamentos que teriam movido a cometer atos de exceção na derradeira campanha.

O primeiro justicamento teria sido contra um adolescente de 16 anos, João Pereira, filho do camponês José Pereira. Foi esse adolescente quem levou o primeiro grupo de militares a um dos esconderijos dos guerrilheiros, por ordem do pai, ainda em março de 1972. Em meados de julho de 1972, portanto logo após a Primeira Campanha, ele teria sido julgado por quatro guerrilheiros⁶⁵, membros do Tribunal Revolucionário, espancado e na seqüência executado a golpes de facão. O *Relatório Arroyo* confirma o

⁶⁴ *Dossiê Araguaia, Op.Cit.*, pág. 131.

⁶⁵ Entre eles Dina, segundo os militares.

"justiçamento" do jovem, sem detalhar a forma de sua morte⁶⁶. Depois do episódio, segundo os militares, Pereira teria ficado com medo dos guerrilheiros e levado a família para longe do Araguaia.

Velho Mário não registrou esse justiçamento em seu *Diário*. Arroyo registrou apenas o justiçamento, mas sem explicitar se teria sido fuzilamento, conforme prevê o Regulamento do Tribunal Revolucionários, ou a golpes de facção, como acreditam os militares. Mas considero importante registrar esse possível episódio, visto que o possível justiçamento de um adolescente inocente, a golpes de facção, com métodos bárbaros – verídico ou fantasioso, não importa – acabou se tornando um fato significativo no imaginário das tropas do Exército. Quando as tropas fardadas retornaram para a Segunda Campanha, eram doutrinadas para acreditar que estavam diante de um inimigo perigoso – e não de meros estudantes com idéias subversivas – que matava soldados pelas costas, como foi o caso do cabo Rosa, um inimigo capaz de executar barbaramente um jovem camponês que guiou militares por ordem do pai. Enfim, o possível justiçamento do garoto João Pereira ajudou a reforçar o imaginário repressor militar na guerrilha.

Em seu relatório, há três décadas de domínio público, o comandante Ângelo Arroyo, segundo homem na hierarquia da guerrilha⁶⁷, tocou *en passant* nesse tema delicado para as esquerdas brasileiras – mas o suficiente para se saber que existiram de fato os justiçamentos no Araguaia. Arroyo registrou em seu relatório que considerou "uma deficiência de certa importância o não justiçamento de determinados inimigos"⁶⁸. Contudo, o comandante Maurício Grabois, no *Diário do Velho Mário* descreve o assunto com menos cuidado. Grabois mistura informações sobre o cotidiano da guerrilha com o imaginário

⁶⁶ Arroyo diz ser filho do sitiante José Pereira; os militares registram no *Dossiê* como sendo o filho de Antônio Pereira.

⁶⁷ Só respondia a Maurício Grabois.

⁶⁸ Fernando Portela. *Guerra de Guerrilhas no Brasil – Informações novas. Documentos inéditos e na íntegra*. São Paulo: Global, 1979.

jacobino dos guerrilheiros. Há quatro trechos sobre “justiçamentos”, e todos eles foram transcritos pelos militares para o *Dossiê Araguaia*.

Ressalto, contudo, que nenhum dos registros do comandante Mário refere-se a pobres camponeses e desprotegidos posseiros, como os militares costumam se referir aos justicados. Mas Velho Mário deixa explícito que os guerrilheiros avançaram com o Tribunal Revolucionário contra pistoleiros de aluguel – que trabalhavam a soldo de grandes fazendeiros e grileiros – e contra mateiros, chamados na região de “bate-paus”, que guiaram os militares nas campanhas anteriores. Em suas anotações, Velho Mário primeiro relata que o Destacamento A saiu para “justiçar” um mateiro, cujo nome não foi registrado, mas sua vida acabou sendo poupada⁶⁹. Dias depois, ocorreria novo “justiçamento” na Guerrilha – e o primeiro registrado em documento - desta vez de um morador conhecido por Pedro Mineiro. Foi acusado de ser pistoleiro de um latifundiário da região, chefe dos jagunços que teriam matado vários camponeses e pequenos sitiantes⁷⁰.

Velho Mário também relata que, em julho, os guerrilheiros promoveram um terceiro “justiçamento”, desta vez contra um camponês de nome Osmar, um ex-colaborador que, desconfiavam os guerrilheiros, teria passado para o lado dos militares. Nesse caso, considero relevante transcrever o que relata o *Diário* sobre a morte de Osmar:

⁶⁹ Anotação de 01 de março de 1973, Velho Mário relata que o Destacamento A saiu para “liquidar” um bate-pau, mas acabou não o executando. “Depois de tomar a sua casa de assalto, prendeu-o e interrogou-o. Ele deu uma série de explicações e, de joelhos, pediu perdão. Disse que foi iludido e não mais serviria aos soldados. (...) O bate-pau a ser justicado não causara danos de importância às FF GG. Não é dos mais raivosos. Por isso, a solução política, dada ao caso, talvez tenha sido a melhor. Acresce que a casa do canalha, na ocasião, estava cheia de camponeses”. In: *Diário do Velho Mário, Op. Cit.*, pág. 65.

⁷⁰ Em anotação de 26 de março de 1973, Velho Mário relata: “O chefe dos jagunços era um bandido famoso, Pedro Mineiro, homem de confiança do capitão (Olinto) (...) Na casa só se encontravam dois pistoleiros: o Pedro Mineiro e um piauiense jovem. Tomados de surpresa, não ofereceram qualquer resistência. Logo pediram clemência. Presos e amarrados, eles foram submetidos a um cerrado interrogatório. O piauiense era elemento novo no bando do capitão Olinto, mas o Pedro Mineiro era o chefe dos pistoleiros e tinha sobre as costas a responsabilidade de vários crimes de morte perpetrados contra peões e camponeses. Submetido a julgamento pelo Tribunal Revolucionário, foi condenado à morte e imediatamente fuzilado”. In: *Diário do Velho Mário, Op. Cit.*, págs. 72-73.

"14/07/73- Outro grupo do DC liquidou o Osmar. Na ação só intervieram dois combatentes. Esse indivíduo, velho conhecido do Osv [Osvaldão] e seu grande admirador, era excelente mariscador e exímio conhecedor da mata. (...) O jovem mateiro prontificou-se a ajudar no mais que pudesse e chegou a dizer que ingressaria nas FF GG. Quando nossos combatentes, depois da campanha do Exército, de setembro-outubro de 1972, voltaram à área da Palestina, Osmar mudou de atitude. Em sua casa acamparam 180 pára-quedistas da Guanabara. Tomara-se amigo do capitão e serviu de guia para os soldados, recebendo 25 cruzeiros por dia e comida. Vestiu o uniforme de camuflagem (chitão, como o chama a massa), mas não recebeu armas. Andou pela mata durante 12 dias. No entanto, disse ao Osv. que fora obrigado a isso e que continuava amigo. (...) Era evidente que estava fazendo jogo duplo, mostrando ser uma pessoa sem caráter. (...) O homem representa, assim, um perigo. Conhecia a selva como a palma da mão. O jeito mesmo era acabar com ele"⁷¹

Nas entrevistas orais com três militares⁷², descobri que o camponês Osmar havia se transformado em compadre de Osvaldão, quando o guerrilheiro batizou um dos filhos do camponês. Os militares me narraram que por volta de junho de 1973, foi aberto um pequeno comércio nas imediações da casa de Osmar. O comerciante mostrava-se simpático à causa guerrilheira. Fornecia mantimentos com um bom desconto aos guerrilheiros, quase a preço de custo. Certo dia arrumou de graça um pneu usado para que Osvaldão fizesse sandálias com solado de borracha. Também encontrava sempre um jeito de conseguir munição para Osvaldão, apesar do cerco dos militares. O comerciante identificou-se pelo nome de Ivan. Era agente do CIE, um dos sub-coordenadores de área da Operação Sucuri.

Quando os guerrilheiros começaram a desconfiar que haveria um traidor entre os camponeses, Osvaldão teria logo decretado: "Não pode ser o Ivan, ele é nosso". Acabaram concluindo que o traidor seria o compadre Osmar.

⁷¹ *Idem, Ibidem.*, págs. 91-92.

⁷² Narrativa oral de Dr. Hoffmann (codinome), em 30 mai. 2001, de Dr. Leonardo (codinome), em 13 abr. 2000, e de Mike (codinome), em 22 fev. 2005.

Segundo os militares, Osmar jamais os teria ajudado espontaneamente, e todas as vezes que ajudou o Exército, o teria feito intimidado. Quanto a Ivan, era o sargento Joaquim Artur Lopes de Souza, que assistiu ao “justiçamento” do camponês e depois relatou o episódio aos superiores. Osvaldão foi apanhado meses depois por um grupo de militares que seguia pegadas de uma sandália de pneu com frisos iguais aos do pneu que Ivan lhe deu de presente naqueles dias de julho de 1972. O *Dossiê* relata esse episódio, mas sem revelar quem era o agente:

“(..) um dos agentes adquiriu tal grau de confiabilidade da liderança guerrilheira local, que esta, desconfiada de que alguém, no local, passava informações para a tropa, matou seu próprio compadre, companheiro de todas as horas, na presença do agente”⁷³

Em seus estudos sobre a cultura, Hommi Bhabha explica que toda vez que há choques de culturas, o encontro num mesmo espaço de valores distintos, ocorre uma “negociação” entre os diferentes atores sociais. Bhabha conceitua esse encontro como o “espaço do povo”, a “localidade da cultura”. No caso do Araguaia, da negociação entre três culturas e valores distintos, desse espaço tensionado entre camponeses, guerrilheiros e militares, produziu-se um “entrelugar”, segundo a definição de Bhabha:

“Essa localidade (da cultura) está mais em torno da temporalidade do que sobre a historicidade: uma forma de vida que é mais complexa que ‘comunidade’, mais simbólica que ‘sociedade’, mais conotativa que ‘país’, menos patriótica que ‘patrie’, mais retórica que a razão de Estado, mais mitológica que a ideologia, menos homogênea que hegemonia, menos centrada que o cidadão, mais coletiva que ‘o sujeito’, mais psíquica do que a civilidade, mais híbrida na articulação de diferenças e identificações culturais do que pode ser representado em qualquer estruturação hierárquica ou binária do antagonismo social”⁷⁴

⁷³ Dossiê Araguaia, *Op.Cit.*, págs. 89-90.

⁷⁴ Hommi Babha, *Op. Cit.*, pág. 207

O episódio que envolveu o camponês Osmar, o guerrilheiro Osvaldão e o agente Ivan, mostrou que os militares, com suas táticas de inteligência reinventadas, haviam conseguido se infiltrar nesse “entrelugar” conceituado por Bhabha. Afinal, Ivan continuava vivo; Osmar estava morto. O Tribunal Revolucionário promoveria uma quarta execução, em agosto daquele ano, contra o guerrilheiro Rosalindo Cruz Souza, o Mundico. Sobre as ações, tanto dos revolucionários como dos militares, vale lembrar as palavras de Arendt:

“É a mais pura verdade que tanto em ações militares como nas revolucionárias, o individualismo é o primeiro valor a desaparecer, e, em seu lugar encontramos uma espécie de coerência de grupo que é sentida mais intensamente e dá provas de ser um vínculo mais forte, ainda que menos duradouro, que qualquer variedade de amizade civil ou particular”⁷⁵

4.5 – A ERA DOS EXTREMOS

Quando escrevia *A Era dos Extremos*⁷⁶, no início da década de 1990, o historiador egípcio Eric Hobsbawm pediu ao filósofo teuto-britânico Isaiah Berlin que lhe apresentasse um olhar panorâmico sobre o Século XX. Berlin, que viveu a maior parte do século, disse: “Lembro-o apenas como o século mais terrível da história”⁷⁷. A idéia central de Hobsbawm expressa nessa obra é a de que o século XX teria sido um dos mais curtos da história. Teria começado em 1914, com a Primeira Guerra - que assinalou o colapso da civilização ocidental construída pela Revolução Industrial, uma civilização capitalista, liberal e burguesa - e terminado na virada das décadas de 1980-1990, marcado pelo colapso do bloco soviético:

“O mundo que se esfacelou na década de 1980 foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa de 1917. Fomos todos marcados por ela, na medida em que nos habituamos a pensar na moderna economia industrial em termos de opostos binários, ‘capitalismo’ e

⁷⁵ Hannah Arendt. *Da violência. Op.Cit.*, pág. 140.

⁷⁶ Eric Hobsbawm. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁷⁷ *Idem, Ibidem*, pág. 11.

*'socialismo, como alternativas mutuamente excludentes. (...) Agora já deve estar ficando evidente que essa oposição era uma construção arbitrária e em certa medida artificial, que só pode ser entendida como parte de um determinado contexto histórico'*⁷⁸

Esse breve século XX teria sido a "Era da Catástrofe" produzida pelo próprio homem, nas palavras de Hobsbawm, edificado sobre incertezas, extremos e crises. Matou-se mais seres humanos do que em qualquer outra época. Durante o período histórico da Guerra Fria, os conflitos ideológicos entre marxistas e as Forças Armadas na América Latina teriam provocado 150 mil mortos, principalmente em Cuba, Argentina, Peru e Chile⁷⁹.

No mesmo período, no Brasil, o regime militar - entre 31 de março de 1964 e 15 de março de 1985, quando tomou posse um governo civil - contabiliza o total 480 mortos e desaparecidos, nos dois lados da luta. Do lado dos guerrilheiros, vítimas da repressão das forças oficiais, são 381 mortos ou desaparecidos⁸⁰, incluindo as vítimas cujas mortes ainda geram polêmica, como a da estilista Zuzu Angel, símbolo da resistência civil não-marxista à ditadura militar⁸¹. Entre baixas militares e vítimas civis são, no máximo, 99 pessoas, mortos em decorrência das ações guerrilheiras nas cidades e no campo⁸². Na Guerrilha do Araguaia, foram 94 mortos: 85 guerrilheiros e

⁷⁸ *Idem, Ibidem*, pág. 14.

⁷⁹ Jean-Lo Panne *et al.* *O Livro Negro do Comunismo: Crimes, Terror e Repressão*, São Paulo: Bertrand Brasil, 1999, pág.16 e 802

⁸⁰ Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. *Dos Filhos Deste Solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado...Op. Cit.*

⁸¹ Estilista de sucesso em Nova York na década de 1970, Zuleika "Zuzu" Angel promoveu uma comovedora campanha internacional denunciando a tortura no Brasil. Seu filho, o universitário Stuart Angel Jones, de pai norte-americano e dupla cidadania, militante do MR-8, teria morrido nas dependências da Base Aérea do Galeão, RJ, em 14/06/71, sob tortura. Zuzu levou o caso ao senador Edward Kennedy, que denunciou o governo brasileiro no Congresso dos EUA. Conseguiu entrevista com o secretário de Estado Henry Kissinger. Apresentou desfile de moda com motivos bélicos, "a primeira coleção de moda política do mundo", definiu. "*Eu não tenho coragem, coragem tinha meu filho, eu tenho legitimidade*", dizia. Sua luta para encontrar o corpo do filho comoveu a imprensa internacional. Zuzu, por sua vez, faleceu a 14 de abril de 1976, em acidente automobilístico no Rio de Janeiro, depois de ser fechada por outro veículo não identificado. Especula-se que o acidente tenha sido obra dos órgãos de repressão. Ainda não foi encontrada nenhuma prova concreta de sido um assassinato. *In*: Disponível em: <www.desaparecidospoliticos.org.br>. Acesso em: 23 abr. 2003.

⁸² Grupo TERNUMA, *Terrorismo Nunca Mais*. Disponível em <www.ternuma.com.br>. Acesso em: 04 mai. 2003.

camponeses, do lado dos rebeldes, e cinco militares e quatro mateiros, do lado das forças oficiais⁸³.

Diante de uma leitura exclusivamente contábil, são aparentemente insignificantes os resultados dos conflitos sociais e embates bélicos brasileiros, especialmente se comparados aos números de outros extremos ideológicos ocorridos no século XX, como os regimes de Hitler e de Stalin. A Argentina, por exemplo, produziu 20 mil mortos e desaparecidos políticos em uma população de 25 milhões⁸⁴. Para que a "guerra suja" brasileira tivesse a mesma proporção catastrófica, seriam necessárias 72 mil vítimas⁸⁵, e não 480.

Ocorre que a luta ideológica brasileira pós-64 foi uma das mais violentas na América Latina. Implacável. Uma "guerra suja", termo usado até hoje pelos próprios militares, da qual a população brasileira ficou isolada pela providencial censura à imprensa. A rigor, não houve necessidade de envolver o corpo inteiro das Forças Armadas, o grosso da tropa, especialmente os recrutas temporários. Como já relatado ao longo desta pesquisa, bastou criar um pequeno corpo de elite, o aparelho de repressão formado por militares e auxiliares civis - a Comunidade de Informações -, que terminou por se tornar, ela própria, uma facção extremista dentro das Forças Armadas.

Enfim, o que se viu não foi uma guerra civil clássica, um embate militar entre Forças Armadas e forças populares organizadas, mas ações de guerrilha e contra-guerrilha travadas entre pequenas facções de esquerda e o aparelho de repressão militar⁸⁶. O que ocorreu entre esses poucos milhares de atores, tanto na guerrilha urbana brasileira, quanto na guerrilha rural do Araguaia, nas batalhas travadas pelo comandante Zé Carlos, pela subcomandante Dina ou

⁸³ Segundo o *Dossiê*, entre os guerrilheiros e camponeses, teriam morrido 63 "em combate", 19 encontram-se na lista de desaparecidos, dois teriam se suicidado e um teria sido "justiçado". Entre os militares, 2 soldados foram mortos em combate com os guerrilheiros, um desapareceu (não se sabe se morto pelos guerrilheiros) e, por fim, 4 moradores da região foram justicados pelos guerrilheiros sob a acusação de colaborar com os militares.

⁸⁴ Jean-Lo Panne *et al. Op. Cit.*, pág. 802

⁸⁵ Considerando-se que a população brasileira na época era de 90 milhões de pessoas.

⁸⁶ Agnaldo Del Nero Augusto. *A Grande Mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

pela guerrilheira Sônia, por exemplo, chama a atenção pelo jacobinismo extremado e a violência assustadora. Os documentos remanescentes da Operação Sucuri, assim como os relatos de Velho Mário em seu *Diário*, corroboram com essas assertivas.

Os militares da Comunidade de Informações alegam em sua defesa que a guerra seria reciprocamente suja, que nenhum dos lados fazia prisioneiros e aqueles que fossem apanhados seriam sumariamente executados. Essa regra, segundo eles, valeria tanto para os militares quanto para os guerrilheiros; seria clara e do conhecimento geral. Os militares acreditavam que quase todo guerrilheiro urbano sabia, por exemplo, que se apanhado, seria torturado e que teria que resistir por exatas 48 horas, tempo necessário para que os companheiros pudessem fugir de seus esconderijos. Isso porque, a cada 48 horas, os militantes na clandestinidade faziam algum tipo de contato com um companheiro – chamava-se “ponto”. Depois desse período, não seria mais necessário resistir à tortura, estavam liberados para contar tudo o que sabiam.

Se preso no Rio de Janeiro ou São Paulo, foco principal da guerrilha urbana, as chances de ser torturado eram praticamente totais⁸⁷. Se preso em público, especialmente entre civis, provavelmente seria torturado, contudo, é quase certo, sobreviveria. Se preso sem testemunhas, provavelmente entraria para as estatísticas do desaparecidos. Banido, jamais voltava. Se voltasse, desapareceria. Se preso no Araguaia, da Primeira Campanha, todos retornaram com vida. Da Segunda, não se chegou a fazer prisioneiros – mas tecnicamente morreram todos em combates na mata. Da Terceira Campanha, nenhum prisioneiro retornou com vida.

Outra questão que intriga no Araguaia é compreender por que, afinal, os guerrilheiros não bateram em retirada quando ficou claro que seria impossível

⁸⁷ Contudo, em Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e no Nordeste, os militares costumavam submeter os prisioneiros a longos diálogos sobre doutrina marxista, na tentativa de convertê-los em informantes. Nessas regiões não havia grande incidência de “atos terroristas”. Por isso, explicam militares, foi menor a incidência de tortura nos quartéis.

vencer o Exército. Após a retirada do Exército ao final da Segunda Campanha, pode-se dizer que tenham cometido um erro de avaliação. Mas depois, a partir de meados de 1973, eles já tinham informações suficientes para desconfiar de que o Exército infiltrara “espiões” - “espias”, como os guerrilheiros chamavam os agentes – e que, obviamente, preparava uma nova ofensiva. Por que, afinal, não bateram em retirada para outra região? Só a força do imaginário de esperança de transformações do País, de luta por justiça e igualdade social, pode explicar porque, afinal, eles optaram pela imolação quase certa em nome dos sonhos revolucionários. As reflexões são de Hannah Arendt:

“De todos os igualadores, a morte parece ser o mais poderoso, pelo menos nas poucas situações extraordinárias em que se pode desempenhar um papel político. A morte, quer seja encarada como ato de morrer ou como a consciência íntima da própria mortalidade, é talvez a experiência mais antipolítica que existe. Significa que vamos desaparecer do mundo das aparências e vamos deixar a companhia dos companheiros humanos, que são as condições de qualquer política. No que diz respeito à experiência humana, a morte indica solidão e impotência extremas. Mas encarada coletivamente na ação, ela muda de aspecto: agora nada parece intensificar mais nossa vitalidade que sua proximidade. Uma morte leva consigo a imortalidade potencial do grupo ao qual pertencemos e, em última análise, da espécie, se desloca para o centro da nossa experiência. É como se a própria vida, a vida imortal da espécie, nutrida, de certo modo, no contínuo morrer de seus indivíduos membros, se ‘expandisse mais e mais’, se realizasse na prática da violência”⁸⁸ (grifos meus)

A subcomandante Dina, por exemplo, ao ser presa e levada para um interrogatório em Marabá, transmitia aos militares a impressão de certo regozijo com sua iminente imolação. Eis o depoimento de um dos militares que a interrogou:

“Ela estava debilitada, magra, passara quase um ano sem comer gordura ou açúcar. Mas parecia altaneira no seu

⁸⁸ Hannah Arendt. *Da violência*. Op.Cit., pág. 140.

*espírito, convicta do que fazia. Tanto é que ela disse que a morte dela seria uma coisa natural, porque se a deixassem viva, ela mataria a gente também. Tenho certeza de que ela morreu honesta com seus pensamentos*⁸⁹

O radicalismo daqueles anos de chumbo valia tanto para a guerrilha rural quanto para a urbana. Alfredo Sirkys, ao longo de *Os Carbonários*⁹⁰, deixa explícito o cotidiano de violência daqueles tempos. Relata, entre outras histórias, o episódio no qual o capitão Carlos Lamarca matou um guarda civil, durante assalto a banco em São Paulo, com um tiro na testa e outro na nuca. Depois, durante um treinamento guerrilheiro no Vale do Ribeira, prendeu e determinou a execução de um tenente da PM, que teve a cabeça estourada com uma série de golpes de coronha de fuzil. O tenente não oferecia resistência e o episódio chocou a esquerda na ocasião. Alfredo Sirkys relata detalhadamente o diálogo que manteve com Lamarca quando lhe cobrou a execução, em especial a forma cruel com que foi realizada. "Era ele ou nós", justificou Lamarca⁹¹. Mais tarde, Sirkys relata, o grupo sentiu necessidade de "legalizar" o fato "como um (duvidoso) ato da Justiça Revolucionária", soltando o seguinte comunicado:

*"A sentença de morte de um Tribunal Revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontrávamos próximos ao inimigo, dentro de um cerco que pôde ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O Tenente Mendes foi condenado e morreu a coronhadas de fuzil, e assim o foi, sendo depois enterrado"*⁹²

Os militares que entrevistei para esta pesquisa, todos eles, sem exceção, em depoimentos formais gravados ou em conversas informais, ao serem indagados sobre os excessos da Forças Armadas no Araguaia, especialmente sobre as execuções de prisioneiros na Terceira Campanha,

⁸⁹ Narrativa de um ex-capitão, que não autorizou o uso de seu nome ou codinome, em 23 mai. 2003.

⁹⁰ Alfredo Sirkys, *Os Carbonários*. São Paulo: Record, 1998, pág. 384.

⁹¹ Alfredo Sirkys, *Op. Cit.*, págs. 333-335.

tentaram justificar as mortes como uma resposta à violência inicial dos guerrilheiros. Ora lembram que foram os militares os primeiros a morrer, ora adjetivam os guerrilheiros como fanáticos e extremistas. A principal justificativa que utilizam, contudo, são os justificações cometidos pelos guerrilheiros. No *Dossiê Araguaia*, seus autores vão pelo mesmo caminho. Justificam, a todo tempo, a violência dos militares como sendo uma reação à violência dos guerrilheiros. O ex-ministro do regime militar e ex-senador Jarbas Passarinho, um dos raros militares a falar publicamente sobre os assuntos controversos de seu tempo, assim justifica as ações do Exército no Araguaia:

“Dos guerrilheiros não se diz que, empolgados pelo comunismo que avançava no mundo, pretendiam tomar o poder pela força. Para quê? Para edificar a democracia? Ou, adeptos fervorosos de Stalin, admiradores de Fidel (em cuja ilha foram treinados mais de 200 brasileiros para matar outros brasileiros), erigir uma ditadura, esta, sim, totalitária, nos moldes da que esmagou as liberdades na União Soviética por 72 anos? Que o suposto grupo de esfarrapados, um ‘exército de Brancaleone’, estava bem armado, muito bem adestrado, com excelentes atiradores, que resistiram por vários anos às tropas legais e nelas fizeram mortos e feridos?”⁹³

Esse é o discurso público: “matamos porque eles matavam”, “matamos porque eles mataram primeiro”, “matamos antes deles nos matar”. Contudo, avalio que existisse muito mais do que esse pretense instinto de autodefesa nas atitudes dos militares no Araguaia. Havia, sobretudo, a força do imaginário pautado na defesa da nação contra o comunismo, da manutenção da ordem social, dentre outros. Os militares também foram levados a agir com violência acima do necessário por conta um imaginário de exaltação ao Brasil, impulsionados pelos valores positivistas de dever cego para com a pátria, de acreditar que se a pátria fosse algum dia ultrajada lutariam com fervor⁹⁴.

⁹² *Idem, Ibidem*, pág. 335.

⁹³ Jarbas Passarinho. *Uma estranha guerra*. Jornal O Liberal. Belém, 24 de junho de 2001, pág. 04.

4.6 - A REINVENÇÃO DO FRATRICÍDIO

Na exata terminologia militar, o que ocorreu na região do Araguaia entre 1972 e 1974 foi uma “guerra não-regular insurrecional”. Guerras não-regulares são registradas pelos historiadores desde Aníbal, o grande general de Cartago, que ousou entrar na Península Itálica com seu invencível exército de elefantes encouraçados, venceu sucessivamente os exércitos de três cônsules romanos e só foi contido quando o Fábio aplicou uma nova tática militar, de fustigação e fuga, evitando o confronto direto e procurando esgotar as forças físicas e morais do inimigo superior⁹⁵. Na Europa, a terminologia para esse tipo de tática é “guerra de *partisans*”. A expressão origina-se dos “partis” de guerra, da França medieval, com soldados recrutados para fazer incursões especiais de espionagem, sabotagem ou terrorismo em países estrangeiros. Por longo tempo, as guerras de *partisans* foram consideradas menores, mas ao longo do Século XX, notadamente após a vitória de Mao Tse Tung na China, consagraram-se como de inquestionável eficácia.

Os termos “guerrilha” e “guerrilheiros” surgiram no início do Século XIX, quando 200 grupos de *partisans* espanhóis se organizaram para resistir à invasão de Napoleão⁹⁶. Pode-se afirmar, portanto, que “guerrilheiro” é a tradução ibérica de *partisan*. Na Primeira Guerra Mundial, Lawrence da Arábia ganharia prestígio mundial ao transformar tribos de beduínos nômades em disciplinados *partisans*, que acabaram por derrotar os exércitos turco e alemão no Oriente Médio⁹⁷. Logo depois, no Brasil, a Coluna Prestes e seus *partisans*

⁹⁴ Tomo aqui emprestada uma frase do refrão da “Canção do Soldado”, naquela época (como ainda hoje) cantada diariamente nos quartéis e, portanto, cravada no inconsciente coletivo e no consciente individual de cada militar: “Se a pátria amada por um dia ultrajada/ lutaremos com fervor”.

⁹⁵ Esses eventos se deram em 217 AC e valeu ao cônsul Fábio o cognome de “Escudo da República”. In: Gabriel Bonnet. *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*. Op. Cit. pág. 26.

⁹⁶ Bonnet relata que cada grupo de guerrilha espanhol tinha por objetivo matar de 30 a 40 franceses por mês. Mataram cerca de 80 mil soldados franceses em 1807, sem que houvesse batalhas campais. No ano seguinte, Napoleão desistiria da Espanha. In: *Idem, Ibidem*, pág. 28.

⁹⁷ O esquema de *partis* que Lawrence elabora, batizado de “Os Sete Pilares da Sabedoria”, é um dos modelos de organização e estratégia mais estudados nas academias militares de todo o mundo. In: *Idem, Ibidem*, pág. 35.

jamais derrotados pelas tropas da Velha República, também seria cantada em verso e prosa em todos os cantos do planeta.

Na Segunda Guerra, depois de derrotado no front regular, Stalin tentaria deter os exércitos de Hitler basicamente com bandos de *partisans*⁹⁸. Os alemães então sofreram severas perdas humanas e viram interrompidas suas principais linhas de abastecimento – e o prestígio dos *partisans* espalhou-se pela Europa. As táticas de guerra não-regular multiplicaram-se em todos os *fronts*, na Grécia, Sérvia, França, Itália, Noruega. A reação dos alemães foi criar os “comandos de caça”, os *Jagdkommandos*, seus próprios *partisans*, e elaborar um detalhado manual de campanha para orientar as unidades do Exército a agir diante desses grupos não-regulares. Os comandos alemães eram formados por homens escolhidos a dedo, caçadores, intérpretes, guardas florestais. Eles se vestiam e agiam como se *partisans* também fossem, jamais como soldados. Dava-se também extrema importância às ações psicológicas e de propaganda para conquistar o imaginário das populações locais.

Ressalte-se que, deste então, o manual e as táticas alemães têm sido fonte de inspiração dos Exércitos de todo o mundo na elaboração dos planos de combate a grupos guerrilheiros. Quando o Exército francês teve que combater o vietcongs na Indochina, e na seqüência enfrentou os separatistas na Argélia, de início fez uso do manual alemão e criou seus comandos de caça aos *partisans*. Logo a seguir o Exército encarregou o coronel Gabriel Bonnet de organizar o seu próprio manual antiguerrilha, reproduzido em todo o ocidente sob o título *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*.

Quando as Forças Armadas brasileiras se viram diante de grupos guerrilheiros na região do Araguaia, a doutrina militar, a estratégia de guerra e

⁹⁸ Na sua Ordem do Dia de 03 de julho de 1941, o líder soviético definiria com propriedade o que vem a ser uma guerra não-regular travada com *partisans* (ou guerrilheiros): “Nas regiões ocupadas pelo inimigo, é preciso criar destacamentos de *partisans*, a pé e a cavalo; fazer saltar pontes, destruir vias de comunicações e os comboios, destruir as linhas telefônicas e telegráficas, queimar armazéns. É preciso criar para o inimigo e seus amigos uma situação intolerável, inquieta-los sem descanso, tornar vãs todas as suas empresas”. *In:Idem, Ibidem*, pág. 155.

as táticas de combate já estavam quase todas prontas, estudadas nas Academias desde a década de 1950. Já se havia estudado as táticas dos guerrilheiros espanhóis, da Coluna Prestes, dos *partisans* soviéticos dos *Jagdkommandos* alemães. Haviam estudado, sobretudo, o manual anti-guerrilha de Bonnet. Só que, até o Araguaia, o Exército Brasileiro jamais havia enfrentado a situação catastrófica de ser obrigado a aplicar na prática aquilo que era ensinado na teoria – o fratricídio, único substantivo que considero capaz de classificar uma guerra civil. O livro de Bonnet foi a principal fonte de inspiração dos oficiais que planejaram a Operação Sucuri e, na seqüência, desencadeou o ataque final às Forças Guerrilheiras do Araguaia. Poucas adaptações tiveram que ser efetivadas.

Professor Azambuja, um dos militares responsáveis pela organização e redação final do *Dossiê Araguaia*, durante a confecção do trabalho, terminou por criar o seu próprio manual antiguerrilha. Foi incorporado ao *Dossiê*, já como primeiro capítulo, batizado de “Fundamentos Doutrinários”, onde se faz uma longa dissertação sobre o tipo de guerra que encontraram no Araguaia (“Guerra Irregular”, classificaram), a definição do inimigo que combateram (“Rebeldes”), as táticas empregadas por esse inimigo (“Fustigação”), as vantagens e desvantagens que eles tinham sobre as forças oficiais e, por fim, o *modus operandis* que as “Forças Contra-Rebeldes” deveriam empregar para combater e aniquilar os “rebeldes”.

Ao revelar no *Dossiê* os “Fundamentos Doutrinários” que nortearam os militares na Guerrilha do Araguaia, o militar terminou por produzir o primeiro manual antiguerrilha brasileiro - pelo menos é o primeiro documento sobre o tema, preparado pra se tornar público. Para elaborá-lo, ele se baseou em documentos secretos ou reservados das Forças Armadas, que na ocasião apresentaram os “fundamentos doutrinários” aos militares que deveriam combater a guerrilha. Também se baseou nos fundamentos da guerra popular prolongada, escrito por Mao Tse-Tung, na Teoria do Foco Guerrilheiro, de Régis Debray, e no *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*, de Carlos Marighella.

Naturalmente, a redação foi em grande parte fruto do próprio imaginário que o autor tinha (e que ainda tem) sobre quem eram os inimigos que os militares combateram – e como deveriam aniquilá-los. Chamo a atenção para um trecho:

“Esse é o principal problema que o Estado de Direito enfrenta ao combater o inimigo na Guerra Irregular. No Estado de Direito existem dois tipos de pessoas: o cidadão correto e o criminoso. O terceiro tipo de pessoa, aquele que conduz uma Guerra Irregular, não existe. Aqueles que promovem uma Guerra Irregular não conhecem quaisquer obrigações, pois nada os submetem à obediência da lei civil e nada há que os submetam às leis da guerra. Em contraposição, o Estado de Direito é submetido em todos esses aspectos. (...) Em suma, a Guerra Revolucionária é uma guerra suja e nela são empregados todos os meios. Até mesmo os legais”⁹⁹

Em outro trecho desses “Fundamentos Doutrinários”, os autores do *Dossiê* apresentam uma síntese da “doutrina” que norteou os militares na Guerrilha do Araguaia:

“A Guerra Revolucionária, todavia, constitui uma exceção às Leis da Guerra, pois tem normas especiais, diferentes daquelas relativas às guerras convencionais e também porque a maior parte das regras aplicáveis para um lado não é válida para o outro. É como numa luta entre uma mosca e um elefante: a mosca não pode aplicar um golpe fulminante e nem o elefante pode voar. Na Guerra Revolucionária, onde um dos lados é o rebelde e o outro o contra-rebelde, não são válidas as Leis da Guerra. Nesse tipo de guerra, os serviços de inteligência e o apoio da população são fundamentais”

“Objetivo primeiro do rebelde é conquistar a população. O rebelde busca levar a luta para um terreno diferente daquele em que é travada a guerra convencional, onde ele terá melhores possibilidades de equilibrar suas desvantagens físicas. Esse terreno é a população. Se o rebelde consegue obter seu apoio ativo, vencerá a guerra”

⁹⁹ *Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 09.

“A Guerra Revolucionária é uma guerra política. Na guerra convencional, a ação militar, a diplomacia, a propaganda e a pressão econômica, são os principais meios de atingir a meta visada. Na Guerra Revolucionária, contudo, o objetivo principal é a população e as operações destinadas a conquistá-la ou, pelo menos, mantê-la passiva. No entanto, é tão complexa a interação das ações políticas com as ações militares que elas não podem ser claramente separadas entre si. Os rebeldes, conduzidos por um partido e cujas forças armadas são os militantes do partido, desfrutam de uma óbvia vantagem sobre seu oponente. Mais ainda: nenhuma Academia militar ensina aos cadetes como “ganhar” uma população politicamente”

“Pouca utilidade tem para o contra-rebelde as forças pesadas e sofisticadas destinadas à guerra convencional. Para suas forças terrestres, o contra-rebelde necessita de armamento leve e uma infantaria altamente móvel, e para sua Força Aérea, necessita de apoio terrestre e aviões de observação de baixa velocidade, alta resistência e grande poder de fogo, bem como helicópteros, que desempenham papel vital nesse tipo de operações. Na guerra irregular, um mimeógrafo pode tornar-se mais útil que uma metralhadora e um soldado treinado em pediatria mais útil que arame farpado ou um perito em morteiros”¹⁰⁰

O texto acima revela, em suma, que os militares estavam extremamente preocupados com a população estabelecida. Quem controlasse a população, os militares deixam isso claro e explícito, venceria a guerra. É significativa a observação de que um mimeógrafo valeria mais do que um fuzil. O texto também mostra que, por “controle”, os militares entendem tanto a cooptação quanto a repressão, caso a cooptação não fosse possível. Na campanha seguinte, a derradeira, as duas táticas seriam usadas com igual intensidade. Os militares tanto intensificaram as ações de assistencialismo junto àqueles que a Sucuri detectou que seriam simpáticos ao governo militar, quanto prendeu em “arrastão” 160 camponeses simpáticos à causa guerrilheira.

Dois outros aspectos chamam a atenção no texto acima. Um deles diz respeito à necessidade de reinvenção das táticas militares. Ao invés de armas pesadas e sofisticadas, os militares começariam a empregar armamento leve e infantaria altamente móvel. Outro ponto relevante é a observação do autor de que, “na Guerra Revolucionária, não são válidas as Leis da Guerra”. Na Terceira Campanha, os militares levariam essa idéia ao extremo em seus atos. Desde a descoberta da Guerrilha do Araguaia, o general Antônio Bandeira vinha defendendo, diante do Estado Maior do Exército, a idéia de colocar “guerrilheiro contra guerrilheiro”, criando seus próprios *Jagdkommandos*. Mas essa tática era nova para as Forças Armadas brasileira e jamais havia sido posta em prática no País.

Ao pôr-do-sol do dia 06 de outubro de 1973, segundo revela o *Dossiê Araguaia*, três aviões C-115, os Buffalo, decolaram da Base Aérea do Galeão levando uma Companhia, com 110 homens, da Brigada de Pára-Quedistas. Desembarcaram em Xambioá. Quatro dias antes, já haviam partido da Base Aérea de Brasília partiram dois aviões C-47 do Correio Aéreo Nacional, levando um grupo de 48 agentes de informações, 24 em cada aeronave. Um grupo foi para Xambioá, o outro para Marabá. De Belém, 130 homens do Batalhão de Guerra na Selva partiram de caminhão rumo a Marabá. Teriam todos que estar todos a postos no Dia D. 07 de outubro de 1973, a data que o Estado Maior do Exército marcou para o desembarque das tropas na derradeira campanha no Araguaia. Assim o *Dossiê* descreve o Dia D:

“No dia 7 de outubro de 1973 foi efetivamente iniciada a 3ª Fase de combate à guerrilha, que teve características totalmente diferentes das duas anteriores. A tropa penetrou na selva descaracterizada, passando a usar trajes civis; cada combatente adotou um codinome, tornando difícil e quase impossível uma identificação posterior através de nome, posto ou graduação. Com exceção do armamento, que era padronizado - e cada grupo possuía um grande poder de fogo - os equipamentos, tais como mochilas, etc, foram utilizados a

¹⁰⁰ *Idem, Ibidem*, pág 03-05.

*critério de cada um, considerando que deveriam ser o mais confortável possível, de forma a enfrentar longas caminhadas através da selva*¹⁰¹

Foi essa campanha que decidiu o episódio. Um grupo de 750 membros das tropas especiais do Exército¹⁰² - revezando-se em três grupos de 250 - entraram na selva, em trajes civis, algo não previsto nos manuais militares, com a única missão de extirpar os guerrilheiros, com máxima violência e precisão cirúrgica. As tropas saíram do Araguaia em fins de setembro de 1974, com a guerrilha completamente dizimada. Foi nesse período de um ano que teriam ocorrido violações sistemáticas dos Direitos Humanos e à Convenção de Genebra, com possível tortura, decapitações e execução de todos os prisioneiros, sem exceção. Foram mortos nessa Terceira Campanha 47 guerrilheiros, segundo os militares. O primeiro guerrilheiro a tombar nessa fase foi André Grabois, 13 de outubro de 1973¹⁰³; a última, Walkíria Afonso Costa, a Val, a 30 de setembro de 1974¹⁰⁴. O Exército dava a Guerrilha como completamente dizimada e desmobilizaria da região a maior parte de seu contingente. E partir de então —e por três décadas—manteria um inexplicável silêncio.

¹⁰¹ Dossiê Araguaia, *Op. Cit.*, pág. 91.

¹⁰² A Aeronáutica participou dessa fase com o apoio aéreo e com agentes de informações. Marinha só participou da Segunda Campanha, com um destacamento de fuzileiros navais.

¹⁰³ Dossiê Araguaia, *Op. Cit.*, 162.

¹⁰⁴ Teria sido presa, levada para a Base de Xambioá e depois executada na mata, com três tiros. Há controvérsias sobre a data de sua morte. O Dossiê aponta como tendo sido a 30 set. 1974. A Marinha, como a 25 out. 1974. Mas a Marinha já não tinha ninguém na área naquela época nem o Exército fornecia informações para a Força. O Dossiê aponta como a última morte relevante a de Pedro Alexandrino de Oliveira, codinome Peri, que teria caído a 03 ago. 1974. Depois dessa morte, informa o Dossiê, o governo dava a guerrilha como completamente dizimada. Ficaram na região somente poucos contingentes. Além de Walkíria, também morreu depois dessa data Vandick Reidner Coqueiro, codinome João, a 22 set. 1974. *In: Dossiê Araguaia, Op. Cit.*, pág. 163.

CONCLUSÃO PRELIMINAR

No presente trabalho, busquei pesquisar e analisar o imaginário dos militares sobre a participação das Forças Armadas Brasileiras na Guerrilha do Araguaia, um dos episódios mais obscuros da nossa história recente, ocorrido naquela “era dos extremos”, como definiu Hobsbaum, naqueles “anos terríveis”, como adjetivou Berlin, quando o mundo atravessava a chamada “Guerra Fria” e o país estava sob a égide do regime militar autocrático instaurado em 1964.

Os depoimentos dos militares revelaram, até mesmo por documento inédito, que eles cometeram atos de exceção no combate aos guerrilheiros – torturaram, atiraram em guerrilheiros feridos no chão, executaram prisioneiros, violando Direitos Humanos, relegando as Leis da Guerra e seus próprios valores. A pesquisa demonstrou que as exceções foram parte de uma política deliberada do Estado autocrático. Antes do Araguaia, atos de exceção eram práticas usuais do Estado no combate à guerrilha urbana; por conseguinte, foram também levadas ao combate à luta armada rural. Contudo, o fratricídio e os atos de exceção durante a Guerrilha do Araguaia não foram cometidos pela Forças Armadas em seu conjunto. Nem se violou direitos o tempo inteiro.

O imaginário fraticidante dos militares certamente se fundava na herança positivista de Augusto Comte, para quem a ordem era condição básica para chegar ao progresso. Também se pautava no acalentado amor à nação, conceito abstrato, pelo qual foram educados a matar ou morrer, a servir à pátria acima de tudo, a manter a rígida hierarquia e a disciplina. Desta forma, para os militares, a guerrilha do Araguaia representava para uma desordem, uma contra ordem que deveria ser extirpada a qualquer custo.

Os militares estavam igualmente impregnados do imaginário anticomunista daqueles tempos de Guerra Fria. Eles viam os guerrilheiros como uma grande ameaça e os combateram nutridos pelo medo de que o

comunismo se instaurasse no país. O imaginário plural dos militares abrigava muitas estratégias, políticas múltiplas e táticas de combate variadas, conforme foi exposto ao longo deste trabalho. Mas, para fazer valer esse imaginário fratricida, desumano e autoritário, a Comunidade de Informações reinventou no Araguaia novas táticas de combate, que levaram parte da tropa a cometer crimes hediondos.

No campo estritamente militar, as Forças Armadas foram vitoriosas no Araguaia. Recriaram suas estratégias e venceram com espantosa facilidade os guerrilheiros estropiados, armados basicamente com a força de um imaginário revolucionário. Mas, ao final, os militares envolvidos nos derradeiros combates não reconheciam a si próprios, tanto que cremaram cadáveres e arquivos buscando apagar aquele episódio da história. Cumpriram com estrito denodo as ordens de uma instituição autocrática e alienaram-se no meio do caminho. Quando olharam para trás, haviam sido personagens do fenômeno típico dos servidores do totalitarismo conceituado por Arendt e Castoriadis, a heteronomia. Perderam-se, enfim, em caminhos estranhos a seus próprios valores e à lei, a qual deveriam se submeter. A história é a parteira da violência, como Arendt afirmou e, assim, no conflito do Araguaia, assistiu-se ao nascimento de práticas e mecanismos de dominação e violência sob o amparo institucional e da Segurança de Estado.

Há que se atentar que a presente pesquisa não teve – e nem conseguiria, caso o desejasse – o intuito de esgotar o tema. Trata-se, como se pode depreender das leituras auxiliares colacionadas a esta, de assunto que não se esgotará nem depois que os militares saírem do silêncio que se impuseram e façam *mea culpa* ante a sociedade e os parentes daqueles que ainda esperam velar seus mortos. O objetivo principal do trabalho desenvolvido foi-tão somente lançar um pouco mais de luz nesse episódio tenebroso da recente história brasileira, fazendo uso de documentos inéditos produzidos pelos próprios autores, formando uma espécie de biografia desse episódio ímpar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. Paulo: 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, págs. 249-290.

COSTA, George Alves (codinome) e AZAMBUJA, Carlos Ilich (codinome). *Ultrapassando a Guerrilha/ Dossiê Araguaia*. Rio de Janeiro: 2001, documento inédito.

GRABOIS, Maurício. *Diário do Velho Mário (1972-1973)*. Araguaia, documento inédito.

“Conferência proferida pelo Exmº Sr. Brig. Newton Vassallo da Silva, chefe do Serviço de Informações da Aeronáutica – CISA – em 11 de Agosto de 1972, para o Alto Comando da Aeronáutica no auditório do Gabinete do Ministro da Aeronáutica”.

“Guerrilha do Araguaia – Operação Sucuri”. Sem data.

“1º Relatório Parcial da Operação Peixe”, 21 de março de 1972.

“Relatório referente ao dia 27 de abril de 1972”, CMT PCFA.

“Relatório Sumário de Operações”, Quartel no Escalão Recuado do CISA, 10 de maio de 1972.

“Relatório do dia 18 de maio de 1972”, Xambioá.

“Ordem de Operações nº 1”, número 191200, maio de 1972.

“Relatório CENIMAR, de 13 de junho de 1972”.

“Relatório do CIE - Operação Olho Vivo”, 09 de outubro de 1972.

“Relatório de missão realizada na localidade de Xambioá/GO, no período de 16 a 24 de agosto de 1972”, Ministério da Aeronáutica - CISA, 28 de agosto de 1972.

“Diretriz para a realização da manobra do CMP (GPT A/72)”, 9 de agosto de 1972.

“Uma heroína do povo”, comunicado das Forças Guerrilheiras do Araguaia, em 08 de dezembro de 1972.

“Relatório”, Ministério do Exército, 09 de outubro de 1972.

“Relatório de 01 de novembro de 1972 - Operação Olho Vivo”, do Exército.

“Comunicado número 2”, Forças Guerrilheiras do Araguaia, de 20 de outubro de 1972.

“Relatório Especial de Informações nº 06”, Agência de Informações em Marabá, entre 5 a 15 de novembro de 1973.

DEPOIMENTOS ORAIS

Militares

ALBERTO, Dr. Carlos (codinome). oficial de informações, participou de operações de repressão à guerrilha urbana. Brasília, 01 fev. 2004.

BARROS, Dr. (codinome). Combatente no Araguaia. Brasília, 23 mai. 2003.

CID (codinome). Combatente no Araguaia. Brasília, 04 out. 2004.
FELIPE, Dr. (codinome). Combatente no Araguaia. Brasília, 30 mai. 2001 e 14 set. 2003.
GEORGE, Dr. (codinome). Combatente no Araguaia e um dos co-autores do Dossiê. Brasília, 22 fev. 1998, 08 jun. 2001 e 15 nov. 2004.
GILBERTO, Dr. (codinome). Combatente no Araguaia. Brasília, 30 mai. 2001 e 14 set. 2003.
J. CRISTO (codinome). Combatente no Araguaia. Brasília, 15 fev. 2004.
JOSÉ LUIS, Dr. (codinome). Combatente no Araguaia. Brasília, 17 out. 2004.
LEONARDO, Dr. (codinome). Oficial de informações, participou de operações de repressão à guerrilha urbana com a patente de tenente-coronel. Brasília, 10 fev. 1998 e 13 abr. 2000.
MÁRCIO (codinome). Combatente no Araguaia. Brasília, 02 mar. 2000, 21 set. 2002 e 15 out. 2004.
RIBEIRO, Lício Augusto Maciel (Dr. Asdrúbal – codinome). Combatente no Araguaia. Brasília, 29 set. de 2004 e 4 e 5 dez. 2004.
SÉRGIO, Dr. (codinome), Combatente no Araguaia. Brasília, 11 jul. 2003.

Guerrilheiros

ALMEIDA, Criméia. Ex-guerrilheira, coordenadora do site www.desaparecidospoliticos.org.br. Brasília, 29 out. 2004.
ALMEIDA, Micheas Gomes de. Ex-guerrilheiro, único sobrevivente conhecido da Terceira Campanha da guerrilha, 25 ago. 2004.
ALVES, Myrian Luiz. Militante dos direitos humanos e biógrafa do guerrilheiro do Araguaia Líbero Giancarlo Castiglia, 15 set. 2004.
GENOÍNO NETO, José. Ex-guerrilheiro, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), 28 out. 2004.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
ARGOLO, José A, RIBEIRO, Kátia e FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A Direita Explosiva no Brasil: A história do Grupo Secreto que aterrorizou o País com suas ações, atentados e conspirações*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
ARENDETT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
_____. *Eichmann em Jerusalém - um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília Companhia das Letras, 2000.
_____. *Da Revolução*. 1ª ed., Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.
_____. *Entre o passado e o futuro*. 5ª ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.
_____. *Crises da República*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.
AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A Grande Mentira*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2001.

BACHELARD, Gaston. *O Direito de Sonhar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Eunadi, Vol. V., Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.

BARBIER, René. Sobre o Imaginário. In: Revista "Em Aberto". Brasília, Ano 14, nº 61, ed. Jan/Mar, 1994.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República – de 1961 a 1967*, Vol IX, São Paulo: Alfa-Ômega.

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da história". In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERCHT, Verônica. *Coração Vermelho – A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

BHABHA, Hommi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Esquerda e Direita*. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

_____. *Dicionário de Política*. 2ª ed., Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

_____. *O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONNET, Gabriel. *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira e Biblioteca do Exército Editora, 1963.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BULFINCH, Thomas. *O Livro de Ouro da Mitologia – Histórias de Deuses e Heróis*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambioá, Guerrilha no Araguaia*. São Paulo: Record, 2000.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia : Universidade Federal de Goiás, 1997.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *O Coronel Rompe o Silêncio - Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

_____. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998, pág. 443.

CARVALHO, Olavo de. *Reparando uma Injustiça Pessoal*. Rio de Janeiro: Clube Militar, 1999 (Separata).

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil / Lisboa: Difel, 1990.

COHAN, A. S. *Teorias da Revolução*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2ª ed. revista, 1994.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária na Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Diante da Guerra*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CLUTTERBUCK, Richard. *Guerrilheiros e Terroristas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CÓRDOVA, Rogério de Andrade. Imaginário Social e Educação. In: Revista "Em Aberto". Brasília, Ano 14, nº 61, ed. Jan/Mar, 1994.

COSTA, Célia M. Leite. "Memória Proibida". Rio de Janeiro, Revista **Nossa História**, Ano 2, nº 16, fev 2005, Vera Cruz e Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, págs. 70-75

COSTA, Cléria Botelho da. Imaginário: Objeto da História. In: Revista Estudos. Vol.27, nº 4, 2000.

_____. "Memórias compartilhadas: os contadores de histórias" In: Cléria Botelho da Costa e Nancy Alessio Magalhães (orgs.) *Contar História, fazer História – História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

_____. "Lima Barreto: Sonho e Desilusões com a República". Goiânia: Editora UCG. Revista **Fragments de Cultura**, vol. 14, nº 9, set., 2004.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória Viva do Regime Militar – 1964-1985*. 1ª ed., São Paulo: Record, 2000.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan / São Paulo: FAPESP, 2004.

DECCA, Edgar. *1930 - O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DÓRIA, Palmério. *A Guerrilha do Araguaia*. 3ª ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

DREIFUSS, René Armand. *1964 - A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders – Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, São Paulo: EDUSP, 2000.

FERREIROS, Oliveiros. *Os 45 Cavalheiros Húngaros: Uma leitura dos cadernos de Gramsci*. 1ª ed., São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: Senac, 2000.

FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004.

_____. *Regime Militar no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Saraiva.

_____. *Como Eles Agiam - Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. São Paulo: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 6ª ed., São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do Poder*. 5ª ed., São Paulo: Graal, 1985.

_____. *Vigiar e Punir*. 18ª ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, vol. 1, 1958.

GASPARI, Élio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1999.

GRONDONA, Mariano. *Os Pensadores da Liberdade – De John Locke a Robert Nozick*. São Paulo: Mandarim; Brasília: Instituto Tancredo Neves, 2000

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX*, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- _____. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1ª Ed., [19?]
- HUXLEY, Aldous. *Retorno ao Admirável Mundo Novo*. Rio de Janeiro: Hemus, 1976.
- JAGUARIBE, Hélio. *Estudo Crítico da História*. São Paulo: Paz e Terra, 2001 Vol II, pág. 607.
- KRAUS, René. *Sócrates – Sua Vida Pública e Privada*. Tradução de Marina Guaspari. Rio de Janeiro: 1947.
- Legislação sobre Direitos Humanos* (Compilação organizada para a LTr Editora por HB Textos). São Paulo: LTr, 1999.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 1979.
- MARTINS, José de Sousa (Org.). *A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- MATOS, Olgária. “A narrativa: Metáfora e liberdade”. In: Cléria Botelho da Costa e Nancy Alessio Magalhães (orgs.) *Contar História, fazer História – História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001.
- MEIRELLES, Domingos. *As Noites das Grandes Fogueiras - Uma história da Coluna Prestes*. São Paulo: Record, 1985.
- MIR, Luís. *A Revolução Impossível – A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller / Círculo do Livro, 1994.
- MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos Deste Solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo e Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MIRANDA, Oldack & JOSE, Emiliano. *Lamarca. O capitão da Guerrilha*. 7ª ed., São Paulo: Global.
- MOCELLIN, Renato. *Reações Armadas ao Regime de 64: Guerrilha ou Terror?* 1ª ed., São Paulo: Editora do Brasil, 1999.
- MONNERAT, Ávida de Elza. *Coração Vermelho*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002.
- MORAES, João Quartim de. “O Colapso da Resistência Militar ao Golpe de 64”. In: MORAIS NETO, Geneton: *Dossiê Brasil – As histórias por trás da história recente do país*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- MOURA, Clóvis. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. 3ª ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- MOURA E SOUZA, Aluísio Madruga de. *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*. Brasília: Edição Pessoal, 2002.
- NAIPAUL, V.S. *Guerrilheiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- NAPOLITANO, Marco. *O Regime Militar Brasileiro- 1964-1985*. São Paulo: Atual.
- PANNE, Jean-Lo, COURTOIS, Stephane e WERTH, Nicolas. *O Livro Negro do Comunismo: Crimes, Terror e Repressão*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.
- PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2003.
- PISTONE, Swergio. “Razão de Estado” (COLOCAR REFERÊNCIA COMPLETA)
- PLATÃO. “La República”. In: *Obras Completas*. Madrid: Aguilar, 1969.
- POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980.

POMPE, Carlos (Preparação e Revisão). *Guerrilha do Araguaia – Documentos do PC do B*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1996.

PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Global, 1987.

ROBERTS, J. M. *O Livro de Ouro da História do Mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

ROCHA JR., Deusdedith Alves. *A Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História / Universidade de Brasília, 1995 (Dissertação de mestrado).

ROHMANN, Chris. *O Livro das Idéias - pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

SÃO PAULO, Mitra Arquidiocesana de. *Brasil: Nunca Mais*. Tomos I a VI. Petrópolis: Vozes, 1985-1988.

SILVA, Justino Adriano Farias da. *Tratado de Direito Funerário*. São Paulo: Método Editora, Vol. 2, 2000.

SIRKYS, Alfredo. *Os Carbonários*. 14ª ed., São Paulo: Record, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra.

SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 Anos de Regime Militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e. *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*. Brasília: Edição do Autor, 2002.

SWAIN, Tânia N. (Org.). *História no Plural*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Unicamp, 1997.

VIEIRA, Fernando Aquino, AGOSTINO, Gilberto e ROEDEL, Hiran. *Sociedade Brasileira: Uma História Através dos Movimentos Sociais*. Vol. I e II. 1ª ed., São Paulo: Record, 2000.

VOLIN, Vsevolod Eichenbaum. *A Revolução Desconhecida*. São Paulo: Global, 1980.

JORNAIS:

FORTES, Leandro. "Missão Secreta ao Araguaia – Relatório reservado revela que a Aeronáutica esteve em agosto na região e localizou crematório de corpos". *Época*, São Paulo, 06 de dezembro de 2004, págs. 44-46.

GASPARI, Élio. "Araguaia: a polêmica do surdo com o mudo". *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 de março de 2001, coluna Política, pág.17.

LAGO, Rudolfo. "Herzog humilhado antes de ser assassinado". *Correio Braziliense*, Brasília, 17 de outubro de 2004, coluna Política, pág. 01.

NASSIF, Maria Inês. "Da Estória das vítimas e dos algozes". São Paulo: jornal **Valor Econômico**, 10 jan. 2005, coluna Política, pág. A8.

PASSARINHO, Jarbas. "Uma estranha guerra". **O Liberal**, Belém, 24 de junho de 2001, página Opinião, pág. 04.

RIBEIRO JR., Amaury. "Segredos da ditadura no baú do general – Arquivos de Bandeira, ex-comandante do II Exército, mostram que líderes de esquerda foram mortos na tortura, e não em combate". Rio de Janeiro: **O Globo**, 25 abril 1998, coluna Nacional, págs. 1 et 10-16.

_____. "Vencido, PC do B não admitiu derrota para o Exército – 'Outros Araguaias surgirão', dizia documento que DOI-Codi apreendeu no Massacre da Lapa, dois anos após o fim da guerrilha". **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de abril de 1998, coluna Nacional, pág. 10.

_____. "Osvaldão: do sucesso em Praga a morte no Araguaia", jornal **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1996, coluna Nacional, pág. 11.

_____. "Arquivo secreto reescreve a história do Araguaia". **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1998, coluna Nacional, pág. 11.

STUDART, Hugo. "Garoto procura foto do pai no arquivo do DOPS: Joca quer conhecer rosto adulto de André Grabois". **Folha de S.Paulo**, 21 de janeiro de 1992, coluna Brasil, pág.1 et p. 1-4.

SILVA, Eumano e ALVES Gilberto. A história do Exército que torturava, matava e cortava cabeças. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 nov. 2001, Caderno Brasil, pág 1 et 6-9.

SILVA, Eumano. "Revelações sob tortura e Preso depois de fugir da selva". **Correio Braziliense**, Brasília, 12 de agosto de 2003, Caderno Brasil, pág. 01.

_____. "Revelações sob tortura". **Correio Braziliense**, Brasília, 12 de agosto de 2003, Caderno Brasil, pág. 02

VAZ, Lúcio. "Governo quer afastar juiz de processo". **Correio Braziliense**, 03 de fevereiro de 2005, Caderno Política, pág 07.

PERIÓDICOS:

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. "Raízes do Paraíso da Ilusão". **Revista Primeira Leitura**, São Paulo, abril de 2002, ano 1, nº 1.

STUDART, Hugo. "Paixão na Guerrilha: Militar de alta patente divulga cartas que revelam o quanto o capitão da guerrilha amava sua musa". **Manchete**. Rio de Janeiro, Revista nº 2388, 17 de janeiro de 1998, pág. 22 e 23.

_____. "Araguaia: Os Documentos que os Militares Escondem – Em relatórios que o ministro da Defesa e as Forças Armadas insistem em esconder, militares que estiveram em combate revelam segredos da operação que aniquilou a guerrilha e dizem que o número de insurgentes mortos é maior do que o até hoje conhecido". São Paulo: **Isto É**, ed. nº 1.830, 02 de novembro 2004, pág. 28-36.

VENCESLAU, Pedro. "Os Párias da Pátria". **Revista Imprensa**, São Paulo, Ano 18, nº 197, ed. dez. 2004

SITES:

SEIXAS, Ivan. *Resgate Histórico: Documento Oficial sobre os Mortos e Desaparecidos no Araguaia.* Disponível em:

<<http://www.Plenaweb.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2001.

<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/martires/martires30.asp>. Acesso em: 08 jun. 2003.

LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA. Disponível em:

www.arquivonacional.gov.br/conarq. Acesso em: 09 fev. 2005.

<<http://www.querrilhadoaraguaia.com.br/quer64.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2005.

AGÊNCIA ESTADO. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/agestado/noticias.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

GRUPO TERNUMA, *Terrorismo Nunca Mais.* Disponível em:

<www.ternuma.com.br>. Acesso em: 04 mai. 2003.

VISÃO JUDAICA. *Assassinatos dos atletas israelenses foi o episódio mais trágico de 106 anos de jogos.* Disponível em: <http://www.visãojudaica.com.br/artigos>. Acesso em: 18 fev. 2005.